

RELATÓRIO ANUAL 2018

Descritivo de Respostas e Intervenções
do Plano de Ação para a Redução dos
Comportamentos Aditivos e
Dependências – Horizonte 2020

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual 2018 2018 - Descritivo de Respostas e Intervenções do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências - Horizonte 2020

Autor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências

Editor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências

Morada: Parque da Saúde Pulido Valente, Edifício SICAD

Alameda das Linhas de Torres, N.º 117, 1750-147 Lisboa

Edição: 2019

SERVIÇO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS E NAS DEPENDÊNCIAS



Relatório Anual 2018

Descritivo de Respostas e Intervenções do Plano de
Ação para a Redução dos Comportamentos
Aditivos e Dependências – Horizonte 2020

Índice

Preâmbulo.....	5
Sumário executivo.....	7
Enquadramento.....	19
Domínio da Procura.....	21
Objetivo Geral 1. Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências.....	22
Domínio da Oferta.....	87
1. Atuação no âmbito das substâncias ilícitas e das NSP.....	88
Objetivo Geral 2. Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas (NSP) no mercado, através da prevenção, dissuasão e desmantelamento das redes de tráfico de drogas ilícitas, em especial do crime organizado, intensificando a cooperação judiciária, policial e aduaneira, a nível interno e internacional, bem como a gestão das fronteiras.....	88
2. Atuação no âmbito do álcool, medicamentos e anabolizantes.....	101
Objetivo Geral 3. Garantir que a disponibilização, acesso e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo.....	101
3. Jogo.....	104
Objetivo Geral 4. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo.....	104
Áreas Transversais.....	105
Objetivo Geral 5. Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções através da criação de conhecimento, da capacitação dos profissionais, da comunicação e da cooperação internacional.....	106
1. Informação e Investigação.....	106
Objetivo Geral 5.1. Consolidar a infraestrutura de conhecimentos e proceder a uma análise atempada, holística e exaustiva da situação.....	106
2. Formação.....	119
Objetivo Geral 5.2. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, capacitando os profissionais dos serviços com responsabilidades na	

operacionalização das políticas e desenvolvimento das intervenções, de forma a permitir aumentar a qualificação e especialização das respostas nos vários contextos e áreas de intervenção.....	119
3. Comunicação.....	129
Objetivo Geral 5.3. Contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos do PNRCAD, através da comunicação que fomente a partilha e disseminação da informação e a visibilidade dos resultados das ações empreendidas, tendo em vista as necessidades dos decisores políticos, dos profissionais da área e dos cidadãos.....	129
4. Relações Internacionais e Cooperação.....	138
Objetivo Geral 5.4. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional nas instâncias internacionais que abordam o fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências, desenvolvendo relações de cooperação, no âmbito dos mecanismos bilaterais e multilaterais existentes.	138
5. Qualidade.....	152
Objetivo Geral 5.5 Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções.....	152
Gestão do Plano.....	157
1. Coordenação.....	157
2. Orçamento.....	159
3. Avaliação.....	160
Nota final.....	161
Lista de siglas e abreviaturas.....	163

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Prevenção do consumo de álcool.....	35
Gráfico 2 -Prevenção do consumo de outras substâncias psicoativas.....	35
Gráfico 3 -Prevenção do uso indevido do medicamento.....	36
Gráfico 4 - Prevenção da adição ao écran.....	36
Gráfico 5 - Prevenção da adição ao jogo.....	36
Gráfico 6 - Territórios definidos como prioritários n=45.....	54
Gráfico 7 - N° de procedimentos concursais abertos em 2018, por região e área lacunar N=31.....	54
Gráfico 8 - Distribuição de projetos por região e área lacunar.....	56
Gráfico 9 - Percentagem relativa de projetos em execução, considerando a área lacunar.....	56
Gráfico 10 - Financiamento por tipo de intervenção (N=4.525.700,10€).....	57
Gráfico 11 - Percentagem de financiamento por área geográfica.....	58
Gráfico 12 - Distribuição das chamadas ao longo do ano.....	64
Gráfico 13 - Tipo de assunto que subjaz ao contacto estabelecido com a Linha Vida.....	64
Gráfico 14 - Quem realiza o pedido.....	65
Gráfico 15 - Género das pessoas que recorrem à Linha Vida.....	65
Gráfico 16 - Faixas etárias dos utilizadores da Linha Vida.....	65
Gráfico 17 - Tipo de utilizadores que fazem o pedido.....	66
Gráfico 18 - Tipo de pedido através do email- Counseling.....	66
Gráfico 19 - Tema do contacto dos utilizadores.....	66
Gráfico 20 - Número de compromissos por tipo de atividade.....	67
Gráfico 21 - Número de compromissos por grupo-alvo.....	68
Gráfico 22 - preservativos distribuídos (n) anualmente, em Portugal, por PNVIHSDA, entre 2014 e 2018.....	73
Gráfico 23 - Gel Lubrificante distribuído (n) anualmente, em Portugal, por PNVIHSDA, entre 2014 e 2018.....	73
Gráfico 24 - % Seringa distribuídas/ trocadas em 2018.....	80

Índice de tabelas

Tabela 1 - Implementação dos Programas de Prevenção no decorrer de 2018.....	23
Tabela 2 - Medida1 – Unidades Móveis/Candidaturas ano de 2018.....	32
Tabela 3 - Medida 1 - Unidades Móveis 2018.....	32
Tabela 4 -Medida 3 - Teatro Debate 2018.....	33
Tabela 5 - Medida 4 - Gabinetes de Saúde Juvenil 2018.....	34
Tabela 6 - Distribuição Regional da Implementação do Programa Eu e os Outros.....	38
Tabela 7 - Dados globais da implementação do DDN – 2018.....	39
Tabela 8 - Procedimentos concursais concluídos em 2018.....	55
Tabela 9 - Projetos em execução e em monitorização, por região.....	55
Tabela 10 - Distribuição de projetos em execução, considerando a região e a área lacunar.....	56
Tabela 11 - Financiamento atribuído, por região, considerando a área lacunar.....	57
Tabela 12 - Distribuição de preservativos masculinos, preservativos femininos e gel lubrificante, em 2018, por tipologia de entidade (Programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e Informativos e Programa Troca de Seringas).....	73
Tabela 13 - Utentes Ativos com conhecimento da situação serológica:.....	75

Preâmbulo

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013 – 2020 é o instrumento de planeamento nacional a nível da redução dos comportamentos aditivos e dependências, que integra as orientações estratégicas e as ações a desenvolver, com base na cooperação interinstitucional e no modelo de respostas integradas.

A evidência científica e a mobilidade da realidade e dos desafios que se colocam às sociedades atuais, levou a que fosse tomada a decisão política de contemplar nas atribuições dos serviços, a par das substâncias ilícitas e do álcool, outros comportamentos potencialmente geradores de adição, alguns sem o recurso a substâncias, como o jogo.

Não obstante esta decisão, ainda não foi possível ver aprovado o despacho que formaliza o alargamento do atual modelo de coordenação a esses comportamentos aditivos e dependências sem substância, permitindo assim uma legítima e efetiva coordenação neste domínio.

Na verdade, se há anos atrás a principal preocupação das famílias e dos portugueses era o consumo e dependência de drogas, atualmente, a par do consumo nocivo de álcool, a preocupação crescente é, e desde idades muito precoces, a utilização abusiva e a dependência de jogos *online* e *ecrã*.

Os resultados da avaliação do anterior Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016, permitiram realizar uma análise crítica que relacionou as ações desenvolvidas e a capacidade de resposta instalada com a evolução dos indicadores epidemiológicos, o que foi tido em consideração no planeamento do ciclo de ação 2017-2020.

O Relatório Anual das Respostas e Intervenções de 2018 mais uma vez reflete o esforço dos profissionais e dos serviços no desenvolvimento de ações que concorrem para a diminuição dos comportamentos aditivos e dependência. Uma palavra de profundo agradecimento a todos.

Porém, não estamos satisfeitos com os resultados. A evolução de vários indicadores no âmbito do *Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências, 2018* e do *Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool, 2018*, transmitem-nos o muito que há por fazer. É tempo de convocarmos os nossos valores humanistas e, com uma atitude pragmática, tomar decisões políticas centradas nas necessidades dos cidadãos e das comunidades.

Reiteramos a necessidade de se priorizarem as ações preventivas, que têm vindo a registar perdas de continuidade e de reforço. Impõe-se o reforço das respostas e da capacidade instalada ao nível

do tratamento, da reinserção e da redução de riscos e minimização de danos, pois confirmam-se as tendências de recrudescimento de alguns fenómenos e de consequências ao nível da morbilidade e mortalidade.

As preocupações e prioridades estão identificadas. Tal como no passado, a coragem e investimento político, a inovação, a qualidade dos serviços e dos profissionais e o conhecimento, são fatores determinantes para garantir a continuidade dos bons resultados alcançados e dar resposta às inflexões verificadas e aos novos desafios.

Lisboa, 11 de dezembro de 2019

O Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das
Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool



João Castel-Branco Goulão

Sumário executivo

Domínio da Procura

O **Plano de Ação** em vigor (Horizonte 2020), segundo ciclo do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD), de carácter interministerial, balanceado entre a redução da procura e da oferta, é operacionalizado pelos serviços da **Administração Pública** com responsabilidades nacionais na área dos CAD, que integram nos respetivos instrumentos de gestão as orientações estratégicas e as ações do Plano, da competência dos serviços que representam.

Este 2º ciclo de Ação integra os *outputs* da avaliação intermédia do Plano Ação 2013-2016, com base no grau de execução das ações e nos dados epidemiológicos do **sistema de informação nacional**. As conclusões apontaram para a continuidade das opções estratégicas, **priorizando** o que ficou executado aquém do previsto, as ações que concorrem para o alcance das metas que ficaram por cumprir e os novos desafios a nível da envolvente interna e externa.

No domínio da **procura**, com base em dados epidemiológicos disponíveis e nas necessidades identificadas, as ações "**intervenção e contextos**" e **Dissuasão**" são planeadas por ciclo de vida, com metas quantificadas e específicas.

As respostas desenvolvidas, orientadas por valores **Humanistas**, baseiam-se nas necessidades dos cidadãos e em diagnósticos

sistemáticos dos territórios, e são implementadas de acordo com a evidência científica e o conhecimento produzido, procurando sempre prestar um serviço público de qualidade e eficaz, que promova a **saúde e o bem-estar social**.

A **descriminalização do consumo**, enquanto uma das treze medidas estratégicas veiculadas pela Estratégia Nacional de Luta contra a Droga (ENLCD, 1999), assinala um novo ciclo na definição de políticas de combate à droga e na diminuição das dependências.

A Lei nº. 30/2000, de 29 de novembro é operacionalizada pelas **Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT)**, enquanto **serviços públicos do Ministério da Saúde**, que têm como principal missão **dissuadir** o consumo de substâncias psicoativas entre a população que a eles se dirige, após notificação pelas autoridades policiais ou tribunais. Estas estruturas balizam a intervenção tendo por base o **modelo preconizado pela área da Dissuasão**, com um papel importante no domínio da redução da procura. O alargamento da rede de *stakeholders* e o seu envolvimento na concretização de todas as ações diretamente relacionadas com esta área (174 ações em 2018; 136 em 2017, 77 em 2016) fortalece as respostas e as intervenções disponíveis. Por esta razão, assistimos a um grande investimento na melhoria da **qualidade das intervenções**, com a construção de instrumentos orientadores, formação,

mecanismos de monitorização e avaliação de resultados, assegurando assim a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados aos **cidadãos**.

A nível nacional foram instaurados **11.201 processos de contraordenação** a 10.517 indiciados por consumo, expressando uma inversão da tendência de crescimento registada nos últimos anos. A par com esta diminuição processual, assistiu-se a um decréscimo na identificação precoce de indiciados jovens não dependentes entre os 16-24 anos (menos 13% comparativamente ao ano anterior) e uma redução em cerca de 5% dos indiciados com problemas de dependência (entre os 20 e os 65 anos).

Ainda no domínio da **redução da Procura** é evidenciado no presente Relatório essencialmente a ação das estruturas de saúde ligadas aos CAD das **ARS, I.P./DICAD**, bem como as **respostas e intervenções** dos restantes *stakeholders* que integram a coordenação interministerial neste âmbito, testemunhando o papel relevante que assumem nos distintos determinantes do fenómeno, dessa forma concorrendo para o alcance das metas do Plano.

Neste âmbito salientam-se duas medidas estruturantes das políticas e respostas: o **Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)** e a **Rede de Referência/Articulação** no âmbito dos CAD.

A implementação do PORI sustenta-se no diagnóstico de necessidades de intervenção em territórios específicos, levando à identificação de áreas lacunares de intervenção; em 2018, foram assim atualizados sete diagnósticos e nessa sequência abertos **31 procedimentos concursais: 20 na região Norte** (2 de Prevenção, 8 de Redução de Riscos e Minimização de Danos, 1 de Tratamento e 9 de Reinserção); **5 na região Centro** (1 de Prevenção, 3 Redução de Riscos e Minimização de Danos. e 1 de Reinserção); **3 na região de Lisboa e Vale do Tejo** (Redução de Riscos e Minimização de Danos); **3 na**

região do Algarve (2 de Prevenção e 1 de Redução de Riscos e Minimização de Danos).

Durante o ano em avaliação, estiveram em execução **122 projetos** nos **45 territórios** definidos como prioritários: **58 projetos reportavam-se à área da Redução de Riscos e Minimização de Danos**, 35 projetos à de Reinserção, 26 à em Prevenção e 3 ao Tratamento. O maior número de projetos está localizado na região Norte (56) seguido da região Centro (38), Lisboa e Vale do Tejo (19), Algarve (8) e Alentejo (1).

Relativamente ao cofinanciamento global no âmbito do PORI, foram atribuídos **4 525 700,10 € (quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e setecentos euros e dez cêntimos)**, tendo sido 66,00% dos pagamentos realizados alocados ao eixo da Redução de Riscos e Minimização de Danos, seguido do eixo da Reinserção com 15%, o eixo da Prevenção contou com 14,00%, e por fim o do Tratamento com 5,00%.

Constituindo outra medida estruturante no âmbito da redução da procura, em 2018 a implementação da **Rede de Referência / Articulação no âmbito dos CAD** traduziu-se pela realização, através das **Divisões de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD)**, de 43 iniciativas de divulgação em diferentes estruturas de saúde. No que se refere à formação neste âmbito, realizaram-se 3 ações, tendo estado envolvidos 32 médicos e outros profissionais de saúde dos Cuidados de Saúde Primários. Saliente-se que por parte das DICAD/ARS,I.P. e relativamente ao ano em apreço, continuaram a ser referidas dificuldades ao nível da implementação da Rede, principalmente no que se refere à **inexistência de contratualização no CSP** de indicadores neste domínio bem como a **dificuldades a nível da interoperabilidade dos sistemas clínicos** que permitem a avaliação, monitorização das intervenções e referência dos utentes.

Fora do âmbito estrito das medidas estruturantes, cumpre referir as resultantes do envolvimento dos diferentes parceiros no PARCAD Horizonte 2020, em termos de outras respostas e iniciativa que decorreram neste ano.

O desenvolvimento de **intervenções preventivas** continuou a assentar na ação de diferentes entidades, das quais se destacam as equipas das **DICAD /ARS,I.P.**, as quais levaram a cabo intervenções diferenciadas, dirigidas a diferentes públicos-alvo e a serem concretizadas em múltiplos contextos. Neste âmbito, refira-se a proeminência do **contexto escolar**. Na sua maior parte, trataram-se de intervenções multicomponentes, devidamente estruturadas e realizadas em continuidade ao longo de múltiplas sessões, visando, nomeadamente, o desenvolvimento de competências socioemocionais. Assim e no que se refere ao **programa “Eu e os Outros”**, os dados nacionais apontam para uma implementação em **79 instituições**, abrangendo **3.242 jovens** dinamizados por **399 aplicadores**. Foram concretizadas ao longo do ano de 2018, **24 ações de formação** de aplicadores do Programa Eu e os Outros, que abrangeram **500 formandos**, com um volume formativo global de **190:204 horas**. Ainda e no que se refere à aplicação em **Cabo Verde** deste programa, em 2018 pôde ser aplicado em 18 instituições de nove ilhas do referido arquipélago.

No que se refere a outras intervenções garantidas pelas **ARS, I.P./DICAD**, destacam-se as ações realizadas fora do âmbito educativo, em **contexto laboral/formação profissional; comunitário; universitário e recreativo/festivais**, assumindo frequentemente abordagens com um caráter mais **informativo e /ou formativo**.

No âmbito da ação da **Direção Geral da Educação**, em 2018 realizou-se um inquérito sobre a atividade preventiva realizada pelos agrupamentos de Escolas Públicas. Das 392 Unidades Orgânicas que disponibilizaram dados verificou-se que **92,1% tem vindo a desenvolver esta temática**. Nesta, foram alvo de monitorização seis temáticas: prevenção

do álcool e tabagismo, consumo de outras substâncias psicoativas, uso indevido do medicamento, adição de *écrans* e adição de jogo.

No que se refere ao **Programa de Saúde Juvenil CUIDA-TE** desenvolvido pelo **Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.)**, no âmbito da medida 1 – **Unidades Móveis**, foram desenvolvidas 72 ações onde foram atendidos/ aconselhados/ sensibilizados **11.709 jovens**. No referente à medida 4 – **Gabinetes de Saúde Juvenil**, foram atendidos **10.071 jovens**, em 21 gabinetes. A medida 3 – **Teatro-debate** contou com 128 candidaturas aprovadas que envolveram **9.225 jovens**. No que se refere à área da **Educação Sexual** foram mantidas as respostas linha telefónica, caixa postal e Portal da Juventude.

A iniciativa preventiva em **contexto militar** inserida no Dia da Defesa Nacional (DDN), desenvolvida sobretudo numa perspetiva de **sensibilização**, continuou a ser assegurada pelas estruturas da saúde ligadas aos CAD nas **ARS, I.P./DICAD** coordenadas pelo **SICAD**, em articulação com o **Ministério da Defesa Nacional**.

No total das 7 regiões do país (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) foram abrangidos **63.988 jovens**, da totalidade dos 116.488 participantes (convocados 119 699 cidadãos), que corresponde a 61% dos participantes. Estes jovens participaram nas **1.412 sessões** desenvolvidas nos **545 dias de intervenção** em 30 núcleos de divulgação do DDN. Esta intervenção contou com o envolvimento de **133 técnicos** que despenderam 780 horas em ação direta tempo ao qual se acrescentam 687 horas em deslocação.

O desenvolvimento de modelos e programas em contextos de intervenção específicos, nomeadamente em **contexto laboral**, em 2018 traduziu-se por intervenções junto de **5 entidades alvo municipais** (Câmara Municipal Palmela, Câmara Municipal do

Seixal, Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Coruche, Câmara Municipal Sardoal), 3 delas integradas no Projeto Eurídice envolvendo parceria entre SICAD e CGTP Intersindical. Esta intervenção implicou **formação junto dos responsáveis e trabalhadores**, bem como na definição de circuito de referenciação de trabalhadores com consumo de substâncias psicoativas para as equipas de tratamento da DICAD.

No que se refere a respostas específicas para populações com características particulares, e para além do trabalho executado no âmbito da referenciação e acompanhamento de crianças e jovens, no ano de 2018 registou-se uma participação significativa das estruturas de resposta em CAD na **Estratégia Nacional para Integração das Pessoas Sem Abrigo 2017- 2023**.

Por parte do **SICAD**, foi mantida a colaboração através da sua participação no Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE) e como membro do Núcleo Executivo. No que se refere às **DICAD**, verificou-se uma participação das suas estruturas do terreno nos **NPISA**, bem como em outras ações de planificação e de intervenção junto a este grupo vulnerável.

No âmbito da **Redução de Riscos e Minimização de Danos** e para além das respostas asseguradas pelas entidades cofinanciadas pelo PORI, as **ARS, I.P. / DICAD** continuaram a garantir intervenções em **contextos recreativos, académicos, de festival, de diversão noturna e em eventos comunitários**. No que se refere ao **SICAD** foi continuada a atividade no **Kosmicare**, projeto de intervenção em crise resultante do consumo de SPA. Na edição de 2018, foram abrangidos pela intervenção Kosmicare cerca de **400 indivíduos**.

A área da **Reinserção**, nomeadamente as intervenções realizadas nos **Centros de Respostas Integradas (CRI)** valoriza a **empregabilidade** como uma prioridade para a grande parte dos cidadãos com CAD. Neste sentido, a abordagem focou-se na promoção

do aumento de **competências profissionais e na preparação para a integração laboral**, procurando facilitar o acesso ao mercado de trabalho. A capacidade de colocação profissional foi de **24% das necessidades identificadas**, correspondendo a **671 pessoas**. Já na formação profissional foram integradas **163 pessoas**, o que representou uma **capacidade de resposta de 22%**.

A mitigação das situações de **pobreza e exclusão social** faz parte dos objetivos das abordagens de reinserção, sendo desenvolvida em função dos diagnósticos individuais e planos individuais de inserção contratualizados com os cidadãos com CAD. Existe um conjunto de respostas que tendencialmente contribui para a melhoria das condições de vida desta população e possibilita um melhor exercício da cidadania. Assim, foi possível proporcionar soluções de **habitação ou alojamento a 204 pessoas**, o que representa uma capacidade de resposta de **54% das necessidades identificadas**. A nível da educação **166 pessoas** integraram respostas, correspondendo a **46% das necessidades**. Foram igualmente identificadas **4.102 pessoas** com necessidades de **proteção social**, sendo que **1.730 destas situações foram resolvidas** através da atribuição de apoios diversos: passe social, apoio à alimentação, apoios para subsistência, apoios para a aquisição de medicação, entre outros.. Em termos do acesso a condições básicas para o **exercício da cidadania**, foram **identificadas 1 654 pessoas e respondidas 483 necessidades**.

Visando objetivo potenciar a inserção do cidadão nas redes de suporte, foram desenvolvidas pelas **Equipas de Reinserção dos CRI** diversas iniciativas. A intervenção junto da família e a promoção do desenvolvimento de aptidões sociais através da participação em grupos, nos CRI ou na comunidade local, foram algumas das estratégias desenvolvidas ao longo do ano de 2018.

A **Linha Vida SOS Droga**, serviço telefónico e de mail para o aconselhamento psicológico, disponibilizado de forma anónima, gratuito e confidencial na área dos CAD, visa prestar

suporte emocional em situações de crise, informa e esclarece questões relacionadas com os comportamentos aditivos, dependências e temas associados, assim como sobre as respostas existentes. Em 2018, com o horário entre as 10 e as 18h aos dias úteis, atendeu **3 689 chamadas**, sendo que apenas 11% das chamadas se associavam a questões relacionadas com os CAD. No serviço de e-mail counselling foram rececionados um total de **174 mensagens** constituindo os pedidos de apoio a maior percentagem de solicitações (76%). Estes serviços foram maioritariamente procurados pelos próprios indivíduos requerentes de apoio, seguidos de familiares.

O ano de 2018 foi um ano de continuidade para o **Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS)**, enquadrado no segundo quadriénio do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD). Verificou-se a continuidade de compromissos já estabelecidos e a definição de outros. Refira-se ainda que entraram para o FNAS, em 2018, 2 novos membros: - a IREFREA, o Instituto Europeu para o Estudo dos Fatores de risco em Crianças e Adolescentes e o CEJ, Centro de Estudos Judiciários.

Durante o ano, foi dada continuidade ao trabalho de contacto com entidades, com ou sem anterior ligação ao Fórum, no sentido de renovar a lista de membros desta plataforma, procurando colmatar lacunas anteriormente identificadas. Foi, igualmente, prosseguido o trabalho de **suporte técnico** à estruturação de novos compromissos de ação e o desenvolvimento de iniciativas facilitadoras, mediante reuniões individuais ou a organização de espaços de encontro entre múltiplos parceiros de modo a criar sinergias essenciais ao trabalho em rede.

Concretizou-se uma reunião geral do fórum e comemoraram-se os **10 anos de FNAS**. No final de 2018 o FNAS integrava **88 entidades**, mais 3 com estatuto observador.

Em 2018, e no desenvolvimento de intervenções de **Prevenção e RRMD** dirigidas aos riscos associados ao consumo de SPA, foi dada continuidade ao **Programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e Informativos** desenvolvido pela **Direção Geral da Saúde (DGS)**, o qual assegura a distribuição de materiais informativos, preservativos masculinos e femininos e gel lubrificante. Neste ano, registou-se um ligeiro aumento (0.8%) no número total de preservativos distribuídos, bem como na distribuição de preservativos femininos onde se verifica um aumento de 54%, face ao ano anterior.

Ainda no âmbito da ação da **DGS** foi publicada a Norma n.º 025/2017 de 28/11/2017 sobre a **Profilaxia de Pré-exposição da Infecção por VIH no Adulto**, dirigido às pessoas com risco acrescido de aquisição de infeção por vírus da imunodeficiência humana (VIH).

No âmbito de um **Programa de Acesso Precoce (PAP)**, disponível em mais de 20 hospitais de Portugal Continental, foram abrangidas mais de 300 pessoas, maioritariamente do sexo masculino, cisgénero, na terceira década de vida, e em situação de risco acrescido de infeção por VIH. Até à data não há registo de nenhuma nova infeção no universo das pessoas beneficiárias da PrEP.

No que se refere à prestação de cuidados de saúde hospitalares em **contexto prisional**, no âmbito das **infeções por VIH, VHB E VHC** – Protocolos Prisões, foi publicado o Despacho n.º 283/2018 de 5 de janeiro dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que estabelece a **rede para a prestação de cuidados de saúde hospitalares no SNS**, no âmbito da infeção por VIH, VHB e VHC, para a **população reclusa**. Na sequência desta publicação, em 16 de julho de 2018, a **Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP)** e **28 instituições hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS)** assinaram os **protocolos** no âmbito do tratamento das infeções por vírus da imunodeficiência

humana (VIH) e das hepatites virais na população reclusa.

Em 2018 e ainda no âmbito da ação da **DGS na RRMD**, foi dada continuidade ao desenvolvimento do **Programa de Troca de Seringas (PTS) Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão**, tendo-se registado um número de **1.300.134 seringas distribuídas / trocadas** pelas estruturas participantes no PTS.

No âmbito dos documentos de suporte à **Qualidade / Boas Práticas**, no ano de 2018 prosseguiu-se com o desenvolvimento do conhecimento, potenciando a diferenciação e especialização dos profissionais das estruturas especializadas na intervenção em CAD, bem como a aumento da literacia de outros profissionais de saúde. Finalizou-se o documento de enquadramento conceptual sobre o jogo responsável "**Jogo com mais saúde: um enquadramento conceptual no domínio do jogo responsável**", exercício alargado de estudo e estruturação de conteúdos no âmbito da problemática do jogo, numa perspetiva de Saúde Pública. Neste âmbito, foi ainda dada continuidade ao projeto de investigação de validação do **modelo da mediação social na prática da**

reinserção, dinamizado pelo **SICAD** em colaboração com a **Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC)** e com as **Administrações Regionais de Saúde, IP. (ARS)**. Outra área de desenvolvimento neste domínio foi o da **Intervenção com Crianças e Jovens no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências e com Processos de Promoção e Proteção**, tendo-se iniciado em 2018 a dinamização de um Grupo de Trabalho que visa a harmonização de procedimentos a adotar na avaliação deste tipo de processos mas também a elaboração de um documento técnico-normativo que regule, oriente e sustente tecnicamente a intervenção dos profissionais na área da saúde e do sistema de promoção e proteção à infância e juventude.

No ano de 2018 o Grupo de Trabalho para o Uso Responsável do Medicamento deu continuidade à sua ação, tendo sido elaborado e discutido um acordo de parceria que acompanha o documento de apresentação do Projeto-piloto para a Promoção do Uso Responsável do Medicamento, o qual será a sustentação para a formalização da colaboração entre todos os membros.

Domínio da Oferta

No domínio da oferta, constituem o centro das políticas e intervenções, assente na cooperação nacional e internacional, a diminuição da disponibilidade e do acesso às **substâncias ilícitas** tradicionais e às **novas substâncias psicoativas**, a **regulação e regulamentação do mercado** das substâncias lícitas (álcool, medicamentos e anabolizantes) e respetiva **fiscalização** e a harmonização dos dispositivos legais já existentes ou a desenvolver, nomeadamente no que se refere à área do jogo e da *internet*.

Da avaliação do ciclo estratégico anterior, constata-se que foram desenvolvidas medidas para instalar e/ou consolidar vários sistemas de vigilância e deteção da atividade criminosa, com recurso às novas tecnologias e ferramentas tecnologicamente avançadas. Entraram em **pleno funcionamento** os sistemas previstos de controlo do tráfico ilícito, a nível nacional e internacional, de **vigilância e fiscalização**. Destaca-se o reforço das redes de cooperação estabelecidas entre as várias forças policiais e órgãos de polícia criminal.

Substâncias ilícitas e NSP

Assistimos ao **reforço da cooperação e coordenação interinstitucionais**, nos planos estratégicos e operacionais, no âmbito do sistema de coordenação UCIC - Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta, que integram os Órgão de Polícia Criminal (OPC) e Forças de Segurança.

Verificou-se um **ligeiro aumento do número de ações de vigilância e fiscalização** em mar e na zona ribeirinha, pela **Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Polícia Militar**, bem como operações de controlo e vigilância de passageiros/mercadorias, e a participação em projetos operacionais conjuntos com outros países, tendo em vista a redução da produção, o tráfico e consequentemente a oferta de drogas ilícitas e de novas. O reporte refere **214.588 ações de fiscalização**.

A atividade das autoridades possibilitou a deteção de **produções de cannabis indoor e outdoor**, apesar de ligeiramente abaixo do ano anterior. No ano de 2018, de acordo com os dados constantes do **Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária** (SICPJ), foram detetadas e desmanteladas 139 plantações em território nacional, tendo-se procedido à apreensão de 8.706 plantas.

Assistimos a uma diminuição no **reporte do número de ações inspetivas e de fiscalização** (PSP e GNR) a espaços ou estabelecimentos em que exista a suspeita de serem disponibilizadas, para consumo humano, **novas substâncias psicoativas**.

Comparativamente ao ano de 2017, em 2018 a **Polícia Judiciária** registou um aumento de **novas investigações** visando a identificação e desmantelamento de estruturas criminosas dedicadas ao tráfico de estupefacientes através da internet, em especial através da **darkweb**.

No que respeita ao controlo ao longo da fronteira externa da EU, várias ações e investigações foram desenvolvidas, em articulação e coordenação com congéneres estrangeiras e agências internacionais, para melhorar a **prevenção da entrada de drogas ilícitas e NSP no território da União Europeia (EU)**.

A cooperação e coordenação com os organismos e agências internacionais e europeias competentes viu a sua **capacidade de partilha de informação aumentada**, por via na participação em diversas reuniões, conferências internacionais, no âmbito de vários grupos de trabalho e projetos.

A **Polícia Judiciária** reforçou os mecanismos e suportes operacionais destinados a **investigar no plano financeiro e patrimonial** as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes.

Álcool

No anterior ciclo estratégico, no domínio da **oferta de substâncias lícitas**, em matéria de **álcool**, a regulamentação para o setor teve efeitos positivos, no aumento da idade legal de consumo. Na área dos **medicamentos e anabolizantes** foi feita a monitorização da **Diretiva dos falsificados** e a implementação de ações integradas de **fiscalização**, constituindo uma recomendação o reforço das ações e a cooperação das entidades responsáveis no âmbito da atividade desportiva recreativa, já que para o desporto de competição existe regulamentação própria.

Em 2018 assistimos a uma intensificação clara, por parte da **Comissão Técnica Interministerial**, de que a **política de preços** seja, cada vez mais, um instrumento inibidor do consumo, especialmente no que respeita a populações mais frágeis.

A **Guarda Nacional Republicana**, a **Policia de Segurança Publica** e a **Autoridade de Segurança Alimentar e Económica** procederam, como habitualmente, a **ações de fiscalização**. No total foram fiscalizados cerca de **12.000 estabelecimentos** (próximo do ano anterior). Como infrações mais frequentes apontam-se “Facultar, vender ou colocar à disposição em locais públicos, bebidas alcoólicas a menores” e “Falta de afixação de aviso de forma visível com a menção das proibições”.

A Ação integrada de **fiscalização da venda de medicamentos**, via Internet, sem a subjacente autorização de comercialização e do tráfico de medicamentos contrafeitos, foi reforçada por via da operação PANGEA XI.

Jogo

Ainda no domínio da oferta importa conseguir suporte técnico e científico para a elaboração de propostas legislativas, de regulamentação e fiscalização que garantam oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo. Falamos de vários tipos de jogo, com potencial patológico e aditivo, tais como jogo eletrónico em consolas ou online, de base territorial, ou de jogo a dinheiro ou não.

Contudo a não alteração legislativa (proposta em tempo) que regule a competência do Coordenador Nacional, também nesta área, não tem permitido o desenvolvimento de ações nesta área.

Temas Transversais

14

Investigação e informação

De um modo geral, as iniciativas desenvolvidas em 2018 seguiram as recomendações para o planeamento do **ciclo de ação 2017-2020**, com um investimento na:

- otimização de alguns **sistemas de informação** nos domínios da redução da procura e da oferta, face às necessidades de informação ao nível nacional, europeu e internacional;
- realização de **estudos** periódicos nacionais, como o dos jovens de 18 anos;
- preparação e implementação de estudos de **avaliação das intervenções**, nas áreas da reinserção e da dissuasão;
- otimização dos **recursos na investigação**, tendo como orientação estratégica **aprofundar** nos estudos periódicos promovidos/realizados pelo SICAD, sempre que se justifique em determinado momento, o conhecimento sobre temáticas específicas; em 2018 privilegiou-se como informação a disponibilizar, através do estudo “*Representações Sociais dos Comportamentos Aditivos. Inquérito ao Público Jovem Presente no Rock in Rio (Lisboa)*” (1) a opinião das populações sobre a legalização da cannabis e salas de consumo assistido, com vista a conhecer melhor a avaliação destas políticas por parte das populações e disponibilizar conhecimento à tomada de decisão e (2) as perceções sobre os mercados das drogas;
- otimização dos recursos, através da realização de **novos estudos** com outros parceiros, assim como da análise e disponibilização de informação a partir de múltiplos “**reservatórios de dados**” já disponíveis, privilegiando-se em 2018 a informação em função do género e da região, fatores considerados prioritários para a descrição e compreensão das desigualdades em saúde;
- participação em **projetos e redes de investigação** internacionais;
- transmissão efetiva do conhecimento para a decisão/ação, através de um conjunto de iniciativas implementadas em 2018 com vista a aumentar o **valor percebido do conhecimento produzido**.

No entanto, não foi ainda possível concretizar em 2018 outras recomendações, nomeadamente algumas relacionadas com a temática das NSP, como por exemplo, a constituição de uma efetiva rede nacional de investigação aplicada nesta área e a publicação da Portaria ao abrigo do n.º 8 do art.º 5º, DL 54/2013. Por outro lado, importa também reforçar o investimento na recolha de informação económica e financeira sobre as intervenções.

Formação

De um modo geral considera-se positiva a **atividade formativa** desenvolvida em 2018. A capacitação e a literacia dos profissionais e dos cidadãos configura uma aposta ganha a todos os níveis. Profissionais melhor preparados e cidadãos mais esclarecidos resultarão em ganhos para a saúde. Porém, muito está por fazer. Nem sempre é fácil o acesso ao conhecimento por esta via. Continuam a existir áreas por responder e profissionais por abranger.

A **formação desenvolvida pelo SICAD e pelas DICAD**, especializada e com formadores qualificados, constitui o grosso da formação desenvolvida. A partir da identificação de novas necessidades de formação dos profissionais, o SICAD e as ARS, I.P. / DICAD procuraram responder através da **conceptualização de 17 novas ações de formação**. As **Bolsa de Formadores** dos serviços, cada vez mais robustecidas, são um recurso de que cada serviço dispõe, que lhe permite a dinamização de ações de formação credíveis e certificadas.

Assistimos também à crescente **dinâmica formativa dos restantes parceiros deste Plano**, ao nível da redução da procura e da oferta, destacando o papel da **SCML** e das **autoridades policiais** representadas, designadamente a GNR e a PSP.

A **nível nacional** e considerando as seguintes entidades – SICAD, todas as ARS, IP/DICAD, GNR, Ministério da Defesa Nacional e Polícia Judiciária, foram dinamizadas **40 ações de formação**¹, dirigidos a **2.122 formandos**² num total de volume formativo de **116:375 horas**³.

No que respeita à intervenção em **contexto escolar**, especificamente ao **Programa Eu e os Outros**, podemos dizer que, a nível nacional, se realizaram **24 ações de formação de aplicadores do Programa Eu e os Outros**, que abrangeram **500 aplicadores**, com um volume formativo global de **190:204 horas**.

Para além da atividade formativa certificada e com enquadramento próprio, muitos outros formatos de formação são desenvolvidos pelas entidades que integram a dinamização desta área neste Plano de Ação.

As **ações de sensibilização/informação**⁴ e outros eventos formativos dirigidos a diferentes grupos alvo, a pedido ou enquadrados em projetos desenvolvidos com *stakeholders*, internos e externos, fazem parte das estratégias que adotamos neste domínio. A **nível nacional** foram dinamizadas **1.437**⁵ **ações**, que abrangeram **91.451**⁶ **pessoas** num volume total de **10:803:408:30**⁷ **horas**. Estas ações incluem as ações de sensibilização realizadas no âmbito do Dia da Defesa Nacional.

¹ ARS, LVT/DICAD não facultou este dado, porém desenvolveu ações de formação.

² ARS, Alentejo/DICAD não facultou este dado porém desenvolveu ações de formação.

³ ARS, LVT/DICAD não facultou este dado, porém desenvolveu ações de formação.

⁴ Consideram-se as ações de sensibilização as ações com uma duração até 4 horas;

⁵ Subreportadas;

⁶ Idem;

⁷ Ibidem.

Foram contabilizados **401 estágios** e um volume formativo global aferido de **2:139:232⁸ horas**.

A formação, processo global e contínuo, configura uma valência transversal, com particular importância na intervenção, compreendendo vários níveis de especialização e os diversos grupos a atingir.

Comunicação

No âmbito da **comunicação e informação** assistimos a uma aposta por parte de todas as entidades nas **redes sociais e internet**, ajustando os conteúdos a estes veículos de comunicação.

Importa **transmitir e disseminar o conhecimento**. Conhecer e dar a conhecer, facilitar o acesso, adequando a informação e o conhecimento aos diferentes públicos-alvo, às atuais necessidades de informação, para que a literacia em CAD seja cada vez mais uma realidade. Esta foi uma aposta da maioria dos serviços parceiros do Plano Nacional, na melhoria e utilização das páginas eletrónicas dos serviços e presença nas redes sociais, enquanto canais de partilha de informação e conhecimento, ferramentas de **Comunicação** que resultam numa aproximação à Sociedade Civil e aos cidadãos.

Cooperação e Relações Internacionais

O SICAD assegura a **representação nacional** em vários *fora* europeus e internacionais, promovendo a articulação entre todos os Organismos governamentais envolvidos na problemática dos CAD, por forma a assegurar a convergência de posições, procurando garantir uma ação concertada na defesa das posições nacionais.

Em 2018, o SICAD manteve um elevado nível de **participação** nas instâncias mais relevantes, nomeadamente:

- **Grupo Horizontal Drogas**, grupo de trabalho do Conselho da União Europeia responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas;
- **Coordenadores Nacionais “Droga”**, organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da UE;
- **Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX) e Conselho de Administração** do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT);
- **Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool (CNAPA)**, estrutura que acompanha a implementação da Estratégia da UE para apoiar os Estados Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool;
- **Grupo Pompidou** do Conselho da Europa;
- **Comissão de Estupefacientes** das Nações Unidas;
- **Reuniões** da Organização Mundial da Saúde (OMS) relativas ao consumo nocivo do álcool.

Destas instâncias referidas, importa realçar igualmente o acompanhamento de trabalhos pela **PJ/UNCTE, INFARMED I.P** e **DGPJ** em sede das **Nações Unidas**, e a participação de representantes da **Autoridade Tributária** e da **PJ/UNCTE** nos trabalhos do **Grupo Pompidou**.

Merece particular destaque a eleição de Portugal para a **Presidência do Grupo Pompidou do Conselho da Europa** para o próximo quadriénio, 2019-2022 sob o tema

⁸ As ARS do Centro e Lisboa e Vale do Tejo não fazem referência ao número de horas dos estágios.

“Políticas Sustentáveis de Drogas, respeitando os Direitos Humanos”.

Para além destas participações, representantes da Autoridade Tributária, da PJ/UNCTE, do SIS e do SIED estiveram envolvidos em diversos *fora* que abordam matérias referentes ao **tráfico internacional de estupefacientes**, bem como em atividades de **cooperação e intercâmbio de experiências**, nas áreas de atribuição destes Serviços, com outros países. De referir igualmente a participação do DJ/SCML em inúmeros *fora* internacionais que abordam a temática do **jogo** e a obtenção em 2018 da **certificação em jogo responsável** junto da European Lotteries.

Em 2018, continua a ser de realçar a participação nacional em diversas atividades do **Programa COPOLAD II – Programa de Cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a UE** sobre políticas de luta contra a droga. Esta participação tem contribuído para o reforço das relações de cooperação com os países da América Latina e das Caraíbas. De entre as várias atividades desenvolvidas cumpre salientar **3ª Semana Anual sobre Precusores**, que se realizou em Lisboa, tendo como objetivo promover a cooperação bi-regional entre especialistas policiais, peritos

forenses e analistas da América Latina, Caraíbas e União Europeia. Participaram na reunião 83 peritos oriundos de 36 países, bem como representantes de organizações internacionais e regionais, numa organização conjunta do COPOLAD com o SICAD, a Polícia Judiciária e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

De assinalar ainda, no âmbito dos trabalhos do COPOLAD, o fato de Portugal desempenhar a função de país europeu de referência no grupo de trabalho **“Reforçar a capacidade dos Observatórios Nacionais Drogas na elaboração do relatório nacional”** e no grupo de trabalho sobre os **“Sistemas de Alerta Rápido”**.

Por último, cumpre referir que em 2018, fruto da visibilidade que a política portuguesa tem assumido, o SICAD, em colaboração com outras entidades (CDT de Lisboa, a PJ/UNCTE, a PSP, a DGS, a DICAD da ARSLVT, IP, a Associação Ares do Pinhal, a Associação In-Mouraria, a Associação Vida e Paz, a Associação Crescer e o OEDT.) preparou e acompanhou a receção de **delegações estrangeiras**, num total de 57 visitas, provenientes de países e regiões muito variados, frequentemente com políticas e práticas nacionais muito distintas de Portugal

Enquadramento

O Plano de Ação em vigor (Horizonte 2020), segundo ciclo do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD), de carácter interministerial, é operacionalizado pelos serviços da Administração Pública com responsabilidades nacionais na área dos CAD, que integram, nos respetivos instrumentos de gestão, as orientações estratégicas e as ações do Plano, da competência dos serviços que representam.

Este 2º ciclo de Ação integra os *outputs* da avaliação intermédia do Plano Ação 2013-2016, grau de execução das ações e dados epidemiológicos do **sistema de informação nacional**. As conclusões apontaram para a continuidade das opções estratégicas, **priorizando** o que ficou executado aquém do previsto, as ações que concorrem para o alcance das metas que ficaram por cumprir e os novos desafios a nível da envolvente interna e externa.

Especificando, destacaram-se as metas relacionadas com a *perceção de acesso a drogas entre populações jovens*, para as quais se constatou um agravamento e se verificou o *aumento do consumo recente de qualquer droga ilícita*, mais acentuado entre a população feminina, e as metas relativas às *prevalências de consumo recente, padrões de consumo de risco e dependência de substâncias psicoativas (álcool)* na população geral de 15-74 anos (INPG, 2016/17) para os quais se registaram aumentos face a 2012 – as prevalências de consumo *binge* com uma

frequência mensal passaram de 3,4% para 5,1%, as de embriaguez de 5,1% para 5,4%, e o consumo abusivo e dependência, de 0,8% para 1,0% segundo o CAGE, e de 3,0% para 3,6% segundo o AUDIT (o consumo de risco elevado/nocivo passou de 2,7% para 2,8% e a dependência de 0,3% para 0,8%). Uma vez que os agravamentos foram mais acentuados no sexo feminino e nos grupos decenais acima dos 24 anos nos indicadores relativos a consumos nocivos e de abuso ou dependência de álcool inscritos no PNRCAD, e na população adulta - agravamentos nos grupos decenais acima dos 44 anos, inclusive o mais envelhecido (65-74 anos), em todos estes indicadores, as intervenções sugeridas colocam o enfoque nas metas estabelecidas para 2020, privilegiando a inversão desses indicadores.

A avaliação deu ainda indicações da necessidade de definir medidas para inverter o agravamento dos indicadores relativos às prevalências de jogo de risco e patológico na população geral (15-74 anos), em especial na população feminina.

Metodologicamente, este relatório é um descritivo das respostas e intervenções realizadas em 2018, seguindo a estrutura do Plano Nacional, e integra a informação reportada pelas diferentes **subcomissões** – Intervenção/contextos, Dissuasão, substâncias ilícitas e substâncias licitas, Investigação, Comunicação e Formação, Relações Internacionais.

No domínio da **procura**, com base em dados epidemiológicos disponíveis e nas necessidades identificadas, as ações “**intervenção e contextos**” e “**Dissuasão**”, são planeadas por ciclo de vida, com metas quantificadas e definidas à partida.

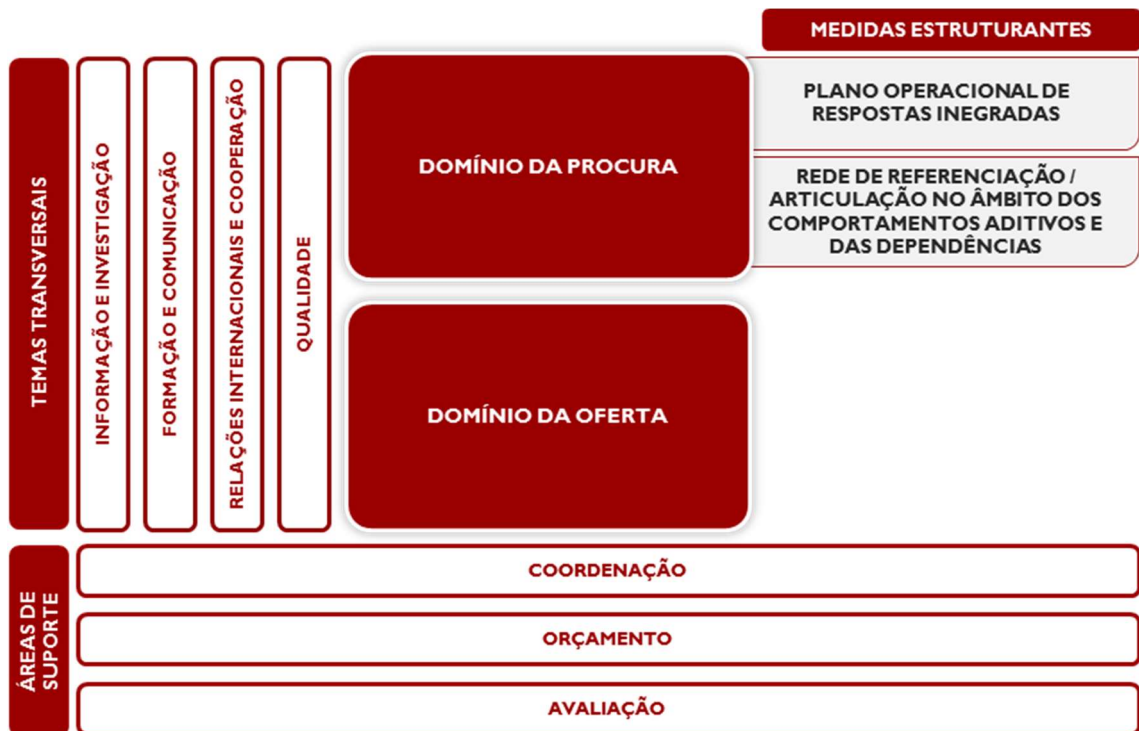
Neste domínio, tem assumido particular relevância o Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI). A Rede de Referência / Articulação, considerada também como uma medida estruturante, tem visto a sua operacionalização complicada.

O domínio da **oferta** contempla as ações no âmbito das **substâncias ilícitas** e da regulação e supervisão do mercado das **substâncias lícitas**.

Através das **áreas / temas transversais** as ações focam-se na produção e disseminação de informação e conhecimento, na capacitação dos profissionais e na cooperação internacional.

Elementos comuns são as áreas de suporte, como a **coordenação, o orçamento e a avaliação**.

Estrutura do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020



Domínio da Procura

As respostas desenvolvidas no âmbito da redução da **Procura** baseiam-se nas necessidades dos cidadãos e em diagnósticos sistemáticos dos territórios, são implementadas de acordo com a evidência científica e o conhecimento produzido, procurando sempre prestar um serviço público orientado por valores **Humanistas**, de qualidade e eficaz, que promova a **saúde e o bem-estar social**.

As políticas públicas em CAD materializam-se no modelo de respostas e de **Intervenções** integradas e no paradigma da **descriminalização** e, atentas às vulnerabilidades individuais e sociais e aos níveis de risco, desdobram-se em ações de **Prevenção, Dissuasão, Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), Tratamento e Reinserção Social**. Para além da abordagem

por **ciclo de vida**, as ações podem estar mais orientadas para contextos específicos em que estes comportamentos se expressam (familiar, comunitário, escolar - básico, secundário, ensino profissional e universitário, laboral, recreativo, desportivo, rodoviário e prisional).

Os quadros normativos e legais em vigor que regulam o acesso a substâncias psicoativas lícitas, ilícitas e ao jogo, são uma dimensão que se tem em conta no desenho e na operacionalização das ações.

Este relatório anual vem, mais uma vez, reforçar a convicção de que o modelo de intervenção em **Dissuasão** constitui um pilar crucial das políticas públicas em CAD.

Objetivo Geral 1. Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências

AS ações deste objetivo geral concorrem para o alcance das metas do PNRCAD:

Meta 2. Aumentar o risco percebido do consumo de substâncias psicoativas;

Meta 3. Retardar a Idade do Início do Consumo de substâncias psicoativas;

Meta 4. Diminuir as prevalências de consumo recente (últimos 12 meses), padrões de consumo de risco e dependência de substâncias psicoativas;

Meta 6. Diminuir a morbidade relacionada com CAD;

Meta 7. Diminuir a mortalidade relacionada com CAD.

Na continuidade das ações previstas no anterior Plano de Ação foram consideradas as seguintes recomendações específicas, para este objetivo geral:

- A implementação da Rede de **Referenciação/Articulação** no âmbito dos CAD em todas as suas componentes deve constituir-se como uma prioridade;
- Deve continuar a ser promovida uma **cultura de registo das intervenções**, de monitorização e avaliação. Reforçar o planeamento, a implementação e avaliação das intervenções, em todas as áreas, dirigidas as fases do ciclo de vida mais precoces, bem como para o grupo etário de mais de 65 anos;
- Impõe-se promover e divulgar o **modelo de intervenção em dissuasão**, otimizar o potencial preventivo das CDT, direcionando a prioridade das intervenções aos jovens em meio escolar, universitário e recreativo. Dar maior visibilidade à lei da descriminalização do consumo e ao trabalho realizado pelas CDT;

Objetivo Específico 1 e Objetivo Específico 2.⁹ *Reduzir os comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoativas, fornecendo as competências e informação necessárias para **evitar ou retardar a iniciação ao consumo de substâncias, identificando precocemente padrões de comportamento desadaptativo predisponentes ao desenvolvimento de CAD, nomeadamente padrões de consumo de substâncias psicoativas como o binge drinking e/ou embriaguez.

Ação 1. Promoção de intervenções preventivas de carácter universal, seletivo e indicado, que facilitem o desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais.

No âmbito desta ação reportam-se as intervenções **carácter preventivo** desenvolvidas, com especial incidência nos **contextos pré-escolar, escolar/universitário, familiar, laboral, comunitário, tutelar, desportivo e recreativo**, dirigidas a crianças e jovens até aos 24 anos de idade com especial incidência nos contextos familiar escolar/universitário, desportivo e recreativo.

A **ARS,I.P. Norte / DICAD**, reporta que procurou assegurar as respostas associadas ao Programa Integrado de Atendimento à Comunidade (PIAC) em sede da consulta de prevenção seletiva e indicada, bem como as associadas aos Centros de Respostas Integradas (CRI).

Foram implementados **30 programas de treino de competências** e **22 programas de cariz seletivo**, correspondendo a um total de 52 programas/ projetos desenvolvidos, tendo sido todos alvo de avaliação de processo e de resultados.

Os programas desenvolvidos na Região Norte foram: **“Eu e os Outros”** (2º e 3º ciclo e ensino secundário); **“Pistas”** (2º ciclo); **“Trilhos”** (3º ciclo) e **“Riscos e Desafios”** (ensino superior). No quadro seguinte apresenta-se o resumo da sua implementação, assim como o número de grupos e de indivíduos abrangidos.

Tabela 1 - Implementação dos Programas de Prevenção no decorrer de 2018

	Universal			Seletiva			Total		
	Inst.	Nº Grupos	Nº Indivíduos	Inst.	Nº Grupos	Nº Indivíduos	Inst.	Nº Grupos	Nº Indivíduos
Eu e os Outros	8	46	943	18	69	1378	26	115	2321
Pistas	8	29	650	1	1	19	9	30	669
Trilhos	8	45	965	3	5	83	11	50	1048
Riscos & Desafios	6	7	103	0	0	0	6	7	103
TOTAL	30	127	2661	22	75	1480	52	202	4141

Fonte: ARS,I.P. /DICAD Norte

⁹ Os objetivos específicos 1* e 2** transformaram-se num único objetivo.

Quanto à **Prevenção Indicada**, foram realizadas 9.538 consultas (4,52% da totalidade dos eventos) junto de 2.160 crianças e jovens (676 novos utentes e 1.484 utentes ativos). As crianças e jovens constituem 16,63% dos novos utentes (676/4064), assim como 8,24% dos utentes ativos (1484/18018).

A **ARS, I.P Centro / DICAD** reporta a realização de intervenções de prevenção universal para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, com recurso a quatro programas/projetos, em diferentes contextos.

Em contexto **pré-escolar** foi aplicado o projeto “**Ger@ções**”, criado em parceria entre a Saúde – **ARS, I.P. / DICAD, Departamento de Saúde Pública-Saúde Escolar** – e a Educação – **Direção-geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção de Serviços da Região Centro** e com a participação do Ensino Superior através da **Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra**. O projeto visa o desenvolvimento de capacidades, atitudes e hábitos relacionados com estilos de vida saudáveis, para fortalecer recursos e competências que ajudem crianças a enfrentar os desafios próprios do seu processo de desenvolvimento.

Foram realizadas, pelos **CRI**, 14 ações de divulgação com a participação de 91 técnicos. Posteriormente, foram realizadas 13 ações de formação dirigidas a 151 Educadores de Infância, num total de 63 Jardins de Infância, onde foram abrangidas 1231 crianças dos 4 aos 6 anos de idade.

Em **contexto escolar** foram aplicados: o programa “**Eu e os Outros**”, o programa “**Cuida-te**” e o projeto “**Like Saúde**”.

24

Realizaram-se oito ações de formação no programa “**Eu e os Outros**”, com cerca de 54h cada, uma com atribuição de créditos dirigidas a 11 professores e 7 formações que abrangeram mais 182 formandos (professores e outros técnicos) em 14 escolas e sete instituições, tendo sido aplicado a um total de 844 jovens.

O “**Like Saúde**” foi desenvolvido em 29 escolas de quatro concelhos do distrito de Leiria, formou e sensibilizou 438 professores, envolveu 195 pais/famílias, realizando-se 51 sessões dirigidas a 1.559 alunos. No âmbito deste projeto, mas de cariz comunitário foi realizado um evento público, contando com cerca de 250 participantes (183 profissionais, na sua grande maioria docentes, 32 assistentes operacionais e 32 alunos)

Ainda em **contexto escolar e de formação profissional**, mas de carácter mais informativo e/ou formativo, nomeadamente, com o programa “**Cuida-te**” e outras intervenções estruturadas pelos CRI locais, foram realizadas em 31 instituições e 30 escolas que envolveram 116 professores, 164 técnicos de educação e outros, 359 pais/famílias e um total de 1873 crianças e jovens.

Em **contexto universitário e recreativo**, foram realizadas oito intervenções (88h) associadas, quer às festas académicas (Semana do Caloiro e Queima das Fitas), quer ao programa “**A(Risco)**”. As intervenções foram precedidas de 12h00 de formação a 13 jovens voluntários com o envolvimento de 18 técnicos, tendo como alvo 187 estudantes identificados e cerca de 17 mil jovens frequentadores das festas académicas.

Em **contexto laboral** foram planeadas e realizadas cinco intervenções, num total de 80 horas, tendo sido realizada formação a 321 trabalhadores e ações de sensibilização a mais 180.

Em **contexto comunitário**, numa perspetiva de prevenção universal e informativa, foram realizadas nove participações em eventos científicos, explanando temas relacionados com os CAD e divulgando os serviços e a publicação de um artigo científico.

Ainda nesta vertente, em **contexto militar**, realizaram-se 341 sessões, em 149 dias, no âmbito do Dia da Defesa Nacional (DDN), envolvendo 19 técnicos e atingindo 15.385 jovens maiores de 18 anos.

Numa perspetiva de **prevenção seletiva** foram realizadas 6 sessões, dirigidas a 57 jovens indiciados na CDT.

A **ARS, I.P. Lisboa e Vale do Tejo / DICAD**, quanto à intervenção preventiva no âmbito dos CAD, continuou a pautar-se por princípios baseados na evidência científica, preconizando intervenções multicompetentes, estruturadas e de continuidade.

Capacitaram as equipas técnicas de prevenção, realizando formação interna e dinamizando articulação externa, envolvendo técnicos das equipas de prevenção das diferentes Unidades de Intervenção Local (UIL), nas seguintes ações de formação:

- Organização da ação de formação para as equipas de Prevenção **“Internet Segura – utilização responsável da Internet”**. Esta ação foi realizada em julho de 2018 (6h00), para 25 técnicos.
- Ações organizadas pela equipa de Coordenação da DICAD na capacitação para a informatização das atividades de prevenção - **“Prevensis – base de dados da Prevenção”** - 8 ações formativas entre 02h00 a 4h00 horas cada – tendo envolvido 16 técnicos diferentes; duas reuniões de trabalho com autor da Base de dados, dr. Pedro Catita.

Em termos regionais, houve intervenção junto e/ou em articulação em 182 instituições diferentes, de diferentes contextos, maioritariamente contexto escolar. Realizaram-se 95 projetos de intervenção, que envolveram 127 entidades-alvo de intervenção em cooperação com outras 55 entidades. Das 127 entidades-alvo, em 79 (62,2%) as intervenções foram multicomponentes, estruturadas e de continuidade. As componentes desenvolvidas foram:

Componente da **área reguladora (nível ambiental)**, onde se desenvolveram quatro tipos de projetos:

1. **Meio laboral:** que envolvem uma intervenção que visa regulamentar a forma de atuação das entidades empregadoras face aos CAD, bem como capacitar chefias e trabalhadores para lidar com a problemática – houve intervenção junto de cinco entidades-alvo: Câmara Municipal Palmela, Câmara Municipal do Seixal, Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Coruche, Câmara Municipal Sardoal, três delas integradas no Projeto Eurídice em parceria com SICAD e CGTP Intersindical e as restantes duas em articulação com o SICAD. Esta intervenção implica formação junto dos responsáveis e trabalhadores, bem como a definição de circuito de referenciação de trabalhadores com consumo de substâncias psicoativas para as equipas de tratamento da DICAD.
2. **Venda Responsável de Álcool e Tabaco** junto dos comerciantes do concelho de Sintra, em parceria com Câmara Municipal de Sintra, Associação Empresarial de Sintra e GNR /PSP Programas de policiamento de proximidade de Sintra, que visa sensibilizar e formar os comerciantes que têm os seus estabelecimentos junto de escolas do 3º ciclo e secundárias quanto ao desenvolvimento de estratégias que garantam o cumprimento das leis de proibição de venda de álcool e tabaco a menores de 18 anos. Foi realizada uma ação de formação para

a equipa Técnica do projeto pela ACIBEV sob o tema “**Serviço responsável de Álcool**”, assim como ações de sensibilização de rua junto de estabelecimentos comerciais. Este projeto está integrado no Fórum Nacional de Álcool e Saúde (FNAS).

3. O Projeto **Venda Responsável de Álcool no Rock in Rio** envolveu 31 técnicos das Equipas de Prevenção da DICAD, foi desenvolvido de forma integrada com área de Redução de riscos e Minimização de Danos (dinamização do stand, com espaço para realizar Teste de Álcool e abordagem face a outras substâncias psicoativas). A intervenção da **Venda Responsável de Álcool** teve dois objetivos: (1) evitar a venda de álcool a menores e (2) sensibilizar para a não disponibilização de álcool a menores junto de quem vem comprar. A metodologia neste festival teve uma intervenção complementar a duas atividades:
 - o Projeto **18+** da responsabilidade da Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas (ANEBE) – envolveu a produção de fitas de pulso 18+ - com a mensagem “beba com cabeça” - em parceria com a DICAD, e a formação a voluntários que estiveram no recinto a distribuir as pulseiras aos jovens que têm 18 anos ou mais;
 - o **Abordagem nos bares e restauração** presente no recinto: realizaram-se 281 abordagens junto dos bares, abrangendo 717 empregados de bar/restauração, entregues 17 dísticos da *Lei do álcool* atualizados e obrigatórios, entregues 812 crachás aos empregados de bares, para colocar ao peito, com mensagens “EU NÃO VENDO ÁLCOOL A MENORES DE 18 – OBRIGADO”.

Para além disso, no stand da DICAD, foi colocada mensagem dirigida à população em geral: “álcool só para maiores de 18”.

4. “**Linhas Orientadoras para lidar com CAD em Meio Escolar**” (escolas e centros de formação profissional) e/ou em meio de instituições tutelares (exemplo: lares de acolhimentos, centros educativos). Foram envolvidas 31 instituições (escolas, centros de formação profissional, centros/lares de acolhimento, etc.). Implica um trabalho integrado com as equipas de Saúde escolar dos ACES, bem como com os agentes da Escola Segura. Envolve adaptação de guião de linhas orientadoras, formação aos técnicos e reuniões de discussão de casos.

Componente informativa

Foram realizadas **88 ações de sensibilização**, que abrangeram **1.853 elementos** da população-alvo, distribuídas da seguinte forma:

- o 1.504 Alunos/Estudantes (dos 10 aos 14 anos – 118 alunos, 868 dos 15-19 anos; alunos do 2.º ciclo de ensino ao secundário, 518 alunos de Escolas /Centros de formação profissional;
- o 105 Jovens dos 20-24 anos, integrados num regimento militar a prestar serviço;
- o 91 Pais/figuras parentais;
- o 52 Participantes de uma festa “Tarde do Fogareiro”;
- o 40 Professores e/ou outros técnicos da área da educação;
- o 34 Outros profissionais da área da saúde e social de contexto comunitário e/ou escolar, tutelar, entre outros;
- o 11 Estabelecimentos comerciais;
- o 8 Jovens de Lar de Acolhimento;

- 8 Agentes de Forças de Segurança, maioritariamente do Programa “Escola Segura”.

Foram realizadas 52 sessões de formação, integradas em 31 ações de formação no âmbito da implementação do guião de procedimentos para lidar com CAD em meio escolar (17 ações) e/ou de componente informativa (com carga horária que variou entre 2h00 e 14h00), junto de 47 entidades, com 603 formandos presentes nas sessões, que incluíram professores, e/ou outros técnicos de educação, técnicos de saúde, trabalhadores no âmbito de intervenção em meio laboral, de contexto camarário, assistentes operacionais (de infantários, ATL, Escola de 2.º e 3.º ciclo, Escola Secundária), técnicos de CPCJ e de contexto comunitário associado, estudantes do ensino superior voluntários da Intervenção na Semana Académica (Ribatejo e Setúbal), técnicos de Centros Educativos da DGRSP, agentes do programa “Escola segura” e pais/figuras parentais.

Foram realizados projetos estruturados de componente informativa, aplicados por técnicos com formação e/ou com os técnicos da equipa de prevenção. Destacamos:

- **“Quem Quer Comandar”**, em parceria entre o CRI Lisboa Ocidental e as equipas de Saúde Escolar de Sintra e Amadora. Abrangeu um total de 1.602 alunos de 15 escolas. Envolveu avaliação pré e pós intervenção.
- Projeto **“Atividade Tasca da Saúde”**, aplicação de uma atividade interativa com duração de 3h00, e implicou refletir sobre os efeitos do consumo do álcool e suas consequências, através da preparação de *cocktails* sem álcool. Foram realizadas duas sessões de sensibilização, de 3h00 cada, num total de 180 participantes.
- Projeto **Álcool+SPA**, desenvolvido em 2 anos letivos junto de 7.º e 8.º ano (4 sessões de 90 minutos cada por grupo-alvo). 2018 foi o segundo ano de aplicação, junto de 8.º anos, de 4 escolas, 24 turmas e 504 alunos.

No total, esta componente informativa, em ações de sensibilização e em ações formativas abrangeu 4.742 elementos de população-alvo.

Componente de desenvolvimento de competências pessoais e sociais onde se incluiu a formação para desenvolvimento de programas específicos, na prevenção universal, seletiva e indicada, que envolvem formação dos aplicadores, monitorização, supervisão e avaliação de resultados:

- **“Eu e os Outros”** (formação dos aplicadores e a implementação implica o mínimo de 7 sessões/10h30 de aplicação e cerca de 7 reuniões de monitorização/supervisão por grupo alvo):
 - Ano letivo 2017/2018 – 4 entidades, 6 turmas/grupos alvo, nível seletivo, 8 aplicadores, total de 109 jogadores (65 alunos de 2.º ciclo; 9 jogadores de instituição tutelar; 14 de contexto comunitário (ATL) e 21 de Escola Profissional).
 - No ano letivo de 2018/19 iniciou-se uma ação de formação não creditada no programa **“Eu e os Outros”** que envolveu 9 entidades, formação a 17 aplicadores. A aplicação do programa inicia em 2019.
- **“Trilhos”**: (programa estruturado que procura promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais no 3.º ciclo escolar, que implica formação de 24 horas aos aplicadores e a implementação junto dos alunos de 24 sessões de 45 minutos, em 2 anos letivos consecutivos).

No ano letivo 2017/2018 foram realizadas duas ações de formação creditada para professores, estiveram envolvidas três escolas, 26 aplicadores, abrangendo 19 turmas, 412 alunos.

- **CAPPYC – "Programa de Prevenção de Abuso de Cannabis para Jovens Consumidores"** (elaborado pela *Fundación de Ayuda contra la Drogadicción FAD-2014*), dirigido a jovens dos 15 aos 18 anos. Aplica-se a nível seletivo e/ou indicado, a partir de formação a técnicos/professores e/ou a aplicação por técnicos das Equipas de Prevenção. A implementação implica o mínimo de cinco sessões de 50 minutos e a monitorização/supervisão junto dos aplicadores por parte das Equipas de Prevenção. Foi implementado em cinco entidades (1 Centro Educativo, 3 Escolas Secundárias; 1 Centro Comunitário), 20 grupos/turmas, junto de um total de 400 adolescentes/jovens, aplicado por 7 técnicos (3 técnicos das Equipas de Prevenção, 4 técnicos comunitários):
 - **"Mais Família"**, um programa de treino de competências parentais que foi implementado a dois níveis: individual e grupal. Em acompanhamento individual, foi aplicado junto de duas famílias, com filhos adolescentes (cinco sessões do programa a aplicar em contexto individual). Na implementação grupal, este foi realizado em parceria com CPCJ e outras entidades comunitárias, com a realização de 12 sessões, abrangendo um total de oito pais/figuras parentais.
- Outros **programas de desenvolvimento de competências**: foram, ainda adaptados/aplicados, pelas equipas de prevenção, um programa integrado em programas estruturados e avaliados (com o mínimo de 8 sessões/10h00 de intervenção por grupo-alvo, entre eles "Tás em Rede" e outros adaptados pelas equipas). Foram envolvidas 3 instituições, 2 técnicos da Equipa de Prevenção, 5 turmas, total de 103 alunos (36 alunos de 1.º ciclo de ensino básico; e 67 alunos de 2 Escolas Profissionais (prevenção seletiva)).

Foram, ainda, desenvolvidos programas de promoção de competências de curta duração, também com avaliação (mínimo de 4h00 e máximo de 10h00 de aplicação por grupo alvo). Foram envolvidas 2 entidades, 3 turmas, no total de 54 elementos de população alvo. No total, a componente de desenvolvimento de competências de vida abrangeu 28 entidades, 66 aplicadores, 56 grupos/turmas e 1.088 elementos de população alvo.

- Na continuidade do "Projeto Integrado de Prevenção no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências com Substâncias Psicoativas em Contexto Escolar (PIP-CAD)" (iniciado em 2014), definido em conjunto entre o Departamento de Saúde Pública (DSP) – Saúde Escolar e a Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD), mantiveram-se os dois objetivos gerais:
 - **Objetivo regional**: Concertar as intervenções preventivas no âmbito dos CAD com substância psicoativa, em parceria com as escolas, para rentabilizar os recursos da área da saúde (DICAD e DSP-Saúde Escolar) e diminuir o número de intervenções pontuais, não integradas em projetos estruturados de prevenção.
 - **Objetivo local**: Reforçar a formação dos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de serviço social e psicólogos) das equipas de Saúde Escolar dos ACES, na prevenção dos CAD.

Articulou-se a intervenção em 33 projetos de intervenção preventiva que envolveram 56 escolas (76,7% das 73 escolas/centros de formação profissional e outras entidades intervencionados pelas Equipas de Prevenção).

A **ARS, I.P. Alentejo/DICAD** reporta intervenções de informação e/ou sensibilização, em prevenção universal, maioritariamente em meio escolar, num total de **196 sessões** realizadas, que abrangeram **5.741** jovens do ensino básico e secundário, com idades entre os 10 e os 19 anos. Realizaram **21 Ações** de Formação para capacitação de **515** técnicos e outros profissionais, que interajam com jovens.

Para o **DDN** assumiu e concretizou a totalidade das sessões previstas para os três centros de divulgação do Alentejo (Beja, Estremoz e Vendas Novas). As referidas sessões, envolveram 16 técnicos (psicologia, serviço social, enfermagem, técnicos psicossociais e outros técnicos superiores das áreas das ciências sociais e humanas. Nos 42 dias, foram realizadas duas sessões diárias, dinamizadas sempre por dois técnicos o que totaliza 84 sessões, num investimento de 126 horas, por onde passaram 4.735 jovens.

Realizou-se Intervenção em contexto laboral, numa autarquia, como uma sessão para dirigentes.

Na **ARS, I.P. Algarve/DICAD** foram realizadas as seguintes intervenções preventivas:

- Carácter universal/seletiva

Componente informativa/formativa

Intervenções de informação e/ou sensibilização, integradas e focalizadas, sobre as substâncias psicoativas e os riscos associados ao seu consumo, em articulação com outras estruturas da **ARS, I.P. Algarve** e com entidades parceiras externas.

Foram realizadas 65 ações em contexto educativo, que abrangeram 2350 adolescentes/jovens.

Foi implementado o projeto “**Quem Quer Comandar**” da autora Carla Frazão, que se insere na área da prevenção do consumo de Substâncias Psicoativas (álcool e *cannabis*), com vertente informativa/ambiental e é dirigido a alunos que frequentam o ensino secundário. O projeto esteve implementado numa escola secundária, tendo abrangido cinco turmas, seis professores, num total de 116 alunos;

Foram realizadas 39 ações em **contexto recreativo**, que abrangeram cerca de 11.300 jovens e adultos.

Foram realizadas 54 ações em **contexto laboral**, que abrangeram 901 adultos.

Componente de desenvolvimento de competências pessoais e sociais

Em **contexto educativo**, a DICAD dinamizou 12 sessões formativas do programa “**Eu e os Outros**”, para um grupo de 13 técnicos, num total de sete escolas/instituições integradas; estes técnicos aplicadores implementaram o programa junto de 127 alunos/jovens, de modo a promover a aquisição/desenvolvimento de competências socio-emocionais e de fatores de proteção. Os momentos de supervisão/accompanhamento técnico da execução realizada pelos técnicos aplicadores, foram integrados no processo formativo.

Em **contexto laboral**, foram dinamizados quatro treinos de competências pessoais e sociais, no domínio da prevenção da desinserção, que abrangeram 48 indivíduos.

Intervenção preventiva de carácter indicado:

Manteve-se em funcionamento o **Gabinete de Atendimento a Jovens e Envolvertes** (GAJE) valência da ETEP, que funciona com duas consultas: 1 na zona do Sotavento, em Faro; 1 na zona do Barlavento, em Portimão.

No âmbito do GAJE, foram realizadas 1.018 consultas de apoio psicossocial, desenvolvidas para 171 utentes ativos.

Ainda no mesmo domínio, como complemento à intervenção realizada com os jovens, inserindo-se na perspetiva de prevenção em **contexto familiar**, a ARS, I.P. Algarve / DICAD utilizou o **“Guia para Pais - Prevenção do Uso / Abuso de Drogas e Álcool no trabalho”** individual psicoeducativo desenvolvido com as famílias/outros agentes educativos. Corresponde à tradução e adaptação do original **“Family Checkup - Positive Parenting Prevents Drug Abuse, publicado pelo National Institute on Drug Abuse”** (NIDA).

Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA), aprovado pelo Despacho/SEADN n.º 11921/2015, de 23 de outubro, deu-se continuidade à execução das ações, abrangendo todo o ciclo de vida.

O PPCACDFA estrutura-se em três eixos de atuação. No primeiro, **segurança militar** estão contempladas todas as ações para a dissuasão e controlo de consumo de substâncias psicoativas, bem como atividades ligadas à redução da oferta em meio militar, envolvendo atividade de rastreio de álcool e drogas, bem como pesquisa de substâncias com recurso a equipas cinotécnicas. O segundo eixo - **promoção da saúde**, contempla ações de prevenção primária, secundária e terciária que visam a promoção da saúde na sua vertente preventiva, de diagnóstico, tratamento e reabilitação. O terceiro eixo – **eixo transversal**, procura a melhoria da qualidade do PPCACDFA, contemplando ações como a formação, a melhoria da comunicação entre os diferentes parceiros e a sua divulgação. Fazem também parte deste eixo estruturante as atividades de cooperação com entidades externas, vitais à constante atualização do programa.

Paralelamente, em cumprimento do estabelecido pelos normativos internos, foram aplicadas nas Forças Armadas todas as disposições legais e regulamentares em vigor relativas ao consumo de álcool e do tabaco.

- População-alvo: 27.012 militares (todos os militares na efetividade de serviço até 31 de dezembro de 2018).
- Custos associados (rastreamentos toxicológicos, rastreamentos de alcoolémia, pesquisa de droga com recurso a equipas cinotécnicas): 265.820,07€

O PPCACDFA, apesar de dirigido em especial aos militares das Forças Armadas, pretende também abranger ações preventivas dirigidas aos alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar e Instituto dos Pupilos do Exército). Com vista à prossecução deste objetivo, iniciou-se, em parceria com o SICAD, a aplicação do programa de prevenção “Eu e os Outros”, a 13 turmas dos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do secundário (5º, 6º, 7º e 10º ano), de ambos os estabelecimentos.

N.º de pessoas abrangidas pelo projeto: **2 técnicos do Ministério da Defesa / Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, 2 técnicos do Ministério da Saúde / SICAD, 23 professores** dos EMES e cerca de **250 alunos**, com idades entre os 10 e 16 anos.

Produção de um *draft* de regulamento para controlo toxicológico de substâncias psicoativas, a ser aplicado ao pessoal civil a exercer funções nos Ramos das Forças Armadas, ainda não foi aprovado.

No âmbito da promoção da saúde juvenil, o **Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.)** tem procurado privilegiar, como espaço de intervenção, as áreas da sexualidade juvenil, da prevenção dos comportamentos aditivos e da promoção de alimentação saudável e da atividade física e desportiva, conforme a alínea g) do n.º 3 do artigo 4.º do DL n.º 98/2011 de 21 de setembro.

Tem sido dada continuidade a três projetos: programa **“CUIDA-TE”**, a **“Sexualidade em Linha”** e a **área da saúde do Portal da Juventude**. Estes projetos constituem um importante espaço de acolhimento no que respeita à informação temática, através dos quais se promovem estilos de vida responsáveis e saudáveis.

Apesar das restrições inerentes à escassez de recursos humanos alocados no âmbito do protocolo do programa (que têm sido cada vez mais parcos e em número insuficiente) e à escassa dotação orçamental, já verificada nos anos anteriores, foram realizados esforços no sentido de dar sequência às atividades previstas no âmbito de cada um dos projetos.

Esteve em elaboração (consultadas pelas áreas governativas atinentes à execução e acompanhamento das suas medidas) uma proposta de portaria referente à renovação do programa (o “Cuida-te +”). Concretamente, foi trabalhado um diploma enquadrador do novo programa de saúde juvenil e o seu respetivo regulamento, a publicar durante 2019. Todavia, dado que até final do ano transato o programa em vigor se reportou à sua versão original, as atividades descritas inserem-se exclusivamente no âmbito da Portaria 655/2008.

O programa **“CUIDA-TE”** tem como população-alvo jovens entre os 12 e os 25 anos, embora envolva outros destinatários, como populações-alvo estratégicas: professores, pais, dirigentes associativos, profissionais de saúde, entre outros.

Os objetivos gerais do programa visam:

- Educar para a saúde, promovendo a aquisição de conhecimentos e competências nesta área, de forma global e integradora;
- Estudar, partindo dos diagnósticos realizados junto de jovens no âmbito deste programa, os estilos de vida dos adolescentes, os principais indicadores do seu estado de saúde e os seus comportamentos face à saúde, com o intuito de melhorar e adaptar as intervenções nesta área.

Das cinco medidas consagradas na Portaria n.º 655/2008, de 25 de julho para execução do programa **“CUIDA-TE”** (Medida 1 - Unidades Móveis; Medida 2 – Formação; Medida 3 - Teatro debate; Medida 4 - Gabinetes de Saúde Juvenil e Medida 5 - Apoio a projetos), nos últimos anos, apenas foram executadas as medidas 1, 3 e 4, dadas as restrições mencionadas.

Resultados que contribuíram para o Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências - Horizonte 2020:

Medida 1- Unidades Móveis

O período de candidaturas decorreu de 12 de janeiro a 9 de fevereiro. Foram recebidas 121 candidaturas (distribuídas de acordo com a tabela abaixo) e aprovadas 55:

Tabela 2 – Medida 1 – Unidades Móveis/Candidaturas ano de 2018

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Total
Recebidas	33	37	20	17	13	121
Aprovadas						55

Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.)

Foram desenvolvidas 72 ações. A disparidade entre esse número e as candidaturas aprovadas advém, não só do facto de não se terem realizado algumas atividades previstas, mas também da execução de ações não previstas, nomeadamente em festivais realizados em várias regiões do país.

Tabela 3 - Medida 1 - Unidades Móveis 2018

Direções Regionais	Nº de Ações	Ações em %	Nº de Jovens	Jovens em %
Norte	-	-	280	2,39%
Centro	22	30,50%	2132	18,20%
LVT	12	16,67%	320	2,73%
Alentejo	25	34,70%	8977	76,67%
Algarve	13	18,05	-	-
Total	72	100%	11709	100%

Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.)

Maioritariamente, as **ações decorreram na região do Alentejo**, numa percentagem de 34,7% face ao total nacional. Foi também no Alentejo que foi envolvido o maior número de jovens (**8.977**), o que corresponde a 76,67% **do número total de jovens (11.709 jovens)**.

No final de 2018, as Direções Regionais procederam à reparação e atualização do *layout* das suas respetivas unidades móveis, dadas as necessidades identificadas desde 2016 e o seu agravamento, que requeriam ação atempada.

Medida 3 - Teatro-debate

À semelhança da medida 1, o período de candidaturas decorreu também de 12 de janeiro a 9 de fevereiro, dando continuidade ao protocolo com a entidade sem fins lucrativos USINA. Foram submetidas **271 candidaturas** e aprovadas 130, (128 destinadas a decorrer nas Direções Regionais e 2 peças reservadas para a programação de atividades da responsabilidade dos Serviços Centrais). Do ponto de vista geográfico, verificou-se a seguinte distribuição:

Tabela 4 - Medida 3 - Teatro Debate 2018

Direções Regionais	Nº Projetos Aprovados	Peças realizadas	Peças realizadas em %	Nº de Jovens	Jovens %
Norte	50	50	39,40%	3.970	43%
Centro	35	35	27,60%	2.671	29%
LVT	30	30	23,60%	1.848	20%
Alentejo	8	8	5,50%	430	4,70%
Algarve	5	5	3,90%	306	3,30%
Total	128	128	100%	9.225	100%

Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.)

Conforme constante no relatório final entregue pela USINA, a sua execução envolveu **122 instituições locais** (na sua maioria estabelecimentos de ensino) e **9.225 participantes**, jovens de ambos os sexos, com idades entre os 12 e os 25 anos de idade.

Dos **130 espetáculos protocolados e aprovados**, foram realizados **128** (tendo sido 2 reservados pelos serviços centrais do IPDJ, não se tendo realizado até à data): **50 na região Norte, 35 na região Centro, 30 na região de Lisboa e Vale do Tejo, 8 espetáculos na região do Alentejo e 5 na região do Algarve.**

Quanto aos elementos avaliativos, foram recolhidos apenas indicadores de processo, utilizando dois questionários de satisfação: um dirigido aos responsáveis da entidade cuja candidatura foi aprovada e outro dirigido aos jovens destinatários. Estes questionários foram enviados sistematicamente a todas as entidades após a realização de cada espetáculo. Constituíram-se como modelo de avaliação e monitorização das candidaturas aprovadas, com o objetivo de quantificar e qualificar o impacto do espetáculo. Foram recebidas 83% das avaliações, correspondendo cada uma a um espetáculo realizado. Dos 128 espetáculos realizados, foram recebidas 106 avaliações dos jovens destinatários.

- Das 106 avaliações recebidas, apenas 37 reportam observações por escrito, que exprimem genericamente uma boa adesão à metodologia do teatro-debate e o interesse pelas temáticas.
- Na execução por temática, a maioria dos espetáculos realizados recaiu sobre a **Sexualidade, o que se verifica em quase todas as regiões**, seguida da **dos Consumos e Dependências**, exceto na região de Lisboa e Vale do Tejo em que o **bullying** teve mais espetáculos realizados.
- Na região do Alentejo não se realizaram peças sobre a temática do Tabagismo, e na região do Algarve não se realizaram peças sobre o **bullying** nem sobre alimentação e hábitos saudáveis.

Medida 4 - Gabinetes de Saúde Juvenil (GSJ)

A nível nacional, estiveram ativos **21 Gabinetes de Saúde Juvenil**, com representatividade em todas as Direções Regionais (DR) do IPDJ I.P., tendo sido feitos **10.071 atendimentos a jovens**.

Tabela 5 - Medida 4 - Gabinetes de Saúde Juvenil 2018

Direções Regionais	Nº Gabinetes	Nº de Atendimentos	Nº de Atendimentos %
Norte	5	3801	37,70%
Centro	7	3406	33,80%
LVT	3	520	5,20%
Alentejo	3	1263	12,50%
Algarve	2	737	7,30%
Sede	1	344	3,40%
Total	21	10 071	100%

Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.)

Verificou-se que foi na **Direção Regional do Norte**, logo seguida da Direção Regional do Centro que se realizou o maior número de atendimentos, numa percentagem de 37,7% e 33,8% respetivamente face ao total nacional.

Os **GSJ** proporcionam um apoio de carácter gratuito e confidencial em valências consideradas de grande necessidade e interesse junto da população juvenil. A sua acessibilidade é comprovada pela sua significativa adesão, pelo que os GSJ continuam a constituir um recurso indispensável na área da promoção da saúde juvenil em Portugal. No entanto, a cada vez menor capacidade dos parceiros disponibilizarem recursos humanos tem-se acentuado nos últimos anos e limitado, em forte medida, o serviço prestado.

A 1 de setembro de 2018 foi aberta uma nova valência de **Atendimento Psicológico no Gabinete de Saúde Juvenil da sede do IPDJ. I.P.** que passou a funcionar às quartas-feiras das 13h00 às 16h00. Este passo exigiu uma criteriosa e exaustiva divulgação do serviço a parceiros envolvidos nas temáticas da juventude da sociedade civil, que têm, desde então, referenciado diversos jovens para serem acompanhados, sendo atualmente a psicóloga clínica e da saúde que gere o programa quem presta o serviço. Nessa sequência, foi feito um questionário de satisfação, para avaliar a receptividade destes jovens, desde logo implementado, mas passível de ser aplicado a todos os jovens utentes às diversas valências de atendimento, como por exemplo: consultas de nutrição, psicologia, comportamentos aditivos, sexualidade, entre outras, reconhecendo a importância de recolher informação sobre o grau em que os serviços oferecidos vão ao encontro das necessidades dos seus destinatários.

Planeia-se para 2019 que o referido instrumento seja generalizado a todas as valências de todos os Gabinetes de Saúde Juvenil do IPDJ I.P., tendo sido enviado às cinco Direções Regionais, para serem distribuídos para preenchimento aos jovens beneficiários.

A **Direção Geral da Educação (DGE)**, no sentido de fazer uma monitorização ao trabalho que as Escolas e Agrupamento de Escolas têm vindo a fazer, no âmbito da prevenção dos CAD, divulgou um questionário à totalidade dos professores Coordenadores de Educação para a Saúde, tendo as direções das escolas sido também informadas e sensibilizadas para a necessidade do seu preenchimento.

Foram contactadas **802 Escolas e Agrupamento de Escolas públicas**, tendo respondido **422**, o que corresponde a uma **taxa de resposta de 52,6%**.

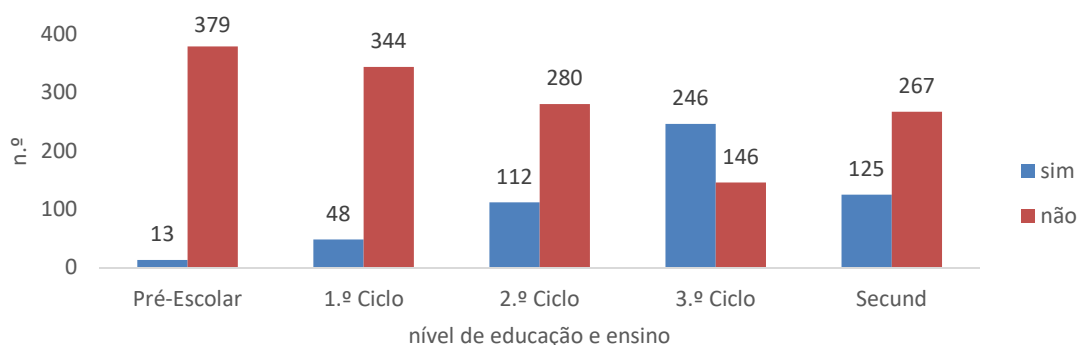
Das 422 que responderam ao questionário, **31 Unidades Orgânicas (UO) apenas inseriram os dados relativos à identificação da escola**, sem preencherem os restantes elementos.

Das 392 Unidades Orgânicas (UO) que preencheram as questões relativas ao trabalho que têm realizado quanto à prevenção dos CAD, 361 (92,1%) responderam que, desde 2017, têm vindo a desenvolver esta temática. Foram alvo de monitorização seis subtemáticas, correspondentes à **prevenção do: Álcool, Tabagismo, Consumo de outras substâncias psicoativas, Uso indevido do medicamento, Adição ao ecrã e Adição ao jogo**.

Quando analisado por nível de educação e ensino, é no **3.º ciclo** que são mais trabalhadas as diferentes subtemáticas.

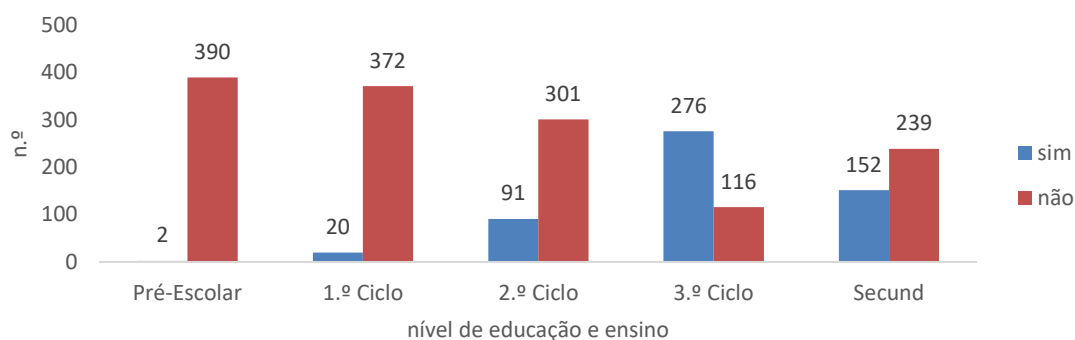
No que se refere à **prevenção do consumo de álcool**, **255 UO** responderam que desenvolvem, em pelo menos um dos níveis de educação e ensino, a temática, o que corresponde a 31,8% do total de UO da rede de escolas públicas e a 70,6% das UO que referiram trabalhar os CAD.

Gráfico 1 - Prevenção do consumo de álcool



Em relação à **prevenção do consumo de outras substâncias psicoativas**, **283 UO** responderam que desenvolveram, em pelo menos um dos níveis de educação e ensino, a temática, o que corresponde a 35,2% do total de UO da rede de escolas públicas e a 78,4% das UO que referiram trabalhar os CAD. Entre as subtemáticas analisadas, é esta a mais trabalhada no ensino secundário.

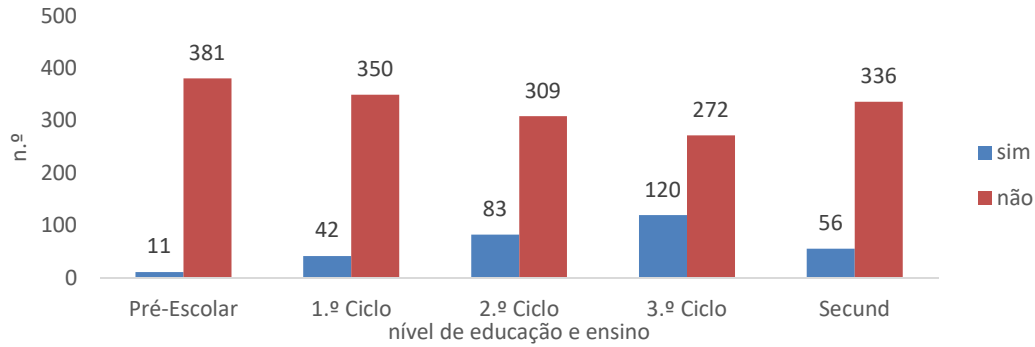
Gráfico 2 -Prevenção do consumo de outras substâncias psicoativas



Fonte: Direção Geral da Educação

No que se refere à **prevenção do uso indevido do medicamento**, **136 UO** responderam que desenvolveram, em pelo menos um dos níveis de educação e ensino, a temática, o que corresponde a 17% do total de UO da rede de escolas públicas e a 37,7% das UO que referiram trabalhar os CAD.

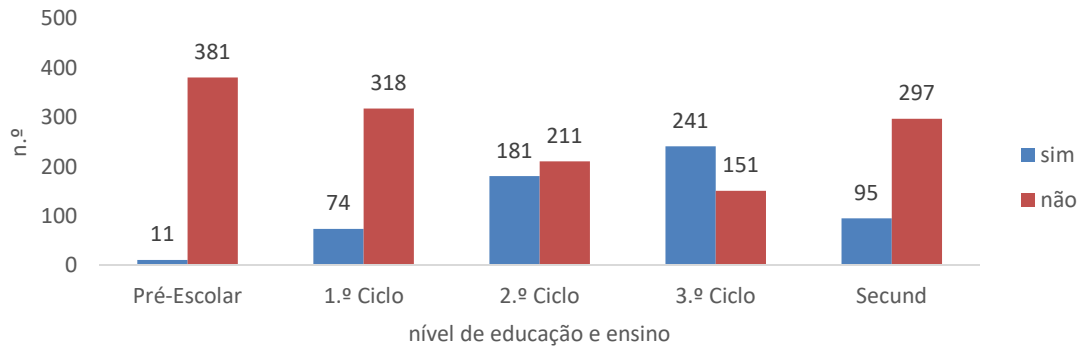
Gráfico 3 - Prevenção do uso indevido do medicamento



Fonte: Direção Geral da Educação

Quanto à **prevenção da adição ao écran**, **248 UO** responderam que desenvolveram, em pelo menos um dos níveis de educação e ensino, a temática, o que corresponde a 30,9% do total de UO da rede de escolas públicas e a 68,7% das UO que referiram trabalhar os CAD.

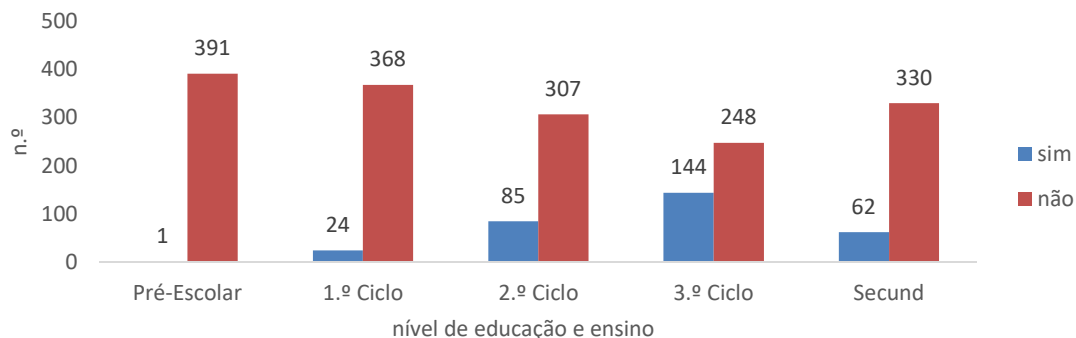
Gráfico 4 - Prevenção da adição ao écran



Fonte: Direção Geral da Educação

No que respeita à **prevenção da adição ao jogo**, **154 UO** responderam que desenvolveram, em pelo menos um dos níveis de educação e ensino, a temática, o que corresponde a 19,2% do total de UO da rede de escolas públicas e a 42,7% das UO que referiram trabalhar os CAD.

Gráfico 5 - Prevenção da adição ao jogo



Fonte: Direção Geral da Educação

Quando questionadas sobre se, entre 2017 e 2018, desenvolveram algum tipo de formação no domínio da prevenção dos CAD:

- 100 Referiram ter disponibilizado formação a docentes;
- 55 Referiram ter disponibilizado formação a Assistentes Técnicos/Operacionais;
- 40 Referiram ter disponibilizado formação a psicólogos;
- 92 Referiram ter disponibilizado formação a pais/encarregados de educação;
- 209 Referiram ter disponibilizado formação a alunos.

A **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)** através da implementação do **Projeto SELO PROTETOR** *projetos de prevenção universal*, promove uma medida de política pública que é reconhecidamente permissora da salvaguarda dos Direitos das Crianças e Jovens.

- Trata-se de um projeto inovador na promoção de uma maior eficácia e eficiência de todo o sistema português de promoção e proteção da infância e juventude, desenvolvido pelas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude como uma boa prática de trabalho integrado e em rede.
- Receber o **SELO PROTETOR** significa que a entidade tem o foco nos direitos das crianças, criando metodologias proativas de promoção desses mesmos direitos.
- Foram reconhecidas, como entidades protetoras, 34, abrangendo 31.360 crianças/jovens, 2.867 docentes e 1.318 pessoal não docente.

Em relação ao **Projeto Adélia** - *mais capacitação, mais proteção, mais famílias positivas, mais inovação social*, constitui-se como uma medida de apoio à parentalidade positiva e à capacitação parental, cofinanciado pelo programa Operacional Inclusão Social e Emprego, assume-se como uma estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança, baseada no conhecimento da realidade infantojuvenil, encontrando-se num processo de avaliação. Abrange as regiões do Norte, Centro e Alentejo e tem como público-alvo crianças e jovens, famílias e cuidadores, profissionais que trabalham com famílias, CPCJ e Entidades com Competências em matéria de Infância e Juventude.

O **SICAD** deu continuidade à coordenação nacional do programa **“Eu e os Outros”**, com o apoio/parceria das ARS, I.P. / DICAD. As atividades desenvolvidas desdobraram-se em diferentes dimensões: processos de monitorização, produção de propostas de desenvolvimento técnico, revisão da narrativa da *cannabis* e o desenvolvimento de projetos-piloto visando o ensaio de novos conteúdos e metodologias.



A monitorização foi objeto de três reuniões. Em novembro foi ultrapassada a situação de impasse quanto à renovação da creditação do seu cujo pedido havia sido submetido em julho de 2017, junto do Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua (CCPFC).

Quanto à produção de propostas de desenvolvimento técnico procedeu-se à estruturação de uma proposta de revisão dos procedimentos avaliativos, incluindo a proposta de criação de uma plataforma informática de suporte à avaliação, (ver Relatório atividades 2018- SICAD).

Concretizou-se o trabalho de atualização de conteúdos e enredos da narrativa 2 consagrada aos consumos ligados à *Cannabis*.

Tabela 6 - Distribuição Regional da Implementação do Programa Eu e os Outros

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAIS
Instituições	18	21	17	10	11	79
Aplicadores	82	212	64	21	20	399
Jovens	1111	544	1075	314	198	3242

Deu-se continuidade ao desenvolvimento da intervenção no concelho de Odivelas – **A implementação do programa no Concelho de Odivelas**, está enquadrado na integração do SICAD no Plano Estratégico Concelhio de Prevenção das Toxicodependências (PECPT) e visa o ensaio de novos conteúdos e novas estratégias resultantes dos processos de atualização e adaptação das narrativas que o compõem. Em 2018, a intervenção, ensaiou a abordagem a novos conteúdos, quanto ao papel das substâncias psicoativas no desenvolvimento psicosexual, tendo, para tal, sido explorada a narrativa **Amores e Desamores (narrativa 5)**.

O Grupo de Trabalho (GT) que iniciou o novo ano letivo tinha uma constituição mais alargada, envolvendo **26 formandos** dos quais apenas 7 eram novos aplicadores, sendo que 6 eram do género masculino e 20 do feminino. O aumento da dimensão do grupo teve a ver com a **narrativa escolhida**, que incidiria sobre a **sexualidade, o papel das substâncias psicoativas nesta área e a violência no namoro**. Por grupo profissional, 6 formandos eram docentes, 5 psicólogos, 7 enfermeiros, 4 agentes de segurança, 3 técnicos da autarquia e 1 técnico de ação social.

À semelhança do ano anterior, a formação presencial teve o seu início ainda em 2017, a 12 e 15 de dezembro, decorrendo os restantes módulos a 5 e a 8 de janeiro de 2018.

Foram constituídos **11 grupos de aplicação** distribuídos por **9 instituições** num total de **244 alunos**, distribuídos da seguinte forma:

Escola	Ano / Disciplina	Número de alunos	Género F+M	Idade
E S Ramada	8º	28	16F+12M	Média 13 anos
E S Caneças	10º (Saúde)	14	13F+1M	15 / 17
E S Odivelas	CEF 2 (9º) Op Informáticos	17	2F/15M	16 / 19
Escola Básica 2,3 Moinhos da Arroja-Odivelas	8º	22	10F/12M	13 / 17
Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paia / Pontinha	10º B/C	20	6F/14M	15 / 19
Escola Secundária Pedro Alexandrino	3 TT (12º ano)	10	7F/3M	18 / 21
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas: Escola Básica António Gedeão	9 B	29	14F/15M	14 / 15
	9 A	29	14F/15M	14 / 17
	9 D	30	12F/18M	14 / 17
Agrupamento de Escolas D. Dinis - Odivelas	7 F	21	8F/13M	12 / 15
E S Brancaamp Freire	11º	24	14F/10M	15 / 20
TOTAIS		244	116F/128M	13 / 21

Fonte: Relatório Atividades 2018 - SICAD

A **integração dos agentes do programa de proximidade “Escola Segura”** foi avaliada como muito positiva, traduzindo-se no desejo de continuidade da sua participação no programa de trabalho desenhado para o ano letivo 2018/19.

No contexto da **cooperação com os países de língua portuguesa**, e dando continuidade à intervenção iniciada em 2015 de **adaptação e suporte às estruturas governamentais de Cabo Verde para a implementação do programa “Eu e os Outros”**, fez-se o acompanhamento técnico da equipa de coordenação cabo-verdiana, que se traduziu numa reunião via skype, em Março e pelo fornecimento, por parte deste organismo, de um relatório de ponto de situação remetido ao SICAD, em Outubro, reportando que o programa foi implementado em **18 instituições em 9 ilhas do arquipélago** (112.47.1a Acompanhamento da Implementação do programa “Eu e os Outros” em Cabo Verde).

Na área preventiva, mas numa perspetiva de sensibilização, as estruturas da saúde ligadas aos CAD, coordenadas pelo SICAD, deram continuidade ao modelo de **intervenção da saúde em contexto militar**, no **DDN**, em articulação com o Ministério da Defesa Nacional.

Tabela 7 - Dados globais da implementação do DDN – 2018

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	RAA	RAM	TOTAL
Locais (núcleos de divulgação DDN)	Porto, Gaia, Póvoa do Varzim, Braga, Vila Real, Chaves	Coimbra, Viseu, Ovar, Monte Real	Alfeite, Barreiro, Queluz, Stª Margarida, Sintra e Lisboa	Beja; Estremoz e Vendas Novas	Portimão	Ponta Delgada, Terceira, Faial, Pico, S. Jorge, Sta. Maria, Graciosa, Flores, Corvo	Porto Santo, Funchal	30 núcleos
Nº de Dias DDN previstos 2018 (valor de 2017)	188 (290)	186 (198)	313 (308)	42 (42)	46 (44)	33 (34)	25 (26)	935 (943)
Nº de dias cobertos pela Saúde (valor de 2017)	126 dias 378 sessões	149 dias 341 sessões	127 dias 312 sessões	42 dias 84 sessões	41 dias 82 sessões	35 dias 73 sessões	25 dias 73 sessões	545 d 1.343 s (572)
Percentagem de cobertura em 2018 (valor de 2017)	44% (48%)	81% (89%) ↓	41% (44%) ↓	100% (100%) =	87% (68%)	100% (100%) =	100% (100%) =	Média 58% (61%)
Nº previsto de jovens (valor de 2017)	41 198	23 475	38 928	4 735	4 482	3 289	3 587	119 699 (116.488)
Estimativa de cobertura em 2018 (valor de 2017)	19 101 (20.016)	15 385 (18.157)	15 663 (16.659)	4 735 (4.661)	3 954 (2.808)	2 858 (2.802)	2 292 (2.128)	63 988 (67.231)
Nº de Técnicos envolvidos (valor de 2017)	22	19	27	19	7	37	2	133 (115)
Tempo de investimento/deslocação Total	189 Horas	180h/440h 620 horas	248h/127h 375 horas	42h/84h 126 horas	46h/36h 77 horas	44 Horas	35h/- 36h30'm	780h30/68 7h 1.467h30

Fonte: SICAD/Relatório DDN 2018

Concretizou-se a 14ª edição do DDN, que previa a convocatória de 119.699 cidadãos nascidos em 1999, a ser dinamizada em 936 dias de intervenção, a concretizar em 30 Centros de Divulgação da Defesa Nacional distribuídos por todo o território continental e regiões autónomas. Foram abrangidos **63.988 jovens**, dinamizadas **1.412 sessões** ao longo de 545 dias, por 133 profissionais das equipas das diferentes **ARS, I.P. / DICAD e Direções Regionais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores**. A intervenção da saúde na abordagem aos CAD no âmbito do DDN decorreu nas 7 regiões previstas.

No quadro do desenvolvimento de modelos e programas em contextos de intervenção específicos a **intervenção em contexto laboral**, assegurada pelo **SICAD**, incidiu na consolidação de diferentes vertentes de atuação através da dinamização e reforço das ações e parcerias.

Em estreita articulação com entidades empregadoras privadas e públicas, foi possível dar resposta a todas as solicitações, nomeadamente no que se refere à análise de programas e projetos de intervenção, bem como de documentos conceptuais e organizativos, emitindo os respetivos pareceres e propostas de desenvolvimento.

Deu-se continuidade às sessões informativas, de sensibilização e formativas dirigidas a profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral de acordo com as necessidades identificadas, tendo como destinatários entidades públicas, e privadas, empresas, autarquias e serviços municipalizados, abrangendo diversos públicos como dirigentes, quadros superiores e responsáveis de Higiene e Segurança no Trabalho, alunos de escolas de ensino profissionalizante e profissional, profissionais de saúde, professores e alunos do ensino secundário.

Esta intervenção abrangeu **782 profissionais e estudantes**, num total de **68 horas de sensibilização ou formação**, representando um total de **volume de formação de 53:156 horas**.

O **SICAD** esteve, ainda, presente em vários encontros e grupos de trabalho nacionais nomeadamente no **Encontro UGT "A Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas no Trabalho"**, realizado em Lisboa, e no **Congresso Nacional da Ordem dos Psicólogos** com a comunicação de título "Intervenção na área dos Problemas Ligados ao Álcool e outras Substâncias Psicoativas em Meio Laboral".

No **contexto escolar/acolhimento residencial** salienta-se a **participação do SICAD na coordenação conjunta com a ARS, I.P./ DICAD de LVT e a Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL), do Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD)** naquela instituição. O programa, que se insere num outro programa mais vasto de desenvolvimento de competências na CPL designado por Competências Sociais Integradas, visa implementar estratégias de intervenção preventiva seletiva e indicada para os comportamentos aditivos com e sem substâncias psicoativas, através de ações específicas e complementares que promovam o desenvolvimento de competências sociais dos educandos e do seu encaminhamento para a vertente de prevenção indicada/ tratamento.

Dando continuidade ao programa, o **Núcleo de Coordenação do projeto** (constituído por elementos da ARSLVT, IP. do SICAD e da CPL), reuniu regularmente, tendo sido realizadas um total de **cinco reuniões de trabalho** com a participação dos diferentes elementos. Foi realizada uma planificação para a implementação do **"Guião de Procedimentos para a Intervenção em CAD nos Centros de Educação e Desenvolvimento e nos Centros de Acolhimento"**, contudo, por razões internas da CPL não foi possível a implementação e, assim, não foram, atingidos os objetivos para a



intervenção do projeto na instituição. O documento aguarda a sua implementação, que se prevê venha a decorrer no ano de 2019.

Ação 2. Implementação de mecanismos de referenciação e resposta ao surgimento precoce de comportamentos aditivos com ou sem substância

- *Crianças até aos 9 anos e Jovens dos 10 aos 14 anos.*

Destacam-se as iniciativas desenvolvidas no ciclo de vida crianças e jovens até aos 14 anos de idade. A investigação científica tem evidenciado que uma franja da população escolar inicia os consumos de substâncias psicoativas nesta faixa etária, constatando-se mesmo já alguns padrões de consumo preocupantes. O enfoque da intervenção deverá, assim, assumir um carácter preventivo, centrando-se em processos de desenvolvimento de competências socio-emocionais, desenvolvidos em programas e projetos com carácter de continuidade, dando especial relevo ao contexto familiar e escolar, a par da sensibilização e capacitação de familiares e profissionais.

A identificação de grupos de risco com maior vulnerabilidade deverá orientar as intervenções de prevenção seletiva e indicada, de acordo com os diagnósticos realizados, bem como prever a implementação de mecanismos de referenciação para respostas céleres e acessíveis, em função do risco detetado.

Na **ARS, I.P. Norte / DICAD** verificou-se a referenciação de crianças e jovens até aos 14 anos para as consultas de Prevenção Indicada da ARS Norte, I.P./DICAD por parte de sete entidades: CPCJ, CDT, instituição de saúde, instituição escolar, DGRSP, ISS, e médico de família. As entidades que referenciaram um maior número de crianças e jovens foram a CPCJ (36) e a DGRSP (35).

Do número total de **novas crianças e jovens até aos 14 anos de idade** seguidos pela **ARS, I.P. Norte / DICAD (144), 83 (57,64%)** chegaram por **via de referenciação**.

Na **ARS, I.P. Centro / DICAD** existem dez serviços com consultas de prevenção seletiva e indicada dirigida a crianças, jovens e famílias. Foram atendidas em consulta 15 jovens com idade até aos 14 anos, sendo oito do sexo masculino e sete do sexo feminino. Referenciados pela família foram nove jovens, quatro pela CPCJ, um pela escola e um pelo ISS.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD**, no âmbito da metodologia do Guião de Procedimentos em meio escolar e na Casa Pia de Lisboa, que visa a referenciação precoce das situações, reporta que foram abrangidas 31 entidades, envolvendo reuniões de discussão de casos e encaminhamento para as suas consultas de adolescentes e/ou para outras instituições de saúde.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** reporta intervenções junto de uma criança no CRI do Baixo Alentejo, na sequência de referenciação pelas CPCJ.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** identifica a referenciação de 12 crianças/jovens, entre os 13 e os 14 anos de idade, sinalizadas por dez estruturas referenciadoras da Rede Nacional de Referenciação/Articulação para crianças e jovens: Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Agrupamentos de Centros de Saúde; Comissão de Dissuasão para a Toxicod dependência; Serviços Regionais da Segurança Social; Tribunais de Família e Menores; Agrupamentos de Escolas do Algarve; Centro Hospitalar Universitário do

Algarve; Instituições Particulares de Solidariedade Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No âmbito do circuito de sinalização, a ARS, I.P. Algarve / DICAD disponibilizou às estruturas referenciadoras uma ficha de referenciação para a consulta de prevenção indicada do GAJE-EETEP.

Ação 3. Incremento da articulação e da qualidade de respostas específicas, para os diversos tipos de intervenção e contextos, englobando populações com características particulares, nomeadamente crianças e jovens em risco, população prisional, migrantes e cidadãos em situação de exclusão.

- *Para todo o ciclo de vida*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta que o **CRI de Viana do Castelo** renovou quatro acordos de cooperação (Câmara Municipal de Viana do Castelo, Câmara Municipal de Monção, Câmara Municipal de Ponte de Lima e Câmara Municipal de Arcos de Valdevez) com o objetivo protocolar a colaboração entre os outorgantes quanto à cedência de transporte de utentes para o tratamento de cidadãos com CAD, intervindo a ação social do município, em articulação com a Equipa da Reinserção do CRI de Viana do Castelo, na rede de referenciação dos utentes.

Foi celebrado um acordo de Cooperação entre a ARS Norte, I.P. /DICAD e o **Agrupamento de Escolas do Viso**, no âmbito do Terceiro Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP3), que regula as relações de colaboração entre o primeiro e o segundo outorgante, ao longo do ano letivo 2017/2018, na implementação de estratégias de melhoria da disciplina e da retenção, que têm como consequência a diminuição do abandono escolar.

Foi celebrado um acordo de colaboração entre o Centro Materno-Infantil do Norte (Centro Hospitalar do Porto, EPE) e o PIAM para a realização de uma consulta no domínio da Ginecologia/Obstetrícia no PIAM. Mantiveram as respostas específicas para a população prisional, nomeadamente nos Estabelecimentos Prisionais de Izeda, Bragança, Chaves, Lamego, Vila Real, Braga e Viana do Castelo.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** mantém os dez gabinetes de consulta de prevenção seletiva e indicada (PSI). Foram atendidos em consulta 615 utentes, sendo que 340 utentes recorreram a estes serviços pela primeira vez. No total foram realizadas 4.470 consultas.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** reporta que as suas dinamizam espaços de atendimento/consulta de adolescentes internamente e externamente (em parceria com outras entidades da saúde e da área da juventude), mediante os protocolos existentes nomeadamente no âmbito do programa **CUIDA-TE**, do IPDJ, I.P.

Em matéria de **RRMD** desenvolveram-se intervenções junto da população em contexto prisional, nos EP de Alcoentre, Linhó, Montijo, Setúbal, Sintra e Vale de Judeus.

Para a área de **Tratamento e Reinserção**, existem procedimentos de articulação entre as UIL e as Comunidades Terapêuticas; as equipas das CPCJ e de assessoria aos Tribunais em matéria de crianças e jovens em risco; o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e juntas de freguesia em matéria de cidadãos migrantes e ainda com estruturas associadas às pessoas em situação de sem abrigo, no que a esta temática diz respeito.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** deu conta da realização de consultas/apoio nos Estabelecimentos Prisionais (EP) de Beja; Odemira e Pinheiro da Cruz, designadamente no âmbito da monitorização do Programa de Substituição com Agonista Opiáceo (PSAO).

Nos EP de Elvas e Évora, não há intervenção, devido à sua natureza.

Quanto ao “**Cuida-te**” do IPDJ, I.P., funcionam **consultas de adolescente** em Beja, Évora e Portalegre. Estas consultas funcionam nas instalações distritais do IPDJ, I.P., sendo os jovens maioritariamente encaminhados pelas CPCJ ou instituições ligadas à infância e juventude. As consultas são asseguradas por psicólogos e enfermeiros.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** reporta que, tal como descrito na ação 1., a ETEP manteve em funcionamento o Gabinete de Atendimento a Jovens e Envolvedores (GAJE), realizando consultas no domínio da prevenção indicada a jovens dos 13 aos 21 anos, em Faro e Portimão, bem como aconselhamento a familiares e envolvidos.

Incrementou-se a articulação entre a DICAD (Equipa de Prevenção) e a Segurança Social, através da realização de reuniões de trabalho entre os serviços, com vista à elaboração de respostas específicas de qualidade para crianças e jovens em risco.

Em 2018 desenvolveram três consultas das ETEP nos Estabelecimentos Prisionais de Silves, Faro e Olhão (com acesso ao programa de metadona).

A ETEP do Barlavento deu continuidade aos grupos Psicoeducativos para PLA para reclusos no EP de Silves.

Participou no NPISA de Faro e Loulé, bem como nos GT de Intervenção para Pessoas em condição de sem abrigo, em Portimão e em Albufeira.

Ação 4. Desenvolvimento de Intervenções no âmbito da Redução de Riscos Minimização de Danos, com especial incidência nos Policonsumos e nas NSP.

- *Para todo o ciclo de vida*

A **ARS, I.P. / Norte / DICAD** reporta que o CRI Porto Oriental, no âmbito do **Projeto Multi-Institucional** de RRMD em contextos recreativos, planeou e realizou uma ação de sensibilização em Matosinhos.

No âmbito do projeto “**Consumos Controlados**”, o CRI de Viana do Castelo realizou intervenções em contexto universitário (Receção ao Caloiro e Semana Académica) e três intervenções em festivais de música.

A **Equipa de Rua “Mais próximo de Ti”**, que intervém no território de Vila Real, operacionalizou intervenção em duas iniciativas em Meio Académico (Caloira aos Montes e Queima das Fitas da UTAD) e uma intervenção em contexto de Festival (Vila Real – Rock Nordeste).

O CRI Porto Oriental interveio no âmbito do PRI não financiado com a Rede Social de Lousada, no “Vila – Festival da Juventude”.

O CRI de Bragança fez intervenção na Queima da Fitas do Instituto Politécnico de Bragança, no âmbito da intervenção em contexto académico.

O CRI de Braga fez formação aos técnicos que intervêm no terreno nos espaços de contextos recreativos, em RRMD. Articulou e supervisionou a intervenção realizada e disponibilizou materiais informativos. Esteve presente nas festividades académicas de Braga “Enterro da Gata”.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** reporta que, neste âmbito e nos termos da Portaria 27/2013 de 24 de janeiro, decorreram na Região Centro nove projetos de RRMD – cinco Equipas de Rua, três Pontos de Contacto e de Informação e um Centro de Acolhimento a Toxicodependentes.

A **ARS, IP. LVT / DICAD** manteve o acompanhamento de oito projetos desenvolvidos na área da RRMD, em parceria com entidades promotoras selecionadas, no âmbito de processos de candidatura a financiamento público (PORI):

- O Centro de Acolhimento de Alcântara, em Lisboa, com capacidade para internamento de 50 indivíduos sem enquadramento sociofamiliar, e por onde passaram cerca de 310 indivíduos;
- O PSOBLE (Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência) no concelho de Lisboa com cerca de 2.200 utentes acompanhados em Unidades Móveis;
- O PSOBLE, em instalações fixas, do Centro de Abrigo para Sem Abrigo, no Beato, em Lisboa, que integra cerca de 130 indivíduos;
- Duas Equipas de Rua em Lisboa abrangendo, aproximadamente, 1.100 indivíduos;
- Uma Equipa de Rua em Setúbal que acompanha cerca de 200 indivíduos;
- Uma Equipa de Rua em Peniche, com cerca de 310 indivíduos em acompanhamento, 50 dos quais integrados em PSBLE.
- Um Ponto de Contacto e Informação que garante intervenções de proximidade em contextos recreativos na Cidade de Lisboa tendo contactado com cerca de 2.913 pessoas.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD**, reporta o número de intervenções em contexto recreativo e académico, que contemplou semanas académicas e festivais de juventude – sete participações e número de intervencionados em contexto recreativo e académico que foram **1.600 jovens**, com recurso a mediadores juvenis, previamente formados para intervir.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD**, quanto às intervenções específicas de RRMD desenvolvidas junto de jovens dos 10 aos 24 anos, reporta a realização de **39 ações em contexto recreativo**, que abrangeram cerca de **11.300 jovens** e **90 ações** junto de **populações particularmente vulneráveis**, que abrangeram cerca de **310 jovens**. Realizou 4 ações em contexto escolar, que abrangeram 370 pessoas.

O **SICAD**, em contexto recreativo, continuou a garantir a sua participação no Kosmicare, projeto de intervenção na crise resultante do consumo de substâncias psicoativas (SPA), desenvolvido no *BOOM Festival*.

As atividades concretizaram-se, numa primeira fase, até Julho, pelo planeamento da intervenção no terreno e respetivos processos organizativos e logísticos e pela construção do módulo formativo e

respetivo manual, para a formação da equipa técnica, a realizar antes do início do e pela colaboração em atividades de disseminação do projeto. A segunda fase consistiu na deslocação ao festival, durante a sua realização, entre 7 e 20 de Agosto para operacionalização e coordenação da intervenção no terreno e para dar suporte à investigação no que se refere à recolha de dados.

O SICAD alocou um técnico, com funções de coordenação da implementação da intervenção no terreno e de suporte no projeto de investigação da intervenção.



Na edição de 2018 foram abrangidos pela intervenção do Kosmicare cerca de **400 indivíduos**, praticamente o mesmo número da edição anterior, o referente a 1% da população total de participantes (cerca de 40.000).

Objetivo Específico 3. Contribuir para a prevenção da ocorrência de comportamentos de risco, associados aos CAD, promovendo uma cultura de segurança nas escolas e na comunidade, fomentando a adoção de comportamentos de saúde e bem-estar.

Ação 6. Consolidação e alargamento da articulação no âmbito das medidas de proteção de crianças e jovens em risco.

- *Crianças até aos 9 anos*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** manteve a articulação com o Núcleo de Infância e Juventude (NIJ) do Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, I.P., através do desenho de uma intervenção preventiva em CAD especificamente dirigida às Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT) e às Casas de Acolhimento (CA). A intervenção consistiu na formação das EMAT e das equipas técnicas e educativas das CA e da implementação de programas junto dos jovens em acolhimento residencial. Salienta-se ainda, no âmbito desta articulação, o encaminhamento das crianças e jovens para as respostas de Prevenção Indicada e o apoio técnico às equipas que as acompanham.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** identifica técnicos interlocutores das equipas de Reinserção nas CPCJ nas diferentes áreas geográficas da DICAD, como forma de agilizar a articulação entre o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e o sistema de prestação de cuidados de saúde especializados.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** reportou a sua articulação com todas as CPCJ em funcionamento na região Alentejo.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** refere a manutenção da sua participação no GT “Rede de Referência/Articulação para Crianças e Jovens com CAD e com Processos de Promoção e Proteção”. Salienta a existência de articulação com as CPCJ da região do Algarve e a integração da ETEP na comissão alargada da CPCJ de Faro.

Ação 7. Sinalização de crianças e jovens em risco/perigo, por parte das entidades com contacto direto com crianças, jovens ou famílias com problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, no sentido destas situações serem acompanhadas e encaminhadas para respostas adequadas às necessidades diagnosticadas.

- *Crianças e Jovens até aos 14 anos*

Destaca-se o papel das **CDT** na sinalização e intervenção precoce junto de crianças e jovens com menos de 16 anos, tendo sido contabilizadas 135 menores de 16 anos sinalizados às CDT pelas forças policiais e/ou tribunais, **80 (59%) foram sinalizados para as entidades competentes**, principalmente para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e para as consultas de prevenção indicada dos Centros de Respostas Integradas (CRI) das Divisões de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (ARS, I.P. / DICAD) das ARS, I.P.

Legalmente, as CDT não podem instaurar um processo de contraordenação a menores de 16 anos encaminhados pelas forças policiais e autoridades judiciais, no entanto, enquanto serviços do Ministério da Saúde que operam na área dos CAD, as CDT acolhem e avaliam a situação de risco em que os menores se encontram e, quando necessário, encaminham-nos para as entidades competentes. Podem ainda ser desenvolvidas ações de carácter informativo e dissuasor pela própria comissão. Cumprindo com os requisitos legais, estas intervenções são alvo do consentimento e envolvimento dos familiares e representantes legais dos menores, numa ótica de coresponsabilização, mas sobretudo, procurando prestar o apoio e aconselhamento necessários.

De acordo com a informação reportada pelas ARS, I.P. / DICAD existem **59 respostas especializadas de prevenção indicada**, considerando a faixa etária em análise e as necessidades das crianças e jovens. A maioria das respostas estão concentradas na região de Lisboa e Vale do Tejo (16 espaços de consulta descentralizados e 16 Equipas de Tratamento das ARS, I.P. / DICAD), seguido da região Norte (11 Consultas de Jovens e o Projeto Integrado de Apoio à Comunidade - PIAC) e Centro (10 consultas de Prevenção Seletiva e Indicada). As regiões do Alentejo e Algarve disponibilizam um menor número de respostas, 4 (em Beja, Évora, Portalegre e Santo André) e 1 consulta de Prevenção Indicada no Gabinete de Apoio a Jovens e Envoltentes (GAJE), respetivamente.

Conforme reportado pelas **ARS, I.P./DICAD**, foram **alvo de intervenção em CAD** um total de **249 crianças e jovens**, registando as regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo os valores mais expressivos (124 e 78 crianças e jovens, respetivamente), seguindo-se a região do Algarve com 27 crianças e jovens. As regiões do Centro e Alentejo contabilizam os valores mais reduzidos, 13 e 7 crianças e jovens alvo de intervenção, respetivamente.

O reporte da **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens** (CNPDPJ) incidiu no diagnóstico de situações específicas em CAD, tendo sido **intervencionadas um total de 535 crianças e jovens**, 235 por consumo de bebidas alcoólicas e 300 pelo consumo de Substâncias Psicoativas (SPA) ilícitas.

As **CDT** desenvolveram ações de âmbito informativo e dissuasor a **117 crianças e jovens**, com o envolvimento dos familiares ou representantes legais.

Ação 8. Divulgação de informação e sensibilização das comunidades, permitindo aos cidadãos estabelecerem relações de confiança e diálogo, facilitando o desenvolvimento de um clima de segurança através dos Programas Especiais.

- *Jovens dos 15 aos 19 anos/ Jovens dos 20 aos 24 anos/ Adultos dos 25 aos 64 anos /Adultos acima dos 65 anos*

A **Polícia de Segurança Pública (PSP)**, para este grupo etário informa que, num total de **394.654 indivíduos** abrangidos desenvolveram **10.761 ações de sensibilização**, das quais **528 eram do âmbito da Escola Segura**, no ano letivo 2017/2018.

Refere-se que registaram **5.049 ocorrências criminais e não criminais registadas, 39 por tráfico de estupefaciente**, no ano letivo 2017/2018.

Ação 9. Estabelecimento de circuitos de articulação e de estratégias de intervenção entre os parceiros com responsabilidades em matéria de intervenção em dissuasão, tendo em vista uma resposta adequada às necessidades de crianças e jovens consumidores, não abrangidos pela Lei 30/2000 de 29 de novembro.

- *Jovens dos 10 aos 14 anos (até aos 15 anos)*

Foi desenvolvido um conjunto de estratégias que contribuiu para o cumprimento desta ação. Destacam-se:

- > **27 novos protocolos/acordos** entre as CDT e instituições que, no âmbito das suas intervenções abrangem crianças e jovens com idades da população em análise, nomeadamente escolas, CPCJ, Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto Público (IPDJ, I.P), forças policiais, Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos (IPSS) e Organizações Não Governamentais (ONG).

Cerca de **175 ações conjuntas**, envolvendo CDT e entidades parceiras (escolas, entidades que desenvolvem projetos na área da prevenção, forças policiais, CRI, área da Prevenção das ARS/DICAD, entre outras) que implicaram a realização de reuniões, a dinamização de formações e de ações de sensibilização/informação. Tiveram como principais objetivos: a definição de procedimentos e metodologias comuns, a sensibilização e informação sobre a Lei da Descriminalização, o funcionamento das CDT e a discussão de casos práticos.

Ação 10. Desenvolvimento de mecanismos, estratégias e abordagens específicas de sinalização e intervenção precoce, junto de indiciados das CDT que apresentam baixo risco ou risco moderado ao nível dos CAD.

- *Jovens dos 15 aos 19 anos; Jovens dos 20 aos 24 anos*

Efetuaram-se **3.364 ações de fiscalização** a estabelecimentos frequentados por jovens, **2.141 pela GNR e 1.233 pela Polícia de Segurança Pública (PSP)**. Estas ações deram origem à instauração de processos de contraordenação por parte das CDT, por aquisição, posse para consumo e consumo de substâncias ilícitas. Do total de ações reportadas pela GNR (2.141), 738 foram efetuadas a jovens dos 15 aos 19 anos e 1.403 a jovens dos 19 aos 24 anos.

As **CDT** têm um papel importante na **prevenção e intervenção precoce junto de jovens consumidores**, que não sendo toxicodependentes, carecem de uma intervenção especializada, com o propósito de travar a escalada de consumos e contribuir para uma efetiva redução de comportamentos aditivos e dependências e diminuição dos riscos associados ao consumo de substâncias psicoativas. Considerando o **ciclo de vida (16-24)** foram instaurados **4.739** processos de contraordenação a indiciados não toxicodependentes, dos quais se excluem os casos de reincidência no ano. Estes processos reportam-se a **2.041** indiciados não toxicodependentes com idades compreendidas entre os **15 e os 19 anos** (menos 10% face a 2017) e **2.698** a indiciados com idades entre os **20 e os 24 anos** (menos 15% face a 2017).

Do total de processos instaurados neste ciclo de vida, **1.934** (871 na faixa etária dos 16 aos 19 e 1.063 na faixa etária dos 20 aos 24), **beneficiaram de acompanhamento e intervenção especializada**, tendo sido encaminhados para estruturas de apoio de acordo com a situação de risco que apresentavam.

À semelhança do ano anterior, foi indicada a existência de **27 estruturas de intervenção especializada** para indiciados considerados não toxicodependentes, entre as quais se destacam, com os valores mais expressivos, as estruturas das ARS, I.P./DICAD nas consultas de prevenção indicada dos CRI, seguindo-se, com valores menos expressivos, os Centros de Saúde, Hospitais, CPCJ, Consulta privada e as CDT. Estas últimas, enquanto estruturas que realizam um trabalho dissuasor, através da realização de Intervenções Breves e motivacionais, do apoio psicossocial e das sessões com carácter preventivo/psicoeducacional.

As ARS, I.P. / DICAD disponibilizam 83 respostas específicas e ajustadas às necessidades dos **jovens nas faixas etárias dos 15 aos 19 e dos 20 aos 24 anos:**

- > **Região Norte (23)** - 11 consultas de prevenção indicada, 1 Projeto Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC) 1 Comunidade Terapêutica do Norte – Ponte da Pedra (acima dos 18 anos) e 10 comunidades terapêuticas (CT) convencionadas (das quais 2 exclusivamente com programa específico para crianças e jovens e 8 que, além de outros programas, têm também um programa específico para crianças e jovens);
- > **Região Centro (12)** - 10 consultas de prevenção seletiva e indicada e 2 CT convencionadas com programa específico para crianças e jovens;
- > **Região de Lisboa e Vale do Tejo (38)** - 16 espaços de consulta descentralizados, 16 Equipas Técnicas Especializadas em Tratamento (ETET) e 6 CT convencionadas com programa específico para crianças e jovens;
- > **Região do Alentejo (7)** - 5 respostas de prevenção indicada em Beja, Elvas (com resposta específica para jovens entre os 20-24 anos), Évora, Portalegre e Santo André e 2 CT convencionadas (uma com programa específico para crianças e jovens e outra exclusivamente com programa específico para crianças e jovens);
- > **Região do Algarve (3)** - 1 ETET de Prevenção - consulta de Prevenção Indicada do GAJE (até aos 21 anos); 1 ETET do Barlavento - Portimão; 1 ETET do Sotavento – Olhão.

Ação 11. Promoção de intervenção em dissuasão na sequência de diagnóstico psicossocial e de severidade dos consumos, em indiciados com problemas de dependência, tendo em vista a motivação para a mudança e a resposta às necessidades individuais.

- *Adultos dos 20 aos 65 anos*

Foram instaurados pelas CDT, tendo por base uma avaliação do risco de consumo sustentada pelo modelo de Intervenção em Dissuasão, **947 processos de contraordenação a indiciados com problemas de dependência** com idades compreendidas entre os **20 e os 65 anos** (redução de 5% face a 2017, sem contemplar as situações de reincidência). Destes, **785 indiciados foram encaminhados para as estruturas da rede de referência**, predominantemente para as Equipas de Tratamento dos Centros de Respostas Integradas das ARS,I.P./DICAD seguindo-se, com valores muito mais reduzidos, para Hospitais, Centros de Saúde e Comunidades Terapêuticas.

Abrangendo a faixa etária dos 20 aos 65 anos, foram celebrados **21 novos protocolos/acordos** (com universidades, redes locais e IPSS/ONG cofinanciadas pelo SICAD), que contribuíram para a melhoria e agilização das respostas que são prestadas aos consumidores presentes nas comissões.

Objetivo Específico 4. Desenvolver abordagens específicas de intervenção em CAD, adaptadas às necessidades e características dos cidadãos

Ação 12. Harmonização de estratégias no âmbito da intervenção e respostas em comportamentos aditivos e dependências no âmbito da segurança social

- *Todo o ciclo de vida*

A **ARS, I.P. Norte /DICAD** informa que o CRI Porto Central manteve uma estreita articulação no âmbito da ação social, com o Instituto da Segurança Social, I.P., (ISS, I.P.) designadamente com o Centro Distrital do Porto e o de Aveiro.

O **Instituto de Segurança Social, ISS,I.P.** refere a divulgação de orientações técnicas a todos os Centros Distritais do ISS, IP, com vista a uniformizar procedimentos para a referênciação, na intervenção em Processos de Promoção e Proteção, para Comunidades Terapêuticas.

Continuou a participação no Grupo de Trabalho RRCJCT, constituído pelo SICAD e DICAD regionais, ISS, IP, SCML, Casa Pia, CNPDPCJ e Gabinete da Família, da Criança e do Jovem do Ministério Público com o objetivo de aprofundar os programas das Comunidades Terapêuticas para jovens, definir critérios para encaminhamento de jovens para CT, construir plano de formação para as diferentes equipas e sistematizar e atualizar a rede nacional de interlocutores.

Refere-se a produção de instrumentos para o estabelecimento de protocolos de Parceria entre os Centros Distritais do ISS,IP e entidades, no âmbito do PORI (descritos na ação seguinte).

Ação 13. Disponibilização e incremento da acessibilidade a serviços de intervenção em CAD, de perturbação do comportamento predisponentes a CAD, padrões de consumo de risco/nocivo de álcool, e no jogo compulsivo.

- *Jovens dos 10 aos 14 anos, jovens dos 15 aos 19 anos, adultos dos 20 aos 24 anos, adultos dos 25 aos 64 anos e adultos acima dos 65 anos*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta que manteve em funcionamento **sete CRI, uma Unidade de Alcoologia, uma Comunidade Terapêutica, uma Unidade de Desabilitação, o Programa Integrado de Atendimento Materno (PIAM) e o Programa Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC) e 13 consultas de Prevenção Indicada.**

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** refere que as suas equipas dinamizam espaços de atendimento / consulta de adolescentes internamente (nas **Equipas de Tratamento – 15 Equipas**), e externamente (em parceria com outras entidades da saúde e da área da juventude). Dinamizaram **16 espaços descentralizados das Equipas de Tratamento**, dos quais **quatro são espaços protocolados no âmbito do programa “CUIDA-TE”**, do IPDJ, I.P.

A **ARS, I.P. Algarve/ DICAD** reporta a existência de 21 respostas específicas para os diversos tipos de intervenção e contextos: CRI, com **uma UDA; uma ETEP; uma ETET do Barlavento (com uma consulta descentralizada no E.P. de Silves); 1 ETET do Sotavento (com três consultas descentralizadas em Vila Real de Santo António, Tavira e Quarteira; duas consultas descentralizadas nos E.P de Faro e Olhão); uma ETER; uma ETERRMD; nove postos descentralizados para administração de metadona (Vila Real de Santo António, Tavira, São de Brás de Alportel, Faro, Quarteira, Loulé, Ferreiras, Lagos e Silves).**

- *Jovens dos 10 aos 14 anos, jovens dos 15 aos 19 anos, adultos dos 20 aos 24 anos, adultos dos 25 aos 64 anos e adultos acima dos 65 anos*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** acompanhou **228 crianças/jovens** com idades **entre os 10 e os 14 anos**, sendo que **115 são novos seguimentos.**

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** reporta a intervenção junto de **13 crianças/jovens** com idades compreendidas **entre os 10 e os 14 anos.**

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** reporta a intervenção junto de **51 crianças/jovens** com idades compreendidas **entre os 10 e os 14 anos.**

- *Jovens dos 15 aos 19 anos com especial incidência no álcool, nas substâncias ou consumos ilícitos (NSP), nos policonsumos e no jogo patológico, nos contextos comunitário, laboral, rodoviário e prisional*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** informa que foram **atendidos 428 jovens como novos utentes e 900 jovens utentes ativos.**

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** reporta que **atendeu 298 jovens**, pertencentes a este grupo etário.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD**, conforme mencionado no primeiro ponto desta ação, reporta o **atendimento de 399 jovens** entre os 15-19 anos.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** manteve em funcionamento o Gabinete de Atendimento a Jovens e Envolvertes que disponibiliza a consulta de prevenção indicada em Faro, de segunda a sexta-feira, assegurando uma extensão em Portimão, dois dias por semana. O **número de utentes ativos no GAJE (entre os 13 aos 21 anos) foi de 171** e foram realizadas **1.018 consultas de prevenção indicada**.

- *Adultos dos 20 aos 24 anos com especial incidência no álcool, nas substâncias ou consumos ilícitos (NSP + medicamentos sem prescrição), nos policonsumos e no jogo patológico e eventuais comorbilidades, nos contextos comunitário, universitário, laboral, recreativo e prisional*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta **270 novos utentes** nesta faixa etária, sendo que **utentes ativos são 570**.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** informa que deu **resposta a 369 situações**, nas estruturas acima referidas.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD**, conforme mencionado no primeiro ponto desta ação, reporta o **atendimento de 376 jovens adultos**, correspondendo a esta faixa etária.

- *Adultos dos 25 aos 64 anos com especial incidência no álcool, nas substâncias ou consumos ilícitos (NSP + medicamentos sem prescrição), nos policonsumos e no jogo patológico nos efeitos tardios dos CAD e eventuais comorbilidades nos contextos*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta 2.983 novos utentes e um total de 15.346 utentes em seguimento, nesta faixa etária.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** informou que **atendeu 4.898 adultos**, nas respostas providenciadas pelas estruturas anteriormente mencionadas.

- *Adultos acima dos 65 anos - álcool, substâncias ou consumos ilícitos (medicamentos sem prescrição), jogo patológico nos efeitos tardios dos CAD e eventuais comorbilidades nos contextos comunitário e prisional*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** informa sobre o seguimento de **202 novos utentes** acima dos 65 anos, num total de **750 utentes em acompanhamento**.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** dá conta da disponibilização de respostas a **69 adultos**.

Foram ainda reportados os seguintes dados, **não desagregados por fases do ciclo de vida**:

- No que se refere a valores globais, a ARS, I.P. Norte/ DICAD reporta que foram admitidos nas UIL 3.998 novos utentes, menos 6.19% do que em 2017. Destes novos utentes, 1.753 são inscritos por PLA (mais 4.97% que em 2017) e 1.225 por Outras Substâncias Psicoativas (OSPA) (mais 15.46%).

- Conforme já referido, foram admitidas 676 crianças e jovens em risco, o que corresponde a cerca de 16,63% dos novos utentes. Salienta-se um expressivo decréscimo da procura de novos utentes para a Consulta de Cessação Tabágica (de 121 novos em 2017 decresce para 70 em 2018).
- Estiveram em tratamento, nas UIL, 18.018 utentes, sendo que a utilização dos serviços se faz, sobretudo, por utentes inscritos por “Consumos de Outras Substâncias Psicoativas” (9.702, que representam 53,85%) e por “Problemas Ligados ao Álcool” (5.965, que representam 33,11%), seguidos de 1.484 crianças e jovens em risco (8,24%), 112 de cessação tabágica (0,62%), 359 parentes (1,99%) e 285 outras tipologias sem relevância estatística. Relativamente a 2017, há mais 80 utentes ativos, sendo que aumentou a representatividade dos utentes com “Problemas Ligados ao álcool” e por “Consumos de outras substâncias psicoativas”.
- Os recursos técnicos utilizados foram, sobretudo, a nível das consultas de medicina (psiquiatria e outras especialidades), seguindo-se as consultas de psicologia, de serviços social e enfermagem.

Quanto ao número de consultas **realizaram-se 211.165 eventos, menos 3.200** do que em **2017**.

Relativamente ao programa de **Tratamento com Buprenorfina** estiveram integrados 1.490 utentes, e no programa de **Tratamento com Buprenorfina + Naloxona 245 utentes**. No que diz respeito ao programa de **Manuten o com Metadona**, houve **6.057 utentes**, tendo sido **admitidos 835 e saído do programa 902**. No que se refere aos **locais de toma da metadona, 3.114 utentes** fizeram-no nas **equipas de tratamento, 740 nos Centros de Saúde, 221 em hospital, 129 em estabelecimentos prisionais e 1.213 em outras estruturas** associadas   RRMD, nomeadamente equipas de rua e gabinetes de apoio.

52

Na **Unidade de Desabilita o do Norte** foram admitidos **464 utentes**, garantindo uma taxa de ocupa o do internamento na ordem dos **82,9%**. Destes utentes, **347** apresentavam **PLA e 152 ao Consumo de Substâncias Psicoativas Ilícitas**. A 31 de dezembro de 2017 encontravam-se em espera para internamento UD, 93 utentes. Em rela o às **altas do internamento**, salienta-se que a maioria foram altas clínicas, em **88,1% dos utentes**.

Na **Comunidade Terapêutica (CT) Ponte da Pedra** estiveram em tratamento **57 utentes**, correspondendo a uma **taxa de ocupa o de 70%**, valor sensivelmente **inferior ao ano anterior**.

Em termos de percentagem de altas clínicas, **registaram-se 62,8% de altas clínicas**, traduzindo-se em internamentos completos com evolu o favorável.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** reporta os seguintes indicadores: **14.801 utentes ativos em ambulatório nos CRI e UA**; a percentagem de utentes atendidos em **primeira consulta** nas ET, **em menos de 15 dias foi de 70%**; a **taxa de adesão utentes** em tratamento (com, pelo menos, 5 consultas) foi de **86%**.

As **equipas da DICAD** dinamizam espaços de atendimento/consulta de adolescentes internamente (nas Equipas de Tratamento – **15 Equipas**), e externamente (em parceria com outras entidades da saúde e da área da juventude). Em 2018, dinamizaram **16 espaços descentralizados das Equipas de Tratamento**, dos quais 4 são espaços protocolados no âmbito do Programa CUIDA-TE, do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ). Foram atendidos, pelo menos uma vez, nestas consultas (internas e externas) **826 crianças/adolescentes/jovens, até 24 anos**, (51 crianças/adolescentes com menos de 14 anos; **399 jovens** entre 15 e 19 anos; 376 jovens entre 20 e 24 anos). Junto desta popula o de **826 crianças/adolescentes/jovens, foram realizados 6.098 eventos assistenciais**. Os tipos de eventos mais associados a esta área de interven o incluem

consulta de psicologia, acolhimento, atendimento familiar, bem como a intervenção de outras áreas especializadas como Serviço Social, Pedopsiquiatria e Medicina Geral e Familiar, entre outras. A maior percentagem destes utentes foi referenciada por parte de **família/amigos (19,8%), da Justiça (14,4%), da CPCJ (13,4%), instituições de saúde (10,1%) e CDT (6,2%)**. O tipo de inscrição principal mais comum são as tipologias: de **criança e jovem em risco (443 crianças/jovens); consumo de outras substâncias psicoativas (318 crianças/jovens)**, na sua maioria *cannabis*; **problemas ligados ao álcool (34 crianças/jovens)**. De referir ainda, as **inscrições devido ao jogo (4 crianças/jovens)**, consulta de **cessação tabágica (3 crianças/jovens)** e outra **patologia aditiva (3 crianças/jovens)**.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** dá conta de programas individualizados, em todos os cinco CRI e de consultas descentralizadas nos concelhos de Odemira; Vendas Novas e Ponte de Sor que funcionam nos respetivos centros de saúde. É ainda referido o acompanhamento nestes serviços de **2.280 utentes ativos, tendo sido 627 as novas admissões**. É ainda prestado apoio aos reclusos dos Estabelecimentos Prisionais de Pinheiro da Cruz; Beja e Odemira.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** refere a existência de **21 respostas específicas** para os diversos tipos de intervenção e contextos: uma Unidade de Desabilitação do Algarve (UDA); no CRI - uma Equipa Técnica Especializada de Prevenção (ETEP); uma Equipa Técnica Especializada de Reinserção (ETER); uma Equipa Técnica Especializada de Redução de Riscos e Minimização de Danos (ETERRMD); uma Equipa Técnica Especializada de Tratamento (ETET) do Barlavento, com uma consulta descentralizada no Estabelecimento Prisional de Silves; uma Equipa Técnica Especializada de Tratamento (ETET) do Sotavento, com três consultas descentralizadas em Vila Real de Santo António, Tavira e Quarteira e duas consultas descentralizadas nos Estabelecimentos Prisionais de Faro e Olhão e ainda nove postos descentralizados para administração de metadona (Vila Real de Santo António, Tavira, São de Brás de Alportel, Faro, Quarteira, Loulé, Ferreiras, Lagos e Silves). Com base nestas respostas e no que concerne aos adultos, foram apoiados em tratamento em regime ambulatorio, nas ETET do Sotavento e Barlavento, **3 630 utentes ativos**. Foram **admitidos 720 novos utentes**, tendo sido realizadas **34.589 consultas**. A estes valores associam-se os **2.239 utentes** que estiveram integrados em programa de substituição opiácea. Relativamente ao tratamento em regime de internamento, a UDA realizou **tratamento a 352 utentes**, tendo a taxa de ocupação atingido um valor na ordem dos **89.6%** e a **taxa de retenção de 84%**. No ano de **2018 foi ainda criada a consulta especializada para dependências sem substância (jogo)**, na ETET do Barlavento, onde foram **atendidos 16 utentes**. Na consulta de cessação tabágica da ETET do Sotavento foram **atendidos 20 utentes**.

O **SICAD** integrou, na plataforma SIM, os três instrumentos de rastreio de comportamentos aditivos: o *Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT)*, o *The Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test (ASSIST)* e o *South Oaks Gambling Screen (SOGS)*, com vista à promoção do desenvolvimento e aplicação de instrumentos que incrementam as práticas de rastreio de CAD em diferentes níveis de cuidados.

Estes instrumentos foram associados à ficha base (no contexto dos cuidados especializados em CAD – CRI) e às plataformas existentes nos cuidados de saúde primários para referência. A referência para CRI requisita o preenchimento obrigatório dos instrumentos consoante o tipo de queixas/problemática.

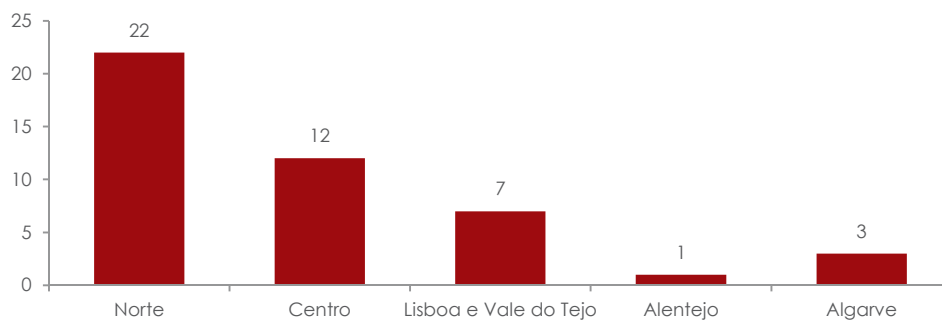
Ação 14. Implementação do PORI, promovendo o desenvolvimento de PRI

- *Todo o ciclo de vida nos vários contextos*

O Programa Operacional de Respostas Integradas (**PORI**) é uma medida estruturante nacional para intervenção integrada na área dos CAD, que procura promover as sinergias disponíveis num território, através da implementação de Programas de Respostas Integradas (**PRI**). Os PRI constituem-se como uma intervenção que integra abordagens e respostas interdisciplinares, em eixos de atuação como a prevenção, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção, que pretendem ir ao encontro das necessidades diagnosticadas em territórios identificados como de intervenção prioritária.

De acordo com o reporte feito pelo SICAD, o gráfico seguinte indica a distribuição dos territórios prioritários por região.

Gráfico 6 - Territórios definidos como prioritários n=45

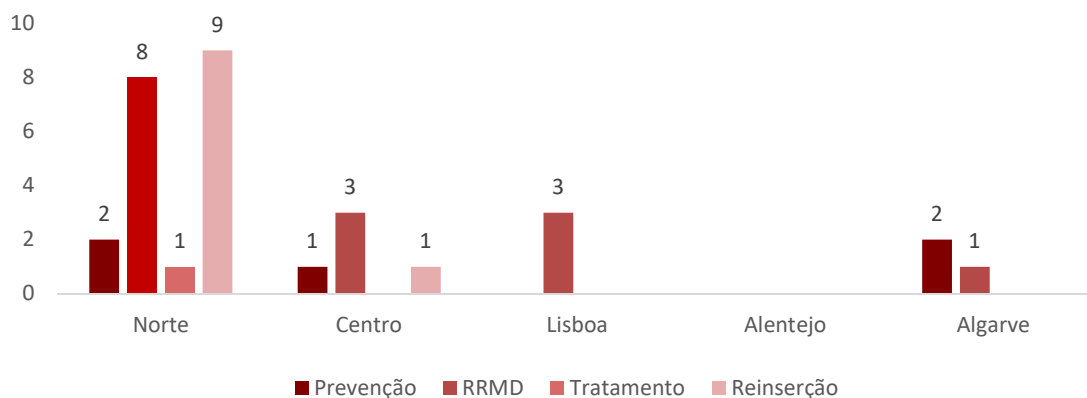


O reporte do SICAD refere que a implementação do PORI concretizou-se pelo desenvolvimento de atividades que abaixo se elencam e descrevem:

- **Atualização de diagnósticos e abertura de procedimentos concursais.**

Foram atualizados pelas **ARS, IP Norte/DICAD, 7 diagnósticos** relativos aos seguintes territórios, analisados, aprovados e publicados no *site* do SICAD. Foram abertos **31 procedimentos concursais** para as **regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve**, nas diferentes áreas de intervenção, conforme apresentado no gráfico seguinte.

Gráfico 7 - Nº de procedimentos concursais abertos em 2018, por região e área lacunar N=31



Na sequência dos concursos concluídos em 2018, conforme tabela seguinte, foi contratualizado o cofinanciamento pelo SICAD a 29 projetos nos termos previstos da Portaria n.º 27/2013, de 24 de janeiro.

Tabela 8 - Procedimentos concursais concluídos em 2018

Região	Procedimentos Concurrais Concluídos em 2017	Procedimentos Concurrais Concluídos em 2018
Norte	3	13
Centro	4	12
Lisboa	1	2
Alentejo	0	0
Algarve	1	2
Total	9	29

Tendo sido abertos em 2018, **31 procedimentos concursais e concluídos 29**, houve a necessidade de promover a **continuidade da execução de 2 projetos**, até final dos respetivos procedimentos concursais, para que não cessasse a resposta que comprovadamente foi identificada como necessária à população alvo da intervenção.

- **Execução do PORI**

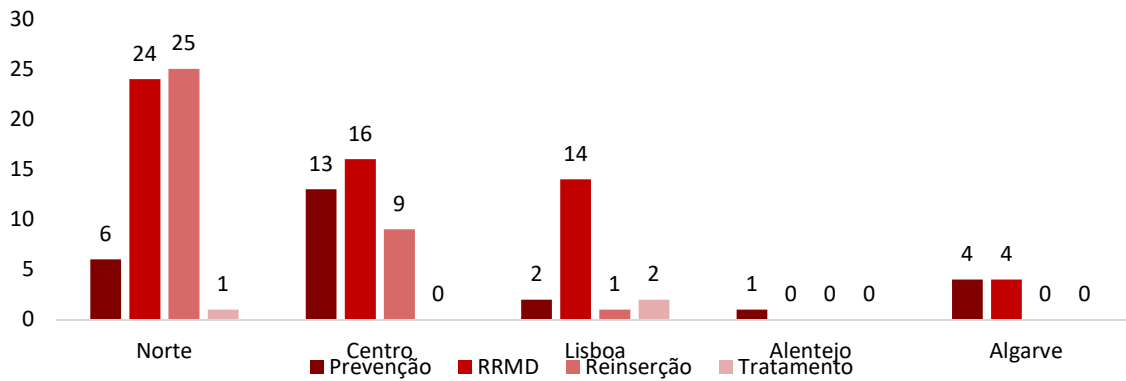
Nos 45 territórios identificados como prioritários, estiveram em execução durante todo o ano, para as quatro áreas lacunares, 122 projetos, sendo que, destes, 36 foram concluídos, 17 mantêm-se em continuidade e 31 foram iniciados na sequência da conclusão dos respetivos procedimentos concursais.

Considerando todos os projetos em execução, por região, chegamos à seguinte distribuição:

Tabela 9 - Projetos em execução e em monitorização, por região

Região	Nº de projetos monitorizados	Nº projetos concluídos	Nº projetos iniciados	Territórios definidos como prioritários
Norte	56	17	15	22
Centro	38	13	13	12
Lisboa	19	3	0	7
Alentejo	1	0	0	1
Algarve	8	3	3	3
Total	122	36	31	45

Gráfico 8 - Distribuição de projetos por região e área lacunar

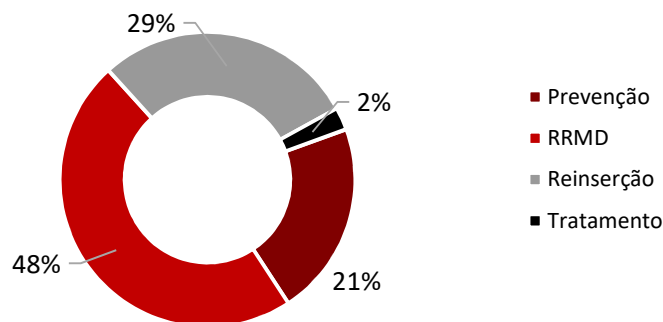


A maioria dos projetos monitorizados (n=122) referia-se à área da RRMD (n=58), seguido de projetos de Reinscrição (n=35), de Prevenção (N=26) e Tratamento (n=3), conforme apresentado na tabela e traduzido no gráfico seguinte.

Tabela 10 - Distribuição de projetos em execução, considerando a região e a área lacunar

Região	Prevenção	RRMD	Reinscrição	Tratamento
Norte	6	24	25	1
Centro	13	16	9	0
Lisboa	2	14	1	2
Alentejo	1	0	0	0
Algarve	4	4	0	0
Total	26	58	35	3

Gráfico 9 - Percentagem relativa de projetos em execução, considerando a área lacunar



• **Monitorização e Avaliação do PORI**

Estão previstos dois momentos de avaliação em cada período de execução de um projeto: a avaliação intermédia, realizada a meio do período de execução e a avaliação final que abrange o período global de execução para o qual foi aprovado o financiamento pelo SICAD.

Os relatórios intermédios e finais, produzidos pelas entidades promotoras, são sujeitos a apreciação por parte dos CRI e DICAD e, posteriormente, analisados no SICAD, propondo-se a sua aprovação, depois da respetiva análise técnica e financeira. Foram elaborados pelo SICAD, **20**

relatórios finais (compostos por 20 análises da componente técnica e 20 análises da componente financeira) e **8 relatórios intermédios** (compostos por 8 análises da componente técnica e 8 análises da componente financeira). Nas avaliações realizadas técnica e financeira a elaboração dos relatórios é feita em complementaridade.

São desenvolvidas outras atividades de monitorização técnica e financeira, designadamente pedidos de alteração aos projetos, análise de propostas de continuidade, pareceres técnicos e financeiros sobre materiais elaborados no âmbito dos projetos e elaboração de novos contratos. Em suma, no ano de 2018 foram analisados pelo SICAD, **25 pedidos de alteração técnica e financeira**.

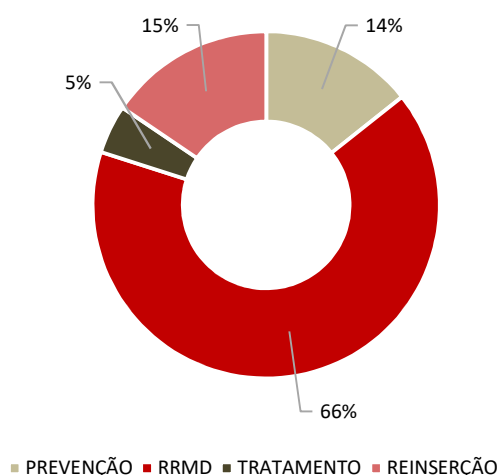
- **Financiamento Atribuído**

Em termos financeiros globais foram atribuídos quatro milhões quinhentos e vinte cinco mil e setecentos euros e dez cêntimos (**4.525.700,10€**) de acordo com o exposto na tabela e gráficos seguintes que apresentam a distribuição do financiamento atribuído tendo em conta a região e a área lacunar da intervenção.

Tabela 11 - Financiamento atribuído, por região, considerando a área lacunar

REGIÃO/EIXO	SUBVENÇÃO
Alentejo	34.494,35 €
Prevenção	34.494,35 €
Algarve	232.487,10 €
Prevenção	115.963,48€
RRMD	116.523,62€
Centro	891.681,25 €
Prevenção	289.132,65 €
Reinserção	103.898,87 €
RRMD	498.649,73 €
LVT	1.389.739,04 €
Prevenção	6.131,51 €
Reinserção	5.833,26 €
RRMD	1.267.421,27 €
Tratamento	110.353,00 €
Norte	1.977.298,36 €
Prevenção	201.563,40 €
Reinserção	592.716,27 €
RRMD	1.087.935,36 €
Tratamento	95.083,33 €
TOTAL	4.525.700,10 €

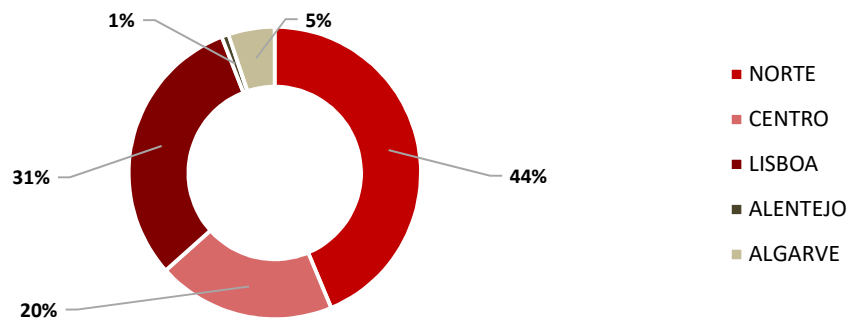
Gráfico 10 - Financiamento por tipo de intervenção (N=4.525.700,10€)



A maior parte do financiamento diz respeito a projetos da área da **RRMD** representando **66 %** do total do montante atribuído. A área lacunar **Prevenção** recebe **14%** do financiamento, a **Reinscrição** **15%** e o **Tratamento** **5 %**.

No que se refere à distribuição do financiamento por área geográfica, 31 % do total está afeto à região de Lisboa e Vale do Tejo, 44% dos montantes de financiamento à região Norte, 20 % à região Centro, 1% à região do Alentejo e 5% à região do Algarve.

Gráfico 11 - Percentagem de financiamento por área geográfica



Ação 15. Implementação da Rede de Referência/Articulação, enquanto sistema que regula as relações de complementaridade e apoio técnico, entre estruturas intervenientes no âmbito dos CAD, sustentando um sistema integrado de informação interinstitucional

- *Todo o ciclo de vida*

A implementação da Rede de Referência é garantida através de ações de divulgação junto das estruturas da saúde e intervenção psicossocial e educativa, assim como da monitorização de indicadores quanto à formação de profissionais, execução de projetos-piloto e rastreio de CAD.

58

A **ARS, I.P. Norte/ DICAD**, realizou duas ações de divulgação da RRACAD junto dos Cuidados de Saúde Primários (ACES Espinho/Gaia e ACES Vale Sousa Sul). A primeira ação teve a duração de 21 horas e a segunda de 14 horas.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** reporta que foram realizadas, junto dos Centros de Saúde, ações de divulgação da rede de referência. Continuam a ser sentidas dificuldades na implementação, que se revelam através da inexistência de contratualização nos cuidados primários de indicadores para esta área e da inexistência de articulação das redes informáticas, o que impossibilita o contacto direto e rápido entre os serviços, bem como a monitorização da atividade desenvolvida.

Na **ARS, I.P. LVT / DICAD** deu-se continuidade à Experiência Piloto, tendo sido envolvida a Equipa de Tratamento de Santarém e as seguintes Unidades de Cuidados de Saúde Primários do ACES Lezíria: USF Planalto; USF S. Domingos; USF Almeida Garrett; USF Alviela; UCC de Santarém; USF Terra Viva; USF D. Sancho I; UCC do Cartaxo; USF e UCSP de Alpiarça; USF de Almeirim; UCSP e USF da Chamusca; USF Vale do Sorraia; UCSP de Salvaterra de Magos.

Foram realizadas **seis ações de divulgação** nas estruturas de Cuidados de Saúde Primários: (USF e UCSP de Alpiarça; USF de Almeirim; USF e UCSP de Chamusca; USF D. Sancho I; UCSP de Salvaterra de Magos; USF São Domingos) e **uma na CLAS** do Cartaxo.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** menciona a manutenção da representação em todas as redes sociais e nos conselhos municipais de segurança, da área de influência dos respetivos CRI. Referiu, também, que os CRI continuam sem acesso aos sistemas ASSIST e AUDIT, no SIM.

A **ARS, I.P./ Algarve/DICAD** reporta uma **ação de divulgação** nas estruturas de Cuidados de Saúde Primários (CSP), em formato papel e **três ações de divulgação nas estruturas dos CSP; duas**

ações de divulgação nas estruturas de Cuidados de Saúde Hospitalares (Serviços de Psiquiatria) e **28 ações de divulgação em outras estruturas** (Ex.: Autarquias; CLAS; NPISA; DGRSP; Seg. Social; etc.), todas estas em formato presencial.

Para o indicador de Organização Global da Rede, informa ter realizado **uma ação de formação para os profissionais das estruturas de CSP**, que abrangeu **16 Médicos Internos de Medicina Geral e Familiar** e **duas ações de formação para os profissionais de outras estruturas**, que abrangeram oito formandos cada.

O **SICAD**, com o objetivo da criação da rede de referência no SIM desenvolveu o **módulo de referência, entre o SCLINICO e o SIM**, tendo sido realizados procedimentos e efetuados testes de validação, para posterior implementação.

Foi criado o GT **Rede referência / articulação para crianças e jovens com comportamentos aditivos e dependências com processos de promoção e proteção para Comunidades Terapêuticas**, no final do ano de 2017, coordenado pelo SICAD e **DICAD regionais, ISS, IP, SCML, Casa Pia, CNPDPCJ e Gabinete da Família, da Criança e do Jovem do Ministério Público e Ordem dos Médicos**, com o objetivo de aprofundar os programas das Comunidades Terapêuticas (CT) para jovens, definir de critérios para encaminhamento de jovens para CT, construir plano de formação para as diferentes equipas e sistematizar e atualizar a rede nacional de interlocutores.

Ação 16. Promoção do acesso a respostas de Formação e Emprego.

- **Jovens dos 20 aos 24 anos e adultos dos 25 aos 64 anos**

Na intervenção em **reinserção realizada nos CRI**, os objetivos relacionados com a empregabilidade são uma prioridade para a grande parte dos cidadãos com CAD e a intervenção foca-se na promoção do aumento de competências profissionais, na preparação para a integração laboral e na facilitação do acesso ao mercado de trabalho.

Na intervenção dirigida ao emprego, a capacidade de resposta foi de 24%, tendo sido criadas **respostas de emprego a 671 pessoas** que apresentaram necessidades neste âmbito. No que se refere à **formação profissional, foram integradas 163 pessoas**, o que representou uma capacidade de resposta de 22% face às necessidades identificadas.

A **ARS, I.P. Norte /DICAD** integra, no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023) **NPISA Porto** que foi criado, a 21 de fevereiro e o que atualmente integra cerca de 60 entidades públicas e privadas, entre elas a DICAD/ARS Norte, I.P. O NPISA Porto está organizado em seis eixos de intervenção, sendo que o Eixo 2 é designado por "Emprego e Formação (Coordenado pelo IEF, IP - Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto)".

A **ARS Norte, I.P./DICAD** participa no processo de elaboração, monitorização, acompanhamento e avaliação do Plano de Ação NPISA Porto 2018-2019. Este compromisso, pela sua centralidade na estratégia para o contínuo desenvolvimento social da cidade do Porto, é reiterado e vinculado em sede da Rede Social do Porto, designadamente no seu recente Plano de Desenvolvimento Social, constituindo-se como domínio prioritário de intervenção.

O Plano de Ação do NPISA Porto verte-se diretamente para um conjunto de objetivos estratégicos concertados entre os dois instrumentos. No âmbito do NPISA Porto, a ARS Norte, I.P. /DICAD coordena o Eixo da Saúde, participa nas reuniões de Plenário (trimestral) e do Núcleo Executivo (mensal), para além da participação nas reuniões mensais em cada um dos seis eixos de intervenção.

No âmbito do **NPISA Braga**, a ARS, I.P./ Norte/ DICAD está representada pelo CRI de Braga nas reuniões plenárias.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** referiu que nesta ação foram abrangidos 729 utentes.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** refere a manutenção de parcerias informais no âmbito da Articulação dos CRI/ ET com os Centros de Emprego e Formação profissional, Rede Emprega na Cidade Lisboa, Gabinetes de Inserção profissional do IEFP e de outras entidades. Esta articulação envolveu reuniões, contactos telefónicos, visitas institucionais, entre outras.

A **ARS, I.P. Alentejo/ DICAD** manteve a representação em todas as redes sociais da área de influência dos CRI, integrando grupos de trabalho intersectoriais, na intervenção em rede/articulação interinstitucional, sobre grupos específicos (trabalhadores dos municípios, violência doméstica, sem abrigo, beneficiários de RSI, crianças e jovens, etc.) e com diversas entidades (autarquias/CLAS, ISS, IEFP, CLDS, RLI...).

Foram abrangidas **72** pessoas no CRI do Baixo Alentejo, **19** no CRI do Norte Alentejano, **47** no CRI do Alentejo Central e **1** pessoa no CRI do Litoral Alentejano.

60

A **ARS, I.P./ Algarve/DICAD** comunica que **28 utentes** estiveram abrangidos por medidas de integração profissional, resultante da articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., **148** estiveram em acompanhamento com vista à integração no mercado normal de trabalho, sendo que destes, **92 foram inseridos profissionalmente**. Foram igualmente estabelecidas **70 parcerias informais** com entidades facilitadoras do acesso a respostas de formação e emprego.

Ação 17. Facilitação do acesso a respostas que atuem na redução das situações de pobreza e exclusão social

- *Todo o ciclo de vida*

A intervenção desenvolvida pelas equipas de reinserção dos **CRI** visa a redução das situações de pobreza e exclusão social, sendo desenvolvida em função dos diagnósticos individuais e planos individuais de inserção elaborados em conjunto com os cidadãos com CAD. A contratualização de um **Plano Individual de Inserção (PII)** é uma estratégia que favorece o envolvimento mútuo do cidadão e do técnico que o acompanha, permitindo uma monitorização e avaliação conjunta dos resultados atingidos.

Estiveram em vigor **10.657 PII**, o que significa que **57% da população acompanhada** pela área da reinserção tem um PII contratualizado. Do total que vigoraram em 2018, **898 foram avaliados**, o que representa **28% do total**. Este resultado apresenta uma forte descida face ao rácio verificado no ano anterior, que foi de 54%.

No âmbito deste trabalho individualizado com os cidadãos, são proporcionadas diversas respostas às necessidades identificadas e que, tendencialmente, contribuem para a melhoria das condições de vida das pessoas com CAD e possibilitam o exercício da cidadania:

Na **Habitação** foi possível proporcionar soluções de habitação ou alojamento a **204 pessoas**, o que representa uma capacidade de resposta de 54% face às necessidades identificadas;

Na **Educação** foi possível encaminhar **166 pessoas** para respostas educativas, o que permitiu satisfazer **46% das necessidades diagnosticadas**;

Foram identificadas **4.102 pessoas** com necessidades de **Proteção Social**, sendo que **1.730** destas situações foram resolvidas através da atribuição de apoios diversos.

No acesso às condições básicas para o **exercício da Cidadania**, foram identificadas necessidades em **1.654 pessoas** e foram satisfeitas 483, através de apoios para a regularização da documentação pessoal, apoio sociojurídico, apoio no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais, entre outros.

A **ARS, I.P. Norte / DICAD**, para além da monitorização e avaliação dos 16 projetos de reinserção no âmbito do PORI, desenvolve grande parte do seu trabalho na vertente assistencial, através do exercício da consulta social que decorre nas unidades assistenciais. Este trabalho tem subjacente o Modelo de Intervenção em Reinserção (MIR), considerando-se que a definição e consensualização de linhas orientadoras para a intervenção social é uma das estratégias de consolidação e de melhoria contínua desta área de intervenção.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** referiu que as equipas de reinserção dinamizam uma significativa diversidade de iniciativas que contribuem para a inserção social, através da realização de grupos de procura ativa de emprego, de atividades ocupacionais, da prevenção da recaída, da monitorização de projetos na área da reinserção, entre outras. Alguns elementos das equipas de reinserção, maioritariamente constituídas por assistentes sociais, dão apoio a outras áreas de intervenção da DICAD.

Foram abrangidos **4.336 utentes**, que representam **30% dos ativos nas UIL**. Deste total, recolheu-se informação sociodemográfica para 98,7% dos utentes (4.279).

As substâncias principais de consumo são o **álcool (32,2%)** e a **heroína (27,9%)**, seguidos de **8% de cannabis**. Neste ponto, não se verificam grandes diferenças de género, salientando-se que a maior diferença se situa com consumo de **MDMA (0,6%)**, percentagem superior no género feminino (2,2% para 0,1% no género masculino);

Foram atendidos pelo serviço social **485 pessoas em situação de sem-abrigo**. Destes, **185 encontravam-se a viver na rua, 83 em Centro de Abrigo e 78 em Hotéis, pensões ou similares**. **56,2%** tinham **consumos de substâncias psicoativas** e **42,7% com PLA**. Este grupo-alvo, em termos de intervenção social, implica uma maior articulação e mobilização das diferentes entidades da rede de recursos sociais, incluindo a participação nos vários grupos de planeamento da intervenção com os sem-abrigo (NPISA). Durante 2018 foram assinados, na região, dois protocolos no âmbito dos Núcleos de Apoio à Pessoa em situação de sem-abrigo (Equipa de Tratamento e Reinserção do Barreiro e de Santarém).

A atividade técnica na área da reinserção engloba eventos assistenciais e não assistenciais:

- Os eventos assistenciais implicam uma intervenção de diagnóstico, acompanhamento e mediação social face a um utente específico. Realizaram-se **21.030 eventos**, destacando-se os presenciais de “consulta social” (8.309 eventos), Ato Social Não Presencial (3.771), “Consulta Não Presencial (1.432)”, “consulta de gestão de cuidados de saúde” (1.463 eventos), Atendimento a familiar/acompanhante” (1.345 eventos). A intervenção em grupo (grupos de acolhimento terapêutico, de grávidas e de prevenção da recaída) têm vindo a desenvolver-se com maior dinâmica, contando com 592 eventos durante o ano de 2018;
- Nos eventos não assistenciais destaca-se a organização do processo individual do utente, o acompanhamento processual telefónico e a representação/articulação interinstitucional.

Para o **protocolo de Articulação entre o ISS.IP e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**, que tem como objetivo garantir o atendimento/acompanhamento dos utentes em situação de desfavorecimento socioeconómico de forma articulada e integrada, foram criadas **305 fichas de ligação**, rentabilizando assim os recursos existentes.

Para aprofundar o Modelo de Intervenção em Reinserção no âmbito dos CAD, manteve-se o GT do projeto de investigação “A Intervenção em Reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências – processos e resultados da aplicação do modelo de mediação social e comunitária” constituído pelas cinco ARS, I.P., pelo SICAD e pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** reitera a informação quanto à sua representação em todas as redes sociais da área de influência dos CRI e sua integração em grupos de trabalho intersectoriais (Autarquias/CLAS, ISS, I.P., IEFP, I.P., Contratos Locais de Desenvolvimento Social), que visam o desenvolvimento de intervenções multidisciplinares e interinstitucionais para populações-alvo específicas (trabalhadores dos municípios, vítimas de violência doméstica, pessoas em condição de sem abrigo, beneficiários de Rendimento Social de Inserção, crianças e jovens...). Neste contexto foram abrangidos **72 utentes no CRI do Baixo Alentejo, 19 jovens no CRI do Norte Alentejano, 47 utentes no CRI do Alentejo Central e 1 utente no CRI do Litoral Alentejano**.

A **ARS, I.P. Algarve/DICAD** manteve representação nos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) de Faro e Loulé. Integrou os Grupos de Trabalho de Intervenção para Pessoas em condição de sem-abrigo, em Portimão e Albufeira. Simultaneamente, manteve a representação em várias redes sociais da área de influência do CRI.

O **SICAD** manteve a sua colaboração na **Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023**, através da sua participação no Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE) e como membro do Núcleo Executivo. Foram contabilizadas **24 participações em reuniões no âmbito dos órgãos da ENIPSSA**, através das quais foram produzidos diversos contributos, dos quais se destacam a elaboração do Plano de Ação 2019-2020.

Ação 18. Desenvolvimento de estratégias de intervenção que potenciem a inserção do cidadão nas redes de suporte, com base na identificação das respostas existentes

- *Todo o ciclo de vida*

Tendo como objetivo potenciar a inserção do cidadão nas redes de suporte, foram desenvolvidas pelas **Equipas de Reinserção dos Centros de Respostas Integradas** diversas iniciativas. A intervenção junto da família e a promoção do desenvolvimento de competências sociais através da participação em grupos, nos CRI ou na comunidade local, foram algumas das estratégias desenvolvidas:

- Na **intervenção familiar** foram acompanhados pelas equipas de reinserção **3.923 familiares**, o que representa um aumento de 7% face aos acompanhamentos verificados no ano anterior (3.674 em 2017), (*Vide Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção 2018*).

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** manteve em funcionamento consultas de reinserção em sete CRI, na Unidade de Alcoologia, e no Programa de Atendimento Materno, e na Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra.

Dos utentes ativos inscritos por OSPA, PLA, Famílias, CCT, outra patologia aditiva, jogo e CJR, 8.141 (47%) tiveram pelo menos uma consulta social (valor que se mantém semelhante ao dos anos anteriores). Destes, 70,60% têm um plano individual de inserção (PII) definido e contratualizado. Esta percentagem aumentou face a 2017, porque foram considerados todos os planos individuais de inserção ativos no ano. Atendendo, apenas, aos PII iniciados ou reavaliados em 2018, o valor é de, aproximadamente, 40%.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD**, na sequência da intervenção integrada que assegura com as demais estruturas de apoio social, informou que foram abrangidos 70 jovens no CRI do Baixo Alentejo, 26 pessoas no CRI do Norte Alentejano e 64 pessoas no CRI do Alentejo Central.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** reporta que **na faixa etária dos 15 aos 19 anos** foram desenvolvidos e aplicados mecanismos para jovens em acompanhamento no GAJE/ETEP, promovendo a integração de **seis jovens em cursos profissionais certificados** (Programa Qualifica), de acordo com uma abordagem diferenciada e individual.

Em relação **aos adultos**, a ETER desenvolveu intervenções de prevenção da desinserção em meio laboral, através da realização de quatro treinos de aptidões sociais, para um universo de 48 indivíduos. Esta equipa dinamizou, ainda, 54 ações de sensibilização sobre PLA e consumos de outras substâncias psicoativas em meio laboral, que abrangeram 901 indivíduos.

Nas Unidades da DICAD foram realizadas diversas intervenções na área de serviço social junto dos utentes, familiares e envolventes. Destas intervenções resultaram ações de articulação interinstitucional que visaram medidas específicas de apoio. Ainda no desenvolvimento de estratégias de intervenção facilitadoras da inserção dos cidadãos nas redes de suporte, foram realizadas reuniões de articulação interinstitucionais com o Instituto de Segurança Social - Centro Distrital de Faro, Autarquias e com o Estabelecimento Prisional de Faro.

Ação 19. Apoiar a manutenção de um serviço de informação e referência no âmbito dos CAD e das respetivas plataformas de comunicação e informação.

- *Todo o ciclo de vida*



A **Linha Vida SOS Droga** é um serviço de aconselhamento psicológico, anónimo, gratuito e confidencial na área dos CAD, cujo objetivo é prestar suporte emocional em situações de crise, refletir sobre questões relacionadas com os CAD e temáticas associadas, assim como esclarecer dúvidas ou informar sobre os recursos existentes nesta área.

Disponível a qualquer pessoa com consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas e outros comportamentos aditivos com e sem substâncias e dependências, a familiares, amigos, companheiros, profissionais de saúde, de educação, de justiça, de intervenção comunitária e todos aqueles que desejem ser apoiados ou informados sobre estas matérias. Facilmente acessível, o Serviço disponibiliza aconselhamento, informação e encaminhamento, permitindo que todos que dele necessitem sejam ouvidos e encontrem uma resposta adequada, de suporte e contenção.

Neste momento, a **Linha Vida SOS Droga** é assegurada por um psicólogo clínico, com formação específica nas áreas do aconselhamento psicológico e dos CAD, com o horário das 10h00 às 18h00, em dias úteis. A Linha atendeu **3.689 chamadas no ano de 2018**. Apresenta-se em seguida uma breve caracterização das chamadas recebidas através do apuramento de registos na base de dados.

Gráfico 12 - Distribuição das chamadas ao longo do ano

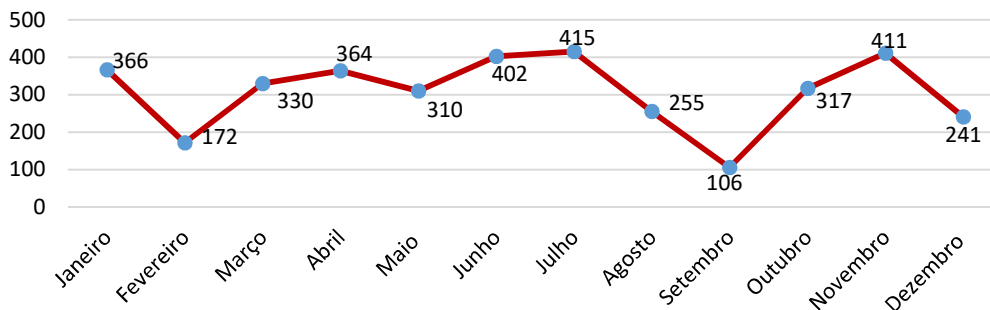
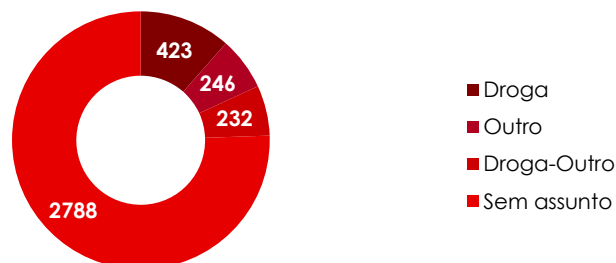
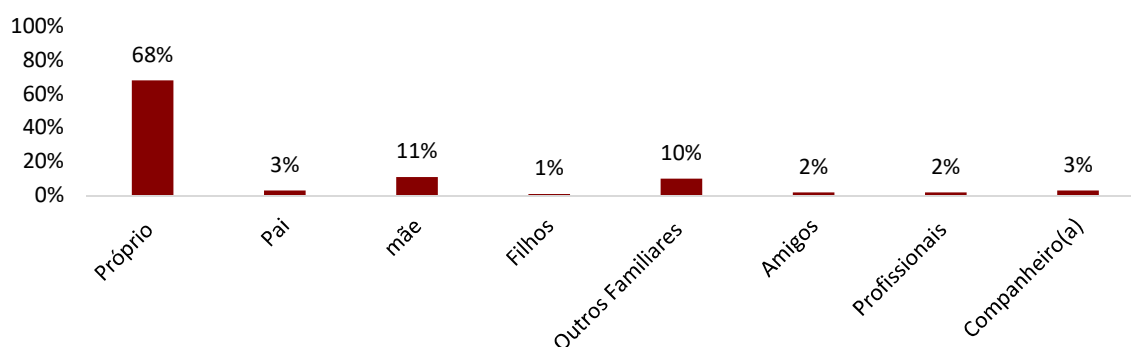


Gráfico 13 - Tipo de assunto que subjaz ao contacto estabelecido com a Linha Vida



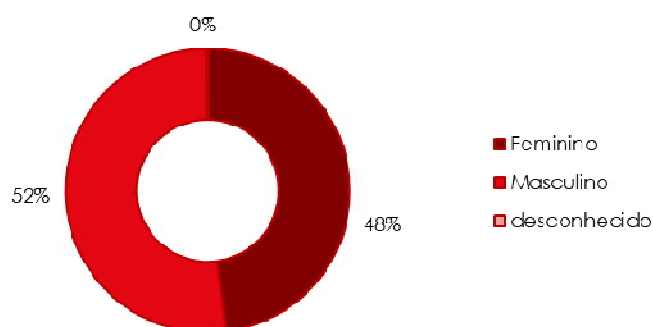
Verifica-se uma percentagem significativa de contactos telefónicos diretamente associados aos CAD, enquanto “outros” e “droga-outro” a percentagem baixa ligeiramente, sendo a de maior relevância as chamadas sem assunto (brancas e brincadeiras).

Gráfico 14 - Quem realiza o pedido



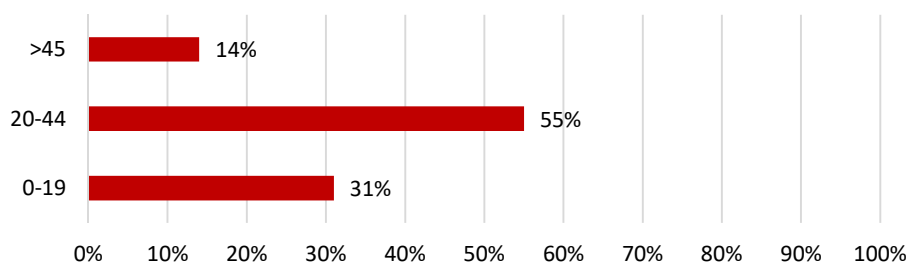
Verifica-se uma tendência para o serviço ser procurado pelos próprios indivíduos requerentes de apoio, seguido das mães e outros familiares. A baixa procura por parte de técnicos das áreas da saúde, educação e intervenção comunitária poderá indiciar uma deficiência na divulgação junto dos pares. Destes dados conclui-se que a **Linha Vida** é procurada essencialmente por aqueles que gravitam afetivamente e em termos psicossociais em torno da problemática dos CAD.

Gráfico 15 - Género das pessoas que recorrem à Linha Vida



Relativamente ao género de quem procura os serviços da Linha Vida, verifica-se uma percentagem ligeiramente superior do género masculino.

Gráfico 16 - Faixas etárias dos utilizadores da Linha Vida

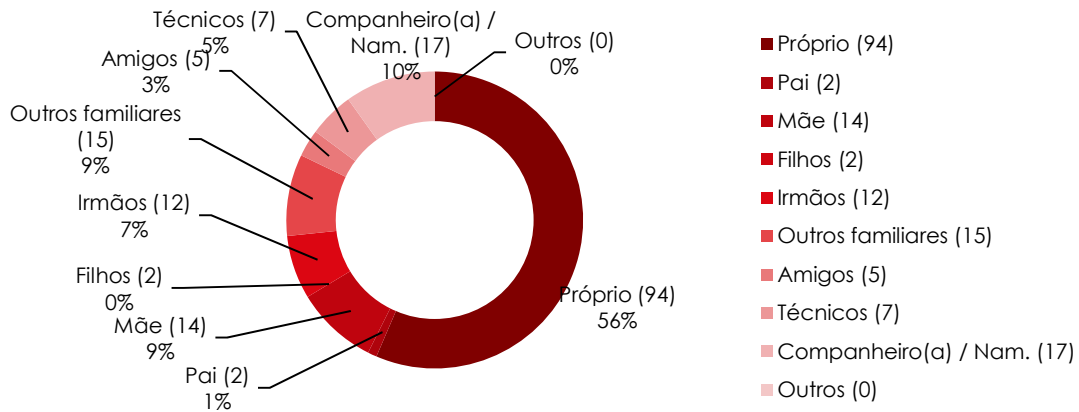


Relativamente à idade dos utentes que procuram o serviço, verifica-se um peso de pedidos de apoio na faixa dos 20-44, seguido da faixa dos 0 ao 19. Acima dos 45 anos a percentagem diminui significativamente.

• **Email counselling**

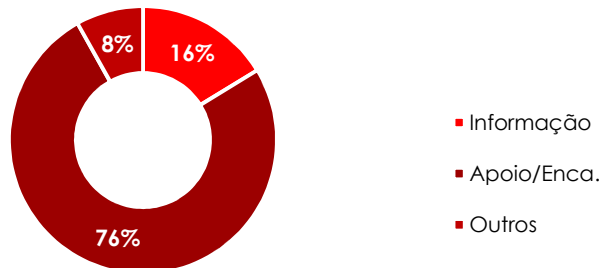
No serviço de email counselling - 1414@sicad.min-saude.pt foram recebidos no ano de 2018, um total de 174 mensagens.

Gráfico 17 - Tipo de utilizadores que fazem o pedido



No que se refere às pessoas que efetuaram pedidos a este serviço, verificou-se que, na sua grande maioria, foram os próprios quem colocou questões por esta via, seguindo-se respetivamente os companheiro(a)/namorado(a), outros familiares, irmãos, técnicos, amigos, e filhos(as).

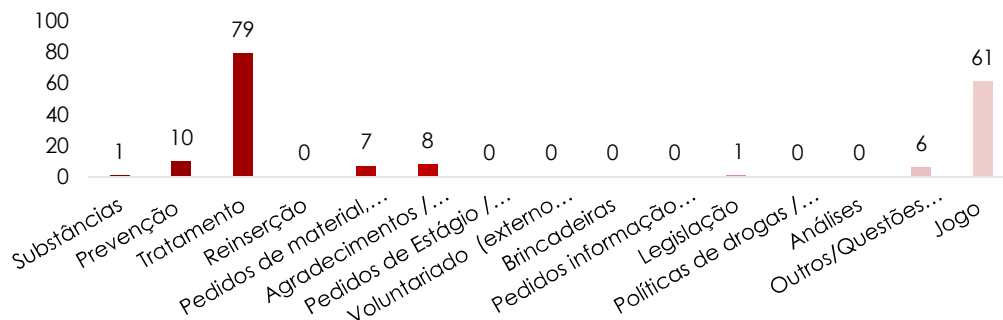
Gráfico 18 - Tipo de pedido através do email- Counseling



• **Utilizadores que fazem o pedido**

Relativamente ao seu tipo, os pedidos de apoio/encaminhamento são os que motivaram a maioria dos contactos do email counselling, seguindo-se os pedidos de informação e outros.

Gráfico 19 - Tema do contacto dos utilizadores



Quanto às temáticas dos pedidos formulados, a maioria refere-se a questões relacionadas com o **tratamento**, seguindo-se problemas de dependência sem substância e específicos de prevenção.

Ação 20. Dinamização do Fórum Nacional Álcool e Saúde enquanto plataforma integrada de resposta aos problemas ligados ao álcool

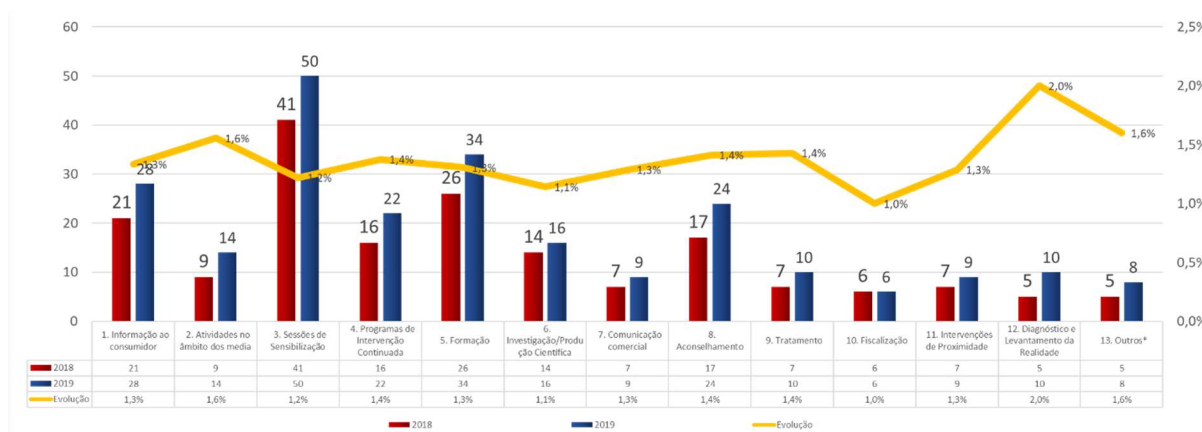
- *Todo o ciclo de vida e nos vários contextos*

2018 foi de continuidade para o **Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS)**, enquadrado no segundo quadriénio do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD). Observou-se a continuidade de compromissos já estabelecidos e a definição de outros. Entraram para o FNAS **dois novos membros**: - a **IREFREA, o Instituto Europeu para o Estudo dos Fatores de risco em Crianças e Adolescentes** e o **CEJ, Centro de Estudos Judiciários**.

Continuou-se o trabalho de contacto com entidades, com ou sem anterior ligação ao Fórum, no sentido de renovar a lista de membros, procurando colmatar lacunas anteriormente identificadas. Foi, igualmente, continuado o trabalho de suporte técnico à estruturação de novos compromissos de ação e o desenvolvimento de iniciativas facilitadoras, mediante reuniões individuais ou a organização de espaços de encontro entre múltiplos parceiros de modo a criar sinergias essenciais ao trabalho em rede. Concretizaram-se: uma reunião geral e comemoraram-se os 10 anos de FNAS.

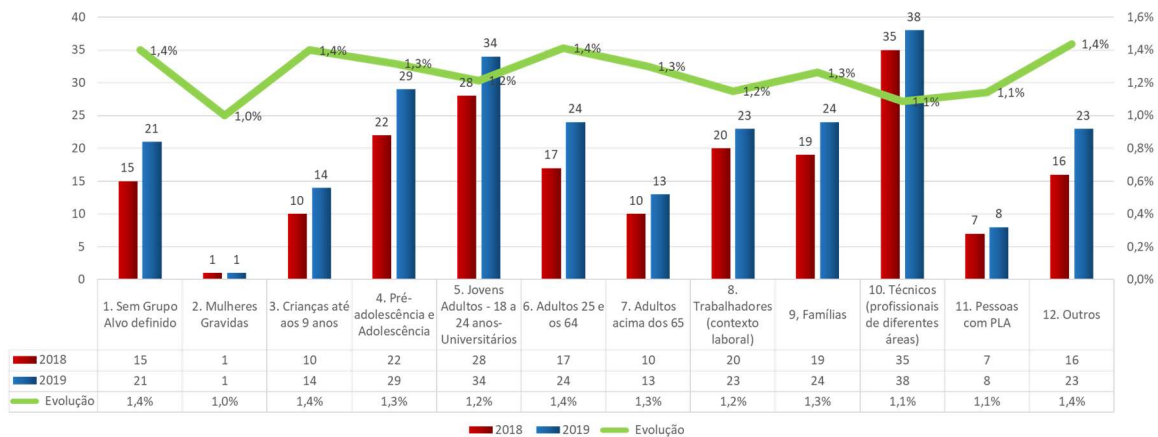
O FNAS integra **88 entidades + 3 com estatuto observador**. Nas tabelas abaixo, apresentam-se os dados que caracterizam o FNAS, em 2018.

Gráfico 20 - Número de compromissos por tipo de atividade



Fonte: SICAD/Relatório FNAS 2018

Gráfico 21 - Número de compromissos por grupo-alvo



Fonte: SICAD/Relatório FNAS 2018

Observou-se uma evolução/adaptação dos tipos de compromissos definidos pelos membros, de forma a aproximar o mas possível dos objetivos do Plano Nacional e das metas definidas.

A **ARS,I.P. Norte /DICAD** pormenorizou a sua participação em **3 compromissos**:

- **Liga para a Inclusão Social** - projeto de parceria interinstitucional. A DICAD daquela ARS, I.P. participa no campeonato nacional de *futsal* da Liga para a Inclusão Social, através do envolvimento de utentes na equipa e de técnicos na organização e acompanhamento, sendo o seu compromisso a manutenção das condições de participação dos utentes no campeonato.
- **Riscos & Desafios** - No âmbito da intervenção preventiva com estudantes universitários, torna-se necessária a Formação para técnicos dos gabinetes de apoio das universidades, para os capacitar para a implementação do programa.
- **Protocolo de Colaboração entre a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto/Unidade de Alcoologia do Porto** - programa de promoção da saúde e de prevenção universal relativo ao consumo de álcool. Em contrapartida, os STCP asseguram senhas de transporte para os utentes, cuja avaliação social justifique, a deslocação ao serviço de tratamento.

A **ARS,I.P. LVT/DICAD** manteve ativos os 2 compromissos:

- Intervenção integrada entre Prevenção e RRMD em contexto académico (Festas académicas de Lisboa, Ribatejo e Setúbal) (assinado em 2014);
- Na área da prevenção ambiental, o Projeto de Apoio ao comércio e serviços no concelho de Sintra - Promoção da venda responsável de álcool em estabelecimentos localizados em proximidade de escolas (assinado em 2017).

A **ARS,I.P. Alentejo/DICAD** tem um compromisso no âmbito do FNAS.

O G.I.R.A. – Grupo de Intervenção Regional no Álcool, também assinou um compromisso.

A **ARS, I.P. Algarve/DICAD** refere que manteve os três compromissos estabelecidos para o triénio 2017-2019, que se distribuíram da seguinte forma: 1 compromisso - Área de prevenção; 1 compromisso – Área de tratamento e 1 compromisso – Área de reinserção. Informa, ainda, a participação na reunião anual do FNAS, que decorreu no dia 8 de maio, em Loures.

A **Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária** apresentou o seu compromisso ao FNAS conforme se refere: realização de campanhas nacionais de combate à condução sob a influência de substâncias psicoativas, nomeadamente de álcool segmentadas de acordo com os principais grupos de risco, tendo em consideração, nomeadamente, a dimensão de género, com utilização de dispositivos descartáveis.

- A ação desenvolvida no âmbito deste compromisso foi a **Campanha de Natal e Ano Novo**.

○ **Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.** como membro fundador assumiu, desde o primeiro momento, o compromisso no âmbito da execução do programa “**Cuida-te**”, promovendo a saúde juvenil e prevenindo a existência de fatores de risco. (intervindo na área da redução da procura e por consequência, na prevenção do consumo nocivo de álcool junto da população jovem).

- Quanto à saúde e aos problemas relacionados com o álcool, o IPDJ, I.P. assume-se, por inerência, como uma entidade que pretende retardar a idade do início de consumo de bebidas alcoólicas, prevenir o consumo de bebidas alcoólicas em menores de 18 anos e reduzir o consumo nocivo de bebidas alcoólicas.

São três objetivos diferentes, que cruzam com os objetivos do fórum e com as metas estabelecidas no Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências.

O compromisso coletivo em curso refere-se à **colaboração no âmbito da segunda edição do Prémio FNAS**, que foi dinamizado pelo secretariado permanente, em colaboração com outros membros do FNAS.

O IPDJ, I.P. explorou outros projetos que se integram nos comportamentos aditivos e que vão ao encontro das metas referentes ao consumo nocivo do álcool, designadamente a sua participação no **Estudo “Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal”**, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD), a Comissão para a Igualdade de Género (CIG) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS - Universidade de Lisboa), a desenvolver em articulação com outras entidades.

Objetivo Específico 5. Prevenir e reduzir a incidência de anomalias e perturbações de desenvolvimento fetal causadas pelos CAD, bem como a ocorrência de patologias na grávida, decorrentes do consumo de substâncias psicoativas e medicamentos não prescritos

A prevalência do consumo em idade fértil, nomeadamente no que toca a padrões mais nocivos, confere uma noção do risco de ocorrência de gravidezes expostas a substâncias psicoativas lícitas e/ou ilícitas. Os dados disponíveis apontam para a necessidade de colocar um enfoque em políticas de prevenção face à ocorrência destes consumos durante a gravidez, na sua identificação precoce, de respostas de apoio às grávidas identificadas com estes consumos e de acompanhamento aos recém-nascidos sujeitos a estas circunstâncias. Neste contexto, a articulação intersectorial de políticas é igualmente fundamental, seja ao nível da saúde (articulação com as políticas de promoção da saúde materna e neonatal, por exemplo) seja noutros domínios, considerando os determinantes ambientais subjacentes ao consumo.

Ação 21. Reforço da articulação entre os serviços, de modo a permitir uma intervenção integrada aos diferentes níveis (promoção da saúde, prevenção, tratamento, reinserção e redução de riscos)

- *Gravidez e período neonatal englobando os contextos familiar, comunitário, laboral e prisional*

70

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** salienta a continuidade da vigência do **Protocolo de Acordo de Colaboração entre o Centro Materno Infantil do Norte (Centro Hospitalar do Porto, EPE) e o Programa Integrado de Atendimento Materno (PIAM, ARS, I.P. / DICAD Norte)**, que visa regular os moldes de funcionamento da Consulta de Saúde Sexual e Reprodutiva, garantir a prestação de cuidados pré e pós-natais adequados, bem como definir as estratégias a adotar na população com problemas ligados ao álcool, assim como a responsabilidade de cada uma das unidades na prossecução destes objetivos.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** comunica que é efetuada uma articulação entre as equipas de Tratamento e as maternidades dos hospitais da região Centro.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** refere a existência de protocolos e articulações entre as Equipas de Tratamento e consultas de gravidez, dos diferentes Serviços Hospitalares.

A **ARS, I.P. Alentejo/DICAD** informa que mantém a articulação com os serviços de ginecologia /obstetrícia em toda a região Alentejo e serviços neonatologia e serviços prisionais, quando solicitado, concretamente com o Estabelecimento Prisional de Odemira (feminino).

A **ARS, I.P. Algarve/DICAD** refere que existe articulação, sempre que necessária, entre as Equipas Técnicas Especializadas de Tratamento, os cuidados saúde primários e os serviços de obstetrícia do Centro Hospitalar do Algarve.

Ação 22. Promoção do conhecimento sobre o impacto dos CAD na evolução da gravidez

- *Gravidez e período neonatal*

A **ARS, I.P. Norte/ DICAD** reporta que o Programa Integrado de Atendimento Materno (PIAM) desenvolve a **promoção do Planeamento Familiar** às utentes em seguimento e às adolescentes em idade fértil e com vida sexual ativa, e seus filhos, de modo a diminuir as gravidezes em idades precoces e o abandono escolar. Neste âmbito, estiveram em seguimento **246 utentes no PIAM**.

A **DGS** reporta a disponibilização de **material informativo sobre a infeção por VIH, 27.133** unidades de folhetos em suporte de papel **dirigidos a grávidas e a mulheres que pretendem engravidar** e ainda a partilha do folheto em formato digital.

Objetivo Específico 6. Diminuir o risco de infeção por VIH/SIDA e a vulnerabilidade a esta infeção (em colaboração com o Programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA)

Ação 23. Desenvolvimento de Intervenções de Prevenção e RRMD dirigidas aos riscos associados, designadamente: Consumos endovenosos; Relações sexuais desprotegidas; Outros comportamentos sexuais de risco, sob a influência de SPA

- *Jovens dos 15 aos 19 anos... Com especial incidência nos contextos escolar/ Universitário e recreativo. Jovens dos 20 aos 24 anos/ Adultos dos 25 aos 64 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos, Adultos dos 25 aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos... Com especial incidência nos contextos universitário, Laboral e Recreativo. Adultos acima dos 65 anos ... Com especial incidência nos contextos universitário (?), Laboral e Recreativo.*

O reporte foi efetuado não realizando distinções específicas relativamente às fases do ciclo de vida.

A **ARS, I.P. Norte /DICAD** informa que, no âmbito do projeto Multi-Institucional de **RRMD em contextos recreativos**, o CRI Porto Central planeou e realizou uma ação de sensibilização no território de Matosinhos.

No âmbito do projeto "Consumos Controlados" o CRI de Viana do Castelo realizou várias intervenções em **contexto universitário** (Receção ao Caloiro e Semana Académica) e três intervenções em festivais.

A Equipa de Rua "Mais próximo de Ti" que intervém no território de Vila Real operacionalizou intervenção em duas iniciativas em Meio Académico (Caloirada aos Montes e Queima das Fitas da UTAD) e uma intervenção em contexto de Festival (Vila Real – Rock Nordeste).

O CRI Porto Oriental interveio no âmbito do PRI não financiado com a Rede Social de Lousada, no "Vila – **Festival da Juventude**".

O CRI de Bragança, em **contexto académico**, fez intervenção na Queima da Fitas do Instituto Politécnico de Bragança.

O CRI de Braga levou a cabo formação no âmbito da redução de riscos em CAD aos técnicos que intervêm no terreno nos espaços de contextos recreativos. Articulou e supervisionou a intervenção realizada e disponibilizou materiais informativos. Esteve presente nas festividades académicas de Braga “Enterro da Gata”.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** deu continuidade às intervenções em contexto académico (intervenção integrada com área da prevenção), mantendo a mesma dinâmica de intervenção, garantindo formação a voluntários (estudantes universitários) nas três semanas académicas de maior relevo na região de Lisboa e Vale do Tejo. Foram realizadas intervenções na SA Lisboa, SASet, SASantarém, abrangendo 2.723 pessoas.

A **intervenção na Semana Académica de Lisboa** é assegurada pela equipa de Coordenação da DICAD, UD – Centro das Taipas, CRI de Lisboa Oriental e CRI de Lisboa Ocidental. A intervenção nas semanas académicas de Setúbal e Santarém são asseguradas pelas equipas locais da DICAD.

Na intervenção em **contexto comunitário** foram concretizadas diversas intervenções: Carnaval de Torres Vedras, Festival Liberdade, Festas da Moita, Festas da Cidade de Santarém, Feira da Ascensão-Chamusca, Feira da Agricultura, Feira da Golegã, tendo sido abrangidas **3.057 pessoas**.

Também se mantiveram as presenças noutras **intervenções em meio recreativo**, tal como o **Carnaval de Torres Vedras, o Festival da Liberdade e o Rock in Rio**. Garantiu-se a participação em novos contextos recreativos, tal como o **Festival Eurovisão da Canção**, que decorreu em Lisboa. Para este evento, assim como para o *Rock in Rio*, foi mobilizada uma equipa regional composta por elementos das equipas de Redução de Riscos de todas as UIL da DICAD (com exceção da CT do Restelo). Abrangeram-se cerca de **26.700 pessoas** e realizaram cerca de **2.350 testes de alcoolemia**.)

A **ARS, I.P. Alentejo /DICAD** reporta o desenvolvimento de várias atividades partilhadas pelas áreas da Prevenção e do Tratamento, em articulação com as UIL que tiveram lugar, quer no interior da sua estrutura, como junto de estruturas exteriores (outros parceiros sociais e Estabelecimentos Prisionais).

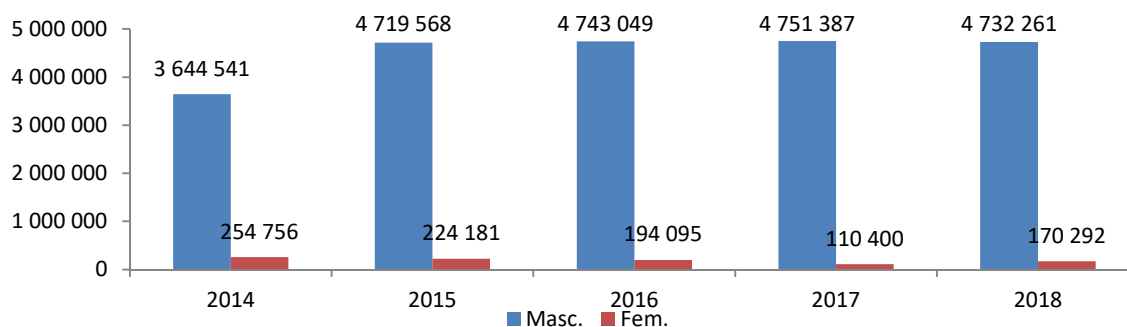
A **ARS, I.P. Algarve/DICAD** informou que, no desenvolvimento de intervenções de prevenção dirigidas aos riscos associados, foram realizadas **65 ações**, que abrangeram **2.350 indivíduos**.

No desenvolvimento de intervenções de RRMD dirigidas aos riscos associados, foram realizadas **133 ações**, que abrangeram aproximadamente **11.980 indivíduos**. Realizaram-se **492 testes de VIH**, tendo sido distribuídos cerca de **14.000 preservativos, 730 saquetas de gel lubrificante, 7 metros de papel de alumínio e 4 garrotes**. Salienta-se que sete ações foram realizadas em parceria com o projeto RIO (PORI), onde se procedeu à **distribuição de 1.000 atenuadores de ruído; 4.000 Kits para consumo por via inalada; 150 Kits para consumo por via endovenosa**.

A **DGS** informa que o **programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e Informativos** manteve-se ativo, tendo registado um ligeiro aumento (0.8%) no número total de preservativos distribuídos, com particular atenção para a recuperação na distribuição de preservativos femininos onde se verifica um aumento de 54%, face ao ano anterior.

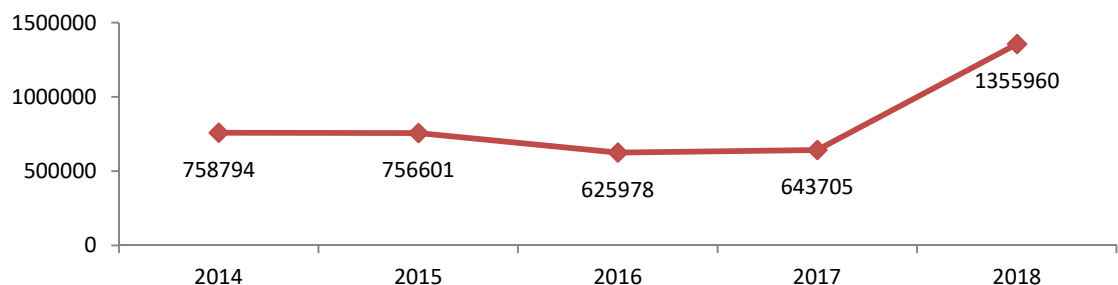
A distribuição de gel lubrificante destaca-se por aumento acentuado no valor 110%, tendo sido disponibilizadas 1.355.960 unidades.

Gráfico 22 - Preservativos distribuídos (n) anualmente, em Portugal, por PNVIHSDA, entre 2014 e 2018



Fonte: PNVIHSDA

Gráfico 23 - Gel Lubrificante distribuído (n) anualmente, em Portugal, por PNVIHSDA, entre 2014 e 2018



Fonte: PNVIHSDA

Tabela 12 - Distribuição de preservativos masculinos, preservativos femininos e gel lubrificante, em 2018, por tipologia de entidade (Programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e Informativos e Programa Troca de Seringas)

Entidades	2018			
	Preservativos Masculinos	Preservativos Masculinos Extra-Forte	Preservativo Feminino	Gel Lubrificante
Entidades Assistenciais (ONG, IPSS...)	2305728	394272	81092	1081208
Estab. Prisionais	17424	0	0	144
Estab. Públicos de Educação	11520	4896	2000	1152
Estab. Públicos de Saúde	894240	221328	65500	214848
Eventos Recreativos e Organismos de Juventude	6048	1728	300	1728
Outras Entidades Privadas	85248	7920	300	28080
Outras Entidades Públicas (Autarquias, Partidos Políticos...)	31680	1584	20600	576
Programa Nacional para Infecção VIH e Sida	0	20160	0	20160
Programa 'Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão'	724453	4032	500	8064
Sub-totais	4.076.341	655.920	170.292	1.355.960

Fonte: PNVIHSDA

O IPDJ, I.P, numa intervenção de cariz mais universal, na área da sexualidade, informa que a **"Sexualidade em Linha"** registou **4.566 chamadas, das quais, 3.581 são chamadas efetivas**. A população feminina foi a que mais recorreu ao atendimento telefónico (84,22%) sendo a faixa etária predominante a dos 18-25 anos, representando 47% dos atendimentos, seguida da faixa etária maiores de 30 com 17,93%. Observa-se um ligeiro decréscimo no número de chamadas efetivas recebidas, menos 4,27%, face ao número de chamadas efetivas recebidas em 2017. A distribuição das chamadas em função da região do país, mostra uma predominância de utentes residentes em Lisboa e Vale do Tejo e Norte, representando 35,92% e 33,85% respetivamente, seguidos da zona Centro com 23,58%.

Relativamente às questões e/ou dúvidas apresentadas, 64,49% incidem sobre o tema **Métodos Contracetivos**, nomeadamente, questões sobre a pílula contracetiva e interação medicamentosa. O tema Pedidos representa 11,34% das questões apresentadas e está relacionado com o número crescente de chamadas sobre aconselhamento e pedidos de encaminhamento para **consultas de IVG**, seguido do tema **Gravidez**, 8,22%, que inclui questões sobre gravidez, teste de gravidez, informação sobre IVG. Os atendimentos registados no horário de funcionamento da **"Sexualidade em Linha"** ao sábado (10h00-17h00), representam 9,58 % do total de chamadas efetivas recebidas.

A resposta por email regista um total de **1.063 mensagens**. A distribuição dos emails por sexo mostra a predominância do **sexo feminino** na utilização deste serviço, representando 85,79% do total de emails recebidos. Os/as utentes deste serviço têm maioritariamente, idades compreendidas entre os **18 e os 25 anos** (71,50%) e os 15 e 17 anos (20,13%), o que revela uma maior facilidade/motivação dos utentes desta faixa etária para colocar as suas questões por escrito, pelo que se mostra relevante a aposta na atualização e facilidade de acesso deste canal de atendimento. Comparativamente, o registo dos atendimentos telefónicos na faixa etária dos 15-17 anos representa apenas 8,04%. As questões colocadas por email, tal como sucede no atendimento telefónico, são maioritariamente sobre **Contraceção** (55,97%) e **Gravidez** (19%). A análise dos registos obtidos, nos canais atendimento telefónico e email mostra que se contabilizaram 4.644 pedidos efetivos de informação e/ou aconselhamento no serviço **"Sexualidade em Linha"**, 84,58% via telefone e 15,42% via email.

Ação 24. Reforço da capacidade dos serviços de Tratamento e de RRMD na implementação de medidas que visem a sensibilização e a promoção da diminuição das infeções por VIH/SIDA, nomeadamente: incremento da detenção de novas infeções; Reforço da capacidade de referenciação para serviços especializados; Contribuição para o aumento da adesão à Terapêutica Antiretroviral(TAR); Disponibilização de medidas que reduzem o risco de infeções para as populações em tratamento.

- **Jovens a partir dos 15 anos até adultos acima dos 65 anos... Com especial incidência nos contextos comunitário, prisional.**

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** refere que a **metodologia ADR (Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação)** esteve internalizada em todas as ETET.

Nos primeiros 60 dias de integração numa das ETET, foram **rastreados 1.769 utentes**, sendo que **96 eram utilizadores de drogas por via intravenosa (UDI)**.

Nas **consultas de seguimento**, foram rastreados **1.444 utentes**, e **220 eram utilizadores UDI**. Mantendo a tendência verificada nos anos anteriores, prevalecem os utentes do sexo masculino (N=

2.797) em relação ao feminino (N=457); a maioria dos utentes rastreados situou-se na faixa etária dia 45-64 anos (N=1.485). Dos utentes rastreados, **6 tiveram resultado reativo**, um confirmou-se como falso positivo, e 5 como positivos (3 utentes com resultado anticorpo positivo (atc+), 1 com antigénio positivo (ag+) e 1 com antigénio e anticorpo positivo (ag+ e atc+), sendo que se verificaram 5 referências.

Não se encontram ainda implementados procedimentos que permitam perceber o número de utentes que se encontram em Terapêutica Antirretroviral, sendo que, em 2019, pretende-se criar instrumentos de recolha de informação para obter essa informação.

Manteve-se também a implementação do ADR nas estruturas de RRMD, monitorizando-se mensalmente os seus resultados.

Foram rastreados nas estruturas de RRMD (equipas de rua e gabinetes de apoio) **299 utentes**, dos quais **96 referem-se a novos utentes e 203 utentes que se encontravam já em acompanhamento**. Destes, **4 (1,3%) tiveram resultado positivo, sendo que se verificaram 3 referências hospitalares**. Relativamente a outras infeções, realça-se ainda outros resultados (fonte: SIM).

Tabela 13 - Utentes Ativos com conhecimento da situação serológica:

	AcHBS	AcBC	AcHCV	AgHBs	HIV
N.º de utentes ativos com conhecimento da situação serológica	4855	3996	5154	2137	4840
N.º de utentes ativos com análises com resultado positivo	3708	2663	3706	317	1086

Fonte. SIM/SICAD

A **ARS,I.P. Centro/DICAD** informa que nas suas unidades estiveram em tratamento **4.909 utentes** tendo sido realizados **2.957 rastreios ao VIH/SIDA**. Foram detetados **dois novos casos de seropositividade** que foram referenciados para tratamento especializado no hospital.

A **ARS,I.P. LVT /DICAD** reporta que, dentre os **13.257 utentes ativos** em tratamento, foram **rastreados 2.428**. No que se refere a utentes admitidos, o valor **correspondeu a 2.690, tendo sido rastreados 799**.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** referencia o desenvolvimento de múltiplas atividades em articulação com as UIL, partilhadas pelas áreas da Prevenção e Tratamento, junto das suas estruturas internas e em estruturas externas (outras Entidades e EP).

A **ARS,I.P. Algarve/DICAD** comunica que realizou 1.266 testes de rastreio de VIH: 774 realizados nas ETET e 492 realizados pela Equipa Técnica Especializada de RRMD.

Nos rastreios realizados na **ETE-RRMD** verificou-se a existência de um teste reativo, situação que foi referenciada à consulta hospitalar para confirmação e que se revelou positiva pelo que evoluiu para tratamento. Nos rastreios realizados na ETE de Tratamento verificou-se a existência de 1 teste reativo, situações referenciadas à consulta hospitalar, que após confirmação iniciaram tratamento com terapêutica antirretroviral (TAR). Para além dos novos casos, informaram que na ETET Barlavento, se encontraram 167 utentes a realizar TAR, 2 de utentes realizaram tratamento observado na ETET.

No âmbito das medidas que reduzam os riscos de novas infeções para as populações em tratamento destaca-se:

- > A manutenção da **Consulta da Mulher** (nas ETET do Barlavento e Sotavento) com intervenção focada nas DST (prevenção, aconselhamento e tratamento médico).
- > Realização de aconselhamento sobre **prevenção de DST** no âmbito de atividades de consulta em ambulatório (psicologia e enfermagem).
- > A ETET do Barlavento disponibilizou cerca de 6.600 preservativos.
- > A ETET do Sotavento disponibilizou 5.760 preservativos masculinos e 40 femininos.
- > O GAJE disponibilizou cerca de 4.000 preservativos aos jovens em acompanhamento.
- > A ETRRMD disponibilizou cerca de 14.000 preservativos.

A **DGS** publicou a Norma n.º 025/2017 de 28/11/2017 sobre a **Profilaxia de Pré-exposição da Infeção por VIH no Adulto**, dirigida às pessoas com risco acrescido de aquisição de infeção por vírus da imunodeficiência humana (VIH). A Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED, I. P.) iniciou o processo de avaliação prévia dos medicamentos para esta indicação terapêutica, nos termos da legislação em vigor.

Enquanto decorreu o processo de avaliação prévia, o acesso à PrEP funcionou no âmbito de um programa de Acesso Precoce (PAP), **disponível, em mais de 20 hospitais** de Portugal Continental e tendo abrangido mais de **300 pessoas, maioritariamente do sexo masculino, cisgénero**, na terceira década de vida, e em situação de risco acrescido de infeção por VIH. Até à data, não há registo de nenhuma nova infeção no universo das pessoas beneficiárias da PrEP.

Prestação de cuidados de saúde hospitalares em contexto prisional, no âmbito das infeções por VIH, VHB E VHC – Protocolos Prisões

Foi publicado o Despacho n.º 283/2018 de 5 de janeiro dos Gabinetes da Secretaria de Estado Adjunta e da Justiça e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que estabelece a rede para a prestação de cuidados de saúde hospitalares no SNS, no âmbito da infeção por VIH, VHB e VHC, para a população reclusa. Na sequência desta publicação, em 16 de julho de 2018, a Direção-geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP) e **28 instituições hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS) assinaram os protocolos no âmbito do tratamento das infeções por vírus da imunodeficiência humana (VIH) e das hepatites virais na população reclusa**. Os protocolos têm vindo a ser implementados de forma faseada nos diferentes estabelecimentos prisionais.

Objetivo Específico 7. Reduzir as comorbilidades associadas aos CAD.

Ação 25. Desenvolvimento das capacidades dos serviços de tratamento na implementação de medidas de diagnóstico, terapêuticas e de referência, que visem diminuir a ocorrência de co morbilidade associadas aos CAD, bem como o seu impacto negativo e a melhoria do seu prognóstico

- *Jovens dos 15 aos 19 e dos 20 aos 24 anos ... com especial incidência na redução do risco de desenvolvimento precoce e de comorbilidades associadas aos CAD*
- *Adultos dos 25 anos aos 64 anos, Adultos acima dos 65 anos ... com especial incidência nas doenças psiquiátricas, infecciosas (especial atenção para a Hepatite C), cardiovasculares, gastrointestinais e neoplasias*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD**, apesar da existência de uma elevada taxa de sub-registo no SIM, promoveu e implementou **rastreios e controlos analíticos** sistemáticos e a diversificação de ofertas terapêuticas em todos os Centros de Respostas Integradas e demais Unidades Assistenciais, referenciando sempre que necessário para as especialidades específicas ou hospitalares, nomeadamente as consultas de infecologia e os centros de diagnóstico pulmonar.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** referencia a execução de **rastreios e controlos analíticos sistemáticos** e a diversificação de ofertas terapêuticas em todos os Centros de Respostas Integradas do Alentejo, salientando uma referência indireta, via médico de família, para especialidades específicas. Refira-se, que não existem listas de espera, em todo o Alentejo.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** refere, para a **faixa etária dos 15 aos 19 anos**, que a ETEP deu início à articulação formal que prevê a realização de reuniões periódicas entre a equipa do GAJE e a Equipa de Pedopsiquiatria do CHUA, para discussão e referência de casos de comorbilidades associadas aos CAD.

- *Faixa etária acima dos 20 anos:*
- **Desenvolvimento de medidas de diagnóstico que visem diminuir a ocorrência de comorbilidades associadas ao CAD:**

As ETET têm como procedimento realizar rastreio de bioquímica e de doenças infecciosas aos novos utentes. Em simultâneo, realizam rastreio periódico aos utentes em seguimento.

Nas UIL da DICAD foram realizadas 274 avaliações psicológicas/neuropsicológicas.

- **Desenvolvimento de medidas de referência que visem diminuir a ocorrência de comorbilidades associadas ao CAD, a ARS, I.P. Algarve / DICAD:**

As ETET do Barlavento e Sotavento referenciaram 88 utentes para a consulta hospitalar, para tratamento VHC+.

Cerca de 170 utentes estiveram em tratamento/seguimento (consulta hospitalar) para Hepatite C.

Teve início a elaboração de um protocolo de articulação entre o Serviço de Gastroenterologia do CHUA (Portimão) e a ETET do Barlavento. Este projeto denominado "Programa de micro-eliminação da Hepatite C em indivíduos em seguimento na ETET", prevê a realização de uma consulta

descentralizada do Serviço de Gastrenterologia do CHUA (Portimão), na ETET, promovendo a facilitação do acesso e a adesão ao tratamento. Prevê-se o início para 2019.

No Sotavento Algarvio, deu-se início à elaboração de um protocolo de articulação entre o Serviço de Infeciologia do CHUA (Faro) e a ETET do Sotavento, cujos objetivos são iguais aos do projeto referenciado no ponto anterior.

Houve uma articulação interinstitucional entre as ETET do Barlavento e Sotavento com o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), designadamente com os Serviços de Psiquiatria de Portimão e Faro. Esta articulação tem subjacente a promoção de respostas integradas nas situações de comorbilidade, através da realização de reuniões de trabalho entre os serviços, com periodicidade bimestral, cujos objetivos visam a facilitação da avaliação dos casos em seguimento em ambos os serviços, bem como da referenciação entre os serviços. Considera-se que estas reuniões de trabalho constituem um exemplo de boas práticas, contribuindo para uma prestação de cuidados de saúde integrados, com impactos significativos na melhoria dos cuidados prestados aos utentes.

Ação 26. Manutenção e incremento de respostas específicas, no âmbito das RRMD e da Reinserção: Disponibilização de ofertas de respostas combinadas que atendam às características da população alvo; Programa Troca de Seringas; Programa de vacinação específico (vacina Gripe, vacina pneumocócica, hepatite A e B e tétano); acesso prioritários a tratamentos opióides e outros; rastreio das hepatites virais, tuberculose e outras; promoção da saúde; medidas de suporte habitação, emprego e educação

- *Jovens dos 20 aos 24 anos,*
- *Adultos dos 25 aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos*

.... Com especial incidência no contexto prisional, laboral e comunitário (direcionado à população sem abrigo).

No âmbito da intervenção em reinserção desenvolvida nos **CRI**, a prioridade é dar resposta às necessidades multidimensionais de cada pessoa, em função dos diagnósticos efetuados.

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta que estiveram em funcionamento 18 estruturas de RRMD que alcançaram cerca de **1.532 novos utentes** e mantiveram em acompanhamento uma média mensal de 1.681 utentes. Foram disponibilizadas quatro respostas específicas: **programa Troca de Seringas, o programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar, a Metodologia ADR e o programa de Terapêutica Combinada.**

Foram também financiados, no âmbito do PORI, 16 projetos da área da reinserção, que abrangeram 666 novos utentes (384 consumidores de substâncias ilícitas e 282 utentes com Problemas Ligados ao Álcool) e acompanharam mensalmente cerca de 1.537 utentes.

A **ARS, I.P. Alentejo/DICAD** reporta a execução de rastreios e controlos analíticos sistemáticos e a diversificação de ofertas terapêuticas em todos os seus CRI, bem como o apoio aos estabelecimentos prisionais localizados na sua área geográfica.

A **ARS,I.P. Algarve/DICAD** afirma que, para além das atividades da equipa, a ETER desenvolveu intervenção junto das autarquias locais e empresas da região, constituindo-se como facilitadora do encaminhamento dos trabalhadores identificados com CAD, para acesso às respostas de Tratamento.

A ETERRMD realizou as intervenções referidas nas ações nº 4 e nº 23.

As ETET do Barlavento e Sotavento disponibilizam um acesso prioritário ao Tratamento para os utentes encaminhados pelas Equipas Técnicas Especializadas de Redução de Riscos e Minimização de Danos e de Reinserção, bem como para os projetos de RRMD (RIO e Cuida-te), inseridos no âmbito dos PRI de Portimão e Quarteira.

Nas ET, os técnicos de serviço social dinamizaram intervenções com vista ao encaminhamento para medidas de suporte à habitação, saúde e educação.

O **Ministério da Defesa Nacional** reporta que, no contexto do **Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)**, tendo por finalidade a recuperação precoce e, conseqüentemente, a redução de custos pessoais, familiares, sociais, laborais e económicos inerentes à cronicidade das doenças, foram **desenvolvidas atividades de reabilitação biopsicossocial e de prevenção de recaída**.

As atividades de reabilitação biopsicossocial e prevenção de recaída exigem uma multiplicidade de interventores, paralelamente aos profissionais da saúde, nomeadamente, os **Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (OPCAD)**. Os OPCAD são militares que participaram no Curso de Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências, criado no âmbito do PPCACDFA com especial ênfase nas especificidades das FFAA, que pretende oferecer uma visão abrangente e multidisciplinar do fenómeno dos CAD, de modo a proporcionar uma adequação das atitudes/ações e desenvolver aptidões que possibilitem o reconhecimento deste tipo de comportamentos e competências para lidar com os mesmos.

Os OPCAD, integrados nos Núcleos de Apoio ao Comando das U/E/O, reforçam direta e continuamente a manutenção da abstinência e a recuperação da capacidade funcional dos indivíduos afetados pela problemática dos CAD.

A **Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA)** do Hospital das Forças Armadas (HFAR) é a unidade responsável por dar apoio aos OPCAD na fase de acompanhamento de processos de reinserção dos militares nas Unidades/ Estabelecimentos/ órgãos após terem participado em programas de reabilitação. Neste âmbito, foram realizadas **21 sessões de apoio** por parte da UTITA a **operadores de prevenção**, no entanto não nos foram fornecidos dados relativos a ações de reabilitação por parte do Operadores de Prevenção a militares na sequência de programa de reabilitação da UTITA.

A **Direção Geral da Saúde** reporta que, no âmbito das estratégias de Prevenção, no **Programa de Troca de Seringas (PTS)** "Diz Não a uma Seringa em Segunda Mão", foi dada continuidade, tendo-se registado **1.300.134 seringas distribuídas/trocadas** pelas estruturas participantes.

Encontravam-se registadas **1.691 farmácias aderentes ao PTS**, englobando associadas da Associação Nacional das Farmácias (ANF) e da Associação de Farmácias de Portugal (AFP). As **farmácias foram responsáveis pela distribuição de 138.174 kits**, o equivalente a **276.348 seringas**. As

trocas de seringas asseguradas pelas farmácias têm aumentado consistentemente desde 2015, ano em que estas estruturas voltaram a integrar a distribuição no âmbito do PTS

As **Equipas de RRMD**, no total de 52, foram responsáveis pela distribuição de **495.286 kits**, correspondendo a **990.572 seringas**.

Quanto aos **Cuidados de Saúde Primários**, **252 unidades** distribuíram **7.220 kits**, num total de **14.440 seringas**.

As equipas foram responsáveis por 76% do total das trocas efetuadas, as farmácias por 21%, as Unidades de Cuidados de Saúde Primários por 1% e o posto móvel nos Concelhos da Amadora e Barreiro por 1,4 %.

Gráfico 24 - % Seringa distribuídas/ trocadas em 2018



Fonte: Direção Geral da Saúde

Foram ainda distribuídos, no âmbito do PTS, **724.453 preservativos**.

Verificou-se uma redução de (-9%) no número de seringas distribuídas/trocadas. Face ao alargamento consistente da rede nacional de farmácias no PTS, houve um aumento de 14% das trocas realizadas por estas estruturas.

Ao mesmo tempo, tem-se verificado uma acentuada redução do número de *kits* distribuídos nas **Unidades dos Cuidados de Saúde Primários**, encontrando-se apenas 23 Unidades ativamente participantes. Por outro lado, deve realçar-se o volume de trocas efetuadas através de organizações de base comunitária (equipas de rua, posto móvel), reforçando a importância destas estruturas no trabalho com populações de difícil acesso.

	Seringas distribuídas/trocadas	Seringas distribuídas/trocadas por estrutura				ACES que participam no PTS	ONG/OG que participam no PTS	Farmácias que participam no PTS (ANF+AFP)	Preservativos distribuídos
		Unidades CSP	ONG/OG	Posto Móvel	Farmácias				
jan-dez 17	1 421 666	14 682	1 109 100	54 674	243 210	268	52	1 697	708 453
jan-dez 18	1 300 134	14 440	990 572	18 774	276 348	252	52	1 691	724 453
Evolução	-9%	-2%	-11%	-66%	14%	-6%	0%	0%	2%

Em 2018, assinalaram-se os **25 anos de implementação do Programa Troca de Seringas**, através de um evento público que decorreu nas instalações da Estufa Fria em Lisboa, no dia 5 de dezembro. O evento, coorganizado pela Direção-Geral da Saúde, Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Ordem dos Farmacêuticos e a SPMS – serviços Partilhados do Ministério da Saúde, reuniu

personalidades de vários serviços e serviu de mote para prestar a devida homenagem à Professora Odette Ferreira, fundadora do Programa.

Deu-se conta do número total de seringas (mais de cinquenta e sete milhões) e de preservativos (mais de trinta milhões) distribuídos ao longo dos 25 anos da sua existência, e **assinalou uma redução de 90% no número de casos de infeção por VIH e de sida em utilizadores de drogas na última década**, comprovando a eficácia das medidas e estratégias adotadas, nomeadamente o **Programa Troca de Seringas**.

A Comissão de Acompanhamento do Programa Troca de Seringas (CAPTS) manteve a sua atividade, tendo sido responsável pelo acompanhamento do funcionamento do Programa nas diferentes tipologias de estruturas (Unidades de Saúde dos Agrupamentos dos Centros de Saúde/Unidades Locais de Saúde; Equipas de Redução de Riscos e Minimização de Danos/Organizações não-governamentais; Unidade Móvel e Farmácias Comunitárias).

Testes Rápidos VIH e Hepatites Virais (VHB e VHC)

Na área do rastreio e diagnóstico precoce do VIH, destaca-se que o número de testes rápidos realizados pelas diferentes estruturas (Centros de Aconselhamento e Deteção Precoce – CAD, Cuidados de Saúde Primários e Organizações de base comunitária) totalizou cerca de **35.000 testes**, com um **aumento de 50% no número de testes rápidos realizados nos Cuidados de Saúde Primários**, comparativamente a 2017.

Foi possível assegurar **o rastreio da infeção por VHB e VHC em contexto comunitário, através do financiamento de projetos, em todas as cinco regiões de Portugal Continental**. Foram reportados, por 12 organizações não-governamentais, através de 14 projetos financiados, **5.192 testes rápidos de VHB e 88 reativos e 6.854 testes de VHC com 99 resultados reativos**, correspondendo a uma proporção de 1% e 1,44% resultados reativos, respetivamente. Os testes abrangeram maioritariamente **populações consideradas em situação de maior vulnerabilidade**, como sejam pessoas que utilizam drogas por via injetável, populações migrantes, trabalhadores do sexo e homens que têm sexo com homens e populações transgénero.

Foi publicado o **Despacho n.º 2522/2018 de 12 de março que autorizou a realização de testes rápidos de VIH, VHB e VHC nas farmácias comunitárias e laboratórios de patologia clínica/análises clínicas**. Em outubro, iniciou-se a realização de testes rápidos de VIH e VHC nas farmácias de Cascais, integrado no âmbito **da iniciativa “Cidades na Via Rápida para Acabar com a epidemia de VIH”**

Autoteste VIH

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 79/2018 - Diário da República n.º 198/2018, Série I de 2018-10-15, da Presidência do Conselho de Ministros, que permite a disponibilização diretamente ao público dos dispositivos de autodiagnóstico das infeções por VIH, VHB e VHC. Prevê-se que no início de 2019 seja produzida e publicada uma circular normativa conjunta DGS/ACSS/SPMS/INSA/INFARMED que defina o normativo técnico e organizacional relativo ao autoteste.

Cidades na Via Rápida para Acabar com a Epidemia de VIH

A iniciativa **“Cidades na via rápida para acabar com a epidemia VIH”** foi lançada no dia 1 de dezembro de 2014, Dia Mundial de Luta Contra a SIDA, através da Declaração de Paris, constituindo-se uma rede de parceria mundial de cidades com elevada carga de VIH, envolvendo quatro entidades principais: Associação Internacional de Prestadores de Cuidados no Âmbito da SIDA

(IAPAC), Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA (ONUSIDA), Programa específico das Nações Unidas para a Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (UN-HABITAT) e a cidade de Paris – entre outros parceiros técnicos locais, nacionais e internacionais, responsáveis pela sua execução. Em Portugal, três cidades – Cascais, Lisboa e Porto, assinaram a Declaração de Paris em Maio de 2017, ao que se seguiram mais sete cidades – Almada, Amadora, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra e Portimão, que numa cerimónia que decorreu no dia 10 de outubro, na Assembleia da República, assinaram a Declaração de Paris, comprometendo-se a acelerar a resposta local à infeção por VIH com vista ao cumprimento das metas 90-90-90 definidas pela ONUSIDA.

Projeto TARV - Dispensa de terapêutica antirretrovírica combinada nas farmácias comunitárias

A 2.ª fase do projeto TARV – dispensa de terapêutica antirretrovírica combinada nas farmácias comunitárias teve início em março. Desde então, **413 doentes estão a fazer o levantamento da terapêutica no âmbito do estudo**, sendo que 53% (219) o fazem nas 101 farmácias aderentes do distrito de Lisboa e os restantes na farmácia hospitalar do Hospital Curry Cabral.

Tratamento da Hepatite C

Portugal estabeleceu o objetivo de garantir que 100% dos doentes elegíveis para tratamento da hepatite C o iniciam e que o fazem de acordo com as Normas de Orientação Clínica. Os dados mais recentes informam em 18 de março de 2019, que foram autorizados 23.128 tratamentos, dos quais 21.940 já foram iniciados. Quando se restringe a análise ao universo de indivíduos que já concluíram o tratamento e em que se pode avaliar a resposta virológica sustentada (n= 13139) verifica-se que 12666 estão curados (96,4%) contra 473 doentes não curados (3,6%).

O SICAD mantém ativamente o seu envolvimento no Programa de Troca de Seringas **Diz não a uma seringa em segunda mão**, participando nos trabalhos regulares sua da Comissão de Acompanhamento, quer quanto ao desenvolvimento de iniciativas decorrentes das disposições da Portaria nº 301-A/2016 de 30 de novembro (conjuntamente com a DGR), como ao nível da implementação e controlo dos procedimentos de troca de kits nas farmácias aderentes, em articulação com o INFARMED, I.P, DGS e ACSS, I.P.

Foram **realizadas cinco reuniões** entre as quatro entidades, que incidiram sobre o acompanhamento e monitorização das trocas de seringas nas farmácias, bem como sobre os respetivos procedimentos de faturação, de controlo do movimento e de pagamentos.

O SICAD e a DGS, através do Programa Nacional para a Tuberculose assinaram um **Protocolo para a Definição dos Procedimentos de Rastreio de Tuberculose em Utilizadores de Substâncias Psicoativas**, com vista a uniformizar e melhorar o processo de identificação precoce dos doentes com tuberculose e melhorar o resultado do tratamento da doença, entre utilizadores de substâncias psicoativas.

Foram definidos **Indicadores afines à deteção precoce e prevenção da Tuberculose entre utilizadores de substâncias psicoativas**, quer nas UIL /DICAD quer nas estruturas e programas do âmbito da RRMD, nomeadamente: n.º de Utilizadores de Substâncias Psicoativas rastreados para a Tuberculose; n.º de Utilizadores de Substâncias Psicoativas rastreados para a Tuberculose eram HIV+; n.º de Utilizadores de Substâncias Psicoativas que foram diagnosticados com Tuberculose ativa, entre os rastreados; n.º de Utilizadores de Substâncias Psicoativas que iniciaram tratamento para a Tuberculose; N.º de Utilizadores de Substâncias Psicoativas que terminaram o tratamento para a Tuberculose.

Objetivo Específico 8. Reduzir as consequências tardias e o impacto das dependências com e sem substância.

Ação 27. Desenvolvimento de Intervenções que promovam a mudança de comportamentos nos cidadãos, incentivando-os a serem agentes proactivos na gestão da sua saúde, por forma a reduzir o impacto dos efeitos tardios dos CAD e (co)morbilidades associadas

- **Adultos dos 25 aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos**

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** indica que o CRI Porto Central dinamizou, em colaboração com o SICAD, junto da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, dez sessões de intervenção em contexto laboral junto de **272 funcionários da CMOAZ**, de 20 departamentos /equipas multidisciplinares.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** remete os dados desta ação para os mencionados em sede de RRMD (ações 4. e 23.).

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** informou da execução de rastreios e controlos analíticos sistemáticos e a diversificação de ofertas terapêuticas em todos os CRI do Alentejo, para todo o ciclo de vida.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** informa que todas as intervenções Realizadas nas várias UIL procuram de forma sistemática promover a mudança de comportamento nos cidadãos, incentivando-os a serem agentes proactivos na gestão da sua saúde.

No âmbito das intervenções referidas, destacam-se:

- > A consulta de dependências sem substância (jogo) na ETET do Barlavento, bem como a sua divulgação junto de outras estruturas da ARS, I.P. Algarve e dos outros parceiros na região. Nesta consulta foram atendidos 16 utentes.
- > A consulta de cessação tabágica da ETET do Sotavento, onde foram atendidas 20 pessoas. Esta consulta está organizada de acordo com Orientações Programáticas do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, em estreita colaboração com o Departamento de Saúde Pública e Planeamento da ARS, I.P. Algarve.
- > A ETET do Barlavento realizou atividades de sensibilização à cessação tabágica, através da divulgação de informação/folhetos em consulta e na sala de espera da Equipa. Está prevista a abertura da consulta de cessação tabágica na ETET do Barlavento no início de 2019.
- > A realização de Grupos Psicoeducativos para PLA, nas ETET do Barlavento e Sotavento, que abrangeram 73 utentes.
- > A realização de Grupo Psicoeducativos para PLA no E.P. de Silves que abrangeu 9 utentes.
- > A realização de 40 Ensinos de Educação para a Saúde, em grupo, desenvolvidos junto de utentes;
- > A realização de 39 ações de RRMD em contexto recreativo, que abrangeram cerca de 11.300 jovens e adultos;

- > A realização de 90 ações de RRMD junto de populações particularmente vulneráveis, que abrangeram 310 adultos;
- > A Realização de 58 ações em contexto laboral, que abrangeram 949 indivíduos.

Objetivo Específico 9. Reduzir a mortalidade associada ao consumo de substâncias psicoativas.

Ação 29. Promoção e reforço das respostas que, de acordo com evidência científica e as melhores práticas, demonstrem diminuir a mortalidade associada aos CAD, designadamente: levantamento das respostas específicas existentes e proposta de planeamento de intervenções diferenciadas a desenvolver neste âmbito, nos diferentes contextos

- *Adultos dos 25 anos aos 64 anos e Adultos acima dos 65 anos PARCAD 2020 ... com especial incidência nos contextos comunitário, laboral, rodoviário, prisional e recreativo*

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta que, em contexto laboral, o CRI Porto Oriental redigiu, com a empresa municipal Águas do Porto, um plano de ação e respetiva fundamentação.

O CRI Porto Oriental realizou, ainda, uma ação de formação para Profissionais das Câmaras Municipais de Felgueiras e de Lousada.

Em articulação com o CRI de Braga, a Câmara Municipal de Braga aplicou um inquérito para diagnóstico organizacional no âmbito dos CAD.

A Câmara Municipal de Esposende dirigiu um pedido de apoio ao SICAD para análise do Regulamento Interno de Segurança e Saúde no Trabalho.

O CRI Porto Ocidental e a Câmara Municipal da Maia tiveram uma reunião inicial para planear o início de uma intervenção no âmbito do contexto laboral.

A **ARS I.P. Alentejo / DICAD** reitera a informação relativa à execução de rastreios e controlos analíticos sistemáticos e a diversificação de ofertas terapêuticas em todos os CRI para todo o ciclo de vida.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** informa a existência de **20 respostas específicas** para adultos acima dos 25 anos:

- > Unidade de Desabituação do Algarve;
- > Equipas do CRI Algarve: ETET do Barlavento; ETET do Sotavento; ETE de Reinserção e ETE de Redução de Riscos e Minimização de Danos;
- > Consultas descentralizadas da ETET do Sotavento: Vila Real de Santo António, Tavira e Quarteira;

- > Consultas descentralizadas das ETET nos E.P. de Silves, Faro e Olhão (com acesso ao programa de metadona).

Para além dos postos de administração de metadona das ETET, salienta-se a existência de nove postos descentralizados: Vila Real de Santo António, Tavira, Faro, São Brás de Alportel, Loulé, Quarteira, Ferreiras, Silves e Lagos.

Domínio da Oferta

A diminuição da disponibilidade e do acesso às **substâncias ilícitas** tradicionais e às **novas substâncias psicoativas**, a **regulação e regulamentação do mercado** das substâncias lícitas (álcool, medicamentos e anabolizantes) e respetiva **fiscalização** e a harmonização dos dispositivos legais já existentes ou a desenvolver, nomeadamente no que se refere à área do jogo e da *Internet*, constituem o centro das políticas e intervenções, assente no pressuposto da cooperação nacional e internacional.

Da avaliação do ciclo estratégico anterior, constata-se que foram desenvolvidas medidas para instalar e/ou consolidar vários sistemas de vigilância e deteção da atividade criminosa, com recurso às novas tecnologias e ferramentas tecnologicamente avançadas. Entraram em pleno funcionamento os sistemas previstos de controlo do tráfico ilícito, nacionais e internacionais, de vigilância e fiscalização. Destaca-se o reforço das redes de cooperação estabelecidas entre as várias forças policiais e órgãos de polícia criminal.

No domínio da oferta de substâncias lícitas, em matéria de álcool, a regulamentação para o setor teve efeitos

positivos quanto ao aumento da idade legal de consumo.

Na área dos medicamentos e anabolizantes foi feita a monitorização da *Diretiva dos falsificados* e a implementação de ações integradas de fiscalização, constituindo uma recomendação o reforço das ações e a cooperação das entidades responsáveis pela atividade desportiva recreativa, já que para o desporto de competição existe regulamentação própria.

Ainda no domínio da oferta importa conseguir suporte técnico e científico para a elaboração de propostas legislativas, de regulamentação e fiscalização que garantam oportunidades de **jogo legal e seguro**, e não indutor de comportamento aditivo. Falamos de vários tipos de jogo, com potencial patológico e aditivo, tais como jogo eletrónico em consolas ou online, de base territorial, ou de jogo a dinheiro ou não.

Contudo a não alteração legislativa (proposta em tempo) que regule a competência do Coordenador Nacional, também nesta área, não tem permitido o desenvolvimento de ações nesta área.

1. Atuação no âmbito das substâncias ilícitas e das NSP

Objetivo Geral 2. Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas (NSP) no mercado, através da prevenção, dissuasão e desmantelamento das redes de tráfico de drogas ilícitas, em especial do crime organizado, intensificando a cooperação judiciária, policial e aduaneira, a nível interno e internacional, bem como a gestão das fronteiras.

A arquitetura nacional do **sistema de regulação e fiscalização do mercado de substâncias ilícitas** é composta por um conjunto de diplomas legais que transpõem para o enquadramento legislativo nacional as Convenções das Nações Unidas em matéria de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e seus precursores, através da **proibição** dessas substâncias, com a **criminalização** da sua produção, comércio e colocação no mercado.

A posse de estupefacientes e substâncias psicotrópicas em quantidades que excedem o limite que a Portaria n.º 94/96, de 26 de Março, mesmo que para consumo individual, continua criminalizada, conforme o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008.

Ao longo do tempo outros diplomas têm vindo a aperfeiçoar o sistema de controlo e regulação dos mercados ilícito e lícito, destacando-se as disposições que acrescentam substâncias às tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, geralmente na sequência do Mecanismo de Alerta Rápido da União Europeia.

Especificamente, no combate ao **tráfico ilícito** de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas assim como ao tráfico de precursores, a atividade desenvolvida pelos órgãos de polícia criminal, serviços aduaneiros e de segurança com competências em investigação criminal e fiscalização continua a assentar nos princípios resultantes do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, designadamente da **centralização e partilha de informação, da cooperação, da coordenação e da definição clara de competências e de responsabilidades**, contribuindo para a identificação e desmantelamento de múltiplas organizações criminosas em Portugal e noutros países.

As ações deste objetivo geral concorrem para o alcance da Meta 1 do PNRCAD: **Reduzir a facilidade percebida de acesso (se desejado) nos mercados.**

Atentos os resultados alcançados no Domínio da Redução da Oferta de Substâncias Ilícitas e Novas Substâncias Psicoativas, as ações do Plano de Ação – Horizonte 2020 asseguram a continuidade das que foram inscritas e executadas no Plano de Ação 2013-2016.

As ações 34, 48 e 49 do PARCAD 2013-2016 foram executadas e não têm continuidade neste ciclo estratégico.

Objetivo Específico 10. Reforçar a cooperação e a coordenação interinstitucionais, nos planos estratégico e operacional.

Ação 30. Reforço do funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), dos mecanismos de racionalização, centralização e coordenação da atividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes, e do exercício das respetivas atribuições e competências fixadas pelo Dec. Lei n.º 81/95, de 22 de Abril.

A **PJ/UNCTE** recebeu e tratou 4.018 pedidos de informação prévia, provenientes da GNR e da PSP, o que representa um aumento de 12,4% relativamente a 2017. Dentre esses pedidos, foram assinalados, e depois resolvidos, 125 conflitos. Foram ainda recebidos e tratados 4.191 Autos de Notícia e 390 Relatórios Finais.

Ação 31. Desenvolvimento de projetos multidisciplinares de atuação complementar, coordenada, e de partilha de informação na fiscalização e na investigação criminal do tráfico de estupefacientes, designadamente por via marítima e por via aérea.

A **PJ** realizou um número não quantificável de ações de **recolha de informação** destinadas a apoiar a investigação e a fiscalização do tráfico ilícito de estupefacientes, por via marítima e por via aérea, partilhando a informação obtida com as demais entidades sempre que necessário e justificado.

A **PM** desenvolveu 2 projetos no âmbito desta ação.

Ação 32. Aumento dos índices de cooperação e articulação entre as diversas entidades com competências ao nível da fiscalização, vigilância, controlo e investigação criminal.

Foram realizadas 28 reuniões ordinárias das **Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC)** - 4 da UCIC nacional e 4 regionais por cada uma das 6 regiões UCIC consideradas.

PSP e **GNR** reportam ter participado em todas as reuniões ao abrigo do Protocolo UCIC, quer a nível nacional quer a nível regional.

A **AT** reporta ter colaborado de modo ativo com as entidades responsáveis pela **investigação criminal**, mediante solicitação concreta ou comunicando casos de movimentos de mercadorias que apresentam contornos suspeitos, tendo participado em todas as reuniões das UCIC, quer no plano regional, quer no plano nacional.

A **PM** reporta a realização de 12 reuniões para além da participação em todas as reuniões das UCIC, quer no plano regional, quer no plano nacional.

Objetivo Específico 11. Reduzir a produção, o tráfico e consequentemente a oferta de drogas ilícitas e de novas substâncias psicoativas.

Ação 33. Aumento do número de ações de vigilância e fiscalização em mar e na zona ribeirinha

A **PSP** reporta a realização de **234 ações de fiscalização**.

A **GNR** reporta a realização de **98.574 ações** desenvolvidas, das quais 43 foram deteções de suspeitas de tráfico de estupefacientes, através do SIVICC, de embarcações com comportamento suspeito.

A **PM** reporta a realização de um total de **115.781 ações de fiscalização**.

Ação 35. Aumento do número de ações de controlo conjunto e fiscalização de passageiros/ mercadorias tendo como destino final Portugal, em voos procedentes de países considerados de risco

A **PJ** reporta a realização de elevado número de operações de **controlo e vigilância de passageiros e análises de risco**, relacionados com suspeitos de envolvimento no tráfico de droga por via aérea.

Em termos de fiscalização, a **PJ** realizou ainda **370 acompanhamentos** de operações de voo.

Ação 36. Desenvolvimento de projetos operacionais conjuntos regulares, com incidência nas zonas costeira e insular

No âmbito da participação de Portugal no **MAOC-N**, a **PJ** procedeu ao tratamento de informação diversa respeitante a **177 embarcações suspeitas** de estarem a ser utilizadas no tráfico transcontinental de grandes quantidades de estupefaciente e à monitorização dos movimentos das embarcações que, dentre as 177, passaram por portos ou marinas nacionais. Estas ações foram desenvolvidas em coordenação com as autoridades dos demais países que integram o MAOC-N, tendo, das mesmas, resultado a apreensão de grandes quantidades de estupefacientes em vários países, incluindo Portugal.

No quadro do MAOC-N, reporta-se ainda a participação em 18 ações, bem como a implementação de 7 projetos.

Com o apoio do **MAOC-N** e a participação da **PM, GNR, AT e SEF**, foi ainda realizada a denominada **operação AZUL**, que teve lugar nos Açores e que visou a identificação de embarcações de recreio suspeitas de estarem a ser utilizadas no transporte de elevadas quantidades de cocaína entre as Caraíbas e o Continente Europeu.

A **PSP** reporta a implementação de dois projetos específicos.

A **GNR** reporta que o SIVICC está em pleno funcionamento e que existem alguns projetos cofinanciados a ser desenvolvidos, nos quais a GNR participa especificamente através da UCC.

A **PM** reporta a implementação de 11 projetos operacionais.

Ação 37. Aumento do número de ações de controlo, vigilância e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos

A estrutura da **PJ/UNCTE** integra uma secção de investigação com competência especializada no domínio do tráfico de estupefacientes por via aérea, que de forma regular e sistemática, recolhe informação sobre a eventual utilização de estruturas aeroportuárias localizadas em território nacional naquelas atividades ilícitas.

A **PJ** dispõe de elementos destacados em permanência nos aeroportos internacionais de Lisboa, Porto, Faro e Funchal.

A **PSP** executou 48 ações de controlo, vigilância e fiscalização.

A **GNR**, pese embora o grande número de ações de fiscalização desenvolvidas, reportou não dispor de dados desagregados especificamente quanto ao tráfico de estupefacientes.

A **AT** efetuou **ações regulares de controlo** sobre viajantes e mercadorias, classificados como de risco na área dos tráficos ilícitos, de modo sistemático e regular no âmbito do controlo da fronteira externa comunitária e do território nacional. Com o reforço das capacidades do Centro Nacional de Análise de Risco da AT, passou a ser possível uma prontidão 24/7 na análise do risco inerente a cada voo comunicado.

Caso seja solicitada, a AT colabora ativamente em controlos com outras Entidades, no âmbito das competências próprias de cada uma.

Ação 38. Identificação e desmantelamento de estruturas criminosas responsáveis pelo cultivo, produção e transformação, de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas, procedendo à detenção dos seus responsáveis bem como à apreensão das substâncias produzidas e dos materiais utilizados

A atividade das autoridades possibilitou a deteção de **produções de cannabis indoor e outdoor**. No ano de 2018, de acordo com os dados constantes do Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária (SICPJ), foram detetadas e desmanteladas 139 plantações em território nacional, tendo-se procedido à apreensão de 8.706 plantas.

Ação 39. Identificação e dismantelamento de estruturas criminosas de cariz internacional responsáveis pela introdução em território nacional de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas, procedendo à detenção dos seus responsáveis bem como à apreensão das substâncias produzidas e dos materiais utilizados

De acordo com os dados constantes do **SICPJ** (que incluem os dados de todos os OPC exceto da PSP) foram identificados **2.659 intervenientes** relacionados com tráfico de estupefacientes, dos quais **2.090 foram detidos**, detidos estes que integravam diferentes grupos criminosos a atuar a no nosso país e que, fruto da intervenção policial, foram parcial o ou integralmente desarticulados. Destes detidos, 374 (17,9%) tinham nacionalidade estrangeira, sendo portugueses os restantes 82,1%.

Dessas ações resultaram diversas apreensões de estupefacientes (os dados sobre as apreensões constam no Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, 2018).

Além dos estupefacientes indicados foram ainda **apreendidos bens e valores**, nomeadamente: 175 veículos automóveis; 5 embarcações; 62 armas; 1.262 telemóveis e uma quantia em dinheiro de **747.453,36 €**

Ação 40. Identificação e detenção de grupos /indivíduos responsáveis pela distribuição de estupefacientes aos consumidores, apreendendo as drogas traficadas

A **PSP** reporta a detenção de **6.069 suspeitos** e a identificação de 2.117, num total de 8.186 indivíduos. A **GNR** reporta a detenção de 1.651 suspeitos.

Ação 41. Reforço da prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade associada através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias.

A **GNR** reportou a realização de **3.564 operações** de prevenção criminal, geral, não dispondo, contudo, de dados desagregados especificamente no domínio do tráfico de estupefacientes.

A **PSP**, pese embora o elevado número de ações desenvolvidas, reportou não ter dados estatísticos desagregados disponíveis.

Ação 42. Reforço das ações inspetivas e de fiscalização aos espaços ou estabelecimentos nos quais exista a suspeita de serem disponibilizadas, para consumo humano, novas substâncias psicoativas que possam apresentar perigo para a vida humana ou a saúde pública

A **PSP** reportou a realização de **35 ações inspetivas e de fiscalização**.

A **GNR** reportou a realização de **3.564 operações de prevenção criminal**, geral, não dispondo, contudo, de dados desagregados especificamente no domínio do tráfico de estupefacientes.

Ação 42.A. Aumento do número de investigações visando a identificação e desmantelamento de estruturas criminosas dedicadas ao tráfico de estupefacientes através da internet, em especial através da darkweb.

Comparativamente ao ano de 2017, a **PJ** registou um aumento do número de novas investigações visando a identificação e desmantelamento de estruturas criminosas dedicadas ao **tráfico de estupefacientes através da Internet**, em especial através da **darkweb**.

Objetivo Específico 12. Contribuir para assegurar um nível elevado e equivalente de controlo ao longo da fronteira externa da UE, nomeadamente no espaço transatlântico e euroafricano, como forma de melhorar a prevenção da entrada de drogas ilícitas e de novas substâncias psicoativas no território da União Europeia

Ação 43. Desenvolvimento de ações e projetos específicos visando recolher informação sobre as atividades de grupos criminosos

A **PJ/UNCTE**, através da Secção Central de Informação Criminal, desenvolve regularmente ações de recolha de informação para identificação e avaliação da atividade de grupos criminosos. Em 2018 foi produzido um número não quantificado de relatórios de análise sobre as atividades de diversas organizações criminosas.

A **PSP** e a **GNR**, apesar da atividade desenvolvida neste âmbito, reportaram não disporem, de momento, dados desagregados especificamente no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes.

A **PM** reportou a realização de 1 ação.

O **SIS** e o **SIED** reportaram que mantiveram a projeção de informações sobre a projeção da ação de estruturas transnacionais de tráfico internacional de drogas no espaço euro-atlântico, pelo que consideram que o objetivo foi alcançado

Ação 44. Desenvolvimento, designadamente em cooperação com as autoridades policiais de outros países sempre que se justifique, de investigações específicas sobre atividades de grupos criminosos

A **PGR** recebeu 97 pedidos de Cartas Rogatória/Decisões Europeias de Investigação (DEI), expediu 126 e participou em 4 reuniões de coordenação.

A **PJ** reporta que se desenvolveu um elevado número de investigações que impuseram a articulação e coordenação de esforços com as autoridades policiais de outros países e com diferentes agências internacionais. A PJ participou em diversas reuniões operacionais e de coordenação.

No quadro específico do **MAOC-N**, a PJ participou em 110 reuniões (de coordenação e operacionais), participando, também, na elaboração de 4 relatórios de atividade.

Ação 45. Aumento das capacidades de deteção de mercadorias ilícitas em carregamentos contentorizados com recurso a sistemas de inspeção não intrusiva, adquirindo e operacionalizando novos equipamentos ou incrementando o número de controlos com os já existentes

No que se refere ao aumento do número de controlos de carregamentos contentorizados com recurso a sistemas de inspeção não intrusiva, procurando detetar a presença de **mercadorias ilícitas**, foram controlados pela **AT**, 198 contentores no Porto de Lisboa e 903 no Porto de Sines.

Ação 46. Incremento das capacidades de análise de risco visando uma maior eficácia na seleção e controlo aduaneiro de carregamentos que representem um risco potencialmente elevado de dissimularem produtos estupefacientes. (novo)

Reforço das capacidades do **Centro Nacional de Análise de Risco da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira**, com o correspondente reforço de meios humanos e do horário de funcionamento 24 horas por dia/7 dias por semana, de modo a possibilitar a identificação, tão cedo quanto possível, de carregamentos de risco elevado.

Objetivo Específico 13. Prevenir o desvio de precursores e pré-precursores de drogas ilícitas e de outras substâncias químicas associadas ao seu fabrico, importadas para a União Europeia

Ação 50. Implementação de mecanismos de ligação e reporte permanente entre as entidades de controlo e fiscalização, e o comércio e a indústria, em matéria de produção, comercialização, importação, exportação e licenciamento de precursores. (novo)

A **AT** participou nas seguintes reuniões: Grupo Pompidou – Setembro 2018 e na 3.ª semana Anual de Precursores - COPOLAD – Lisboa – Novembro 2018.

Ação 51. Intensificação do controlo e da fiscalização do comércio de precursores, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros, ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação.

A **AT** participou nas seguintes atividades:

- *Workshop* sobre o controlo aduaneiro de precursores de droga, realizado em 18 e 19 de junho de 2018;
- 1ª Reunião do Subgrupo sobre a utilização da gestão do risco na área dos Precursores de Droga, realizada em 14 de outubro de 2018;
- 2 Reuniões do Comité de Precursores de Droga – maio e novembro 2018.

Objetivo Específico 14. Reforçar a cooperação e a coordenação com os organismos e agências internacionais e europeias competentes

Ação 52. Aumento da capacidade de partilha de informação no âmbito estratégico e operacional

A **PJ**, na abordagem ao fenómeno do tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e seus precursores, participou em diversas **reuniões, conferências internacionais**, no âmbito de vários grupos de trabalho e projetos:

- Prioridades EMPACT da União Europeia (prioridade *Cocaine, Heroine and Cannabis* e prioridade *Synthetic Drugs and NPS* – 8 participações;
- Reunião anual (33ª) do Grupo de Cooperação dos Serviços de Combate ao Tráfico de Estupefacientes através dos Aeroportos Europeus do Grupo Pompidou do Conselho da Europa – 1 participação;
- *2nd international Meeting on General Aviation* organizado pelo Grupo de Cooperação dos Serviços de Combate ao Tráfico de Estupefacientes através dos Aeroportos Europeus do Grupo Pompidou do Conselho da Europa – 1 participação;
- Reunião Operacional do "Joint Investigation to Fight Trafficking in Drugs and Firearms with the main focus on International Airports within and also into the EU" – 1 participação;
- ONU-UNODC 61ª Sessão da Comissão de Estupefacientes: 1 participação;
- HONLEA - América Latina e Caraíbas: 1 participação;
- Reunião Global sobre Tráfico de Drogas organizada pelo Secretariado Geral Interpol: 1 participação;
- *2nd Bi-regional Meeting CELAC-EU for the exchange of best practices of COPOLAD: effective mechanisms to counteract cocaine illicit drug trafficking routes* – 1 participação;
- Projeto Jift Drugs: 1 participação;

- Projeto SEACOP: 3 participações;
- *International Conference Drugs Trafficking - Bogota Plattform* – 1 participação;
- Conferência *Drugs in Europe: a bold law enforcement response*: 1 participação;
- *Frontex ISA-CBC Pilot Project, Kick off Meeting (Investigation Support Activities on Cross-Border Crime)* – 1 participação;

A **PJ/UNCTE** tramitou 265 registos respeitantes a trocas de informação através do MAOC-N, 364 através Unidade Nacional Europol (UNE), 187 através do Gabinete Nacional Interpol, 12 através dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira e 270 registos, via Oficiais de Ligação acreditados em Portugal. No quadro do **MAOC-N**, a PJ participou ainda em 110 reuniões operacionais e de coordenação.

Objetivo Específico 15. Reforçar a cooperação judiciária no âmbito europeu

Ação 55. Desenvolvimento de projeto de coordenação com as autoridades de Espanha, designadamente com a Fiscalía Especial Antidroga. (novo)

A **PGR** tem mantido contactos regulares entre o DCIAP (equipa que investiga tráfico de estupefacientes) e a 1ª Secção do DIAP de Lisboa com a *Fiscalia Especial Antidroga* de Madrid, para coordenação de **investigações e troca de informações** entre os dois países no âmbito da intervenção de ambos na RFAI (*Rede de Fiscales Antidroga da IberoAmérica*).

Objetivo Específico 16. Incrementar a cooperação entre os serviços de informações e outras entidades nacionais, tendo em vista a referenciação de vetores de ameaça a montante a jusante da investigação criminal.

Ação 56. Incremento da capacidade de produção e partilha de informações de âmbito estratégico e operacional que permitam referenciar vetores de ameaça e caracterizar cabalmente o fenómeno do tráfico de drogas ilícitas e fenómenos associados.

Os Serviços de Informações operaram um reforço da **cooperação multilateral e bilateral** no âmbito do combate à **Criminalidade Organizada Transnacional/narcotráfico**, pelo que se considera que o objetivo foi alcançado.

Objetivo Específico 17. Avaliar a capacidade das redes de tráfico de drogas ilícitas se consolidarem como vetores de outras atividades criminosas e/ou no quadro do apoio ao terrorismo.

Ação 57. Reforço dos mecanismos de recolha e análise tendo em vista a identificação de outras áreas de atuação das redes de tráfico ilícito de drogas.

A **PJ**, através da Unidade Nacional Contra-terrorismo (UNCT), participou em reuniões realizadas no âmbito de diversos *fora* internacionais que versam sobre o financiamento de terrorismo (FT), nomeadamente:

- Reuniões semestrais do Comité Diretor Contra Terrorismo (CD-CT) do Conselho da Europa;
- Reuniões do Grupo de Trabalho de Terrorismo (GTT) do Conselho da União Europeia;
- Reuniões conjuntas do GTT/COTER, do Conselho da União Europeia;
- Reuniões Semestrais do *Police Working Group on Terrorism* (PWGT), grupo informal europeu extracomunitário que, presentemente, congrega 31 Estados e reúne semestralmente em cada Presidência rotativa;
- Reunião operacional realizada na Europol, em outubro de 2018, que contou com a participação de representantes das autoridades de Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Países Baixos, Suécia e Portugal (representado pela UNCT). Esta reunião teve por objeto investigação desenvolvida pelas autoridades espanholas relacionada com um pretense caso de financiamento de terrorismo. Estava em causa uma estrutura criminosa sediada em território espanhol, mas com ramificações para os países anteriormente mencionados. Foi mantida estreita colaboração com a Europol e autoridades espanholas (*Cuerpo Nacional de Policía-Comisaría General de Información*).

O **SIS** e o **SIED** mantiveram a produção de informações sobre as dinâmicas das redes de tráfico ilícito de drogas, seja em termos de atividades eminentemente criminosas, seja em termos de atividades de apoio logístico e/ou financiamento de organizações ligadas ao terrorismo, com vista à avaliação de ameaça, pelo que consideram o objetivo alcançado.

Objetivo Específico 18. Aumentar a atividade de prevenção na área da criminalidade associada a droga, mormente no branqueamento de capitais

Ação 58. Manutenção e reforço dos mecanismos e suportes operacionais destinados a investigar no plano financeiro e patrimonial as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes

A **Polícia Judiciária**, através da **Unidade de Informação Financeira (UIF)**, prestou informação em 10 casos respeitantes a solicitações relativas ao levantamento de informação patrimonial e de rendimentos necessária a investigações que envolviam o crime de branqueamento de capitais, tendo como crime subjacente o crime de tráfico ilícito de estupefacientes.

Foram enviados 38 relatórios resultantes da análise das comunicações suspeitas recebidas na UIF e que indiciaram o tráfico de estupefacientes como crime subjacente.

O **Gabinete de Recuperação de Ativos** (GRA), criado na dependência da Polícia Judiciária, respondeu, no âmbito do tráfico de estupefacientes, a 24 pedidos nacionais e a 9 internacionais.

A **PSP** manteve e reforçou os mecanismos e suportes operacionais destinados a investigar, no plano financeiro e patrimonial, as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes, tendo apresentado 6 pedidos de intervenção do GRA.

Ação 59. Reforço das ações visando detetar cash flows de origem criminosa com repercussão interna e externa, designadamente com destinos de alto risco fora da EU, incluindo o controlo de movimento de dinheiro líquido na fronteira

A **UIF/PJ**, no âmbito das suas competências em matéria de prevenção do **BC/FT**, recebe da **AT** informação relativa às declarações de transporte de dinheiro líquido nas fronteiras. No ano de 2018 recebeu um total de 1.005 declarações.

AT reportou:

- Declarações = 577
- Valor Declarado: € 157.427.091,00
- Declarações Oficiosas: 68
- Valor Dec. Of.: € 5.951.406,00
- Relatório de Avaliação da Ameaça: 1

Ação 60. Recolha e análise de informação, que permita a referenciação de ligações transnacionais e a caracterização dos métodos de colocação, circulação e integração de capitais dos fundos provenientes do tráfico ilícito de estupefacientes

A **UIF** participou em diversos *fora* internacionais, nomeadamente no **Grupo de Ação Financeira Internacional**, no **Grupo Egmont** e na **FIU Platform**, relativos à prevenção do BC/FT e criminalidade subjacente.

O **GRA** participou em 11 reuniões com serviços congéneres. Participou em 5 reuniões internacionais discriminadas do seguinte modo:

- 2 Reuniões (semestrais) da Plataforma Informal ARO (*Asset Recovery Office*), Comissão Europeia e Europol;
- 1 Reunião (anual) da Plataforma Informal CARIN;
- 1 Reunião (anual) do ENCS (*Eurojust National Coordination System*), Eurojust;
- 1 Reunião (anual) do *Empact facilitated Illegal Immigration FINEC*, Comissão Europeia;

Os **Serviços de Informações** reforçando a produção de informações quanto ao branqueamento de capitais com vista à avaliação de ameaça, designadamente em termos de fluxos financeiros associados a estruturas criminosas transnacionais, pelo que consideram o objetivo alcançado.

Objetivo Específico 19. Aumentar a formação e o conhecimento para os serviços de aplicação da lei

Ação 61. Desenvolvimento e reforço do n.º de ações de formação e número de formandos, diversificando o seu objeto

A **PJ**, através da **Escola da Polícia Judiciária** (EPJ) desenvolveu 14 ações de formação para 418 formandos. A PJ participou ainda em 3 ações de formação no âmbito da CEPOL com 3 formandos e numa formação no âmbito da Europol com 1 formando.

A **PSP** desenvolveu as seguintes ações de formação:

- > Curso de Investigação Criminal – 2 ações – 94 formandos
- > Curso de entrevista interrogatório e intervenção em tribunal – 2 ações – 43 formandos
- > Curso de Análise e tratamento lofoscópico – 1 ação - 15 formandos

A **GNR** reporta que frequentaram cursos de especialização e qualificação, no domínio da Investigação Criminal, 353 formandos. Nos cursos são abordadas matérias gerais relativas ao tráfico de estupefacientes.

A **AT** realizou 2 ações de formação com a participação de 27 formandos.

A **PM** realizou 2 ações de formação em que participaram 26 formandos.

Objetivo Específico 20. Prevenção e controlo da entrada e circulação de estupefacientes, bem como de outras substâncias ilícitas, em Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos PARCAD 2020

Ação 62. Aumento do número de buscas e revistas, designadamente através da realização de buscas gerais e parciais bem como a intensificação de ações com recurso a meios cinotécnicos

A **DGRSP** realizou um número total não quantificado de **buscas e revistas**. Em 264 dessas buscas a celas e 202 revistas a reclusos, no interior de Estabelecimentos Prisionais, foram apreendidas as seguintes quantidades de produto estupefaciente:

- Haxixe-10.223,65gr.
- Heroína- 242,74gr.
- Cocaína-139,18gr.

Ação 63. Aumento da atividade de detecção de substâncias ilícitas, intensificando o controlo à entrada das visitas de reclusos, com intervenção de meios cinotécnicos

A **DGRSP** realizou, nas portarias dos EP, um número não quantificado de **controles aos visitantes**. Em 38 desses controlos, foram apreendidas as seguintes quantidades de produto estupefaciente:

- Haxixe-1.024,15gr.
- Heroína-10,07gr.
- Cocaína-10,51gr.

Ação 64. Realização de revistas aos reclusos que regressam de saídas jurisdicionais ou de licenças de curta duração, bem como revistas aos jovens internados nos termos previstos na lei

A **DGRSP** realizou um número não quantificado de **revistas a reclusos** na portaria sendo que em 51 delas foram apreendidas as seguintes quantidades de produto estupefaciente:

- Haxixe - 1.600,49gr.
- Heroína-73,15gr.
- Cocaína-0gr.

2. Atuação no âmbito do álcool, medicamentos e anabolizantes

O acesso dos consumidores ao mercado de substâncias lícitas, designadamente do álcool, carece de regulação inequívoca e de fiscalização forte, para que o seu uso seja feito de forma segura.

Para as bebidas alcoólicas, as medidas legislativas, regulatórias, de autorregulação dos operadores económicos e de aplicação da lei, medidas de natureza fiscal e de proibição ou limitação da produção, colocação no mercado, publicidade e uso, são recursos que o Estado pode acionar em prol defesa da saúde pública e individual dos consumidores, em particular dos mais jovens.

Objetivo Geral 3. Garantir que a disponibilização, acesso e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo.

Assistiu-se a uma intensificação clara, por parte da Comissão Técnica Interministerial, para que a política de preços seja, cada vez mais, um instrumento inibidor do consumo, especialmente no que toca a populações mais frágeis.

Em relação aos medicamentos e anabolizantes, intensificou-se o controlo da venda de medicamentos, via *Internet*, e do tráfico de medicamentos contrafeitos.

As ações deste objetivo geral concorrem para o alcance da Meta 1 do PNRCAD:

Reduzir a facilidade percebida de acesso (se desejado) nos mercados.

2.1. Álcool

A legislação aplicável ao álcool determina a idade legal mínima de consumo aos 18 anos, sem distinção do tipo de bebida.

A maior fiscalização ocorrida no quadriénio 2013-2016 teve um impacto positivo nos resultados atingidos por 3 dos 4 indicadores estabelecidos na **Meta 1 – redução da facilidade percebida de acesso (se desejado) nos mercados.**

Considerando dados de 2015 (**ECATD**), foram atingidos os indicadores do PNRCAD para a população estudante nos grupos etários dos 13-15 anos (vinhos e bebidas espirituosas) e dos 16-17 anos (bebidas espirituosas). Apenas o indicador para a cerveja no grupo etário 13-15 anos não foi atingido.

Dados dos inquéritos realizados aos jovens que participam no DDN (18 anos), apontam para uma **estabilidade das prevalências entre 2015 e 2018**, no consumo recente e atual, e para uma **subida dos consumos nocivos**, com maior expressão nas raparigas.

Foi acrescentada uma nova ação, a 70.A, que visa a investigação e diagnóstico sobre o consumo de álcool não registado, matéria ausente do anterior Plano de Ação.

Objetivo Específico 21. Garantir que a disponibilização, venda, acesso e consumo de álcool no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo, através da educação, de regulação, regulamentação e fiscalização adequadas.

Ação 65 - Estudo e elaboração de proposta no âmbito da política de preços

A **AT** elaborou informação, para o **Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**, expondo o assunto e informando sobre a pretensão da Comissão Técnica Interministerial de que a política de preços seja, cada vez mais, um instrumento inibidor do consumo, especialmente no que respeita a populações mais frágeis. A SEAF despachou no sentido de ser considerada essa pretensão no próximo e seguintes orçamentos de Estado, recorrendo-se a instrumentos de política fiscal.

Ação 70. Monitorização da aplicação da regulamentação existente

A **ASAE**, no decurso das suas **ações de fiscalização**, que incidiram nos **operadores de restauração e bebidas**, nos **festivais de verão**, no **retalho**, entre outros, procedeu à instauração de 202 processos de CO. Como infrações mais frequentes apontam-se "Facultar, vender ou colocar à disposição bebidas alcoólicas, em locais públicos, a menores" (118), "Falta de afixação de aviso de forma visível com a menção das proibições" (48). Procedeu, ainda, à identificação de 209 menores.

A **GNR** refere que foram **fiscalizados 5.117 estabelecimentos**¹⁰, tendo sido detetadas 436¹¹ infrações. Como infrações mais frequentes apontam-se 36 infrações ao art.º 4.º (afixação de avisos), 20 infrações ao art.º 3.º, 6 delas à a) do n.º 1 "Facultar, vender ou colocar à disposição em locais públicos, bebidas alcoólicas a menores". Regista, ainda, quatro notificações de Intoxicações Alcoólicas por parte de menores.

A **PSP**¹² refere que foram fiscalizados 6.784 estabelecimentos. Como infrações¹³ mais frequentes apontam-se "Facultar, vender ou colocar à disposição em locais públicos, bebidas alcoólicas a

¹⁰ Ao abrigo do DL 50/2013, de 16 de abril, com as alterações introduzidas pelo DL 106/2015, de 16 de junho, e na sua versão atualizada;

¹¹ Deste total de infrações, os dados disponíveis não permitem detalhar para todas as infrações o(s) subtipo(s);

¹² Dados sobre notificação de Intoxicações Alcoólicas por parte de menores não disponíveis à data;

¹³ Número total de infrações detetadas não disponível à data.

menores (121), "Falta de afixação de aviso de forma visível com a menção das proibições" (116). Foram notificados quatro menores.

2.2. Medicamentos e Anabolizantes

O uso de medicamentos prescritos sem vigilância médica ou excedendo a quantidade e/ou prazo de prescrição tem consequências nocivas para a saúde.

Considerando dados de 2015 (**ESPAD**), 2% dos alunos portugueses de 16 anos consumiram tranquilizantes ou sedativos sem prescrição médica com 13 anos ou menos, proporção idêntica à registada em 2011 e à média europeia de 2015. Na população geral de 15-24 anos (**INPG 2016/17**), a idade média do início do consumo de sedativos, tranquilizantes ou hipnóticos, com ou sem prescrição médica, passou, entre 2012 e 2016/17, de 17 para 19 anos (no grupo masculino de 16 para 18 anos e no feminino de 17 para 19 anos).

Dados dos inquéritos realizados aos jovens que participam no DDN, apontam para uma **estabilidade na tendência das prevalências entre 2015 e 2018**, do consumo recente de tranquilizantes / sedativos sem receita (5%, 2018), e um ligeira descida no consumo diário/quase diário (0,3%, 2018), maior nos rapazes.

O consumo recente de esteroides anabolizantes foi de 0,2% na população de 15-74 anos (em ambos os sexos) e de 0,3% na de 15-34 anos (0,4% nos homens e 0,1% nas mulheres (**INPG 2016/17**)).

A área dos Medicamentos e Anabolizantes viu alargado o grupo das entidades envolvidas no Plano de Ação, tendo em vista uma resposta mais abrangente do tema.

Objetivo Específico 22. Contribuir para o uso racional dos medicamentos e anabolizantes em articulação com as entidades responsáveis

Ação 74. Ação integrada de fiscalização

A **AT** refere a realização da operação PANGEA XI, que teve lugar entre 9 e 16 de outubro de 2018 e teve como principais objetivos: o controlo da venda de medicamentos, via *Internet*, sem a subjacente autorização de comercialização e do tráfico de medicamentos contrafeitos, transportados através do correio postal e da carga expresso, por via aérea, bem como os dispositivos médicos ilícitos e falsificados. Controlos: 3.881; carregamentos e Apreensões: 130 carregamentos = 8.886 unidades.

3. Jogo

Os jogos de sociedade tradicionais potenciam a aquisição de competências sociais e a sociabilidade, tendo uma vertente lúdica e pedagógica relevante, constituindo um comportamento enraizado no progresso e aprendizagem das culturas humanas.

Falamos de vários tipos de jogo, com potencial patológico e aditivo. Jogo eletrónico em consolas ou *online*, de base territorial, jogo a dinheiro ou não. Para uma pequena percentagem da população, este fenómeno constitui uma ameaça suscetível de se tornar um problema de saúde pública, tornando-se em alguns indivíduos um problema com relevância clínica.

A exploração e prática de jogos de fortuna ou azar fora dos locais autorizados constituem ilícitos criminais, cuja prevenção e punição compete às respetivas autoridades policiais.

Objetivo Geral 4. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo

104

Através de legislação, regulamentação e fiscalização adequadas, pretendem-se identificar os diferentes cenários de atuação e recolha de dados ilustrativos desta problemática e aprofundar o estudo das questões relacionadas com a comercialização deste tipo de produtos e conseguir suporte técnico e científico para a elaboração de propostas de regulamentação a desenvolver.

Áreas Transversais

A qualidade, a sustentabilidade e a inovação das políticas e intervenções só é possível através de um processo contínuo de **conhecimento**. A dialética inerente à produção de conhecimento é determinante e decisiva para o aumento da eficácia das abordagens e do alcance dos resultados pretendidos, que se traduzem, no âmbito do presente Plano, entre outros, no aumento de ganhos em saúde e bem-estar social das populações.

Na avaliação de resultados do ciclo estratégico anterior pode dizer-se houve um significativo investimento na construção de indicadores cientificamente comprovados, que permitiram a análise da situação nacional e comparabilidade nos contextos europeu e internacional, quer através da melhoria da qualidade dos dados dos sistemas de informação dos serviços com intervenção nestas áreas, quer do incremento da investigação em linhas tradicionais e inovadoras, algumas das quais no âmbito de projetos europeus.

Na **Formação** foram reportadas inúmeras ações formativas desenvolvidas dirigidas a profissionais que intervêm em diferentes fases do ciclo de vida, em contextos diversificados e a trabalhadores de várias áreas e sectores profissionais. Destaca-se uma preocupação crescente em conceptualizar os conteúdos formativos considerando os comportamentos aditivos e não apenas as substâncias e o consumo, salientando-se o aumento da oferta

formativa na área dos comportamentos aditivos sem substância, concretamente o Jogo Patológico.

Num contexto social onde o acesso à **informação** assume uma relevância muito grande, assistiu-se a uma preocupação crescente na adesão e consolidação da presença dos serviços com responsabilidades nos CAD na *internet* em geral e nas redes sociais em particular, com a divulgação de conteúdos de reconhecida qualidade e oportunidade, estreitando a ponte entre as organizações e os utilizadores, alargando o espetro do público-alvo e adaptando-se às novas realidades comunicacionais. Assistimos a um investimento grande em **Comunicação**.

No quadro das **Relações Internacionais e Cooperação** é de sublinhar a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/ Serviços com responsabilidades de intervenção no domínio das substâncias psicoativas e CAD e a representação de Portugal nas instâncias internacionais. Portugal mantém o reconhecimento e a visibilidade na cena internacional, tanto na área da redução da procura, como na da redução da oferta.

No Plano de Ação em vigor deu-se continuidade à estratégia preconizada nos últimos anos, a Informação e Investigação, a Formação e Comunicação e a Cooperação internacional mantêm as ações previstas no ciclo anterior, com pequenos reforços e ajustamentos de forma.

Objetivo Geral 5. Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções através da criação de conhecimento, da capacitação dos profissionais, da comunicação e da cooperação internacional.

Dando continuidade à estratégia preconizada nos últimos anos, a Informação e Investigação, a Formação e Comunicação e a Cooperação internacional, enquanto temas transversais aos domínios da Redução da Procura e da Oferta, garantem a produção e disseminação de conhecimento, capacitando os agentes envolvidos: decisores, profissionais e cidadãos.

Sendo um objetivo geral de áreas transversais do Plano tem igualmente um contributo pulverizado para o alcance das diferentes metas previstas no PNRCAD.

1. Informação e Investigação

A área da Informação e Investigação compreende a produção de conhecimento científico, que permita a evolução qualitativa e a adequação efetiva das intervenções, bem como o apoio à decisão.

106

Objetivo Geral 5.1. Consolidar a infraestrutura de conhecimentos e proceder a uma análise atempada, holística e exaustiva da situação

De um modo geral, as iniciativas desenvolvidas seguiram as recomendações para o planeamento do ciclo de ação 2017-2020, com um investimento em:

- otimização de **sistemas de informação** nos domínios da redução da procura e da oferta, face às necessidades de informação a nível nacional, europeu e internacional;
- realização de **estudos periódicos nacionais**, como o dos jovens de 18 anos;
- preparação e implementação de **estudos de avaliação das intervenções**, nas áreas da reinserção e da dissuasão;
- **otimização dos recursos na investigação**, tendo como orientação estratégica aprofundar nos estudos periódicos promovidos/realizados pelo SICAD, sempre que se justifique em determinado momento, o conhecimento sobre temas específicos; em 2018 privilegiou-se: (1) a opinião das populações sobre a legalização da *cannabis* e salas de consumo assistido, para conhecer melhor a avaliação destas políticas por parte das populações e disponibilizar conhecimento à tomada de decisão e (2) as perceções sobre os mercados das drogas (*Rock in Rio – Lisboa 2018*);

- otimização dos recursos, através da realização de novos estudos com outros parceiros, assim como da análise e disponibilização de informação a partir de múltiplos "reservatórios de dados" já disponíveis, privilegiando-se a **informação em função do género e da região**, fatores considerados prioritários para a descrição e compreensão das desigualdades em saúde;
- participação em **projetos e redes de investigação internacionais**;
- **transmissão** efetiva do conhecimento para a decisão/ação, através de um conjunto de iniciativas implementadas em 2018 com vista a aumentar o valor percebido do conhecimento produzido.

Não foi ainda possível concretizar outras recomendações, nomeadamente algumas relacionadas com a temática das NSP, como por exemplo: a constituição de uma efetiva rede nacional de investigação aplicada nesta área e a publicação da Portaria ao abrigo do n.º 8 do art.º 5º, DL 54/2013. Por outro lado, importa também reforçar o investimento na recolha de informação económica e financeira sobre as intervenções.

Objetivo Específico 24. Investir na recolha normalizada de dados e no desenvolvimento de indicadores cientificamente comprovados a nível europeu e internacional, que sejam relevantes para as políticas adotadas

Ação 79. Reforço da recolha normalizada de dados no domínio da procura, relativos a:

- *Indicadores sobre o consumo de substâncias psicoativas e práticas de jogo;*
- *Indicadores sobre os problemas relacionados com consumo de substâncias psicoativas e com o jogo;*
- *Indicadores económicos e financeiros relativos às atividades de redução da procura*

Foi disponibilizada informação relativa a vários indicadores, designadamente sobre **prevalências e padrões de consumo de substâncias psicoativas e de práticas de jogo em diferentes populações (etapas do ciclo de vida e contextos)** (Ação 79.a).

Destacam-se os indicadores sobre prevalências e padrões de consumo de substâncias psicoativas (incluindo drogas ilícitas, NSP, álcool, medicamentos e tabaco) e de práticas de jogo e uso da *Internet* na população geral de 18 anos, no âmbito de um estudo replicado anualmente. Foram realizados outros estudos (ver Ações 85, 86 e 89), sendo de destacar três produtos inovadores em termos de metodologias de recolha e análise de dados e informação, que permitiram aprofundar o conhecimento nestas áreas: um, utilizando a metodologia **Trendspotter** desenvolvida pelo OEDT, um que permitiu **aprofundar o conhecimento sobre o consumo de NSP em Portugal**, e dois baseados na **triangulação de múltiplos "reservatórios de dados"** disponíveis, que permitiram a disponibilização de informação em função do género e da região, fatores considerados prioritários para a descrição e compreensão das desigualdades em saúde. Assinala-se que, no âmbito do estudo periódico em contexto recreativo *Rock in Rio – Lisboa* foi alterado o instrumento de recolha de dados para, entre outros, uma maior abrangência dos comportamentos aditivos abordados e, simultaneamente, a uma restrição ao meio recreativo no que respeita ao uso de substâncias psicoativas.

No que respeita a indicadores sobre os **problemas relacionados com consumo de substâncias psicoativas e com o jogo (Ação 79.b)**, para além dos indicadores provenientes dos estudos realizados, em 2018 deu-se continuidade à implementação de medidas, como as relacionadas com o ajustamento e a reestruturação dos sistemas de informação existentes, com vista a otimização da recolha normalizada de dados no âmbito dos sistemas de informação de rotina dos serviços com responsabilidades nestas áreas, em particular dos que integram o Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências.

Assinala-se a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo **SICAD e as ARS, I.P.** no âmbito do **SIM** (Sistema de Informação Multidisciplinar) e **SIMBA** (Sistema de Informação Multidisciplinar - *Business Analytics*), e, pelo **SICAD e as CDT**, no âmbito do **SGIP** - Sistema de Gestão e Informação Processual, sem prejuízo do realizado a nível da melhoria da qualidade da monitorização das intervenções em outras áreas (ver Ação 82). Ao nível do SIM, destacam-se os principais resultados relacionados com esta Ação: 1) o incremento dos registos e da sua qualidade na área da reinserção, tendo sido desenvolvidos trabalhos de validação dos registos existentes no que se refere às necessidades diagnosticadas e avaliadas, bem como aos Planos individuais de Inserção; 2) o incremento dos registos nos campos fundamentais das Fichas Base dos novos utentes; 3) a entrada em produção da ficha base dos CAD em Jogo e dos questionários AUDIT, ASSIST e SOGS. No SIMBA foram produzidos e disponibilizados novos relatórios aos utilizadores. Em relação ao SGIP, em 2018 deu-se continuidade ao desenvolvimento de medidas no sentido da sua manutenção corretiva e evolutiva, resultando num aumento e melhoria da informação disponibilizada em 2018 nesta área de intervenção.

No que respeita ao aumento da disponibilidade de **informação económica e financeira sobre as intervenções (Ação 79.c)**, nas áreas da Prevenção, Dissuasão, RRMd, Tratamento e Reinserção, não houve reporte a assinalar como mais-valia. Prosseguiu-se com a análise dos processos de agilização da operacionalização do SIPAFS no âmbito dos concursos do PORI (Ação 84).

Para a avaliação do ciclo de ação 2013-2016 foi solicitada a recolha desta informação, tendo sido evidenciadas várias áreas lacunares.

Ação 80. Reforço da recolha normalizada de dados no domínio da oferta, relativos a:

- *Indicadores sobre os mercados de drogas e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades de redução da oferta;*
- *Indicadores sobre os mercados de bebidas alcoólicas; e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta;*
- *Indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta; indicadores sobre os mercados do jogo e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta.*

Nos mercados de drogas (Ação 80.a) e na sequência dos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores na criação de mecanismos e procedimentos de melhoria das práticas de registo e comunicação de dados, e em particular os desenvolvidos entre a **PJ, SICAD e o OEDT** deu-se continuidade à disponibilização dos novos indicadores de acordo com os atuais critérios europeus (pela primeira vez em 2016), permitindo a comparabilidade da informação no quadro europeu. Na sequência das alterações feitas em 2017 nos **formulários TCD** para melhorar as respostas às necessidades nacionais e internacionais de informação, nomeadamente no âmbito do cultivo e manufatura/produção de drogas (Unidade de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC)

Nacional e o SICAD), entraram em vigor os novos formulários. É de referir que se manteve a alteração nas práticas de registo e comunicação de dados a nível nacional ocorrida em meados de 2017 – a **PSP** deixou de reportar a informação nos moldes habituais à **PJ**, entidade que centraliza os dados nesta matéria -, com prejuízo na informação disponibilizada.

No estudo periódico em contexto recreativo *Rock in Rio – Lisboa 2018*, reporta-se que foi alargado o módulo relativo às perceções sobre os mercados das drogas.

Quanto ao reforço da recolha normalizada de indicadores e melhoria da comunicação de dados sobre os **mercados de bebidas alcoólicas** (Ação 80.b), prosseguiram os trabalhos de acompanhamento da construção destes indicadores ao nível da OMS, sendo de assinalar a participação portuguesa numa reunião de consulta técnica sobre o *European Information System on Alcohol and Health*, organizada pela OMS, em que Portugal partilhou a sua experiência em matéria de recolha de dados no painel dedicado a *Data collection at country level and opportunities for improvement*. No contexto das estimativas construídas a nível nacional, tem sido privilegiada a informação disponibilizada pelo INE,I.P. (Balança Alimentar Portuguesa) sobre as disponibilidades diárias per capita de álcool.

Para os indicadores sobre os **mercados do jogo e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta** (Ação 80.c), mencionam-se os relatórios trimestrais e anuais sobre a atividade desenvolvida no contexto do jogo de base territorial e do jogo *online* feitos pelo **Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal, I.P.**, continuando também a ser publicado anualmente o *Relatório & Contas dos Jogos Santa Casa (SCML)*.

Ação 81. Reforço e dinamização da Rede Nacional de Serviços Fonte de Dados no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências

Prosseguiu a articulação entre os parceiros da rede nacional de serviços fonte de dados do **Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências**, quer no âmbito das atividades relacionadas com a melhoria das práticas de registo e dos sistemas de informação, quer da disponibilização de informação para fins nacionais, europeus e internacionais.

Objetivo Específico 25. Promover uma cultura de registo, de monitorização e de avaliação das intervenções, baseada em meta-informação comum e em instrumentos próprios para o diagnóstico da situação, monitorização e avaliação de intervenções, e uma cultura de partilha dos resultados, por forma a promover a maior eficácia na sua utilização

Ação 82. Desenvolvimento e implementação de modelos de acompanhamento que permitam conhecer os principais indicadores de produção, qualidade e resultados das intervenções, programas e projetos a nível local, regional e nacional

Quanto ao **Sistema de Informação Multidisciplinar** – SIM (SICAD e ARS, I.P.), e no seguimento do atrás referido na ação 79.b, destaca-se, o incremento dos registos e da sua qualidade na área da reinserção, resultado do investimento articulado entre o SICAD e as ARS, que permitiu otimizar a avaliação da intervenção realizada na área da Reinserção. Por outro lado, entrou em produção a **Ficha Base dos CAD em Jogo e os 3 instrumentos de rastreio de comportamentos aditivos** (AUDIT, ASSIST e SOGS), estes últimos associados à ficha base e às plataformas existentes nos cuidados de saúde primários para referênciação (em 2018 foi desenvolvido o módulo de referênciação entre o SCLINICO e o SIM e efetuados testes de validação) (**SICAD, ARS, I.P. e SPMS**).

Prosseguiu-se o desenvolvimento da **Plataforma de gestão de Entidades Convencionadas**, que foi implementada no final do primeiro semestre, embora não tenha sido disponibilizada aos utilizadores por carecer de ajustes finais (**SICAD, ARS, I.P.**).

Para o programa “**Eu e os Outros**” foi feita uma proposta de criação de uma **plataforma informática de suporte à sua avaliação** (**SICAD, ARS, I.P.**).

Foram desenvolvidos trabalhos com vista à operacionalização de uma **plataforma digital de monitorização das intervenções preventivas** em CAD a nível nacional (**SICAD, ARS, I.P.**).

Na área da **Dissuasão** continuou-se o desenvolvimento de medidas quanto à manutenção corretiva e evolutiva do **SGIP**, resultando num aumento e melhoria da informação disponibilizada nesta área de intervenção.

A nível regional, a **ARS, I.P. LVT / DICAD** manteve a informatização das atividades da prevenção na base de dados **Prevensis**, que tem por objetivo a monitorização sistemática das atividades realizadas pelas equipas de Prevenção.

Ação 83. Divulgação dos dados decorrentes da aplicação do modelo, aos parceiros, através de relatórios regulares

O **SICAD** produziu o **Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção 2017** que permitiu evidenciar as principais necessidades identificadas junto dos cidadãos em acompanhamento e a respetiva capacidade de resposta dos serviços locais. Para além de permitir monitorizar as intervenções desenvolvidas no ano pelos serviços locais das **ARS, I.P.**, apresenta indicadores de avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção (MIR), cuja utilização vai permitir que se

evidenciem tendências sobre a intervenção desenvolvida e se afira da aplicabilidade e dos resultados atingidos com o modelo em vigor.

Deu-se continuidade à **divulgação de indicadores** regionais e locais com regularidade mensal, trimestral, semestral e anual às **UIL / DICAD / ARS, I.P.**, relativos ao **movimento clínico e com base na monitorização feita no SIM**, permitindo a monitorização da capacidade de resposta destas unidades, a identificação dos desvios e a potenciação da adaptação e flexibilidade das respostas.

Considerada uma prática habitual desde 2013 na área da **Dissuasão**, o **SICAD** elaborou o **Relatório de Monitorização Semestral**, que inclui os resultados atingidos pelas **CDT** no período em análise e possibilita corrigir metodologias de intervenção com vista a alcançar os objetivos delineados para o ano.

Foi mantida a capacidade de **reporte de dados**, sob a forma de relatórios periódicos e outros documentos de suporte produzidos por todas as áreas de intervenção, em resposta aos compromissos com diversas instâncias locais, regionais, nacionais, europeias e internacionais.

Ação 84. Implementação de um sistema de contabilidade por projetos, programas e intervenções, a fim de fornecer indicadores para a sua avaliação financeira

Quanto ao **Sistema Integrado dos Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS)**, um sistema de candidaturas a concursos *online* que prevê a monitorização de projetos cofinanciados pelo MS a entidades sociais e a disponibilização de indicadores normalizados para a avaliação financeira destes projetos, prosseguiu-se com a análise dos processos de agilização da sua operacionalização na disponibilização digital a apoios financeiros no âmbito dos concursos do **PORI**, não tendo sido ainda possível concluir uma proposta de atualização (**DGS, SICAD e as ARS, I.P.**).

111

Objetivo Específico 26. Promover a investigação e potenciar o intercâmbio e transferência de conhecimentos, assegurando o reforço de sinergias e evitando duplicações de recursos humanos e financeiros

Ação 85. Aumento do conhecimento sobre os CAD, através do reforço e desenvolvimento de:

- *Estudos epidemiológicos / estudos de observação e vigilância sobre os CAD;*
- *Estudos sobre as motivações, representações e atitudes relativas aos consumos de SPA e práticas de jogo em populações consideradas prioritárias;*
- *Estudos sobre os efeitos sanitários do consumo de substâncias psicoativas.*

Alguns dos estudos concluídos em 2018:

- > *Inquérito Nacional sobre Comportamentos aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, 2017 (SICAD, ARS e MDN);*
- > *Novas Substâncias Psicoativas em Portugal. Metodologia Trendspotter (SICAD);*

- > *Representações Sociais dos Comportamentos Aditivos. Inquérito ao público jovem presente no Rock in Rio – Lisboa 2018 (SICAD).*

Alguns estudos em curso em 2018:

- > *Comportamentos aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, 2018 (SICAD, ARS, I.P. e MDN).*

Embora não se enquadrem exclusivamente nas linhas de investigação previstas nas alíneas desta ação, realça-se a elaboração de dois **dossiês temáticos** baseados na triangulação de múltiplos “**reservatórios de dados**” disponíveis – estudos epidemiológicos e outros indicadores indiretos com cobertura nacional -, enquanto contributo para o aumento do conhecimento sobre os CAD em função do género e da região, fatores prioritários para a descrição e compreensão das desigualdades em saúde:

- > *Padrões de Consumo e Problemas Ligados ao Uso de Drogas – Uma Análise em Função do Género (SICAD);*
- > *Padrões de consumo e Problemas Ligados ao Uso do Álcool – Uma Análise Regional (SICAD).*

Refere-se ainda a produção das **ARS, I.P. / DICAD/UIL** no âmbito dos estudos incluídos nas três alíneas desta ação, a maioria dos quais com cobertura loco-regional e relacionados com os **utentes alvo das intervenções das UIL**, destacando-se como informação reportada para 2018:

- > *Estudo sobre a avaliação do impacto da intervenção realizada no âmbito do PSOBLE nos utentes integrados nas Equipas de Rua do CRI Porto Central (ARS, I.P. Norte / CRI Porto Central).*
- > *Caraterização Sociodemográfica e Clínica dos utentes ativos (ARS, I.P. Norte / CRI Porto Central).*
- > *Caraterização Sociodemográfica e Clínica de utentes acolhidos em 2018 (ARS, I.P. Norte / CRI Porto Central).*
- > *Pesquisa de metabolitos de SPA” em utentes ativos (ARS, I.P. Norte / CRI Porto Central).*
- > *Função paterna em dependência de substâncias em tratamento de manutenção opiode (ARS, I.P. Algarve).*
- > *O uso da Internet relacionado com o cibersexo - um estudo exploratório junto de uma população com problemas com substâncias psicoativas (ARSLVT,I.P. / CRI da Península de Setúbal / ET de Almada);*
- > *C.A.P.Y.C. – Cannabis Abuse Prevention Program for young consumers (ARSLVT,I.P. / CRI de Lisboa Ocidental);*
- > *O contributo das intervenções de enfermagem para a gestão da dependência de substâncias numa ET (ARSLVT,I.P. / CRI da Península de Setúbal / ET do Barreiro).*

Ação 86. Fomento da investigação aplicada na área das novas substâncias psicoativas (área farmacológica e toxicológica)

No primeiro semestre de 2018 foi concluído o projeto europeu **Identification and Assessment of New Psychoactive Substances: a European Network**, e nas ações do Workstream 2 (WS2) realizado no quadro da Comissão Europeia *JUST/2014/JDRU/AG/DRUG Action Grants to Support Transnational Projects in the Area of EU Drugs Policy – Justice Programme 2014-2020* em que participaram, por parte de Portugal, o Serviço de Química e Toxicologia Forenses do **INMLCF, I.P.**, o **Instituto Universitário Egas Moniz** e a **Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa**. <http://www.npseuronet.eu/>.

Como resultado da colaboração entre a **Polícia Judiciária/Laboratório de Polícia Científica e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa** foi publicado um artigo na revista **Forensic Science International - Proactive response to tackle the threat of emerging drugs: Synthesis and toxicity evaluation of new cathinones** H. Gaspar et al. / *Forensic Science International* 290 (2018) 146 – 156 - e desenvolvido um projeto de mestrado com o tema **Identificação e Quantificação de Novas Substâncias Psicoativas em Material Apreendido em Portugal** (defesa da tese ainda em 2018).

Ação 87. Produção de conhecimento sobre o impacto das novas tecnologias da informação e comunicação, enquanto facilitadoras de práticas ilícitas, nomeadamente, comercialização, tráfico e distribuição de drogas (inclusive de novas substâncias psicoativas sob controlo) e oferta de jogo ilegal nomeadamente dos mercados em online, nas práticas ilícitas nestas áreas.

A **Polícia Judiciária**, no âmbito das suas competências, está muito atenta a esta problemática, participando na *European Cybercrime Task-Force*, um grupo de especialistas representantes da Europol, Eurojust e Comissão Europeia, que trabalham com os responsáveis das unidades de cibercrime da União Europeia com vista ao desenvolvimento de ações de investigação coordenadas de **combate ao cibercrime e problemas causados pelo uso da cibertecnologia** na prática de crimes.

A **PJ**, ao longo dos últimos anos, tem vindo a fazer um investimento continuado na capacitação de profissionais, assim como na aquisição de meios tecnológicos para combater eficazmente este tipo de criminalidade. Em termos operacionais, nos anos recentes têm sido iniciadas e desenvolvidas múltiplas investigações criminais direcionadas para a identificação de indivíduos e grupos criminosos envolvidos na venda de substâncias psicoativas através de mercados *online*, parte delas em cooperação com as autoridades policiais de outros países e com a Europol.

Ação 88. Desenvolvimento de estudos sobre a avaliação de políticas e intervenções, designadamente:

- *Estudos de avaliação dos dispositivos de intervenção;*
- *Estudos de avaliação de políticas.*

Continuou-se o projeto de investigação **A Intervenção em Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências - Processos e resultados da aplicação do modelo de mediação social e comunitária (SICAD, ARS, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da**

Universidade de Coimbra). Concluíram-se os procedimentos inerentes à implementação do estudo no terreno, tendo sido iniciada a recolha de dados no final do ano.

Na área da Dissuasão foi implementado um **Estudo Piloto sobre a Eficácia das Intervenções Breves e da Aplicação do ASSIST nas CDT** que se prevê alargar a várias CDT e que visa avaliar o impacto da intervenção combinada ASSIST e Intervenções Breves, na vida dos indiciados com processo de contraordenação.

Para além dos estudos específicos sobre a avaliação de políticas e intervenções, tem sido uma orientação estratégica no âmbito de **estudos periódicos promovidos/realizados pelo SICAD**, aprofundar o conhecimento sobre a opinião das populações relativamente a algumas temáticas para, por um lado, conhecer melhor a avaliação das políticas por parte das populações, e por outro, disponibilizar conhecimento à tomada de decisão. Em 2018, privilegiou-se as temáticas da legalização do consumo de cannabis para fins medicinais e fins recreativos e as salas de consumo assistido (*Rock in Rio – Lisboa, 2018*).

Ação 89. Reforço da dinamização científica e da abertura internacional da investigação nacional, através de:

- *Organização de eventos nacionais de partilha de necessidades e competências de investigação no domínio dos CAD;*
- *Disponibilização de informação sobre projetos de investigação realizados e em curso a nível nacional;*
- *Alargamento e dinamização de uma Rede Nacional de Investigadores em CAD.*
- *Participação em projetos de investigação internacionais.*

No que respeita à **organização de eventos nacionais de partilha de necessidades e competências de investigação no domínio dos CAD** (Ação 89.a), foram realizados vários Encontros, Congressos, Seminários a propósito de temas relacionados com CAD, e que são sempre *fora* de partilha sobre a investigação nesta matéria (ver Ação 101).

Quanto à **disponibilização de informação sobre projetos de investigação realizados e em curso a nível nacional** (Ação 89.b), em relação ao indicador previsto – construção de uma base de dados com informação sobre projetos de investigação realizados e em curso nestas áreas – foi atualizada a base de dados com a compilação da investigação científica em comportamentos aditivos relativa aos anos de 2013 a 2018 (**SICAD**). A listagem está disponível no *site* do SICAD e contempla artigos, relatórios científicos, teses de doutoramento, dissertações de mestrado e teses de licenciatura, contando já com mais de 500 títulos.

Relativamente ao **alargamento e dinamização de uma Rede Nacional de Investigadores de CAD** (Ação 89.c), menciona-se o incremento da dinamização da rede nacional de investigadores na área das substâncias psicoativas e CAD, com 8 novos investigadores (um total de 121 investigadores). Foi assegurada a partilha regular de informação e de conhecimento (encontros científicos, estudos, concursos, etc.) entre os seus membros.

Não houve elaboração de dossiês temáticos no âmbito da Rede, um dos indicadores desta ação.

A **participação em projetos de investigação internacionais** (Ação 89.d) está estreitamente relacionada com a ação anterior, na perspetiva da dinamização da Rede Nacional de Investigadores com a participação ativa em redes de investigação europeias e internacionais.

No projeto **European Research Area Network on Illicit Drugs (ERANID)**, prosseguiu o desenvolvimento dos 2 projetos com a participação de investigadores portugueses da Faculdade de Psicologia, Universidade do Porto, U.Porto, e da **Católica Porto Business School**, Universidade Católica Portuguesa: *The D.U.R.E.S.S.project - Drug Use Recovery, Environment and Social Subjectivity* e *Illicit drug policies and social outcomes: a cross-country analysis*.

No **European School Survey Project on Alcohol and other Drugs (ESPAD)**, em 2018 foram publicados **2 artigos científicos na ADDICTION** relativos ao ESPAD/2015, com a participação de uma investigadora portuguesa:

- > <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/add.14201>
- > <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/add.14275>

Ainda quanto ao **ESPAD**, foram iniciados os trabalhos com vista à implementação do ESPAD/2019, o que implicou uma intensa articulação com os parceiros europeus (**ESPAD Group**) e nacionais (**Ministério da Educação/Secretaria Regional da Saúde dos Açores/ Secretaria Regional da Saúde da Madeira**).

Prosseguiram os trabalhos do **Mediterranean School Survey Project on Alcohol and other Drugs (MedSPAD/Grupo Pompidou/Conselho da Europa)**, que integra os países da bacia do Mediterrâneo e que visa o intercâmbio de experiências e a transferência do conhecimento entre os países da Rede MedNET que realizam o ESPAD. Em 2018, foi realizada em Lisboa a 9ª Reunião do Comité MedSPAD.

No **SCORE-COST-ES1307: Sewage biomarker analysis for community health assessment**, manteve-se a colaboração do **INMLCF** e da **Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa** na monitorização do consumo de drogas ilícitas através da análise de águas residuais de acordo com protocolo normalizado (produtos em http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/2757/POD_Wastewater%20analysis_PT%202018.pdf).

No contexto da cooperação com os **PALOP** refere-se a participação portuguesa no projeto **População Materno Infantil Sem Álcool em São Tomé e Príncipe (POMISA)**, e em particular no caso concreto desta Ação 89.d, no projeto de investigação com vista ao diagnóstico do consumo de bebidas alcoólicas em mulheres em idade fértil, grávidas e crianças até aos 5 anos (promovido pela **Associação Helpo**, com parceria técnica e científica do **SICAD** e da **Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto**, e financiado pelo **Instituto Camões**, em parceria com a **Direção dos Cuidados de Saúde do Ministério da Saúde de STP e a DGS de Portugal**).

O atrás elencado não esgota a participação nacional em projetos de investigação internacionais, refletindo a informação disponibilizada pelos vários serviços/entidades.

Objetivo Específico 27. Melhorar a capacidade de deteção, avaliação e resposta rápida e eficaz ao aparecimento de novas substâncias psicoativas e outras tendências emergentes suscetíveis de pôr em risco a segurança e a saúde públicas, privilegiando o trabalho em rede e o estreitamento da cooperação

Ação 90. Desenvolvimento de procedimentos potenciadores da articulação e de incentivo à partilha regular de informação a nível nacional e europeu, designadamente através de:

- *Otimização da articulação nacional no contexto da Rede de Alerta Rápida (OEDT);*
- *Implementação de uma rede nacional para investigação e análise de novas substâncias psicoativas e participação ativa numa rede europeia de institutos de investigação e laboratórios forenses*

No que se reporta à otimização da articulação nacional no contexto da **Rede de Alerta Rápida do OEDT** (Ação 90.a), prosseguiu a dinamização no sentido de recolher informação sobre os efeitos adversos das NSP notificadas pelo sistema de alerta europeu (55 novas substâncias psicoativas identificadas pela primeira vez na UE em 2018, elevando para 730 o número total de substâncias monitorizadas pelo OEDT). Em 2018 foram identificadas 25 NSP em Portugal.

Para a **implementação de uma rede nacional para investigação e análise de novas substâncias psicoativas e participação ativa numa rede europeia de institutos de investigação e laboratórios forenses** (Ação 90.b), e considerando o já referido a propósito do fomento da investigação aplicada nesta área a nível nacional (Ação 86) e da participação em projetos de investigação internacionais (Ação 89.d), o Serviço de Química e Toxicologia Forenses do **INMLCF, I.P.** manteve a participação em projetos nacionais e internacionais relacionados com esta problemática, mantendo a participação no âmbito do projeto europeu *COST Action ES1307: Sewage biomarker analysis for community health assessment*.

O **INMLCF, I.P.** continua a recomendar à Coordenação Nacional a promoção do estabelecimento de protocolos de articulação a nível nacional entre os serviços de urgência dos Hospitais, a DGS, as universidades, os órgãos de polícia criminal e o INMLCF para que seja possível a obtenção de indicadores que contribuam para uma adequada monitorização das tendências de consumo de drogas de abuso.

A **criação de uma Rede Informal de Informação Rápida com interlocutores de proximidade a subgrupos populacionais** (Ação 90.c), visa complementar os mecanismos formais de recolha de informação e enriquecer e agilizar a compreensão de fenómenos específicos com a inclusão de perspetivas de diferentes tipos de peritos. Em 2018 foram integrados **onze interlocutores nesta Rede**.

Ação 91. Implementação de respostas céleres no contexto de tendências emergentes

Em 2018 não foi ainda possível a concretização do anteprojecto de Portaria ao abrigo do n.º 8 do art.º 5º, DL 54/2013, que determinará a intervenção e os procedimentos das várias entidades com competência na matéria no que diz respeito à realização de análises e perícias às amostras biológicas e não biológicas para pesquisa das denominadas "novas substâncias psicoativas".

Quanto à implementação de respostas céleres na área dos **CAD sem substância**, prosseguiu o investimento em iniciativas com vista à (1) adaptação e implementação de instrumentos de avaliação de CAD sem substância (ou do risco do seu desenvolvimento), com aplicabilidade a grupos clínicos e não clínicos, (2) capacitação dos profissionais das UIL com intervenção especializada em CAD e de outras estruturas de cuidados, nomeadamente através da produção de documentos enquadradores da problemática do jogo numa perspetiva de Saúde Pública e da formação de diferentes profissionais de saúde, (3) reforço de redes interinstitucionais, nacionais e internacionais, que robusteçam a prática clínica e de investigação neste domínio, e ao (4) reforço da investigação nacional sobre as práticas de jogo e utilização da *Internet*.

OE28. Assegurar uma transmissão e aplicação mais efetiva da informação para o desenvolvimento de políticas em CAD e sua avaliação

Não basta produzir conhecimento, importa garantir a transmissão dos produtos e a aplicação efetiva no planeamento das políticas e das intervenções, e em última análise, aumentar o seu valor percebido entre os cidadãos em geral.

Ação 92. Elaborar e divulgar Relatórios Nacionais Anuais sobre a situação relativa a:

- *Drogas e toxicodependências;*
- *Álcool;*
- *Jogo.*

Foi feito o Relatório Anual 2017 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências e o Relatório Anual 2017 - A Situação do País em Matéria de Álcool.

Estes documentos, elaborados numa perspetiva de gestão integrada da informação e do conhecimento nos domínios da procura e da oferta nas áreas das drogas e do álcool (indicadores diretos e indiretos), são o resultado do trabalho em rede, em particular dos serviços que integram o Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências.

Os indicadores considerados para ambos contam já com um bom nível de qualidade. O âmbito dos estudos nacionais tem vindo a ser alargado a diferentes grupos alvo e contextos, enriquecendo, desta forma, a caracterização da situação do país nestas áreas. Constituem uma referência para a monitorização e avaliação de diversos indicadores, designadamente dos relativos às metas do PNRCAD a atingir no final dos dois ciclos de ação, 2016 e 2020.

Foi, também, feito o Relatório Anual 2017- Respostas e Intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências, onde são apresentados alguns dos aspetos mais relevantes das respostas e intervenções implementadas em 2017 e enquadradas no *PARCAD - Horizonte 2020*, com base na informação proveniente dos vários Serviços e congregada pelos Coordenadores das Subcomissões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

Tal como tem sido prática nos anos anteriores, os Relatórios foram apresentados e discutidos na Assembleia da República.

Ainda não se fez um Relatório Anual sobre o Jogo, uma vez que, tal como previsto no PARCAD - Horizonte 2020, tal só se concretizaria no caso do alargamento do atual modelo de Coordenação Nacional a essa área.

Ação 93. Promover a produção regular de brochuras e sinopses sobre os resultados das investigações realizadas.

No ciclo estratégico anterior disponibilizaram-se **sinopses estatísticas** com alguns dos principais indicadores da evolução da situação nacional em matéria de CAD, sobretudo quanto às substâncias ilícitas e álcool.

Desde então, as **sinopses** são atualizadas anualmente, tendo sido contemplada a sua disponibilização também em 2018. Tal como no ano anterior e de forma a incrementar a sua utilização, apostou-se na elaboração de quatro sinopses estatísticas temáticas: Substâncias ilícitas, Álcool, Medicamento, Jogo e *Internet* (português e inglês).

Foram elaboradas **brochuras** relativas a dois estudos, o *Inquérito Nacional sobre Comportamentos aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, 2018* (4 brochuras temáticas), e o *Inquérito Nacional ao consumo de substâncias Psicoativas na População Geral 2016/17* (13 brochuras temáticas).

O atrás elencado apenas reflete a informação fornecida pelos vários serviços/entidades.

Para além das brochuras e sinopses, deu-se continuidade a várias iniciativas para **aumentar o valor percebido do conhecimento produzido**, como por exemplo:

- > **sumários executivos e recomendações** para a ação com base nos resultados dos estudos;
- > divulgação dos estudos desenvolvidos, através de **sessões públicas de apresentação dos resultados e de comunicados para os media** enquanto canal privilegiado de acesso aos cidadãos em geral, e sob a forma de sinopses, relatórios, artigos científicos e comunicações apresentadas em Congressos, Conferências, Encontros e Seminários nacionais e internacionais (ver Ação 104).

A maioria dos produtos aqui referidos encontra-se disponível em <http://www.sicad.pt>.

2. Formação

A atividade formativa é uma ferramenta indispensável à preparação dos agentes para melhor servirem os cidadãos. A eficácia e eficiência das respostas resulta de profissionais e serviços mais capacitados e qualificados para responderem às necessidades. A formação, processo global e contínuo, configura uma valência transversal, com particular importância na intervenção, compreendendo vários níveis de especialização, considerando os diversos grupos a atingir, enquadrados nos tipos de intervenção.

O exercício da liberdade e a tomada de decisão do cidadão comum será tanto mais em benefício da sua saúde e bem-estar, e da sua família, se o acesso à informação e conhecimento estiver facilitado.

Objetivo Geral 5.2. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, capacitando os profissionais dos serviços com responsabilidades na operacionalização das políticas e desenvolvimento das intervenções, de forma a permitir aumentar a qualificação e especialização das respostas nos vários contextos e áreas de intervenção

119

De um modo geral, considera-se positiva a **atividade formativa** desenvolvida em 2018. A capacitação e a literacia dos profissionais e dos cidadãos configura uma aposta ganha a todos os níveis. Profissionais melhor preparados e cidadãos mais esclarecidos resultarão em ganhos para a saúde.

Considerando a dimensão do seu âmbito de atuação, o SICAD procurou ser uma referência neste domínio. Não só na identificação de necessidades, como na conceptualização e dinamização de ações de formação, evidentemente com as limitações da dimensão e alcance do serviço.

As DICAD em articulação com os centros de formação das ARS, I.P. têm igualmente procurado dar resposta às necessidades dos profissionais. Prevê-se um maior investimento nos próximos anos, fundamental para a qualificação e valorização dos profissionais e dos serviços, para a atualização de conhecimentos e práticas, tendo presente o alargamento da intervenção aos problemas das adições sem substância.

Assistimos, igualmente, à crescente dinâmica formativa dos restantes parceiros deste Plano, ao nível da redução da procura e da oferta, destacando o papel da SCML e das autoridades policiais representadas, GNR e PSP. O Ministério de Defesa Nacional reporta, igualmente, uma atividade formativa relevante.

Aponta-se a necessidade de associar os conteúdos formativos aos resultados das investigações realizadas, nomeadamente a nível regional, para sustentarem e justificarem novas abordagens e ações de formação.

Continuou a trabalhar-se no sentido de uma maior integração das respostas desenvolvidas, no domínio da partilha de conhecimento, potenciando a mais-valia de cada serviço no processo, tendo como pano de fundo as necessidades de formação da rede de referência e articulação, com um compromisso dos vários parceiros que integram o Plano Nacional.

Assistimos, igualmente, a um esforço de harmonização dos indicadores das ações e da recolha de dados, ao nível da formação.

Objetivo Específico 29. Promover os conhecimentos dos intervenientes em matéria de CAD através da dinamização de ações de formação tendo em consideração as diferentes etapas do ciclo de vida e contextos

Ação 94. Identificação das necessidades de formação em CAD dos parceiros estratégicos, conceção de cursos de formação tendo em vista alargar a oferta formativa, nomeadamente na área do jogo e constituição de uma bolsa de formadores

120

Os problemas relacionados com os CAD estão em sistemática mutação e carecem de atualização constante, para acompanhar a evolução dos problemas e das respostas e abordagens.

A **Formação** é, sem dúvida, uma estratégia de capacitação dos profissionais e dos serviços para uma resposta eficaz e útil aos problemas das pessoas.

A partir da identificação de novas necessidades dos profissionais, o SICAD e as ARS, I.P. / DICAD procuraram responder através da conceptualização de **17 novas ações**.

O **SICAD** destaca o curso "Questões de Género", dirigido a profissionais das áreas social e da saúde, que teve como principal objetivo proporcionar um campo de reflexão sobre a importância e a necessidade de incorporar a promoção da igualdade de género nas intervenções e investigações em CAD.

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** destaca cinco novos cursos, sendo um dirigido a parceiros estratégicos da comunidade na área do desporto e os restantes quatro aos profissionais da DICAD: "Desporto, Comportamentos de Risco e CAD"; "Linhas de Orientação para a Intervenção na Perturbação de Jogo"; "Técnicas de Intervenção em Grupo"; "Aspetos processuais e jurídicos da intervenção com menores. As CPCJ" e "Igualdade de Género em Comportamentos Aditivos e Dependências".

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** reporta a conceptualização de quatro novos cursos de Formação. Os dois primeiros na área dos CAD em geral e os outros dois nas áreas específicas, álcool e tabaco.

Na **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** foram conceptualizados quatro novos cursos de Formação, na área dos CAD em geral, em Intervenção Preventiva, Fatores de risco e proteção e contextos, Meio Laboral e formação para mediadores em contexto académico e recreativo.

Na **ARS, I.P. Algarve / DICAD** foram conceptualizados três novos cursos de Formação, “Construção de Pontes e Intervenção Integrativa (GASMI/DICAD)”, “Sensibilização para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e das Perturbações de Saúde Mental” e “Redução de Riscos e Minimização de Danos: uma realidade/uma necessidade”.

Cada serviço conta com uma **Bolsa de Formadores** própria, fundamental para a dinamização das ações. É um recurso de cada serviço porém nada impede, quando se justifique, a utilização e partilha destes profissionais.

A nível nacional estão afetos às bolsas de formadores **87 formadores** (SICAD – 17, ARS; Norte/DICAD – 36, ARS; Centro/DICAD – 26, ARS; Alentejo/DICAD – 8 formadores).

BOLSA DE FORMADORES SICAD

A Bolsa de Formadores do SICAD é constituída por formadores internos e externos à Entidade.

Caso pretenda colaborar com o SICAD, enquanto formador, deverá efetuar a demonstração de interesse através do envio de uma mensagem eletrónica, para o endereço formacao@sicad.min-saude.pt, com a seguinte documentação anexa:

- Curriculum Vitae em formato PDF;
- Cópia do Certificado de Competências Pedagógicas (ex-CAP);
- Cópia do comprovativo da Habilitação Académica;
- Indicação das áreas para as quais possui experiência para ministrar formação;

Ação 95. Realização de ações de Formação na área dos CAD dirigidas a públicos-alvo das diferentes etapas do ciclo de vida, nomeadamente aos profissionais intervenientes nos contextos escolar, universitário e laboral



Os Planos de formação são delineados considerando as especificidades dos diferentes contextos de intervenção em CAD para possibilitar aos destinatários a consolidação, aquisição e melhoria de conhecimentos e competências profissionais no domínio dos CAD.

A **nível nacional** e considerando as seguintes entidades – SICAD, todas as ARS,IP/DICAD, GNR, Ministério da Defesa Nacional e Polícia Judiciária, foram dinamizadas **40 ações de Formação**¹⁴, dirigidas a **2.122 formandos**¹⁵ num total de volume formativo de **116:375 horas**¹⁶.

¹⁴ ARS, LVT/DICAD não facultou este dado, porém desenvolveu ações de formação.

¹⁵ ARS, Alentejo/DICAD não facultou este dado porém desenvolveu ações de formação.

¹⁶ ARS, LVT/DICAD não facultou este dado, porém desenvolveu ações de formação.

O **SICAD** contribuiu com a dinamização de 11 cursos, num total 177 horas, 163 formandos, com um volume global de formação de 28:851 horas.

Cursos de Formação ministrados pelo **SICAD**: "Descriminalização e Dependências", "Envelhecimento na Problemática em CAD", "Intervenções Breves e Entrevista Motivacional", "Intervenções Preventivas em CAD", "Instrumentos de Rastreio", "Questões de Género", "Abordagem aos Problemas Ligados ao Álcool", "Abordagem Clínica aos Problemas do Jogo", "Consumo de Álcool e outras SPA em Meio Laboral", "Cannabis – da Génese ao Processo Terapêutico" e "O papel das CDT e o Modelo de Intervenção em Dissuasão". Estes cursos contaram com a participação de profissionais da área da saúde e social.



A **ARS, I.P. Norte / DICAD** dinamizou 14 ações de formação, abordando os seguintes temas: Prevenção (e intervenção) nos CAD, Competências parentais, Desporto, Comportamentos de Risco e CAD, Prevenção dos PLA, que abrangeram um total de 328 formandos, entre os quais docentes, assistentes operacionais, técnicos da área da educação, da saúde, da proteção de menores, pais/famílias, treinadores e dirigentes associativos, e outros técnicos. O volume formativo desta ações é de 30:504 horas.

Na **ARS, I.P. Centro / DICAD** foram dinamizadas oito ações de Formação na área dos CAD especificamente em: Problemas Ligados a Comportamentos Aditivos e Dependências: Prevenção, Diagnóstico, Referenciação e Tratamento; CURSOS ALCOOLOGIA 2018; Tabagismo, Saúde Mental e Tratamentos; Intervenção Comunitária em Comportamentos Aditivos e Dependências; que abrangeram 392 formandos, entre médicos, enfermeiros, técnicos superiores de saúde e técnicos superiores, num total de 23:520 horas de volume formativo.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** envolveu 787 formandos nas suas ações formativas (Equipa de Coordenação e UIL) para profissionais da DICAD e/ ou da ARSLVT (para todas as áreas de intervenção).

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** dinamizou quatro ações de formação: Formação de mediadores; Formação monitores da C.V.P; Formação de dirigentes do escutismo (CNE); Formação em Meio Laboral, no total de volume formativo de 6:586 horas. As ações de formação de mediadores tiveram maioritariamente como população alvo estudantes do ensino superior, nomeadamente alunos da licenciatura de enfermagem, tendo como objetivo intervir nas festas académicas. A intervenção em Meio Laboral foi dirigida a dirigentes/responsáveis da Câmara Municipal de Évora.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** dinamizou uma ação de formação, "Abordagem aos problemas relacionados com o jogo patológico", dirigida a 20 profissionais dos serviços especializados de apoio, tendo um volume formativo de 280 horas.

Na **Guarda Nacional Republicana (GNR)** foram dinamizados dois cursos de Investigação em Crimes de Droga, tendo sido abrangidos 53 formandos, militares de GNR, num total de 3:604 horas de volume formativo.

O **Ministério de Defesa Nacional** realizou um Curso de Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (COPCAD), que abrangeu 74 formandos oriundos das seguintes entidades: GNR, PSP, Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), Direção-geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e militares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(CPLP). Esta ação teve como objetivo formar Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (COPCAD) com conhecimentos multidisciplinares sobre o fenómeno dos CAD, bem como de um conjunto de competências específicas que lhes permitam identificar e orientar elementos de proximidade com comportamentos de risco, nocivos ou mesmo em fase de dependência. Teve como volume formativo 8:800 horas.

A formação interna da **PJ**, na área do Tráfico de Estupefacientes, promoveu a realização de duas ações: o Curso de Formação de Inspetores-Chefes e o 41.º Curso de Formação de Inspetores Estagiários, ambos dirigidos a 200 investigadores na área de investigação criminal. Destes cursos, 18 horas foram dedicadas em exclusivo ao tema dos CAD, perfazendo um volume formativo de 3:600 horas.

A **GNR** reporta que frequentaram cursos de especialização e qualificação, no domínio da Investigação Criminal, 353 formandos sendo abordadas matérias gerais relativas ao tráfico de estupefacientes.

A **AT** realizou duas ações de Formação com a participação de 27 formandos.

A **PM** realizou duas ações de Formação em que participaram 26 formandos.

Ação 96. Desenvolvimento de projetos de formação dirigidos a públicos-alvo específicos em articulação com entidades responsáveis pela implementação de respostas e intervenções em diferentes contextos

Nesta ação procuramos reportar a **atividade formativa integrada em projetos** com uma dinâmica própria, dirigidos a grupos e contextos específicos, que têm uma ação imediata e direta na aplicação da formação, designadamente em intervenção.

Na intervenção em **contexto escolar**, especificamente no programa **“Eu e os Outros”**, o SICAD promoveu o desenvolvimento de ações de formação na Câmara Municipal de Odivelas, no âmbito do Plano Estratégico Concelhio de Prevenção das Toxicodependências (PECPT), num total de 30 horas de formação, **23 formandos**, com volume global de formação de **862 horas**.

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** dinamizou formação para a implementação do programa **“Eu e os Outros”**, envolvendo **176 aplicadores** entre professores e outros técnicos, com um volume formativo de **95:004 horas**

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** refere o envolvimento de quatro dos seis CRI, num total de oito ações de formação com cerca de 54h00 cada, abrangendo um total de **193 formandos**, na sua maioria professores, num total de volume formativo de **83:376 horas**. Estiveram envolvidas 14 escolas e outras 7 instituições de intervenção educativa e/ou social.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD** reporta a realização de duas ações de formação dirigida a **95 aplicadores** do programa **“Eu e os Outros”** num total de **10:260 horas** de volume formativo.

Na **ARS, I.P. Algarve / DICAD** realizaram-se 12 sessões formativas, para **13 dinamizadores** do programa **“Eu e os Outros”**, provenientes de 7 instituições, com um volume formativo de **702 horas**.

Com a informação aqui disponível, podemos dizer que se realizaram **24 ações de formação de aplicadores do programa “Eu e os Outros”, que abrangeram 500 aplicadores, com um volume formativo global de 190:204 horas.**

O **Ministério de Defesa Nacional**, em parceria com o SICAD, deu início à implementação do programa **“Eu e os Outros”**, junto do universo de alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar e Instituto dos Pupilos do Exército). Iniciou-se a capacitação de 23 professores para a aplicação da dinâmica, através de formação, no formato de Oficina de Formação, com o objetivo de adquirir e desenvolver conhecimentos teórico-práticos, no âmbito da Promoção e Educação para a Saúde em Meio Escolar, que facilitem a implementação, desenvolvimento, monitorização e avaliação do programa “Eu e os Outros”. Prevê-se o final da aplicação para o ano 2019, ano em que serão reportados os indicadores formativos.

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta outras ações inseridas nos projetos de formação: **Pistas e Trilhos**, projeto desenvolvido em contexto escolar, que envolveu **47 formandos**, num total de **62h formação**, com um volume formativo de **2:914 horas**. O projeto **Riscos e Desafio** (contexto universitário) implicou **24h de formação** dirigidas a **17 formandos**, volume formativo de **408 horas**. Também dinamizou formação em Contextos Recreativos – Intervenção em Prevenção e RRMD (festividades académicas, festivais de verão...).

Ação 97. Elaboração e disponibilização de módulos de sensibilização referentes aos CAD para os diferentes tipos de público e profissionais, tendo em conta o tipo de intervenção a desenvolver, o ciclo de vida e o contexto, designadamente: profissionais do setor de restauração e bebidas; profissionais da área do jogo; intervenientes nos contextos recreativos, laboral, escolar e universitário; forças Armadas (Dia da Defesa Nacional) e intervenientes na área do desporto (anabolizantes)

Para além da atividade formativa certificada e com enquadramento próprio, muitos outros formatos de Formação são desenvolvidos pelas entidades que integram a dinamização desta área neste Plano de Ação.

As **ações de sensibilização/informação**¹⁷ e outros eventos formativos dirigidos a diferentes grupos-alvo, a pedido ou enquadrados em projetos desenvolvidos com *stakeholders*, internos e externos, fazem parte das estratégias que adotamos neste domínio.

A **nível nacional** foram dinamizadas **1.437**¹⁸ **ações**, que abrangeram **91.451**¹⁹ **pessoas** num volume total de **10:803:408:30 horas**²⁰.

O SICAD, no âmbito do **Projeto de intervenção em contexto laboral**, dinamizou **31 ações de sensibilização**, num total de 68 horas de formação, **782 formandos**, com um volume global de formação de **53:176 horas**. Ainda em contexto de trabalho foram desenvolvidas cinco ações de

¹⁷ Consideram-se ações de sensibilização as ações com duração até 4 horas;

¹⁸ Subreportadas;

¹⁹ Idem;

²⁰ Ibidem.

formação sobre adições comportamentais, perturbações de jogo num total de 125 horas de formação, **17 formandos**, com volume global de formação de **2:125 horas**.

As **Comissões para a Dissuasão da Toxicodependências** dinamizaram 94 ações de sensibilização/informação e outros eventos formativos, dirigidos a diferente grupos-alvo e contextos de intervenção, como escolas, com as quais foram abrangidas **2.957 pessoas**, com um volume formativo de **810:218 horas**.

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta a realização de 511 ações de sensibilização, tendo sido abrangidas **22.552 pessoas**, num total de volume formativo de **6:946:016 horas**. Estas ações distribuem-se da seguinte forma:

- > 120 Ações ocorreram em contexto escolar, dirigidas a professores, adolescentes e jovens, e jovens universitários, tendo abordado os seguintes temas: "Prevenção dos CAD", "Substâncias Psicoativas", "Estilos de Vida Saudáveis", "Programas de Treino de Competências", "Prevenção e RR em Meio Escolar" e "Prevenção dos CAD sem substância".
- > Em contexto recreativo realizaram-se três ações: "Prevenção dos PLA", duração 2h, que abrangeu 25 empresários e profissionais do setor de restauração e bebidas e duas ações sobre "Intervenção em Contextos Recreativos", com uma duração média de 4h, dirigida a jovens;
- > Em contexto comunitário/familiar foram dinamizadas cinco ações, "Família e Prevenção dos CAD", dirigidas a pais/famílias.
- > Em contexto militar, no "Dia da Defesa Nacional" realizaram-se 378 ações, com duração média 30min (total=189h), que abrangeram 19.101 jovens com 18 anos.

Ainda em contexto comunitário realizaram-se três ações "Campanhas", com a duração média de 6h, dirigidas à população jovem.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** refere a dinamização de 341 ações do DDN. Em contexto recreativo foram alvo de ações de sensibilização **6.358 pessoas**, em contexto laboral as ações de sensibilização abrangeram **168 pessoas**.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD**, no âmbito das semanas académicas, deu continuidade às intervenções em contexto académico dinamizando Formação que envolveu **20** formandos de Santarém e **14** formandos de Setúbal. Para a intervenção no *Rock in Rio*, em parceria com a ANEBE – Associação Nacional de Empresários de Bebidas espirituosas, dinamizou-se Formação que envolveu **79 formandos**. No âmbito das ações do Dia da Defesa Nacional foram abrangidos cerca de **15.663 jovens**.

A **ARS, I.P. Alentejo / DICAD**, promoveu reuniões de informação/sensibilização com as chefias e poder político, no âmbito da intervenção em contexto laboral, designadamente na Câmara Municipal de Évora. Foram abrangidos cerca de **800 funcionários e 14 chefias**.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** dinamizou 243 ações de sensibilização, tendo sido abrangidas **18.576 pessoas**, num total de volume formativo de **2:300:320:30 horas**.

- > Em **contexto Militar** foi dinamizado o Dia de Defesa Nacional com 82 sessões que abrangeram **3.954 jovens**;

- > Em **contexto Escolar** foram realizadas 65 ações, que abrangeram **2.350 jovens**. Especificamente no Projeto “Quem Quer Comandar” foram realizadas três ações de sensibilização, que abrangeram **71 alunos**;
- > No **contexto Laboral** foram realizadas 54 ações, que abrangeram **901 indivíduos** com **145:962 horas**;
- > No **contexto Recreativo** foram realizadas 39 ações, que abrangeram cerca de **11.300 jovens e adultos**.
- > A **SCML** dinamizou ações sensibilização sobre jogo responsável destinadas a colaboradores do DJSCML, tendo contado com um total de **491 formandos** e um volume formativo de **122 horas**.



Quer se trate de ações de formação inicial de mediadores ou de formação nacional a toda a rede (sobre temas específicos), os programas de formação dos Jogos Santa Casa destinados a este público-alvo incluem módulos de jogo responsável. Em 2018, foram alvo de formação **15.346 formandos** (mediadores e colaboradores de mediadores), com um volume formativo de **21:807 horas**.

O **Ministério de Defesa Nacional**, no âmbito do Estado-Maior General das Forças Armadas, a UTITA/HFAR (unidade pertencente àquele órgão) desenvolveu diversas campanhas de informação e esclarecimento sobre CAD destinadas a militares no ativo, realizando 92 palestras, às quais estão associadas 126 horas de formação e que abrangeram um total de **3.774 formandos** (40 palestras foram integradas em módulos de cursos militares; 47 palestras de sensibilização e cinco palestras em congressos), com um volume formativo de **475:524 horas**.

Tendo por finalidade reduzir a incidência de novos casos e sensibilizar os militares para a problemática dos CAD foram realizadas nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) de formação, de apoio ou operacionais, maioritariamente através dos respetivos Núcleos de Apoio ao Comando, palestras de informação e sensibilização sobre CAD, de forma isolada ou integrada em ações de formação no âmbito da segurança ou da saúde.

Na **Marinha** foram efetuadas 39 palestras a militares e civis do ramo, abrangendo um total de **885 trabalhadores**.

A **Força Aérea** realizou 15 palestras sobre esta temática, nas diferentes U/E/O e nos diferentes cursos de formação na Academia da Força Aérea e no seu Centro de Formação Militar e Técnica, compreendendo um total de **1.173 participantes**.

No **Exército** foram planeadas 52 ações de informação e esclarecimento com vista à sensibilização e prevenção dos comportamentos aditivos embora não tenha sido possível quantificar o número exato de participantes.

Também no Exército foi realizado o **Curso de Segurança Militar** que visa a divulgação das Normas para a Prevenção e Controlo do Consumo de Droga e Álcool no Exército, dando especial ênfase à supervisão da execução dos rastreios toxicológicos e ao preenchimento de toda a documentação

processual em vigor. Neste curso participaram **40 militares**. Foi ministrado um Curso de Operadores de Segurança Militar para Praças, cuja frequência foi de **8 militares**.

A **GNR** reporta a realização de Palestras sobre "Alcoolismo e toxicodependência" em cinco cursos dirigidos a militares da Guarda Nacional Republicana, 19º Curso de promoção a capitão; Curso de promoção a cabo 2018, 39º Curso de formação de guardas, 40º Curso de formação de guardas, num total de **1.115 militares** e de **2:230 horas** de volume formativo.

Na Formação em cooperação nacional e do Tráfico de Estupefacientes realizaram-se, na **Polícia Judiciária**, sete ações de formação para a sensibilização riscos do consumo de drogas, Droga e *Cyberbullying* e combate à droga, que envolveram **119 participantes**, entre os quais alunos do ensino secundário e profissional e do exército, num volume formativo especificamente nessa área de **1:666 horas**.

Ação 98. Promoção do encaminhamento e acolhimento de Estágios

A experiência de um **estágio** representa uma ferramenta fundamental para relacionar a teoria com a prática, para uma aprendizagem em contexto real de trabalho. A área dos comportamentos aditivos e dependências precisa de cativar recursos humanos que deem continuidade ao conhecimento e experiência acumulados ao longo dos anos, de inovação e criatividade nas abordagens e respostas. É neste pressuposto que se encara o acolhimento de **estágios curriculares** em particular, que despertem o interesse e a motivação para em CAD. É fundamental atrair novos e futuros profissionais, para uma área que carece de renovação sistemática. É fundamental motivar profissionais para abraçarem os CAD, com novos olhares integrados pelo conhecimento das matérias.

Nacionalmente, contabilizam-se **401 estágios** e um volume formativo global aferido de **2:139:232²¹ horas**.

O **SICAD** procura acolher todos os pedidos para a realização de estágios por considerar fundamental atrair novos e futuros profissionais para uma área que carece de renovação sistemática. É fundamental motivar profissionais para abraçarem os CAD, com novos olhares integrados pelo conhecimento das matérias.

Também as **Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência** são um espaço de aprendizagem para a realização de estágios académicos e de observação, alguns deles ao abrigo de protocolos com Instituições de Ensino Superior.

Os estágios académicos são provenientes das áreas de psicologia, serviço social e criminologia. Quanto aos estágios de observação e investigação o direito e medicina trazem-nos alguns elementos.

O **SICAD** continua a dar resposta a pedidos de estágios de colegas de outros países e continentes. Na maioria das vezes a resposta a estes pedidos é feita em estreita articulação com as estruturas públicas e privadas do terreno (**SICAD, ARS, I.P. / DICAD / UIL / UD / CT, CDT e outras entidades, mormente de RRMD**), mobilizando técnicos para uma programação elaborada e coordenada pelo

²¹ As ARS do Centro e Lisboa e Vale do Tejo não fazem referência ao número de horas dos estágios.

SICAD, área da Formação. Procura-se desta forma transmitir as várias dimensões do conhecido e procurado modelo português.

No cômputo geral foram acolhidos **22 estágios** com um volume formativo de **3:234 horas**.

Na **ARS, I.P. Norte / DICAD** foram acolhidos 103 estagiários nas áreas da psicologia, serviço social, terapia ocupacional, medicina e enfermagem, com um volume formativo total de 2:132:512 horas. Na **ARS, I.P. Centro / DICAD** foram acolhidos 130 estagiários nas áreas da psiquiatria, medicina geral e familiar, saúde pública, psicologia, serviço social e enfermagem.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** reporta que as UIL – Unidades de Intervenção Local acolheram cerca de 126 estágios curriculares nas áreas de Enfermagem, de Psicologia, de Fisioterapia e ainda de Educação Social e Comunitária; bem como estágios realizados no âmbito do Internato Médico de Psiquiatria e de Medicina Geral e Familiar.

Quanto à **ARS, Alentejo/DICAD** acolheu três estagiários, de Enfermagem e de Serviço Social, num total de 627 horas de volume formativo.

Na **ARS, I.P. Algarve / DICAD** foram acolhidos 17 estagiários das áreas de medicina geral e familiar, psiquiatria, de enfermagem e psicologia, num total de 2:859 horas.

3. Comunicação

A Comunicação é um forte aliado das sociedades desenvolvidas, informadas e esclarecidas. O acesso à informação prepara indivíduos e sociedades para melhor decidirem. Informação e comunicação são um alicerce das democracias e das civilizações, sendo um dever do Estado facilitar o acesso, promovendo o exercício de uma cidadania esclarecida.

Objetivo Geral 5.3. Contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos do PNRCAD, através da comunicação que fomente a partilha e disseminação da informação e a visibilidade dos resultados das ações empreendidas, tendo em vista as necessidades dos decisores políticos, dos profissionais da área e dos cidadãos

Nas áreas de **comunicação e informação** assistimos a uma aposta por parte de todas as entidades nas redes sociais e *Internet*, ajustando os conteúdos a estas plataformas. Importa, contudo, não descuidar os mecanismos e meios de comunicação tradicionais, pelo que interessa manter esta componente ajustada às atuais necessidades, com a edição em papel de materiais que são amplamente solicitados pelas estruturas com intervenção no terreno.

Podemos dizer que, ao nível da informação e da comunicação, importa dar continuidade ao trabalho que se tem desenvolvido, melhorando, consolidando o que se tem feito, com uma efetiva participação e integração de esforços.

Importa transmitir e disseminar o conhecimento. Conhecer e dar a conhecer a todos, facilitando o acesso, preparando a informação e o conhecimento, adequando-o aos diferentes públicos-alvo, para que a literacia em CAD seja cada vez mais uma realidade.

Objetivo Específico 30. Promover em tempo útil informação harmonizada e coerente que contribua para a visibilidade dos resultados utilizando os instrumentos mais adequados, adaptada aos diferentes destinatários do ciclo de vida

Ação 99. Dinamização e aperfeiçoamento das páginas eletrónicas institucionais na ótica do serviço ao cidadão, prosseguindo a qualidade da informação divulgada

Todos os serviços apostam cada vez mais na diversificação e adequação dos conteúdos informativos, bem como nos atuais suportes de informação e meios de comunicação, aos diferentes públicos-alvo e às novas necessidades da procura de informação. A aposta em ferramentas de **Comunicação** designadamente as páginas eletrónicas, enquanto canais de partilha de informação,

conhecimento e comunicação, resulta numa aproximação à sociedade civil e aos cidadãos e, desejavelmente numa maior literacia em CAD, por parte de profissionais e grupos indiferenciados.

Esta é sem dúvida uma preocupação atual de todos os serviços, que procedem à atualização sistemática e constante da informação nas **páginas eletrónicas**, obviamente relacionada com CAD.

O SICAD usa o seu **site** para comunicar com **profissionais, decisores e cidadãos**, tendo essas mesmas áreas destacadas na *home page*: Institucional / Cidadão / Intervenção. Ainda na mesma página, está o espaço Notícias que, em 2018, fez crescer a sua dinâmica pois assistimos a maior produção e inserção de conteúdos. A capacitação de alguns colaboradores desta área poderá ter estado na origem criação de mais, melhores e mais úteis conteúdos. Adicionalmente, aumentou o acompanhamento de eventos para recolher material fotográfico e/ou de vídeo.

O portal da **ARS, I.P. Norte** inseriu uma área específica com conteúdos da DICAD (www.arsnorte.min-saude.pt/comportamentos-aditivos-e-dependencia/), onde são colocados os avisos de abertura de procedimentos concursais no âmbito do PORI e atualização da área da DICAD, nomeadamente de contactos, eventos, etc. Também o portal da **ARS, I.P. LVT**, numa lógica de crescente envolvimento e aproximação aos cidadãos, tem reforçado a comunicação, facilitando o acesso interno e externo à informação. A Equipa de Coordenação Regional da DICAD e as respetivas Equipas das UIL marcaram presença no Portal da ARSLVT, com a publicação de iniciativas e atividades que a DICAD (Equipa de Coordenação e respetivas UIL) desenvolveu ou em que participou, e que entendeu por bem ver divulgadas institucionalmente. Foram feitas atualizações ou introduzidas novas informações em todas as seções, ao longo do ano sempre que necessário (Contactos; Concursos).

O mesmo se passa no portal da **ARS, I.P. Algarve**, onde foi construído o separador "Comportamentos Aditivos e Dependências". Neste separador são inseridas informações sobre: áreas de intervenção; contactos das UIL; divulgação de materiais; concursos na área dos CAD (etc.).

Os Jogos Santa Casa, da **SCML** disponibilizam, permanentemente, conteúdos informativos sobre jogo responsável, quer através dos pontos de venda, quer através da *Internet* – contendo um conjunto de recomendações para a manutenção de hábitos de jogo moderados.

O **Turismo de Portugal** procedeu à manutenção e atualização de conteúdos da página da *Internet* do Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ), com a inserção no separador "Jogo Responsável" de três *menus* com as áreas temáticas: I) **Política de Jogo Responsável**; II) **Proteção do Jogador**, III) **Autoexclusão**. Divulgação do serviço *Linha Vida* para obtenção de informação, atendimento e aconselhamento telefónico e por correio eletrónico no âmbito dos comportamentos aditivos e dependência do jogo. Disponibilização e preenchimento *online* do formulário de autoexclusão da prática de jogos e apostas *online*. Procedeu-se à divulgação no *site* do SRIJ de toda a legislação relevante no domínio do jogo de base territorial e *online*. Está disponível a emissão de orientações e procedimentos relativos definição responsável da política de promoções e bónus das entidades exploradoras, o desenvolvimento de ações de monitorização dirigidas à verificação do cumprimento pelas entidades exploradoras dos conteúdos relativos às práticas de jogo responsável e respetiva informação, nomeadamente dos serviços de aconselhamento e atendimento no âmbito dos CAD do jogo. Também é possível conhecer os acordos de cooperação bilateral entre o SRIJ e as entidades reguladoras e fiscalizadoras dos jogos e apostas *online* de países da União Europeia e os acordos de cooperação com diversos países no âmbito dos jogos e apostas, com vista entre outras finalidades à concertação de esforços no combate à exploração ilícita e à prevenção da fraude e viciação de resultados. Também se divulga a participação em diversas conferências internacionais no âmbito das políticas de jogo responsável.

O *site* do **Infarmed** está voltado para o cidadão, com página específica e com conteúdos e formatos apelativos. Sendo um *site* com muita informação, a sua atualização e a produção de novos conteúdos é um processo contínuo, em especial nas matérias de interesse e úteis para esse público específico: <http://www.infarmed.pt/web/infarmed/cidadaos>. Os conteúdos produzidos mais recentemente são: Antibióticos - Seja responsável; Antibióticos - O que devo saber; Antibióticos - Resistência; Canábis para fins medicinais; Medicamentos - Numa frase.

A **ANSR** dinamizou o *site* institucional no âmbito dos CAD, aquando das suas principais Campanhas Nacionais, onde o uso de álcool foi abordado, nomeadamente na Campanha de Natal e Ano Novo "Nestas Festas, o seu melhor presente é estar presente", integrada na "Operação Festas Seguras 2018".

Ação 100. Desenvolvimento de outros instrumentos de comunicação em suporte eletrónico para divulgação da informação sobre CAD

O recurso a outros instrumentos de comunicação em suporte eletrónico é uma realidade que começa a criar o seu espaço nos serviços da administração pública em geral.

As **redes sociais** usadas por milhões de pessoas são uma plataforma de grande alcance na disseminação de informação. O **SICAD** apostou na dinamização do Facebook em três áreas: 1) produção própria com informação do SICAD, redação de conteúdo editorial (notícias) e realização de infográficos com dados estatísticos apurados nos estudos realizados, por exemplo; 2) partilhas de informação de outras entidades relacionadas com CAD, como campanhas ou eventos. 3) partilha de páginas de Órgãos de Comunicação Social com notícias de interesse em CAD.

No **Twitter** concebeu-se conteúdo próprio ou *retweetou-se* informação externa, normalmente, de âmbito internacional e em língua inglesa.

Na **ARS, I.P. Algarve / DICAD** as notícias publicadas na página institucional são simultaneamente divulgadas na rede social Facebook da ARS, I.P. Algarve.

A **SCML** assegurou a manutenção da informação que consta no *slide show* sobre Jogo Responsável (em rotação com outros temas), existente no visor dos terminais de jogo dos Mediadores dos Jogos Santa Casa direcionado para os Apostadores.

A divulgação institucional do **Turismo de Portugal** foi feita através dos serviços centrais do SRIJ e das equipas de inspeção junto dos casinos e salas de jogo do bingo.

A **ANSR** reporta que, para além da divulgação das campanhas através da página oficial (www.ansr.pt), foram também utilizadas as redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) e os meios de comunicação social (rádio, publicidade exterior e televisão).

Foram desenvolvidos os seguintes materiais com informação sobre o consumo do álcool na condução:

- > Spot Vídeo (spots de televisão de natal e de fim de ano que foram transmitidos na RTP1, RTP3 SIC, SIC NOTÍCIAS, TVI, TVI24 e CMTV num total de 593 inserções);

- > Spot Rádio (spots de rádio de natal e de fim de ano, com a duração de 20 segundos, foram transmitidos na RFM, Renascença, Rádio Comercial, Antena 1 e na Antena 3 (falta somar inserções das Antenas) num total de 144 inserções e em rádios locais, num total de 816 inserções);
- > Publicações nas Redes Sociais (27 intervenções digitais, 15 para o Facebook e 12 para o Instagram.);

Ação 101. Realização de eventos técnico-científicos relativos aos CAD

Na área dos CAD a realização de eventos de e para especialistas é uma realidade frequente.



O **SICAD** reporta: organização da apresentação dos Relatórios Nacionais 2017 na Assembleia da República, Reunião ordinária do Fórum Álcool e Saúde (Palácio dos Marqueses de Praia e Monforte – Loures). Produção e realização do III Congresso SICAD (Lisboa), e participação, a convite das entidades organizadoras, no *E-Health Summit*, Feira da Saúde e Bem-Estar e no XXXI Encontro das Taipas. De referir que a organização de eventos contempla uma série de outras tarefas “invisíveis” que contribuem para o resultado final, como toda a logística associada, bem como a Comunicação inerente.

A **ARS, I.P. Centro / DICAD** reportou a participação na mostra *Like Saúde* resultante de uma parceria com os municípios da região de Leiria. Refere os Ciclos temáticos - fórum de debate no âmbito da prevenção, tratamento/reabilitação e reinserção de pessoas com PLA, num formato de conferência ou *workshop* com uma duração de 3-4 horas.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** reporta o XXXI Encontro das Taipas, subordinado ao tema “Mudança” (8 e 9 de Novembro, no Grande Auditório ESEL no Parque das Nações).

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** organizou em conjunto com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), da Universidade do Algarve (UAlg), as 1^{as} Jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve, que decorreram nos dias 24 e 25 de maio, no auditório Teresa Gamito da FCSH, da UAlg.

Ação 102. Campanhas de comunicação e ações de sensibilização sobre CAD

O **SICAD**, não tendo produzido nenhuma campanha específica, realizou vários infográficos com informação recolhida nos estudos efetuados e disseminou-a nas redes sociais.



A **ARS, I.P. Norte / DICAD** reporta: No âmbito do projeto Multi-Institucional de RRMD em contextos recreativos, o **CRI Porto Central** planeou e realizou uma ação de sensibilização no território de Matosinhos. O **CRI de Viana** do Castelo realizou várias intervenções em contexto universitário (Receção ao Caloiro e Semana Académica) e três intervenções em festivais de música, enquadradas pelo projeto "Consumos Controlados". A Equipa de Rua "Mais próximo de Ti", projeto cofinanciado pelo SICAD e monitorizado pelo **CRI de Vila Real**, que intervém no território de Vila Real, operacionalizou intervenção em duas iniciativas em Meio Académico (Caloirada aos Montes e Queima das Fitas da UTAD), e uma intervenção em contexto de Festival (Vila Real – Rock Nordeste). O **CRI Porto Oriental** fez intervenção no âmbito do PRI não financiado com a Rede Social de Lousada, no "Vila – Festival da Juventude". O **CRI de Bragança** fez intervenção na Queima da Fitas do Instituto Politécnico de Bragança, no âmbito da intervenção em contexto académico. O **CRI de Braga** levou a cabo formação aos técnicos que intervêm no terreno nos espaços de contextos recreativos no âmbito da Redução de Riscos em CAD. Articulou e supervisionou a intervenção realizada e disponibilizou materiais informativos. Esteve presente nas festividades académicas de Braga "Enterro da Gata".

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** participou no programa televisivo "Histórias Clínicas", sobre o tema "Dependências de Substâncias – Intervenção em RRMD", 2 participantes, 3 horas.

O **INFARMED** esteve envolvido numa Campanha europeia sobre efeitos indesejáveis de medicamentos.

Relativamente às ações de sensibilização pública específicas para o tema do consumo de álcool e condução, a **ANSR** destaca a Campanha de Natal e Ano Novo, com a divulgação de spots de vídeo e rádio e distribuição de folhetos.

O **Instituto da Vinha e do Vinho** reportou a realização de 11 Campanhas de Sensibilização para o consumo com moderação:

- > Comboios de Portugal (Porto, Guimarães, Aveiro) de 13 a 29 de dezembro;
- > Transportes Coletivos do Porto (Autocarro e Metro) de 13 de novembro a 29 de dezembro;
- > Televisão - SPOT 20" (TVI, TVI 24, CMTV, SIC E SIC NOTÍCIAS) de 28 de novembro a 20 de dezembro;
- > MUPIS - 500 faces afixadas (Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Setúbal, Viseu);
- > Outdoors Digitais - Spot/cartão de 10" (Lisboa) de 5 a 30 novembro de 2018
Rede Nacional de Multibancos (320 ATM a nível nacional) de 17 a 23 de setembro de 2018;
- > Cinemas UCI Arrábida e Cinemas NOS - SPOT DE 20" (novembro e dezembro de 2018);

- > Locais de Diversão Noturna - Ruas e Bares (Porto);
- > Imprensa Escrita (Jornais de Notícias e Jogo, Revista Rotas dos Vinhos de Portugal, descubra Portugal, Viva o Enoturismo - Beba com Moderação);
- > Imprensa Digital (Sites Correio da Manhã Boa Vida e Sábado GPS) entre 3 e 30 de novembro;
- > BE WISE - Campanha para Rede de Museus do Vinho;
- > Ação Rodoviária de Sensibilização- GNR Torres Vedras.

Ainda o **Instituto da Vinha e do Vinho** marcou presença em 29 eventos e feiras, com mensagens e material de *merchandising* para a sensibilização, informação e educação para o consumo moderado, a saber: Bolsa de Turismo de Lisboa, Portugal Fashion, Dia Mundial da Gastronomia, Porto Wine Day, Essência do Vinho, Grandes Escolhas, Vinhos e Sabores, Vinhos de Lisboa na Rua Augusta em Lisboa, Feira Nacional de Agricultura, Cidade do Vinho 2018, Rainha das Vindimas, Festival de Gastronomia do Atlântico – Praia da Vitória – Açores, INVESTBRAGA, OVIBEJA, VINIPAX, Feira do Vinho do Cartaxo, AGROSEMANA, Festival do Vinho do Dão – Nelas, Feira do Peixe e do Marisco – Matosinhos e Running - 10 Corridas.

Ação 103. Criar e divulgar materiais em CAD que sustentem a qualidade da intervenção

134

Disseminar a informação e conhecimento produzidos, por via da diversificação dos suportes de divulgação constitui-se como uma estratégia para chegar mais perto de diferentes públicos-alvo, promovendo a literacia em saúde.



Foi neste espírito que o SICAD manteve a sua política de comunicação, tendo editado e/ou reeditado 20 documentos: 18 em papel (em português, inglês e bilingues) e dois em documento .pdf para divulgação e distribuição em projetos e eventos e, digitalmente, no site e redes sociais onde podem ser consultados e/ou descarregados:

- > “Linhas de Orientação Técnica para a Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências sem Substância- a Perturbação do Jogo”;
- > “Linhas de Orientação Técnica para a Intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos: Competências dos Interventores”;

- > “Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no Âmbito da Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências”;
- > “IV Inquérito ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/17”;
- > “Relatório Anual 2016. A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência”;
- > Relatório Anual 2016 - A Situação do País em Matéria de Álcool;
- > Relatório Anual 2016 - Descritivo de Respostas e Intervenções do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016;
- > “Sinopse estatística 2016: Ilícitas”;
- > “Sinopse Estatística 2016: Medicamentos”;
- > “Sinopse Estatística 2016: Álcool”;
- > “Sinopse Estatística 2016: Jogo e Internet”;
- > “Consumo de cocaína: sumário 2017”;
- > “Consumo frequente/de alto risco de cannabis: sumário 2017”;
- > “Consumo endovenoso: sumário 2017”;
- > “Consumo de opiáceos: sumário 2017”;
- > Novas Substâncias Psicoativas em Portugal. Metodologia Trendspotter / Relatório Final, 2018;
- > Comportamentos Aditivos dos Adolescentes, em Portugal Continental, nas Regiões (NUTS II) e Comunidades Intermunicipais (NUTS III) em 2015 (ECATD_CAD/2015 Relatório II);
- > Dossiê Temático: Padrões de Consumo e Problemas Ligados ao Álcool - Uma análise regional;
- > Dossiê Temático: Padrões de Consumo e Problemas Ligados ao Uso de Drogas – Uma Análise em Função do Género (2);
- > Representações Sociais dos Comportamentos Aditivos. Inquérito ao Público Jovem Presente no Rock in Rio – Lisboa 2018.

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** manteve a divulgação dos materiais disponibilizados pelo SICAD o nível preventivo e de RRMD nas suas diversas intervenções. Reporta ainda a elaboração e disponibilização dos seguintes relatórios técnicos: “Relatório Regional sobre os Planos Locais de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências”; “A Região Norte em matéria de CAD 2015-2017”, que analisa a diversa informação existente e relacionada com os CAD; “Relatório de Execução do ADR – RRMD; 2017”.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** refere a divulgação do “Guia para Pais – Prevenção do Uso/Abuso de Drogas e Álcool” no seu *site*: <http://www.arsalgarve.min-saude.pt/comportamentos-aditivos-e-dependencia/guia-para-pais-prevencao-do-usoabuso-de-drogas-e-alcool/#content>) e a

divulgação junto dos profissionais da DICAD das “Linhas de Orientação Técnica para a Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências sem Substância: a Perturbação de Jogo”.

A **SCML** manteve, em permanência, na Rede de Mediadores dos Jogos Santa Casa os folhetos informativos sobre jogo responsável, previamente divulgados.

Ação 104. Divulgação da investigação e outros conhecimentos técnico-científicos produzidos na área dos CAD

O SICAD procedeu à divulgação do conteúdo referido na ação 103.

A **ARS, I.P. Norte / DICAD** refere a publicação do artigo científico pela Dra. Carla Rocha da ARS, I.P./ DICAD Norte: Rocha, C., Becoña, E. e Cardoso, G. (2018). *Risks & Challenges: Effectiveness Assessment of a Preventive Program on Addictive Behaviors and Dependencies amongst Students in Higher Education. The Psychologist: Practice & Research Journal*, Vol. 1, num. 1. Disponível em <http://psypjjournal.com/index.php/PPRJ/article/view/46>.

Refere também a apresentação dos seguintes posters na *9th EUSPR Conference and Members meeting. Prevention technologies: “improving the use of evidence in prevention practices”*, entre 24 e 26 de outubro de 2018 em Lisboa: Rocha, C. (speaker), Becoña, E. e Cardoso, G. (2018). “Riscos & Desafios: validation of an addictive behaviours and dependencies prevention program among students in higher education”. Cardoso, G. (speaker) e Rocha, C. (2018). *The Riscos & Desafios Program: process evaluation*.

A **ARS, I.P. LVT / DICAD** reporta a publicação de dois artigos:

Artigo para a Newsletter de Serviço Social na Saúde Mental, “A dependência da intervenção multidisciplinar” – Associação de Profissionais de Serviço Social – Grupo de Saúde Mental, Número 2, Outubro; Co autoras – Ana Sérgio e Luísa Pereira;

Coautoria do CRI de Lisboa Oriental em 4 artigos científicos publicados no *British Journal of Nutrition* e Revista Portuguesa de Saúde Pública, bem como do Manual sobre Abordagem Motivacional, efetuados no âmbito do Projecto “Eat Mediterranean”.

A **ARS, I.P. Algarve / DICAD** reporta a apresentação de 18 comunicações em eventos de natureza técnica e científica:

- > “Um passaporte para a vida: abordagem grupal no tratamento dos problemas ligados ao álcool” - Teresa Dias, Psicóloga Clínica, ETET do Sotavento - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > “Intervenção na dependência de jogo” - Ricardo Rodrigues, Psicólogo Clínico, ETET do Barlavento - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > “Tratamentos com substituição opiácea” - Norberto Sousa, Responsável Clínico do CRI Algarve - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.

- > *“Os cuidados de enfermagem na desabituação de álcool”* - António Rebelo, Coordenador de Enfermagem da UD -, 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“Identities e toxicodependências”* - Cláudia Moura, Técnica de Serviço Social, ETET do Sotavento - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“Parentalidade em homens dependentes de substâncias”* - João Barrocas, Psicólogo Clínico, ETET do Barlavento - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“Avaliação psicológica na unidade de desabituação do algarve”* - Telma Metelo, Psicóloga Clínica, ETET do Sotavento e UDA - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“Treino de competências pessoais - uma ferramenta em meio laboral”* - Dulce Cardoso, Socióloga, ETE Reinserção - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“Adversidade na infância/adolescência: é uma porta de entrada para a patologia dual?”* - Maria Quintero, Psicóloga Clínica, ETET do Sotavento - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“Gabinete a jovens e envolventes: uma estratégia de intervenção em prevenção”* – Mónica Mexia, Psicóloga Clínica, ETE Prevenção - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“A promoção de competências socio emocionais e o meio escolar como estratégia preventiva ”* - Margarida Pinto, Responsável da ETE Prevenção - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“Da prática à investigação - a construção de modelo de mediação”*. – Ana Paula Neto, Responsável da ETE Reinserção - 1as jornadas em Comportamentos Aditivos e Dependências do Algarve.
- > *“Espaços recreativos entre aspas”* – António Malta, Responsável da ETERRMD
- > *“ Saúde mental – o que somos e o que queremos”* - Cláudia Maia, Coordenadora da DICAD – Encontro Saúde Mental “Construir Pontes Integrar Boas Práticas”.
- > *“Substâncias psicotrópicas”* - Cláudia Maia, Coordenadora da DICAD – 1º Simpósio de Dissuasão do Algarve.
- > *“Tratamento, abstinência e redução de danos: para onde caminhar? Os paradoxos e as interrogações da redução de riscos”* – António Malta, Responsável da ETERRMD – Seminário de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), Cáritas Diocesana de Coimbra.
- > *“Parentalidade d (e) risco”* - João Barrocas – Psicólogo Clínico, ETET Barlavento - II Encontro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Loulé.
- > *“Estilos parentais e envolvimento paterno em pais (homens) com dependência de substâncias”* – João Barrocas, Psicólogo Clínico, ETET Barlavento - 12º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, Lisboa.

4. Relações Internacionais e Cooperação

As ações incluídas no Plano de Ação Horizonte 2020 têm definido como calendário de execução o período de vigência do Plano – quatro anos - não se esgotando num ano civil.

Regista-se um incremento do intercâmbio de experiências com outros países e a continuidade da afirmação de Portugal na esfera internacional, destacando-se a menção à política portuguesa e aos seus resultados positivos em várias publicações internacionais.

Objetivo Geral 5.4. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional nas instâncias internacionais que abordam o fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências, desenvolvendo relações de cooperação, no âmbito dos mecanismos bilaterais e multilaterais existentes.

138

Assegurou-se a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/ Serviços. Verificou-se um elevado nível de participação nacional nas instâncias internacionais (União Europeia, Nações Unidas e Conselho da Europa), em conferências e outros eventos, assegurando a representação de Portugal nas instâncias internacionais e a manutenção do reconhecimento e da visibilidade de Portugal na cena internacional. Destaca-se a eleição de Portugal para a Presidência do Grupo Pompidou do Conselho da Europa e o número significativo de delegações estrangeiras que se deslocaram a Portugal para conhecer *in loco* os resultados da política nacional em matéria de CAD e a implementação da Lei da Descriminalização. De referir, ainda, ações concretas em matéria de cooperação, tanto no domínio da procura como no da redução da oferta, ao nível bilateral e multilateral.

Objetivo Específico 31. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais no domínio dos CAD e a aumentar a capacidade nacional de influenciar as decisões tomadas nas instâncias europeias, internacionais e regionais de cooperação

Ação 105. Articulação de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com responsabilidades em matéria de CAD

O Diretor Geral do SICAD é, por inerência de funções, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e nesta qualidade, procura potenciar a intervenção nacional nos diversos fora internacionais que abordam a temática dos CAD. Para tal o SICAD assegurou a coordenação com os vários Ministérios/Serviços envolvidos na matéria, promovendo a eficaz colaboração e articulação entre todos os departamentos governamentais

envolvidos nesta problemática. Foram ainda estabelecidos contactos regulares com a Comissão Europeia, o Secretariado Geral do Conselho da União Europeia e com a Representação de Portugal junto da UE (REPER), bem como com a Missão de Portugal junto das Organizações Internacionais em Viena e a Missão Permanente de Portugal em Genebra, contribuindo desta forma para a articulação e coerência na tomada de posições nacionais. A nível interno, cada Ministério/Serviço desenvolve esforços para que a resposta nacional nos fora próprios seja coordenada, nas respetivas áreas de competência.

Para potenciar a intervenção nacional nas várias instâncias internacionais que abordam a temática dos CAD, foram estabelecidos contactos regulares com os diversos Ministérios/Serviços com responsabilidades de intervenção nesta área, de forma a garantir uma ação concertada na defesa das posições nacionais.

Foram mantidos contactos numa base regular com a Direção Geral de Política de Justiça, a Polícia Judiciária, a Autoridade Tributária Aduaneira, o INFARMED I.P., a Direção-Geral de Saúde (esta na sua qualidade de entidade responsável pela coordenação das relações internacionais do Ministério da Saúde). De salientar a frutífera e constante comunicação mantida com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (em particular com a Direção Geral de Política Externa), enquanto organismo nacional competente em matéria de política externa.

No âmbito das competências dos Serviços de Informações, o SIS e o SIED têm atuado de forma coordenada entre si visando garantir uma resposta nacional convergente nos fora próprios.

Ação 106. Resposta às solicitações dos diversos organismos internacionais

O **SICAD** assegurou a coordenação das respostas às solicitações que são dirigidas a Portugal por organismos internacionais, sendo a resposta assegurada diretamente pelos Ministério/Serviços quando são matérias específicas da sua área de competência. Para este exercício de coordenação, o SICAD diligencia iniciativas como a recolha, a análise e a disseminação da informação, a elaboração de relatórios de implementação e a participação nas reuniões regulares e grupos de trabalho sobre temas específicos, para assegurar **o cumprimento das obrigações do Estado Português junto dos diversos organismos internacionais.**

Objetivo Específico 32. Assegurar a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional

Ação 108. Representação nacional nos grupos de trabalho/reuniões/Conferências, no âmbito da EU

Portugal manteve um elevado nível de participação e de envolvimento nas instâncias internacionais mais relevantes, nomeadamente da União Europeia, do Conselho da Europa e das Nações Unidas.

A nível da União Europeia, o **SICAD**, juntamente com o **MNE**, continuou a assegurar a representação nacional, nas reuniões do **Grupo Horizontal Drogas (GHD)**, que se assume como a instância mais relevante em termos da coordenação política em matéria de drogas, na União Europeia (UE). Este grupo de trabalho do Conselho da UE é responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas, bem como pelo intercâmbio de informações entre os Estados Membros e com países terceiros e pela coordenação das medidas adotadas na UE e fora dela. Realiza um trabalho tanto de carácter legislativo como de política geral em todos os domínios que envolvem o tema “drogas”.

Em 2018, as Presidências do Grupo foram asseguradas pela Bulgária e pela Áustria, tendo as reuniões do Grupo abordado a preparação do **Segmento Ministerial da 62ª Sessão da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas**, realizado em março de 2019. Foi acordada pelos Estados-membros uma estratégia negocial conjunta, tendo como objetivo fundamental a preservação e promoção dos princípios enunciados na **UNGASS de 2016**.

Registam-se desenvolvimentos importantes no diálogo com outras regiões e países terceiros. As reuniões com os países da **Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)** continuaram, tendo o SICAD assegurado a representação nacional, como habitualmente, na **Reunião Anual de Alto Nível do Mecanismo de Coordenação e Cooperação** em matéria de Drogas entre a UE e a América Latina e as Caraíbas, que teve lugar em Sófia, na Bulgária.

Tiveram lugar os encontros anuais da UE com os EUA e com a Rússia. A abertura de canais de diálogos com a China e sobretudo o Irão, prevista para 2019, revelou-se mais controversa, não apenas pela sua inequívoca dimensão política, mas também pela questão em aberto da divisão de competências entre o Conselho da UE e a Comissão Europeia nestas matérias.

No plano político-legislativo destaque para a promoção de medidas alternativas às sanções coercivas para os consumidores de drogas, importante na concretização das metas traçadas na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Política de Drogas (UNGASS), em 2016. O tema foi objeto de Conclusões do Conselho, apresentadas em março, e de um amplo debate a nível europeu ao longo dos meses seguintes. As “Conclusões do Conselho sobre a promoção do recurso a alternativas às sanções coercivas para os infratores que sejam consumidores de droga” foram aprovadas no Conselho JAI de 8 de em Março de 2018.

No âmbito dos debates realizados no Grupo Horizontal Drogas sobre as Conclusões do Conselho, o SICAD teve oportunidade de partilhar com os restantes Estados Membros a experiência de implementação da Lei da Descriminalização, mencionada no relatório apresentado pela Comissão em 2016, intitulado “*Study on alternatives to coercive sanctions as response to drug law offences and drug-related crimes*”. As Conclusões do Conselho visam dar resposta à ação 22 do Plano de Ação da UE de luta contra a Droga 2017-2020, que solicita aos Estados Membros que promovam a aplicação de alternativas às sanções coercivas para os infratores consumidores de drogas.

Na sequência da publicação no **Jornal Oficial da União Europeia**, em Novembro de 2017 da Diretiva (UE) 2017/72103 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Decisão Quadro 2004/757/JAI do Conselho para incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga e que revoga a Decisão 2005/387/JAI do Conselho, o SICAD diligenciou no sentido de submeter as substâncias a medidas de controlo nacional, desencadeando a tramitação processual necessária à

alteração legislativa, que se traduz na inclusão das referidas substâncias nas tabelas anexas ao Decreto-Lei 15/93 de 22 de janeiro. Assim, foi publicada através da Lei n.º 8/2019, de 1 de fevereiro, a vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017.

O SICAD assegurou a representação nacional nas **Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais da Droga** organizadas pelas Presidências Búlgara e Austríaca. Estes encontros constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de luta contra a droga, permitindo a troca de informações relativas à evolução registada a nível nacional, a análise das possibilidades de reforço da cooperação e a discussão de temas específicos de interesse comum.

Em matéria de política de álcool, o SICAD acompanhou os trabalhos desenvolvidos no quadro da União Europeia, designadamente o **Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool (CNAPA)**, onde estão representados todos os Estados-membros da UE. Este comité tem como objetivo coordenar as políticas desenvolvidas para reduzir os efeitos nocivos do álcool a nível nacional e local, com base nas boas práticas identificadas na Estratégia da UE para apoiar os Estados-membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool.

No âmbito do **Terceiro Programa de Ação da União no domínio da Saúde** (2014-2020), a Comissão Europeia lançou um concurso relativo à dimensão da UE na prevenção de danos relacionados com o álcool. Atendendo à necessidade de se assegurar a continuidade dos esforços realizados a nível da UE e a nível nacional e aproveitando os resultados alcançados com a Ação Comum RARHA – *Reducing Alcohol Related Harm*, terminada em 2016 e coordenada por Portugal, o SICAD constituiu-se como parceiro no projeto " *EU dimension of alcohol related harm – piloting brief interventions to reduce the risk of FAS/FASD, following up 1st and 2nd Standardised European Alcohol Survey and providing support to Member States' to strengthen their capacity to tackle alcohol related harm*", cuja implementação se inicia em 2019.

Refere-se a participação do SICAD na **Final Conference of the Health Equity Pilot Project, (HEPP)**, que teve lugar em Bruxelas, em dezembro. Este projeto centrou-se na questão das desigualdades em saúde (na nutrição, na atividade física e no consumo de álcool) e nos resultados que daí advêm, bem como na evidência de intervenções eficientes. O SICAD, na sua qualidade de coordenador da Ação Comum RARHA – *Reducing Alcohol Related Harm*, acompanhou os trabalhos do Projeto *Inequalities* e como mencionado, participou na Conferência Final.

Ação 109. Promoção da participação nacional em iniciativas dos órgãos e agências especializadas das Nações Unidas, nomeadamente UNODC e OMS

No contexto das Nações Unidas, O SICAD participou na sessão anual da **Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas** e coordenou a participação nacional das diversas entidades, tendo o Diretor-Geral do SICAD e Coordenador Nacional para os problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool efetuado a intervenção nacional na Sessão de Abertura.

A sessão centrou-se em grande medida nas negociações relativas à resolução "Preparations for the ministerial segment to be held during the 62nd Commission on Narcotic Drugs in 2019", que procurou

definir as questões processuais e de conteúdo deste importante marco da política internacional em matéria de drogas.

De referir a importância desta negociação na medida em que é crucial reforçar a implementação das recomendações do documento que foi adotado na UNGASS (*Outcome Document*) e dar continuidade ao exercício de revisão sobre o progresso alcançado na implementação da Declaração Política e do Plano de Ação, ambos adotados em 2009. Dez anos passados da adoção destes dois documentos estratégicos, em 2019 terá lugar o próximo marco político com vista à adoção de uma estratégia integrada e equilibrada para enfrentar o problema mundial da droga.

Foram aprovadas oito resoluções adicionais, das quais se destaca a resolução sobre “a não-estigmatização de toxicodependentes”, que contou com colaboração ativa do SICAD durante as negociações.

Importa ainda mencionar a participação do Diretor-geral do SICAD enquanto orador no *side event* “The world drug perception problem”, organizado pela *Global Commission on Drug Policy* e copatrocinado por Portugal.

Quanto ao consumo nocivo do álcool, no quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS), refere-se a realização da reunião final associada ao projeto financiado pela Comissão Europeia, “Monitoring of National Policies Related to Alcohol Consumption and Harm Reduction” (MOPAC), organizada pelo Escritório Regional para a Europa da OMS, que teve lugar em Edimburgo, em novembro. O SICAD participou nesta reunião onde foram apresentados os resultados dos relatórios elaborados no âmbito do MOPAC, tendo o Subdiretor-geral do SICAD sido orador no painel que abordou os “Key achievements, opportunities and way forward” deste Projeto.

Menciona-se, igualmente, a participação na reunião de apresentação do relatório conjunto da Comissão Europeia e da OMS sobre Álcool e na consulta técnica sobre o “European Information System on Alcohol and Health”, organizada pela OMS em Moscovo, em outubro. No decorrer dessa reunião, Portugal foi convidado a participar no painel dedicado a “data collection at country level and opportunities for improvement”, tendo o SICAD partilhado a sua experiência em matéria de recolha de dados.

O tema álcool foi abordada em sede da OMS sob o ponto da agenda dedicado à prevenção e controlo das doenças não transmissíveis, concretamente na 144ª sessão do Conselho Executivo da OMS (janeiro de 2018), na 71ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2019) e na 68ª sessão do Comité Regional para a Europa (setembro de 2018).

Ação 110. Promoção da participação nacional no Grupo Pompidou do Conselho da Europa

No Grupo Pompidou do Conselho da Europa, destaque para a realização da **17ª Conferência Ministerial**, que decorreu em Stavanger nos dias 27 e 28 de novembro, tendo como tema principal “Políticas Sustentáveis de Drogas, respeitando os Direitos Humanos”, no decorrer da qual Portugal assumiu a Presidência do Grupo Pompidou para o próximo quadriénio, 2019-2022. Portugal assumiu como principal missão assegurar a execução do programa de trabalho adotado, que prevê diversas atividades em torno de três prioridades temáticas: *good governance*, desenvolvimentos na política internacional de drogas e novos desafios.

Os trabalhos da **Conferência Ministerial** concentraram-se no balanço do mandato anterior (sob Presidência da Noruega) e na ligação entre o abuso de substâncias como as metanfetaminas e o jogo *online* e no uso da Inteligência Artificial para simulação dos efeitos da cocaína. A Conferência contou com cerca de 130 participantes, incluindo ministros, altos representantes dos governos e de organizações internacionais.

A Conferência Ministerial incumbiu os **Correspondentes Permanentes** de iniciar um processo destinado a efetuar a revisão do mandato, dos procedimentos e dos métodos de trabalho do Grupo Pompidou, com vista à adoção pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa de uma Resolução Estatutária revista por ocasião do 50º aniversário da fundação do Grupo, a ser celebrado em 2021. O SICAD acompanhará estes trabalhos, que iniciam em 2019. O Diretor-geral do SICAD assegurará a Presidência das reuniões de Correspondentes Permanentes durante a Presidência Portuguesa do Grupo Pompidou e coordenará os trabalhos de revisão estatutária do Grupo.

Tendo em conta as responsabilidades acrescidas assumidas, o SICAD efetuou uma contribuição voluntária para o orçamento do Grupo Pompidou, no valor de 10.000€,00 para financiar atividades no âmbito do exercício da Presidência Portuguesa.

O SICAD assegurou a representação nacional nas reuniões de Correspondentes Permanentes e do *Bureau* e participou nas atividades da **Rede MedNET - Mediterranean network for co-operation on drugs and addictions**, que visa promover a cooperação, o intercâmbio de experiências e a transferência de conhecimento entre os países participantes (Argélia, Chipre, França, Grécia, Itália, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Palestina, Portugal e Tunísia). Neste âmbito, o SICAD participou na 23ª reunião da Rede MedNET, realizada em Bari, Itália, tendo apresentado os resultados da avaliação interna intermédia do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020.

Realizou-se, em Junho, nas instalações do SICAD, a **9ª Reunião do Comité MedSPAD do Grupo Pompidou**, que integra os países da bacia do Mediterrâneo (Sul da Europa, Médio Oriente e Norte de África) e tem por objetivo a partilha de experiências entre os países da Rede MedNET que realizam o *European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs* (ESPAD).

O **Executive Training for drug policy managers** do Grupo Pompidou foi organizado em parceria com o SICAD com o tema "Avaliar o desenvolvimento, a implementação e o impacto da política de drogas". Os 30 formandos oriundos de 18 países assistiram a uma sessão sobre a avaliação da política portuguesa em matéria de CAD. O programa realizado em Lisboa integrou ainda visitas ao Centro de Tratamento das Taipas, ao Centro de Respostas Integradas de Lisboa Oriental e à Unidade Móvel de Metadona da Ares do Pinhal.

De mencionar a participação de representantes da AT e da PJ/UNCTE na reunião anual do Grupo de Cooperação dos Serviços de Combate ao Tráfico de Estupefacientes nos Aeroportos Europeus, importante fórum de intercâmbio de informação operacional, para o desenvolvimento e a harmonização de instrumentos para melhorar a deteção de droga nos aeroportos. A PJ/UNCTE participou ainda na 2ª Reunião Internacional sobre Aviação Geral.

A **AT** assegurou a participação nacional na "*Precursors Network*", que reúne representantes de todos os serviços envolvidos na prevenção do desvio de precursores para fins ilícitos.

Ação 111. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da rede REITOX do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, mediante a implementação do Acordo Anual de “Subvenção Reitox”

Quanto ao cumprimento das obrigações do Estado Português junto do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), o SICAD, enquanto Ponto Focal Nacional da REITOX, assegurou a representação nas reuniões semestrais de chefes dos Pontos Focais e a execução das tarefas definidas no Acordo Anual de Subvenção, designadamente a submissão de informação atualizada, estatística e qualitativa, sobre a situação nacional em matéria de droga nas suas diferentes dimensões.

Produziram-se dez **Workbooks** temáticos, que contêm informação atualizada sobre a situação nacional em matéria de drogas nas suas diferentes dimensões e cuja elaboração resulta de uma estreita colaboração com todos os parceiros relevantes que recolhem, produzem ou analisam dados na área da droga. Fruto desta colaboração com parceiros internos e externos foram preenchidas e submetidas todas as tabelas standardizadas na aplicação FONTE do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT).

Ainda no âmbito das atividades da REITOX, destaca-se a participação do Ponto Focal nas seguintes iniciativas:

- *Psychiatric comorbidity in drug treatment;*
- *HCV policies landscape in Europe with regard to people who inject drugs;*
- *Estimation of high-risk cannabis use through scales in GPS.*

Anualmente, o **OEDT** organiza reuniões técnicas sobre temas específicos, nas quais participam um número limitado de Pontos Focais, tendo o **SICAD** participado nas duas *Technical Meetings* realizadas em 2018, onde foram discutidos os seguintes temas: ferramentas de reporte da informação em 2019; *Lisbon Addictions 2019*; implementação do processo de acreditação **REITOX** e *Development Framework*.

Enquanto Ponto Focal, o **SICAD** é ainda responsável pela implementação nacional da Decisão do Conselho relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo de novas substâncias psicoativas, coordenando para o efeito o Mecanismo Nacional de Alerta Rápido, no âmbito do qual se procede ao intercâmbio de informações sobre novas substâncias psicoativas ou novas tendências de utilização, que possam representar um risco potencial para a saúde pública. O SICAD é responsável pela divulgação, a todos os parceiros que integram a rede do **Mecanismo Nacional de Alerta Rápido** (cerca de 30 entidades), dos alertas emitidos pelo OEDT. Em 2018 foram identificadas **25 novas substâncias psicoativas em Portugal**.

O **SICAD** assegurou a representação nacional nas reuniões semestrais do Conselho de Administração do OEDT, o principal órgão de decisão da agência e nas quatro reuniões anuais da Comissão Executiva, órgão que prepara as decisões do Conselho de Administração e que tem composição restrita.

Em 2018, o SICAD apresentou ao Conselho de Administração informação atualizada relativa à 3ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências – **Lisbon Addictions 2019**.

Ação 112. Colaboração com organismos comunitários e internacionais, designadamente Europol, INTERPOL, OMA, World Lottery Association, European Lotteries e Corporación Iberoamericana de Loterías de Estado

A **PJ/UNCTE** e a **AT**, no âmbito das respetivas competências, colaboraram com a Europol, a Interpol e a OMA em diversos projetos no âmbito do combate à redução da oferta de drogas ilícitas.

No quadro da UE, a **PJ/UNCTE** tem estado envolvida na definição e implementação do “Ciclo político da UE: prioridade da criminalidade em matéria de tráfico de droga”, participando em diversas iniciativas no âmbito das sub-prioridades: cocaína, *cannabis* e heroína; drogas sintéticas e novas substâncias psicoativas.

A **PJ/UNCTE** e a **AT** participaram ainda em várias ações e operações internacionais no âmbito do combate ao tráfico ilícito internacional de estupefacientes

No âmbito das suas competências, os **Serviços de Informações (SIED e SIS)** mantiveram a participação em diversas reuniões multilaterais de organismos e plataformas específicas de informações, de âmbito comunitário e regional, nos quais se abordam matérias relativas ao tráfico internacional de estupefacientes.

As atividades da **SCML** no âmbito das Associações Mundial, Europeia e Ibero-americana de Lotarias (WLA, EL e CIBELAE, respetivamente) são importantes para a implementação de medidas e práticas corporativas de jogo responsável, e para a sua melhoria contínua. Concretamente, o DJ/SCML continuou a integrar Comissão de Responsabilidade Social Corporativa e Jogo Responsável da CIBELAE (*Corporación Iberoamericana de Loterías de Estado*) e manteve o intercâmbio regular com outras Lotarias de Estado. Destaca-se a realização de um estudo comparativo das medidas, práticas e ferramentas de responsabilidade social corporativa e de jogo responsável dos membros da Associação.

O Provedor da SCML e Administrador Executivo do DJ/SCML continuou a fazer parte da equipa de gestão e decisão (*Board*) da EL (*European Lotteries*), tendo sob sua coordenação o pelouro da **Responsabilidade Social Corporativa e Jogo Responsável**, incluindo o grupo de trabalho que junta as Lotarias de Estado de diversos países europeus na tomada de iniciativas daquela Associação em matéria de jogo responsável.

O DJ/SCML submeteu um processo de certificação em jogo responsável junto da EL, cujo quadro normativo é consensualmente reconhecido como dos mais exigentes nesta matéria, que foi confirmada em fevereiro. Este é o reconhecimento externo do esforço anteriormente desenvolvido pelos **Jogos Santa Casa** na consolidação da sua **Política de Jogo Responsável** e do seu compromisso, em particular, no desenvolvimento de ações de sensibilização e na disponibilização, aos apostadores, de ferramentas que promovem a adoção de hábitos de jogo a dinheiro moderados. A certificação da EL permitiu ainda que se alcançasse, por equivalência, o nível mais elevado de certificação em jogo responsável da WLA (*World Lottery Association*), entidade pela qual o DJ/SCML já era certificado desde 2011.

Ainda na promoção da cooperação internacional, o DJ/SCML apoiou a organização do seminário anual de responsabilidade social corporativa e jogo responsável da EL e WLA, que se realizou em Lisboa, no início do setembro, e que contou com 140 participantes oriundos de 40 países.

Objetivo Específico 33. Desenvolver e consolidar relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral, em matéria de CAD

Ação 113. Realização de ações de cooperação e de divulgação de boas práticas

Na cooperação com os Países da CPLP, o SICAD iniciou diligências com o objetivo de organizar a reunião dos responsáveis nacionais para os problemas da droga e do uso nocivo do álcool dos **Países de Língua Portuguesa**, que se realiza em fevereiro de 2019.

O SICAD iniciou uma cooperação com **São Tomé e Príncipe** como parceiro no projeto "População materno infantil sem álcool em São Tomé e Príncipe", cujos objetivos gerais são contribuir para a diminuição do consumo de bebidas alcoólicas e para a melhoria da saúde e do estado nutricional da população materno infantil naqueles pais. O SICAD tem como parceiro o Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe e a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, sendo o projeto financiado pelo Instituto Camões de Portugal, pela Direção Geral da Saúde de Portugal e pela Associação Helpo.

A colaboração iniciada com **Cabo Verde**, em 2015, no sentido de adaptar e acompanhar a implementação do programa "**Eu e os Outros**" -Programa de prevenção universal dos problemas ligados ao consumo de substâncias à realidade de Cabo Verde, teve continuidade em 2018.

No seguimento de uma missão diagnóstico do Ministério da Saúde realizada a **Moçambique** em 2015 e do desenvolvimento de um Plano de Ação Bilateral para execução dos objetivos de colaboração técnica, o SICAD tem mantido contactos regulares com Moçambique com vista ao estabelecimento de ações de cooperação com a entidade homóloga, o Gabinete Central de Prevenção e Combate à Droga, sob a tutela do Primeiro Ministro,

A **PJ/UNCTE** e os **Serviços de Informação** (SIS e SIED) realizaram diversas reuniões bilaterais e multilaterais com serviços congéneres, tendo promovido o intercâmbio de informações e experiências, com o objetivo de consolidar as relações já existentes e reforçar a cooperação em matéria de combate ao tráfico ilícito de estupefacientes.

Na cooperação transfronteiriça, menciona-se a colaboração desenvolvida pela **ARS, I.P. /DICAD Norte** com a Galiza, em matéria de intervenção nos CAD, designadamente no domínio da Investigação e da Formação.

Ação 114. Reforço das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas: coordenação da participação nacional no Programa COPOLAD (Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de droga); representação nacional no Mecanismo de Coordenação e cooperação sobre Drogas entre os países da UE e da América Latina e Caraíbas

O **SICAD** reforçou as relações com a América Latina e as Caraíbas através da sua participação no Programa **COPOLAD II** – Programa de Cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a UE sobre políticas de droga, que visa reforçar as capacidades e incentivar o processo de elaboração de políticas de luta contra a droga nas suas diferentes etapas, nos países da América Latina e das Caraíbas, bem como estabelecer uma ponte entre os dois continentes em matéria de luta contra as

drogas. Os seus principais objetivos são: o reforço dos observatórios nacionais em matéria de droga; a adoção de critérios de qualidade baseados em evidência; a adoção de abordagens sustentáveis para o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio bi-regional de boas práticas e o reforço do Mecanismo de Coordenação e Cooperação UE - CELAC sobre Drogas – instrumento fundamental para o diálogo e progresso sobre as políticas de drogas públicas em ambas as regiões.

O SICAD integra o consórcio de países que lidera a 2ª fase do programa e participa no Conselho Permanente, órgão com funções de aconselhamento e acompanhamento, contribuindo para a definição e implementação do Programa de Trabalho Anual, participando na conceção e execução das ações, incluindo a definição de objetivos e conteúdos dos diversos grupos de trabalho. A coordenação nacional é assegurada pelo SICAD, que também assegura a participação em três dos quatro componentes do Programa²², enquanto a PJ/UNCTE participa nas atividades da componente 4.

Atividades realizadas no âmbito do COPOLAD:

- > **3ª Conferência Anual COPOLAD II** (19 e 20 de junho de 2018, Sófia, Bulgária), contou com a participação de representantes oriundos de 45 países da América Latina, das Caraíbas e da UE. Organizações internacionais como a ONU Mulheres, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, a Comissão Europeia, a Comissão Interamericana para o Controlo do Abuso de Drogas da Organização dos Estados Americanos e a Organização Pan-Americana de Saúde da Organização Mundial da Saúde. A conferência teve como tema "Mulheres e política de drogas: Progressos e desafios na inclusão da abordagem de género e no reforço do papel das mulheres de forma transversal" e debateu a melhor forma de avançar neste tema prioritário de inclusão da perspectiva de género como elemento indispensável e transversal na formulação e implementação de políticas públicas de drogas proporcionando o enquadramento adequado para o diálogo entre os dois continentes, promovendo a troca de informação e ações concretas de cooperação entre as autoridades nacionais competentes responsáveis pelas políticas de droga nas duas regiões.
- > **3ª Reunião do Nível de Coordenação e Assessoria do Grupo de Trabalho "Reforçar a capacidade dos Observatórios Nacionais Drogas para elaborar um relatório nacional"** (4 e 5 de junho de 2018, Panamá). Este grupo de trabalho enquadra-se na componente do Programa COPOLAD "Fortalecimento dos Observatórios Nacionais Drogas" e o seu objetivo consiste em fortalecer a capacidade dos Observatórios Nacionais Drogas na elaboração de relatórios nacionais, nomeadamente através da criação de linhas de orientação conceptuais e metodológicas, modelo de redação de relatórios nacionais e estratégias de disseminação. O SICAD assegura a representação no grupo de trabalho e desempenha atualmente a função de país europeu de referência para esta temática.
- > **3ª Semana Anual sobre Precusores do COPOLAD II** (12 e 15 de Novembro de 2018, Lisboa), dedicada ao tema "Desafios emergentes no controlo de Precusores de drogas sintéticas e de Novas Substâncias Psicoativas". Participaram na reunião 83 especialistas de 36 países e representantes de organizações internacionais e regionais, dando continuidade à cooperação bi-regional entre especialistas policiais, peritos forenses e analistas da América Latina, Caraíbas e União Europeia. A reunião teve lugar em Lisboa e foi uma organização

²² O Programa estrutura-se em 4 componentes: Componente 1 – Consolidação do Mecanismo de Coordenação e de Cooperação UE-ALC através de apoio às políticas e de diálogo; Componente 2 – Consolidação dos Observatórios Nacionais; Componente 3 – Reforço das capacidades em matéria de redução da procura; Componente 4 – Reforço das capacidades em matéria de redução da oferta.

conjunta do COPOLAD com o SICAD, a Polícia Judiciária e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

A **PJ/UNCTE** participou “2nd Bi-regional Meeting CELAC-EU for the Exchange of best practices: effective mechanisms to counteract illicit drug trafficking routes”, que teve lugar em Quito, Equador e que contou com a participação de unidades antidroga da Europa, da América Latina e representantes da CICAD, CARICOM, MAOC-N, AIRCOP, SEACOP e EL PAcCto. A reunião visou promover a troca de informações e boas práticas na identificação de rotas aéreas e marítimas relacionadas com o tráfico de cocaína.

Regista-se a formalização e apresentação pela **PJ/UNCTE** do **Projeto CARAVELA** – projeto de cooperação bilateral Portugal-Brasil que visa intensificar a cooperação no combate à criminalidade transnacional grave e organizada, através da adoção de medidas de cooperação e de coordenação entre as autoridades policiais responsáveis pela prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes, bem como através de uma melhor, mais adequada e atual formação dos funcionários.

Participação da PJ/UNCTE no consórcio de implementação do **projeto SEACOP** (*Seaport Cooperation Project*), que tem como objetivo geral contribuir para a melhoria das capacidades de diversos países da América Latina, das Caraíbas e da África Ocidental no combate ao tráfico de cocaína por via marítima, em especial através de portos e zonas costeiras sensíveis.

Objetivo Específico 34. Promover a divulgação de projetos e de boas práticas nacionais em matéria de CAD junto de outros países e organizações internacionais

3ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências – Lisbon Addictions 2019

Depois do sucesso das edições de 2015 e 2017, o SICAD decidiu dar seguimento a este evento, que se assumiu como uma montra do conhecimento desenvolvido em todo o mundo nas diferentes áreas dos comportamentos aditivos e das dependências. A 3ª Conferência Europeia sobre CAD tem lugar em Lisboa, nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2019, de novo uma organização do SICAD, conjuntamente com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), a revista *Addiction/Society for the Study of Addiction* (SSA) e a *International Society of Addiction Journal Editors* (ISAJE).

O SICAD iniciou a coordenação dos trabalhos preparatórios, quer no âmbito do *Programme Committee*, que é responsável pelos conteúdos científicos, como no âmbito do *Organising Committee*, incumbido de todos os aspetos organizativos e logísticos da Conferência.

Tiveram lugar reuniões do *Programme Committee*, uma em formato presencial e duas em formato videoconferência, bem como várias reuniões do *Organising Committee* (composto por representantes do SICAD e do OEDT), que procedeu à atualização do sítio Internet da Conferência e ao lançamento do registo e do *call for abstracts*.

O SICAD é responsável pela coordenação da organização, assegurando a articulação com os restantes parceiros e com a empresa adjudicada, na sequência de concurso público, a organização logística do evento.

Ação 116. Organização, acompanhamento e apoio às visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal

A visibilidade e reconhecimento internacional da política portuguesa continua a suscitar o interesse por parte de outros países. À semelhança dos últimos anos, o SICAD organizou e acompanhou **visitas de delegações estrangeiras** que se deslocaram a Portugal para conhecer *in loco* os resultados da política nacional em matéria de CAD e a implementação da Lei da Descriminalização.

As visitas foram organizadas em articulação com vários parceiros, como a **CDT de Lisboa, a PJ/UNCTE, a PSP, a DGS, a DICAD da ARSLVT, IP, a Associação Ares do Pinhal, a Associação In-Mouraria, a Associação Vida e Paz, a Associação Crescer e o OEDT.**

Realizaram-se 57 visitas, o que representa um acréscimo de 6% relativamente ao número de visitas no ano anterior, provenientes de países e regiões frequentemente com políticas e práticas nacionais muito distintas de Portugal, como: EUA, Noruega, Suécia, Canadá, Austrália, França, Irlanda, Brasil, Países Baixos, Alemanha, Luxemburgo, Argentina, Moldávia, Dinamarca, Kosovo, Seicheles, Reino Unido, Ucrânia, Sérvia, Japão e países da África Ocidental (Cabo Verde, Guiné Bissau, Senegal). Os grupos de visitantes foram compostos por membros de governo (Ministro da Saúde da Noruega, Ministra da Saúde e Ministro da Justiça do Luxemburgo, por exemplo), parlamentares, representantes de municípios, peritos, investigadores, estudantes e ONG.

A **PJ/UNCTE**, para além de parceira em algumas destas visitas, acompanhou e apoiou visitas de Adidos e Oficiais de Ligação de países acreditados em Portugal e/ou acreditados para a Península Ibérica e países do Sul da Europa.



Incrementou-se o intercâmbio de experiências com outros países e deu-se continuidade à afirmação de Portugal na esfera internacional, sendo de assinalar novamente a menção à política portuguesa e aos seus resultados positivos em várias publicações internacionais.

O **SICAD** participou, a convite de entidades, em iniciativas com vista ao intercâmbio de experiências, com particular enfoque na experiência portuguesa de descriminalização do consumo de drogas:

- > *XLV Jornadas Nacionais de Soidrogalcohol*, em Toledo, Espanha;
- > *4th Brazil Conference Team*, na *Harvard University* e no *Massachusetts Institute of Technology*, em Boston, EUA;

- > “Policy Dialogue Meeting”, no Parlamento Europeu, Bruxelas;
- > Conferência “Legalizing Marijuana in Canada: Policy Challenges”, em Montreal, Canadá;
- > Conferência sobre as políticas de drogas em Portugal e no Brasil - Fundação Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, Brasil;
- > Seminário Modelos de Cuidados e Tratamento de Dependências, na Cidade da Praia, Cabo Verde;
- > 2nd World Congress for the Prevention of Addiction and Teenagers, em Tijuana, no México;
- > Eventos organizados pela Open Society Foundation, em São Francisco, Nova Iorque e Nova Jersey, EUA;
- > 8th European Alcohol Policy Conference, Edimburgo, Escócia;
- > Seminário Modelos de Cuidados e Tratamento de Dependências, na Cidade da Praia, Cabo Verde;
- > Recovery Capital Conference of Canada, Toronto.

Ação 117. Divulgação da participação de Portugal em grupos e trabalho, comités europeus e internacionais assim como em fora/ eventos/ reuniões/ conferências/ outros, europeus e internacionais relacionadas com comportamentos aditivos e dependências

O **SICAD** divulga no seu *site*, no separador “Relações Internacionais” de acordo com o “Modelo de divulgação das atividades de participação e representação internacional” aprovado pela Direção-Geral da Saúde, as atividades de representação internacional em grupos de trabalho, reuniões, conferências e outros eventos europeus e internacionais relacionados com os comportamentos aditivos e as dependências, bem como atividades de cooperação desenvolvidas neste âmbito.

A **DGS** divulga no seu *site* notícias e eventos de âmbito internacional no domínio da saúde.

Objetivo Específico 35. Contribuir de forma decisiva para a Gestão Integrada de Fronteiras assente na cooperação entre as entidades competentes de controlo

Ação 118. Cooperação plena com organismos comunitários e internacionais, de forma a responder a pedidos de assistência mútua administrativa/policial e da regular troca de informações

Verificou-se a intensificação do intercâmbio de informações, através da dinamização dos canais de troca de informação, comunicação e de cooperação interinstitucional das estruturas de cooperação bilateral e multilateral, mediante um recurso mais intensivo aos produtos e serviços da

Interpol, Europol, OLAF, OMA e DG TAXUD, entre outros, e ainda com recurso aos Oficiais de Ligação na EUROPOL e no MAOC-N.

A **PJ/UNCTE** colaborou ativamente e de forma intensa com a INTERPOL e com a EUROPOL, através do Gabinete Nacional integrado na orgânica da PJ.

A **PJ/UNCTE** realizou operações policiais internacionais, em coordenação com a Europol e as polícias de outros países europeus e da América Latina, em especial com Espanha e com o Brasil, mas também com a Suíça, Bélgica, França, Áustria, etc. Efetuou ainda ações policiais específicas e direcionadas, por solicitação de autoridades de polícia estrangeiras.

No âmbito dos sistemas informáticos existentes, a **AT** efetuou a troca regular de informações com Serviços congéneres. Verificaram-se 203 pedidos concretos no quadro da Assistência Mútua Administrativa.

Ação 119. Organização e execução de ações de controlo da fronteira externa comunitária em conjunto com outros EM da UE, quer a nível operacional quer na troca de informações, sob os auspícios quer do Grupo de Cooperação Aduaneira, EUROPOL, OMA, quer de qualquer administração aduaneira

A **PJ/UNCTE** realizou e coordenou ações de prevenção e fiscalização no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes, com a correspondente troca e partilha de informação nomeadamente com a Interpol, Europol e com autoridades policiais estrangeiras.

A **AT** participou em **Operações Aduaneiras Conjuntas e Operações Policiais Conjuntas de controlo da fronteira externa**, organizadas na UE para interditar a entrada de drogas ilícitas no espaço europeu.

Ação 121. Desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com países terceiros ao nível do controlo da fronteira

Tanto a **PJ/UNCTE** como a **AT** dinamizaram os canais de troca de informação, comunicação e cooperação institucional com autoridades estrangeiras e participaram em atividades de intercâmbio com outros países ao nível do controlo da fronteira externa da UE.

A **AT** realizou trocas de informações no âmbito do Memorando de Entendimento Antifraude entre as Administrações Aduaneiras dos países da CPLP.

5. Qualidade

A avaliação intermédia do Plano Nacional expressa que deve ser dada continuidade ao trabalho desenvolvido no quadriénio 2013-2016, apontando-se a necessidade de assegurar a interoperabilidade dos programas e a avaliação das intervenções.

O reporte efetuado tem em consideração a nova redação das ações neste âmbito, visando não apenas a inventariação e validação de programas de intervenção, a definição e planeamento e aplicação dos requisitos necessários, a definição dos níveis de competência e implementação de um conjunto de medidas, passando a centrar-se no acompanhamento e avaliação dos programas, requisitos, competências e linhas de orientação criadas ou definidas em todas as ações.

Objetivo Geral 5.5 Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções

Objetivo Específico 36. Assegurar a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, com base em modelos e referenciais técnicos e científicos validados

152

Ação 125. Acompanhamento e avaliação do conjunto de medidas criadas ou consolidadas no decurso da implementação do PARCAD 2013-2016 relativas aos diferentes tipos de intervenção que permita o seu desenvolvimento com base em standards de qualidade, tendo em conta o ciclo de vida e os contextos

Prosseguiu-se com o desenvolvimento do conhecimento, potenciando a diferenciação e especialização dos profissionais das estruturas especializadas na intervenção em CAD, bem como a aumento da literacia de outros profissionais de saúde.



Deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito do Jogo, tendo sido finalizado o documento de enquadramento conceptual "**Jogo com mais saúde: um enquadramento conceptual no domínio do jogo responsável**" constituindo um exercício alargado de estudo e estruturação de conteúdos na problemática do jogo, numa perspetiva de Saúde Pública.

O projeto de investigação para compreender, de forma aprofundada e sob a perspetiva dos diversos stakeholders, a **conceção e o desenvolvimento da intervenção social na reinserção de pessoas com CAD**, de modo a refletir sobre a eficácia do modelo, teve os seus desenvolvimentos, pelo trabalho de investigação com o SICAD, com a **Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC)** e com as **Administrações Regionais de Saúde, IP. (ARS)**.



Foi concluída a aferição de instrumentos, foram consolidados os procedimentos inerentes, foram preparados os entrevistadores e, em suma, reuniram-se todas as condições necessárias para dar início à recolha de dados.

As Comissões de Ética para a Saúde autorizaram a recolha de dados nas unidades locais das **ARS, I.P.** O apoio da FPCE-UC foi fundamental para a formação da equipa, assim como para definição dos procedimentos, instrumentos e opções a tomar para a operacionalização do projeto.

A recolha de dados iniciou-se no final do ano, com a realização das primeiras entrevistas, tendo sido possível concluir 36 instrumentos referentes a 6 casos.

Dada a complexidade e variabilidade na Intervenção com Crianças e Jovens no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências e com Processos de Promoção e Proteção e tendo em consideração as atribuições e competências do SICAD, iniciou-se a dinamização de um GT que visou, não só a uniformização de procedimentos a adotar na avaliação deste tipo de processos, mas também elaborar um documento técnico-normativo que regule, oriente e sustente tecnicamente a intervenção dos profissionais na área da saúde e do sistema de promoção e proteção à infância e juventude.

O Grupo de Trabalho contou com a presença de elementos do SICAD, das DICAD das cinco ARS I.P, a Procuradora-Geral Adjunta do Gabinete da Família e da Criança, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Casa Pia de Lisboa, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Instituto da Segurança Social, I.P e elementos de Comunidades Terapêuticas.

Ao longo do ano este conjunto de profissionais esteve reunido cinco vezes para concretizar os objetivos a que se propôs, perspetivando-se que o documento técnico-normativo "**Crianças e Jovens no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências e com Processos de Promoção e Proteção – Linhas de Orientação Técnica**" esteja concluído no final de 2019.

Em relação ao programa "**Eu e os Outros**" as atividades preconizadas ao longo do ano desdobraram-se entre diferentes dimensões.



- > Processos de monitorização do programa
- > A produção de propostas de desenvolvimento técnico
- > Revisão da narrativa Consagrada à *Cannabis*
- > O desenvolvimento de projetos-piloto visando o ensaio de novos conteúdos e metodologias.

Monitorização - O programa "**Eu e os Outros**" foi objeto de três reuniões de monitorização, onde foram discutidos documentos em processo de produção: A proposta de revisão dos procedimentos avaliativos e o Relatório Anual 2017. Nestas reuniões foram ainda discutidas revisões de materiais.

Comparando com o ano anterior, destaca-se uma ligeira retoma do grau de implantação no território nacional com um crescimento de cerca de 40% na taxa de implementação atingida no ano de 2016.

Em síntese, com base no trabalho desenvolvido pelas equipas de prevenção das DICAD, foram objeto de formação 399 aplicadores de 79 instituições que dinamizaram 3.242 adolescentes, numa intervenção a nível nacional.

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAIS
Instituições	18	21	17	10	11	79
Aplicadores	82	212	64	21	20	399
Jovens	1111	544	1075	314	198	3242



O Grupo de Trabalho para o Uso Responsável do Medicamento – “**Dinamização de grupo de trabalho para Promoção do Uso Devido do Medicamento junto de crianças e jovens tendo em consideração questões de género**” prosseguiu o seu trabalho, mantendo o processo de consolidação de uma linha de ação, tendo por base a participação das seguintes entidades: SICAD, INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, Direção-Geral da Educação (DGE), Direção-Geral da Saúde, (DGS), Ordem dos Farmacêuticos (OF), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, (SCML), União das Misericórdias Portuguesas, (UMP), Associação de Farmácias de Portugal, (AFP) e a Associação Nacional das Farmácias, (ANF).

O grupo reuniu-se em três ocasiões tendo elaborado e discutido um acordo de parceria que, acompanhado do documento de apresentação do Projeto-piloto para a Promoção do Uso Responsável do Medicamento, será a sustentação para a formalização da colaboração entre todos os membros.

Relativamente à área da **Dissuasão** destacam-se as seguintes medidas:

- Partindo do pressuposto que a prestação de um serviço público de qualidade está ancorada num trabalho de melhoria contínua das intervenções, para o qual é indispensável a implementação de um sistema de avaliação enquanto parte integrante de qualquer processo de aperfeiçoamento, o SICAD/EMCAD (Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão) delineou uma **metodologia de avaliação inspirada no modelo de avaliação 360 graus**. Esta metodologia consistiu na implementação de um processo de avaliação abrangente, contemplando o **feedback** simultâneo de diversas fontes em torno da intervenção em Dissuasão, cujo objetivo principal é o de alinhar todos os intervenientes envolvidos: indicados, CDT, EMCAD e, futuramente, entidades parceiras. Sob esta perspetiva, procedeu-se à **Avaliação do grau de satisfação dos profissionais das CDT relativamente ao apoio prestado pela EMCAD**. O processo de avaliação garantiu o anonimato das respostas e foi submetido *online*. Com uma taxa de resposta de cerca de 77% (66 dos 86 profissionais a exercer funções nas CDT), os resultados demonstraram que a grande maioria dos colaboradores (93%) está satisfeita ou muito satisfeita com o desempenho global da EMCAD.
- Para avaliar a qualidade das respostas dos serviços na ótica do cidadão, foi realizada ainda uma **Avaliação do grau de satisfação dos indicados em relação à intervenção em Dissuasão**, permitindo a melhoria contínua para a eficácia e eficiência da prestação de cuidados. Foi aplicado um questionário aos indicados com processo instaurado nas 18 CDT, sendo possível concluir, que a perceção da população alvo a quem se dirigem é, maioritariamente, a de um serviço de qualidade, não só ao nível do acolhimento e apoio

prestado, mas também ao nível da eficácia das intervenções, possibilitando e promovendo a reflexão sobre a realização de importantes mudanças nas suas vidas;

- **Orientações Técnicas para a Intervenção com Baixo Risco**, com o objetivo de potenciar a intervenção técnica das CDT com indiciados avaliados em situação de baixo risco (grupo que tem vindo a aumentar ao longo dos anos – 27% em 2015, 32% em 2016 e 34% em 2017 – obrigando a uma redefinição estratégica da abordagem dissuasora), e que necessitam de ser informados/esclarecidos sobre os riscos e consequências associados ao consumo de substâncias psicoativas. Estas Orientações assentam no princípio de que o acesso à informação permitirá aos indiciados tomar decisões e fazer escolhas mais conscientes e informadas.
- **Atualização das Orientações sobre a Harmonização dos Procedimentos Jurídicos nas CDT**. Decorridos cerca de quatro anos desde a elaboração e disseminação do primeiro documento, e procurando dar resposta às necessidades sentidas pelas CDT de possuir um documento atual que reunisse consenso para uma ágil e eficaz observância da lei, foi constituído um grupo de trabalho composto por membros juristas das CDT, com o propósito de harmonizar intervenções no âmbito da aplicação da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, tendo em vista a equidade nacional das respostas dirigidas ao indiciado.
- **Dois orientações técnico-normativas para a intervenção em Dissuasão** para assegurar a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos: **Declaração Consentimento-Autorização na partilha de Informação** (Orientação N.º7/2018/EMCAD) para cumprir com as novas exigências veiculadas pela aprovação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – “RGPD”), que entrou em vigor a 25 de maio de 2018; **Orientação de Procedimentos - Livro de Reclamações** (Orientação N.º8/2018/EMCAD), que determina que perante a existência de reclamações, as mesmas passem a ser remetidas à tutela via *email*, de acordo com a circular normativa n.º3/2018 da SGMS, evitando deste modo um dispêndio de recursos humanos, financeiros e ambientais.
- **Linhas de Orientações para os Procedimentos Administrativos em Dissuasão (LOPAD)**, que juntamente com as orientações técnicas - Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão - LOID (2013) e jurídicas - Harmonização dos Procedimentos Jurídicos (2014 e também 2018) deram por terminado um trabalho de harmonização. As LOPAD além de suprirem uma necessidade há muito sentida pelas equipas, ao sistematizar as práticas e procedimentos administrativos, constituem um útil instrumento de trabalho que reúne normas, orientações, modelos, recomendações e operacionalização de procedimentos, agilizando a respetiva utilização e disponibilizando ainda bases de dados de gestão administrativa.
- Fruto da aliança estratégica entre a CDT do Porto com um dos seus parceiros privilegiados, a ARS, I.P. /DICAD Norte, foi feito um **Guia de Estratégias de Auto Ajuda**, numa adaptação ao documento publicado pelo Projeto ASSIST da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011).
- Dinamização de **Grupos de reflexão, intervenção e partilha de experiências** entre os elementos das equipas técnicas das CDT (ou membros que assumem essa função) na abordagem dirigida ao cidadão/indiciado, tendo como objetivo a promoção da qualidade das intervenções em Dissuasão no âmbito da aplicação das LOID e a reflexão conjunta sobre a intervenção realizada. Foram realizados dois momentos de reflexão, organizados por região, norte e sul do país, dos quais resultaram conclusões importantes para o alinhamento de metodologias e procedimentos de atuação, enriquecidos pela partilha de experiências e conhecimentos.

- Implementação de um **Estudo Piloto sobre a Eficácia das Intervenções Breves e da Aplicação do ASSIST** (*The Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test – Henry-Edwards et al., 2003*) nas CDT, tendo como objetivo avaliar o impacto da intervenção combinada ASSIST e Intervenções Breves na vida dos indiciados com processo de contraordenação, e conhecer a eficácia da intervenção nas diferentes dimensões da sua vida. Foi constituído um grupo de trabalho responsável pela implementação deste estudo em cinco CDT (Porto, Aveiro, Viseu, Évora e Faro), estando a conclusão e disseminação do estudo prevista para 2019.
- Para dinamizar e reforçar a rede de parceiros que articulam com as CDT, foi estabelecido um **circuito de agilização de procedimentos na articulação existente com o IPDJ, I.P., a EMCAS e as CDT**, tendo como objetivo a intensificação da cooperação já existente entre as CDT e os serviços desconcentrados do IPDJ, I.P., potenciando as relações e melhorando a qualidade das respostas dirigidas ao cidadão.

Gestão do Plano

1. Coordenação

A Estrutura de Coordenação reformulada pelo Decreto-Lei n.º 40/2010, de 28 de abril, foi considerada um elemento determinante pela avaliação interna e externa para a execução dos planos do anterior ciclo estratégico. Os vários órgãos da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool proporcionaram o ambiente sistémico de articulação das competências das entidades da Administração Pública, parceiros institucionais e sociedade civil, assegurando as instâncias de debate, consensualização e, harmonizando posições.

As atividades desenvolvidas, no âmbito da **Coordenação Nacional** decorrem da proposta do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências – Horizonte 2020, que foi apresentado para apreciação na 36ª reunião da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga e das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, no dia 25 de maio de 2018.

Começou a ser preparado o processo de concurso para **avaliação externa do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD)**, que está previsto no capítulo relativo à Avaliação, a realizar no final do ciclo, por uma *“entidade externa multidisciplinar que integre especialistas nacionais e internacionais, a selecionar com base em termos de referência previamente estabelecidos”*, devendo ser objeto de concurso internacional.

Objetivo Específico 37. Garantir a coordenação das políticas relacionadas com os comportamentos aditivos e dependências (CAD) abrangidos pelo PNRCAD, através do alargamento da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Nocivo Uso do Álcool ao Jogo, aos Medicamentos e Anabolizantes

Ação 126. Apoio ao funcionamento da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool alargada ao Jogo, aos Medicamentos e Anabolizantes

Voltou a ser apresentada **proposta de alteração** do Decreto-Lei n.º 1/2003 de 6 janeiro e do Decreto-Lei n.º 40/2010 de 28 de abril, com vista ao alargamento das competências da Estrutura de Coordenação aos comportamentos aditivos e dependências nas áreas do jogo, medicamentos e anabolizantes.

Ação 127. Inscrição nos Planos de Atividade das entidades competentes das ações concretas que concorrem para o cumprimento do compromisso assumido em sede do Plano de Ação, com uma referência explícita para as respetivas ações do Plano

Continuou a verificar-se uma **ausência de identificação**, nos planos de ação das entidades parceiras, das ações concretas, inscritas no PARCAD, e das quais constam como responsáveis.

Embora sejam realizadas algumas das atividades previstas, não estão identificadas nos planos e relatórios de atividades das entidades, como correspondendo ao respetivo contributo e participação no âmbito do PNRCAD. Essa ausência de correlação tem tido algumas implicações na monitorização e avaliação das ações no âmbito da Estrutura de Coordenação.

A Dissuasão destaca contudo o esforço de algumas entidades em corresponder a este propósito, designadamente, a **ARS, I.P. / DICAD Centro e Alentejo**, que contemplaram ações concretas relacionadas com o PNRCAD 2013-2020 nos seus Relatórios de Atividade.

Ação 128. Execução do Plano de Ação através da reformulação do formato e composição das Subcomissões, otimizando a sua eficácia

Foi realizado um encontro de enquadramento e preparação da alteração da coordenação da subcomissão "**Regulação e Fiscalização da Oferta de Substâncias Lícitas**", que passou a ter um cocoordenação, assegurada pela ASAE e a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna.

2. Orçamento

Objetivo Específico 38. Garantir a adequada orçamentação dos organismos da Administração Central nas áreas do PNRCAD e respetivos Planos de Ação, incluindo a coparticipação em programas relevantes da EU

Ação 129. Identificação das verbas oriundas do OGE atribuídas às entidades competentes para as atividades relacionadas com o PNRCAD e respetivos Planos de Ação

O financiamento da política na área dos comportamentos aditivos e dependências encontra-se inscrito, ao nível do **Orçamento Geral do Estado**, no organismo central com responsabilidade direta nesta matéria - o **SICAD** e nas **ARS, I.P.**, ao nível das DICAD (Divisões de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências). As entidades públicas que participam na implementação do PNRCAD utilizam os próprios recursos para o desenvolvimento das respetivas atividades e as entidades privadas são financiadas através de programas específicos como o PORI ou outros.

No que respeita ao SICAD, evidencia-se o valor do orçamento disponível com reserva e a despesa realizada:

	OE Disponível c/ Reserva €	Despesa Realizada €	%
Orçamento de Estado		6 680 968,05€	54%
Receitas Próprias	7 894 887,97,29 €	5 679 543,06€	46%
Total	16.691.147,97€	12 360 511,11€	74%

159

Ação 130. Identificação e sinalização de oportunidades de fundos comunitários ou outros fundos disponíveis, de origem nacional ou internacional para o desenvolvimento de atividades inscritas no PNRCAD e respetivos Planos de Ação

Relativamente aos projetos comunitários a verba aprovada foi de 868.443,00 €, com uma execução de 715.292,97 €.

Os subsídios relativos aos jogos sociais representaram um montante de 6.680.000,00 €

3. Avaliação

Objetivo Específico 39. Realizar a avaliação interna e externa do PNRCAD 2013-2020

Ação 132. Implementação do modelo de acompanhamento anual e monitorização contínua do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências - Horizonte 2020

A monitorização contínua do Plano de ação foi realizada através da recolha de informação no âmbito do funcionamento das subcomissões, onde se encontram representadas as diferentes entidades públicas e privadas com responsabilidades na implementação, acompanhamento e monitorização do Plano.

Ação 133. Avaliação interna do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências- Horizonte 2020.

A avaliação intermédia interna do PNRCAD, correspondendo à avaliação do PARCAD 2013-2016 foi aprovada em sede de Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga e das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, no dia 25 de maio de 2018, encontrando-se registada em Ata.

160

Ação 134. Elaboração do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências- Horizonte 2020.

A proposta para o Plano de Ação Horizonte 2020 foi apresentada em sede de Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga e das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, no dia 25 de maio de 2018, encontrando-se registada em ata.

Nota: no que se refere à avaliação externa prevista para o final do ciclo, que deve ser efetuada por entidade a selecionar através de concurso internacional externo, deu-se início, em dezembro de 2018, à preparação do processo deste concurso.

Em 10 de dezembro foram elaboradas e apresentadas as primeiras notas de reflexão e proposta sobre a adaptação do processo de avaliação de 2012 ao novo processo, e definidos os passos seguintes, a desenvolver em 2019.

Nota final

Em 2018 não foi reportada informação relativa ao desenvolvimento das seguintes ações:

- Ação 5, 47, 53, 54, 66, 67, 68, 69, 70A, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 78A, 122, 123, 124.

As ações 28, 34, 48, 49, 107, 115, 120, 131 foram suprimidas do Plano de Ação 2020, conforme consta nas páginas 11-14 do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências – Horizonte 2020.

Lista de siglas e abreviaturas

ADR	• Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação
AFP	• Associação de Farmácias de Portugal
ANEBE	• Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas
ANF	• Associação Nacional de Farmácias
ANSR	• Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
ARS, I.P. / DICAD, I.P.	• Administração Regional de Saúde, I.P.
ASAE	• Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASSIST	• <i>The Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test</i>
AT	• Autoridade Tributária e Aduaneira
CAD	• Comportamentos Aditivos e Dependências
CAPTS	• Comissão de Acompanhamento do Programa Troca de Seringas
CDT	• Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
CEF	• Cursos de Educação e Formação
CNPDPJ	• Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
COPOLAD	• Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra droga
CPCJ	• Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPL, I.P.	• Casa Pia de Lisboa, I.P.
CPLP	• Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRI	• Centro de Respostas Integradas
CSP	• Cuidados de Saúde Primários
CT	• Comunidade Terapêutica
DDN	• Dia da Defesa Nacional
DGE	• Direção-Geral da Educação
DGRSP	• Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	• Direção Geral da Saúde
DICAD	• Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
ENIPSSA	• Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
EP	• Estabelecimento Prisional
ERANID	• <i>European Research Area Network on Illicit Drugs</i>
ESPAD	• <i>European School Project on Alcohol and other Drugs</i>
ET	• Equipa de Tratamento
ETEP	• Equipa Técnica Especializada de Prevenção

ETER	• Equipa Técnica Especializada de Reinserção
ETET	• Equipa Técnica Especializada de Tratamento
EUA	• Estados Unidos da América
EURÍDICE	• <i>European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment</i>
EUROJUST	• <i>European Union's Judicial Cooperation Unit</i>
EUROPOL	• <i>European Law Enforcement Organisation</i>
FA	• Forças Armadas
FNAS	• Fórum Nacional Álcool e Saúde
GAJE	• Gabinete de Atendimento a Jovens e Envoltentes
GHD	• Grupo Horizontal Drogas
GNR	• Guarda Nacional Republicana
GRA	• Gabinete de Recuperação de Ativos
GSJ	• Gabinete de Saúde Juvenil
GT	• Grupo de Trabalho
HFAR	• Hospital das Forças Armadas
HIV	• <i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IEFP, I.P.	• Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
INFARMED, I. P.	• Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, I. P.
INMLCF, I.P.	• Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.
INTERPOL	• <i>International Criminal Police Organization</i>
IPDJ, I.P.	• Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
IPSS	• Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS, I.P.	• Instituto de Segurança Social, I. P.
LOID	• Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão
LTDQ	• Laboratório de Toxicologia e Defesa química
MAOC-N	• <i>Maritime Analysis and Operations Centre - Narcotic</i>
MDN	• Ministério da Defesa Nacional
MIR	• Modelo de Intervenção em Reinserção
MNE	• Ministério dos Negócios Estrangeiros
NA	• Narcóticos Anónimos
NSP	• Novas Substâncias Psicoativas
OEDT	• Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OMA	• Organização Mundial das Alfândegas
OMS	• Organização Mundial da Saúde
ONG	• Organização Não Governamental
PES	• Programa Escola Segura
PIAC	• Programa Integrado de Atendimento à Comunidade
PIAM	• Programa Integrado de Atendimento Materno
PJ	• Polícia Judiciária
PLA	• Problemas ligados ao álcool

PM	<ul style="list-style-type: none">• Polícia Marítima
PNRCAD	<ul style="list-style-type: none">• Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências
PORI	<ul style="list-style-type: none">• Plano Operacional de Respostas Integradas
PPCDAFA	<ul style="list-style-type: none">• Programa Para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas
PRI	<ul style="list-style-type: none">• Programa de Respostas Integradas
PSOBLE	<ul style="list-style-type: none">• Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência
PSP	<ul style="list-style-type: none">• Polícia de Segurança Pública
PTS	<ul style="list-style-type: none">• Programa Troca de Seringas
RARHA	<ul style="list-style-type: none">• <i>Reducing Alcohol Related Harm</i>
REITOX	<ul style="list-style-type: none">• Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências
REPER	<ul style="list-style-type: none">• Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RRMD	<ul style="list-style-type: none">• Redução de Riscos e Minimização de Danos
SCML	<ul style="list-style-type: none">• Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SEF	<ul style="list-style-type: none">• Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SI	<ul style="list-style-type: none">• Substâncias ilícitas
SICAD	<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIDA	<ul style="list-style-type: none">• Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIM	<ul style="list-style-type: none">• Sistema de Informação Multidisciplinar
SIPAFS	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Integrado dos Programas de Apoio Financeiro em Saúde
SNS	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Nacional de Saúde
SPA	<ul style="list-style-type: none">• Substância Psicoativa
SPMS, E.P.E	<ul style="list-style-type: none">• Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E
SRIJ	<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos
TAR	<ul style="list-style-type: none">• Terapêutica antirretroviral
TEIP	<ul style="list-style-type: none">• Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TP, I.P.	<ul style="list-style-type: none">• Turismo de Portugal, I.P.
UCC	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Controlo Costeiro
UCIC	<ul style="list-style-type: none">• Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta
UD	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Desabilitação
UE	<ul style="list-style-type: none">• União Europeia
UIF	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Informação Financeira
UIL	<ul style="list-style-type: none">• Unidades de Intervenção Local
UNCTE	<ul style="list-style-type: none">• Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes / PJ
UNGASS	<ul style="list-style-type: none">• <i>United Nations General Assembly on the World Drug Problem</i>
UNODC	<ul style="list-style-type: none">• <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
UTITA	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo
VIH	<ul style="list-style-type: none">• Vírus de Imunodeficiência Humana

